

**CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS
DO DISTRITO FEDERAL - CEADDIF**



**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA AVALIAÇÃO DOS
CANDIDATOS A MINISTROS DO EVANGELHO**



CEADDIF

CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO DISTRITO FEDERAL-
CEADDIF

Fundada em 16 de maio de 1977, filiada à Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil – CGADB
Avenida L-2 Sul, Quadra 611, Bloco “E” – Brasília/DF,

INTRODUÇÃO

O presente conteúdo programático foi elaborado e compilado pelos membros da Secretaria de Educação e Cultura – SEC - gestão 2012/2014, abarcados pela legislação vigente com vistas à capacitação e avaliação dos candidatos a Ministros do Evangelho da Convenção Evangélica das Assembleias do Distrito Federal – CEADDIF, sendo proibida a sua venda ou reprodução, ainda que parcial sem a devida autorização.



SUMÁRIO

CAPÍTULO I – CONHECIMENTO BÍBLICO	005
1.1 ESTUDO PANORÂMICO DO AT/NT	005
1.1.1 AS ÉPOCAS	005
1.1.2 PANORAMA RELIGIOSO	008
1.1.3 LUGARES DE ADORAÇÃO	008
1.1.4 TEMPOS DE ADORAÇÃO	010
1.1.5 AS FESTAS	010
1.1.6 AS ESCRITURAS	012
1.1.7 SEITAS RELIGIOSAS E CLASSES DO POVO	013
1.1.8 A ESPERANÇA MESSIÂNICA	016
1.2 TEOLOGIA SISTEMÁTICA	016
1.2.1 BIBLIOLOGIA	017
1.2.2 ECLESIOLOGIA	019
1.2.3 REGENERAÇÃO	031
1.2.4 SANTIFICAÇÃO	032
1.2.5 ARREPENDIMENTO	034
1.2.6 ADOÇÃO	035
1.2.7 JESUS CRISTO	036
1.2.8 ANJOS	038
1.2.9 JUSTIFICAÇÃO	045
1.2.10 ESCATOLOGIA	046
1.2.11 ESPÍRITO SANTO	055
1.2.12 DEUS	061
1.2.13 O HOMEM	075
CAPÍTULO II – PRÁTICAS MINISTERIAIS DE EVANGELISTA E PASTOR	087
2.1 INTRODUÇÃO	087
2.2 IGREJA – ENFOQUE CONCEITUAL	087
2.3 IGREJA E A SUA LOCALIZAÇÃO	087
2.4 OBRAS E PRIORIDADES DA IGREJA	087
2.5 A IGREJA LOCAL	087
2.6 ADMINISTRAÇÃO DA IGREJA	089
2.7 PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO	092
2.8 A IGREJA LOCAL COMO PESSOA JURÍDICA	092
2.9 A IGREJA E O ESTADO	099
2.10 CONCLUSÃO	100
CAPÍTULO III – NOÇÕES DE DIREITO ECLESIASTICO	101
3. NOÇÕES DE DIREITO CIVIL E ECLESIASTICO	101
3.1 INTRODUÇÃO	101
3.2 CÓDIGOS	101
3.3 O ESTATUTO	101
3.4 RELAÇÕES ENTRE IGREJA E ESTADO	102
3.5 O CIDADÃO CRENTE ATUANDO NO DIREITO CIVIL E NA IGREJA	103
3.6 MINISTROS RECONHECIDOS PELA LEI	103
3.7 FUNÇÕES NA IGREJA	103
3.8 A IGREJA E OS TRIBUTOS	104
3.9 A IGREJA E O ESTATUTO DA CIDADE – (PDOT – Plano Diretor)	104
3.10 O DIREITO CONSTITUCIONAL BÁSICO	104
3.11 O DIREITO AMBIENTAL	104
3.12 O DIREITO TRABALHISTA	105
3.13 O DIREITO PENAL	105



CEADDIF

CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO DISTRITO FEDERAL-
CEADDIF

Fundada em 16 de maio de 1977, filiada à Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil – CGADB
Avenida L-2 Sul, Quadra 611, Bloco “E” – Brasília/DF,

3.14 O DIREITO TRIBUTÁRIO	105
3.15 O BATISMO DE CRIANÇAS	105
3.16 DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL	105
CAPITULO IV – NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	107
4.1 DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – Artigos 1º ao 4º.	107
4.2 DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS - Artigo 5º	107
4.3 DOS DIREITOS SOCIAIS – Artigos 6º ao 11º	107
4.4 DA NACIONALIDADE – Artigo 12º	107
4.5 DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA – Artigos 18 e 19	107
CAPITULO V - DOCTRINAS DEFENDIDAS PELAS AD NO BRASIL	108
5.1 SÍNTESE DAS DOCTRINAS BÍBLICAS DEFENDIDAS PELAS AD	108
5.1.1 A BÍBLIA	108
5.1.2 DEUS	108
5.1.3 O HOMEM	110
5.1.4 SALVAÇÃO	110
5.1.5 A IGREJA	112
5.1.6 OS ANJOS	112
5.1.7 O INFERNO	113
5.1.8 ESCATOLOGIA	113
5.2 CREDO - CREDO RELIGIOSO DA AD NO BRASIL	114
5.3. HERESIOLOGIA	115
5.3.1 DEFINIÇÕES	115
5.3.2 GNOTICISMO	119
5.3.3 MANIQUEÍSMO	123
5.3.4 GRANDES RELIGIÕES DA HUMANIDADE	125
5.3.5 TEORIA DA EVOLUÇÃO	133
5.3.6 TEOSOFIA	134
CAPITULO VI -. PRINCÍPIOS DE VIDA CRISTÃ	139
6.1 DEVOÇÃO	139
6.2 ATITUDES	144
2.3 RELACIONAMENTOS	144
CAPITULO VII – ÉTICA MINISTERIAL	146
7.1 INTRODUÇÃO	146
7.2 POR QUE "ESTUDAR" ÉTICA CRISTÃ?	146
7.3 TODOS NÓS ENFRENTAMOS O CERTO E O ERRADO	146
7.4 TOMANDO DECISÕES	147
7.5 ÉTICAS HUMANÍSTICAS	148
7.6 A ÉTICA CRISTÃ	149
7.7 O CRISTÃO E A ÉTICA CONTEMPORÂNEA	149
7.8 CONCEITOS FUNDAMENTAIS	151
7.9 COMO O CRISTÃO PODE POSICIONAR-SE?	154
7.10 OS PRINCÍPIOS BÍBLICOS ORIENTAM FORMAÇÃO ÉTICA CRISTÃ.	155
7.11 TEXTO COMPLEMENTAR	156
REFERÊNCIAS	157
ANEXO A - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	159
ANEXO B - DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	160
ANEXO C - DOS DIREITOS SOCIAIS	165
ANEXO D - DA NACIONALIDADE	168
ANEXO E - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	169

CAPITULO I

1. CONHECIMENTO BÍBLICO

1.1 ESTUDO PANORÂMICO DO AT/NT

O povo que se encontrava ao redor de Cristo se orgulhava de ser o povo de Abraão, o povo de Israel. As riquezas dos patriarcas, o crescimento da família de José no Egito e sua transformação em nação de Israel, a libertação do povo das fronteiras do Egito, o zelo divino ao longo dos 40 anos na imensidão selvagem, a instituição das leis para adoração, o código de leis morais e civis, o estabelecimento na terra prometida. Estes eventos juntamente com todos os milagres dos primórdios, tudo isto tinha sido do conhecimento geral do povo. Este também estava ciente das façanhas dos juízes, a ascensão do reino e a era de David, a construção do primeiro templo sob comando de Salomão, a divisão do reino - permitida por causa dos pecados de Salomão, o contínuo estado de pecado do povo e as pregações dos profetas para advertir, a servidão do reino do norte subjugado pela Assíria e mais tarde a Judéia, o reino do sul subjugado à Babilônia, a restauração da Judéia, quando Ciro rei da Pérsia conquistou a Babilônia, e permitiu os judeus durante o tempo de Zorobabel retornar à sua terra de origem, para restaurar Jerusalém e construir o segundo templo. Além do mais, muitas das reformas do tempo de Neemias, o último líder político do Antigo Testamento, permaneceram em forma de costumes sociais até os tempos do Novo Testamento.

Ao longo do Antigo Testamento a nação de Israel é vista como o povo eleito por Deus, distinto do resto do mundo. Pelo seu adiantado código civil e moral; pelo sistema de sacrifícios lhes dado no Sinai - especialmente os sacrifícios expiatórios, maior foram à cobrança divina por sua desobediência aos altos padrões éticos que havia aprendido, pelo cativo permitido por Deus por causa de desvios à idolatria, e pelo modo como o povo judeu era preservado, - tudo isso como é apresentado no Antigo Testamento - faz um panorama importante da história para um estudo da vida e obra de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Entretanto, o Novo Testamento não é apenas uma continuação do Antigo Testamento. Podemos observar uma grande diferença na situação política daquela descrita no Antigo Testamento e uma ordem social bastante diferente no início do Novo Testamento. Um intervalo de mais de 400 anos separa o tempo de Neemias o último editor das Escrituras do Antigo Testamento, do tempo de João Batista. No aspecto dos governantes essa Era abrange quatro épocas, a dos persas, dos gregos, a dos macabeus e a dos romanos.

1.1.1 AS ÉPOCAS

1.1.1.1 A Época dos Persas

No tempo de Neemias, os Persas dominavam os judeus, que haviam novamente se estabelecido na Palestina; o governo teve continuidade até a queda do império persa e a posse de Alexandre o Grande ou pelo menos até a entrada de Alexandre em Jerusalém em 333 a.C. Durante essa época o Sumo Sacerdote passou a exercer poder civil e religioso e ai também apareceu a inveja e a segmentação entre os judeus e samaritanos. Também, os escribas, que se tornaram intérpretes de influência e professores da lei de Moisés se fizeram presentes como uma classe distinta durante essa época.

1.1.1.2 A época dos Gregos

A era dos gregos se iniciou com a conquista das terras por Alexandre o Grande até a heroica façanha da família dos Macabeus, que alcançou independência política para a comu-

nidade judaica na Palestina. Sob o domínio de Alexandre os judeus viviam em relativa paz e prosperidade. Depois da morte do conquistador em 323 a.C. a Judéia passou a fazer parte do reino grego no Egito cuja capital foi Alexandria, e cujos reis são conhecidos na História como Ptolomeu. O governo destes variava entre tolerante e benéfico ou cruel e tirânico. O segundo Ptolomeu estava interessado na tradução dos livros sagrados do Antigo Testamento dos judeus para o grego, cuja tradução é conhecida como *Septuaginta*. Depois de 125 anos sob o Egito, o povo judeu e a sua terra foram apossados pelos reis gregos da Síria cuja capital era Antioquia. Esse período foi finalizado com uma série de violentas opressões e perseguições sangrentas infligidas por Antióquio Epifâneo conhecido como um dos tiranos mais cruéis em toda a História e o protótipo do Anticristo. Muitos milhares de judeus foram mortos e outros milhares vendidos como escravos. O templo de Jerusalém foi profanado e fechado e o povo judeu foi proibido de venerar Javé ou fazer uso de seus costumes religiosos, e obrigados a oferecer sacrifícios para os deuses gregos.

1.1.1.3 A época dos Macabeus

A opressão e perseguição infligidas aos judeus por Antióquio só fez despertar ressentimento por parte dos fieis e inspirar resistência na primeira oportunidade. Na pequena cidade de Modim, Matatias, um velho sacerdote ousou em recusar a oferecer um sacrifício pagão a mando dos oficiais dos reis, e em desafio aos governantes tiranos matou um jovem sacerdote apostata que se ofereceu a cumprir o sacrifício. Matatias e os cinco filhos, ajudados pelos amigos, se levantaram contra os oficiais gregos e os mataram todos. Imediatamente aqueles, leais pelas tradições e adoração por Javé levaram o desafio adiante e foram se reunir nas colinas com o velho sacerdote e milhares se juntou. Mas Matatias logo sucumbiu aos sofrimentos do acampamento e as fraquezas da idade; e assim a liderança passou para Judas, o terceiro filho, conhecido na História como Judas Macabeus. Sem dúvida Judas foi a figura mais ilustre do período entre David e Jesus Cristo. Apesar da disparidade ele foi brilhante na batalha e teve cinco das mais brilhantes vitórias registradas na História. Depois de uma dessas vitórias ele conduziu um exército do povo em júbilo até Jerusalém e abriu as portas do templo, que estavam fechadas por três anos e purificou-o e mandou fazer novo mobiliário sagrado substituindo o que foi profanado por Antióquio, e dedicá-lo novamente para serviço do verdadeiro Deus. Finalmente Judas tombou numa batalha contra uma orda Sirio-grega, mas o voo para a liberdade continuou e foi conduzido pelos seus irmãos. Jônatas o mais novo dos cinco, um diplomata astuto, tendo assumido a liderança, assegurou importantes concessões para o seu povo de um pretendente em Antioquia que mais tarde assumiu o poder.

Quando Jônatas foi assassinado traiçoeiramente, Simão, o filho mais velho de Matatias, assumiu a liderança nesta causa. Em 144 a.C, ele conseguiu a completa liberdade para o seu povo oprimido pelos gregos, tanto pela bravura na batalha como também pela sábia diplomacia. Como estes heróis pertenciam a famílias de sacerdotes, eles agiam com duplo poder, como governantes políticos e como sumo-sacerdotes no templo purificado e restaurado. Simão, da mesma forma como seu irmão Jônatas, foi traído e morto juntamente com seus dois filhos; entretanto um terceiro filho, João Hircano, assumiu rapidamente o governo. Após lutas bem-sucedidas para estabelecer seu poder diante dos simpatizantes dos gregos, este governante liderou uma série de expedições contra hostis tribos vizinhas, particularmente os Idumeneos ao sul e os samaritanos ao norte. Mais tarde suprimiu as atividades hostis das tribos que viviam a leste do Jordão. Por essas operações ele estendeu os limites de sua nação até que abrangessem todas as terras das doze tribos do Antigo Testamento.

Os homens das gerações que se sucederam nem sempre eram desinteressados em espírito ou tão genuinamente patriotas quanto Matatias e os filhos dele. Um filho de Hircano assumiu o título de Rei dos Judeus com pompa real, e ao mesmo tempo assumindo a função de sacerdote. Havia ciúmes familiares e assassinatos para tomar o trono e a posição de sumo-sacerdote e havia tempo que o povo estava muito oprimido.

Era nessa época que as seitas dos saduceus e dos fariseus apareceram. Fundamentalmente, a diferença entre esses grupos era religiosa. Mas durante a época dos Macabeus eles tomaram caráter mais político, os fariseus sendo pessoas do povo e apoiadores da revolução e os saduceus, partido dos aristocratas ricos e simpatizantes dos gregos.

1.1.1.4 A época romana

O poder dos romanos no oeste foi aumentando no decorrer dos séculos. Os exércitos vitoriosos iam subjugando reinos ao longo da costa do Mediterrâneo e em direção ao interior subjugando - os às leis romanas. O mesmo ocorreu com o pequeno reino dos judeus. Uma disputa entre dois irmãos para o posto de sumo-sacerdote e trono judeu era a ocasião para os romanos tomarem o reino. Quando Pompeu, o general romano, invadiu o reino, cada um dos irmãos veio a ele apelar por ajuda para defender o seu lado da disputa. Antes que Pompeu tomasse uma decisão, o mais moço dos irmãos, o que era mais agressivo e mais forte em diversos aspectos, tomou a cidade de Jerusalém e fortificou-a contra os romanos. Depois de um longo e sangrento cerco os romanos entraram na cidade e tomaram o ambicioso irmão mais novo e seus dois filhos como prisioneiros e fazendo de Judéia uma província romana nomeou o irmão mais velho e o mais pacífico, como o sumo-sacerdote e etnarca. Este título era mero rótulo, pois o verdadeiro governante do país era Antipater, um astuto comandante Idumeneo que aproveitou todas as oportunidades para aumentar seu próprio poder ou fazer prevalecer os interesses da família. Em breve ele ganhou o título de procurador, ou seja, guardião do país para os romanos.

Com o assassinato de Antipater em 43 a.C seu filho Herodes (conhecido na História como Herodes o Grande) tornou-se governante. Depois de seis anos de guerras sangrentas contra o último pretendente do trono macabeu e contra os Partas, Herodes foi nomeado pelos romanos Rei da Judéia. Seu reinado foi marcado por ciúme insano e matança cruel. Ele não hesitava em matar qualquer um que se opusesse ou obstruísse o seu governo ou seus propósitos. Dentre os assassinados estavam três de seus próprios filhos, sua mulher favorita Mariana e o irmão dela que pouco antes Herodes tinha nomeado sumo-sacerdote. Era sob o seu reinado que nasceu Jesus Cristo. É bem conhecida a matança dos recém-nascidos em Belém que Herodes ordenou para matar o Rei dos Judeus. Herodes foi um construtor: ele reconstruiu muitas cidades destruídas pelas guerras. O mais conhecido projeto de reconstrução foi para substituir o templo de Zorobabel construído cinco séculos antes, com a magnífica estrutura que estava sendo usada na época de Cristo. Segundo a vontade de Herodes o reino seria dividido entre seus três filhos: Arquelau seria o rei na Judeia e Samaria, Antipas (que mandou decapitar João Batista) seria o tetrarca na Galiléia e Paraea e Felipe tetrarca na Etrúria e Traconitis, uma região a leste do Mar da Galiléia. Quando morreu em 4 a.C. o senado romano confirmou o acordo, exceto que Arquelau foi nomeado etnarca ao invés de rei da Judéia.

Arquelau era um fraco, tão cruel quanto seu pai, mas não eficiente como governante. Depois de dez anos de mal governo os romanos decidiram destroná-lo e a pedido de muitos judeus a Judéia passou a ser governada por um procurador - ou governador, enviado direta-

mente de Roma. Poncio Pilatos, que ordenou a sentença de morte para Cristo, foi o quinto governador enviado a Judéia.

Situação política durante a pregação de Jesus Cristo: Em Lucas 3.1 há um relato, mesmo que não muito completo, sobre a situação política durante a vida ativa de Jesus Cristo. O território governado por Pilatos abrangia a Judéia e Samária, terras localizadas entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, o território governado por Herodes Antipas incluía a Galiléia a oeste do vale do Jordão e Paraea a leste deste vale (chamado nos Evangelhos como a região além do Jordão).

A tetrarquia de Felipe estava a leste do Mar da Galiléia e o alto Jordão. No território de Antipas e Felipe havia um grupo de cidades habitadas na maior parte por gregos que estavam isentos das leis dos tetrarcas. Originalmente eram dez delas, unidas com o nome de Decápolis. Todas se encontravam a leste do Jordão.

1.1.2 PANORAMA RELIGIOSO

O povo judeu era intensamente religioso. Sua história, como se apresenta no Antigo Testamento tinha sido escrita sob o ponto de vista religioso. Seus mais brilhantes heróis do período intertestamental tinham sido sacerdotes, que conduziram a revolta contra tiranos estrangeiros por razões religiosas, e cujos leais seguidores eram entusiastas religiosos. Nos anos de opressão e matança durante a administração de Antipater como governante e o reinado de Herodes, muitos judeus devotos perderam as esperanças de que sua nação ganhasse liberdade política, e então passaram a se dedicar a estudos das profecias na Bíblia, e se apoiaram na esperança da vinda de um Messias-Rei. Sua vida religiosa se expressava num sistema hoje conhecido como judaísmo, que se desenvolveu durante o período intertestamental, desde a Lei de Moisés e os profetas e dos comentários interpretativos dos escribas.

1.1.3 LUGARES DE ADORAÇÃO

O povo judeu mantinha duas instituições de veneração - o templo e a sinagoga. Existia um templo localizado em Jerusalém onde os sacerdotes executavam sacrifícios e oferecimentos. Mas também havia a sinagoga onde eram lidas e interpretadas as Escrituras em todas as cidades, vilarejos e cidades estrangeiras.

1.1.3.1 O templo

No Antigo Testamento, adoração significava oferecimento de sacrifícios e ritos cerimoniais. Havia pouca veneração de congregação, ou seja, canto ou leitura coletiva de orações ou leitura pública das Escrituras; e a pregação formal era desconhecida. O primeiro lugar de adoração tinha sido o tabernáculo móvel, construído no ermo, sob a supervisão de Moisés em aprox. 1497 a.C. Seguiu-se o templo de Salomão (1012-586 a.C) e em seguida o templo de Zorobabel edificado em 516 a.C que sobreviveu até que Herodes o desmantelou em 23 a.C para erguer um novo. Na estrutura nova o templo foi completado em um ano e meio (22 a.C) e os átrios oito anos depois. A estrutura completa foi finalizada só em 64 AD, seis anos depois seria totalmente destruída pelos romanos. A planta exata da construção não é conhecida, entretanto muitas reconstituições foram tiradas de informação achada em Flávio José e no Talmud. A área que incluía um átrio externo era aproximadamente vinte e seis acres. Ela incluía um átrio dos gentios, um átrio das mulheres, um átrio dos judeus, um átrio dos sacerdotes e o templo propriamente dito. Esta edificação tinha sido o coração de toda a instituição, que continha o santo e o santo dos santos como no tabernáculo e nos dois templos que antecederam.

Ao entrar no templo de qualquer direção que se vinha, a pessoa entrava no átrio dos gentios através de um pórtico sustentado por colunatas de mármore, que circundavam a estrutura toda. O pórtico no lado sul chamado Pórtico Real era formado por quatro fileiras de colunas sólidas, enquanto que as dos outros três lados tinham apenas duas. A colunata do lado leste, encostada nos muros do lado leste da cidade era conhecida como Pórtico de Salomão (João 10.23, Atos 3.11; 5.12). A área abrangida por esses pórticos era chamada tribunal dos gentios, porque não-judeus podiam entrar nessa área e não mais além. Sem dúvida foi no átrio dos gentios, que o mercado de animais para sacrifício funcionava, onde também haviam os banqueiros que Jesus Cristo expulsou em duas ocasiões. Havia quatro portões para este recinto, do lado oeste, lado norte, lado leste e, segundo os estudiosos, do lado sul.

Dentro do tribunal dos gentios estava o **recinto sagrado**, acessado por nove portões - um do lado leste, quatro no lado norte e quatro no lado sul. O portão do lado leste levava ao tribunal das mulheres era a Porta Coríntia mencionada nos Atos 3.2-10. Na entrada havia pilares com tábuas com a inscrição talhada que advertia os gentios proibindo a entrada sob pena de morte. No lado leste do **sacred enclosure** havia o átrio das mulheres num nível de dezoito degraus acima do átrio dos gentios. Neste recinto estimado em um a três-quartos de acre havia a tesouraria e a câmara onde se armazenavam vasos sagrados e paramentos do templo. Nesta área judeus homens e mulheres podiam entrar, entretanto o altar ou a Casa de Deus era o ponto mais avançado para o acesso das mulheres. A oeste do átrio das mulheres e em nível mais alto era o átrio dos israelitas. Diante do Portão entre os dois átrios, dentro do átrio das mulheres havia quinze degraus semicirculares. O átrio dos Israelitas, ou átrio dos homens, era um pouco mais que um corredor contornando o átrio dos sacerdotes, do qual era separado por um muro baixo de pedra. No átrio dos sacerdotes havia um grande altar dos holocaustos, e a grande bacia destinada às ablações dos sacerdotes.

Dentro do átrio dos sacerdotes, no pico do monte Moriá doze degraus acima, estava a Casa de Deus o templo propriamente dito. Consistia de três partes: o pórtico e as câmaras, que em conjunto rodeavam as outras duas partes, o santo acessado pelo pórtico e o santo dos santos, atrás do santo. As paredes incluindo as do pórtico, dizia-se, tinham 150 pés de altura. O santo continha mesas para os pães de proposição, candelabros de ouro e o altar dourado para incenso, igual ao do tabernáculo de Moisés. Mas não havia a arca da aliança no santo, pois esta provavelmente foi retirada por alguém e guardada, no incêndio do Templo de Salomão em 586 a.C. No santo dos santos do templo de Herodes ou o templo de Zorobabel, havia apenas uma placa de pedra na qual o sumo-sacerdote colocava o turíbulo e aspergia o sangue do pecado no dia do perdão uma vez por ano, única ocasião quando entrava neste recinto, que era separado do santo com uma cortina. Era esta cortina que se rasgou em dois quando Jesus Cristo morreu na cruz.

Sendo um lugar de adoração o templo era designado a cerimônias de sacrifício. Apenas em épocas de festividades, as pessoas se reuniam nos átrios em número considerável, sendo que nenhuma provisão de reserva se fazia para a adoração coletiva. Pessoas vinham para oração individual quando sentiam necessidade (Lucas 18.10) e grupos combinavam se reunir para oração (Atos 3.1). Os ensinamentos aconteciam no templo, normalmente quando grupos se juntavam ao redor de um professor, para fazer perguntas ou ouvir os ensinamentos (Lucas 20.1).

1.1.3.2 A sinagoga

Nem tudo relativo a veneração acontecia no templo. Durante o período intertestamental a sinagoga se formou como uma instituição local, onde judeus de cada comunidade vinham para orar, não com sacrifícios, mas com orações, leitura e interpretação das leis e dos profetas. Nenhuma menção da sinagoga é feita no Antigo Testamento, mas no tempo de Cristo havia uma em cada cidade da Palestina e em cidades estrangeiras - eram tantas quantas casa judias. Os diretores do templo eram os sacerdotes, mas havia também outras pessoas da sinagoga que era o administrador, os anciãos e o atendente. O administrador organizava os serviços, ele designava o chefe para cada serviço, e escolhia quem iria fazer a leitura das leis, aquele que iria ler os Profetas, e aqueles que iriam recitar as interpretações das Escrituras. Os anciãos formavam o quadro de consultores que assistiam o administrador. O atendente combinava o trabalho de sacristão e professor, e normalmente executava as decisões dos diretores. A ordem dos serviços parece ter sido: elogios, bênçãos, leitura e interpretação da lei, leitura e interpretação dos Profetas, sermão e benção. As interpretações eram traduções estereotipadas das Escrituras hebraicas para o aramaico da época. Habitualmente eram dadas por um escriba se algum estivesse presente. Qualquer homem poderia ser chamado para ler as diversas partes das Escrituras, um sermão, exortação ou um homem podia pedir o privilégio de pregar. A benção normalmente era proferida por um sacerdote se algum estivesse presente, senão, por qualquer um. É possível saber isso através de Lucas 4.16, que Jesus Cristo estava acostumado a frequência regular na sinagoga de Nazaré, e poderia ser solicitado a tomar parte na veneração.

1.1.4 TEMPOS DE ADORAÇÃO

Os tempos importantes de adoração para os judeus do Antigo Testamento eram o sábado semanal e as festas anuais.

O Sábado

Nos tempos de Jesus Cristo e através do período intertestamental, os judeus tinham profunda reverência pelo sábado como dia de adoração, especialmente na sinagoga. Moisés entregou ao povo de Israel leis bastante severas, com relação ao dia de sábado (Êx 20.6-11; 31.14-17; 35.2-3; Lv. 23.3; Nm 15.32-36), mas a ênfase destas leis tinha sido no descanso ao invés de adoração. Na vida real parece que desde o estabelecimento nas terras de Canaã, até o exílio de Babilônia, o povo estava relaxado, ou até negligente na observância do sábado. Mas é bastante provável que durante o Exílio, grupos se reuniam no dia de sábado para o estudo das Escrituras, canto dos salmos e oração. Após a volta do povo aos seus lares na Palestina, as reformas de Neemias re-enfatazaram o sábado como o dia de descanso (Ne 13. 15-22), e com a instituição da sinagoga, veio a ser um dia de adoração também.

Antes da vinda de Jesus Cristo, muitos escribas ao enfatizar a lei do sábado chegaram a extremos, como a proibição de carregar objetos e fazer qualquer esforço físico nos dias de sábado, e que eles próprios não as cumpriam, usando expedientes ridículos. Um importante motivo de conflito entre Jesus Cristo e as autoridades da sinagoga, foi que Jesus Cristo tinha omitido estas determinações de sábado, estabelecidas pelos escribas que, entretanto, não constavam das leis de Moisés.

1.1.5 AS FESTAS

Os judeus do Novo Testamento cumpriam muitas festas religiosas e períodos de jejum. Discutiremos aqui seis festas e um jejum. Quatro destas festas e o jejum tinham sua origem nas leis de Moisés. As outras festas tinham origem posterior.

1.1.5.1 A Festa da Páscoa Judaica

(Êx 12.1-20; Lv 23.5-8; Nm 28.12-25). Esta era a mais antiga das festas judaicas, tendo seu início no Egito no tempo do Êxodo. Celebrava a libertação da escravidão egípcia. As pessoas eram ordenadas a se encontrar cada ano na cidade do local, centro da adoração (tabernáculo ou templo) e repetir os procedimentos da última noite no Egito. Depois de se conferir que não havia nenhuma levedura na casa, eles imolariam um cordeiro no décimo quarto dia do primeiro mês (Abib ou Nisan), assariam e o serviriam às pessoas acompanhado de pão ázimo e ervas amargas. Na época do Novo Testamento os judeus fizeram algumas mudanças nos detalhes na observância das festas. As pessoas comiam relaxadamente ao invés de apressadamente, o que significava que não se encontravam mais em escravidão, eles passariam um copo de vinho à mesa em intervalos e cada um tomaria um gole, a tradição de aspergir-se com sangue os umbrais e o travessão da porta, parece que deixou de ser usado, e eles cantariam trechos dos Salmos 113-118 durante e depois da refeição.

Como o dia para os judeus se iniciava no por do sol, a refeição se fazia nas primeiras horas do décimo quinto dia do mês. A Festa do Pão Ázimo se seguia à Páscoa propriamente dita e durava oito dias, durante os quais havia refeições sacras especiais e sacrifícios. O primeiro e o último dia eram convocações santas, independentemente em que dia da semana iam cair. Às vezes o evento todo era considerado a Páscoa. A época desse evento era Março-Abril. Como Jesus Cristo foi crucificado no tempo da Páscoa e ressuscitou no terceiro dia após, a Páscoa judaica e a Páscoa cristã que celebra a ressurreição, vem na mesma época do ano.

1.1.5.2 A Festa de Pentecostes

(Lv 23.15-20 Nm 28.26-31). Esta foi uma festa dos primeiros grãos, que chegam cinquenta dias depois da Páscoa judaica. Tinha sido uma ação de graças pelas colheitas prontas para ceifar, e a apresentação dos primeiros frutos para o Senhor e para os sacerdotes. Às vezes é assim chamada a Festa das Semanas, porque chegou sete semanas depois da Páscoa judaica. A celebração era feita no tabernáculo ou templo, e durava apenas um dia. Este dia também era o aniversário da entrega dos mandamentos de Deus no Monte Sinai. Para os cristãos é familiar, pois neste dia o Espírito Santo mostrou seu poder sobre os discípulos, que formaram o núcleo da primeira igreja de Jerusalém (Atos 2.1).

1.1.5.3 Festa dos Trompetes

(Lv 23.23-25; Nm 29.1-6). Toda vez que esta ocasião é mencionada na Bíblia, diz-se que era o primeiro dia do sétimo mês, mas desde longa data os judeus tinham observado como o Ano Novo (Rosh Hashanah). Provavelmente até mesmo antes do êxodo do Egito, tinha sido celebrado como o início da primeira colheita do ano, porque tinha chegado da colheita do ano anterior e antes da ceifa da colheita do vindouro. De acordo com o calendário civil era o início do ano, mas de acordo com o calendário religioso era o início da segunda metade do semestre. Era observado um dia de jejum em casa.

1.1.5.4 Dia do Arrependimento

(Lv 16.1-34; 23.26-32; Nm 29.7-11). Este dia, provavelmente o mais sagrado do ano para um judeu devoto, era observado no décimo dia do sétimo mês. As pessoas permaneciam em casa, fazendo abstinência de alimento por um dia inteiro (ocupados com confissão, arrependimento e oração) enquanto que o sumo-sacerdote oferecia sacrifícios pelos pecados cometidos pelas pessoas durante o ano. Era o único dia do ano, quando o sumo-sacerdote entrava no santo dos santos levando o sangue oferecido pelos pecados.

1.1.5.5 A Festa dos Tabernáculos

(Êx 23.16; Lv 23.34-44; Nm 29.12-40; Dt 16.13-15; Ne 8.13-18). Esta era uma festa de oito dias, começando no décimo quinto dia do sétimo mês pelo calendário religioso. Assim as pessoas geralmente tinham o tempo suficiente para saírem de suas casas ao tabernáculo ou templo depois do Dia do Arrependimento. O propósito era duplo. Era um dia de ação de graças pela colheita já feita. Portanto as vezes era chamada de Festa da Colheita (Êx 23.16; 34.22) Para essa festa eles levariam os dízimos da colheita do ano anterior e o aumento do gado. Também celebrava a providência divina pelos israelitas, durante os quarenta anos que vagaram no deserto.

Havia três práticas durante a semana, que comemoravam o zelo divino para com seus pais. Durante a semana as pessoas habitavam em barracas, para imitar os seus pais que habitavam em suas tendas no ermo. (Lv 23.40-43; Ne 8.14-15) Grandes candelabros com muitas luzes eram colocados no átrio das mulheres na comemoração do pilar do fogo que guiou as pessoas no ermo da noite. No último dia, um lança-águas tinha sido trazido do poço de Siloan pela multidão, e despejadas as águas com grande cerimônia ao pé do altar, no tribunal dos sacerdotes em comemoração à água que os israelitas receberam do Senhor, que brotou da rocha (Êx 17.5-6; Nm 20.11) O evangelista João relatou a Festa dos Tabernáculos que Jesus Cristo tinha presenciado (Jo 7).

1.1.6 AS ESCRITURAS

Os judeus do Novo Testamento, a determinação do próprio Cristo, viam o Antigo Testamento como a palavra de Deus (João 10.35). Neste tempo eles consideravam as suas Escrituras, como compostas de três grupos de livros: a Lei, os cinco livros de Moisés, os Profetas, incluindo muitos livros de história, bem como a maior parte dos livros de profecias; e as Escritas incluindo os Salmos e muitos outros do nosso Antigo Testamento (Lucas 24.44). Em suas mentes os livros vieram de Deus através de Moisés (João 7.19, 9.28-29). Moisés insistia que os Mandamentos e outros escritos deveriam ser recebidos e guardados como vindos de Deus (Dt 6.6, 31.9-13, 24-26) e pelo tempo do estabelecimento na terra de Canaã, estes livros de Moisés eram vistos como as leis de Deus (Js 1.8, 8.32-36). Entretanto, haviam grandes períodos de negligência da lei. No tempo da escravidão, os judeus tinham permissão de levarem à Babilônia cópias das leis e outros livros preciosos - história e profecias e os Salmos e livros da sabedoria. Um novo interesse despertou para os estudos da lei durante o exílio na Babilônia. Neste tempo os judeus cativos, estando em terras estrangeiras e privados de seu templo, e o sistema de sacrifícios se juntavam em grupos para estudo da lei, o canto dos salmos e orações (Ed 8.1; Sl 137).

Esdras que viveu primeiro na Babilônia e depois em Jerusalém, pouco antes de encerrar o Antigo Testamento, possivelmente ele teria juntado os livros do Antigo Testamento. Ele era de família de sacerdotes e designou-se como o sacerdote-escriva (Esdras 7.1-6, 12). Quando ele migrou para Jerusalém, despertou um vivo interesse para os estudos dos livros sacros, assim a partir daí as Escrituras passaram a ter influência entre os judeus.

Originalmente o Antigo Testamento tinha sido escrito em hebraico exceto em pequenos trechos de Jeremias, Daniel e Esdras que eram escritos em aramaico - uma língua muito semelhante ao hebraico. Em torno de 250 a.C uma tradução para o grego foi feita em Alexandria (Egito) conhecida como Septuaginta, porque o trabalho tinha sido escrito por 70 estudiosos. Essa tradução foi feita do texto hebraico, que diferia ligeiramente em muitos pontos do

texto aceito pelos escribas (texto massorético), mas a Septuaginta era de muita influência no Novo Testamento. Ao citar textos do Antigo Testamento, Jesus Cristo e os apóstolos se referiram algumas vezes ao texto hebraico e outras vezes a Septuaginta, isto por conta de algumas diferenças entre as citações do Novo Testamento e do Antigo Testamento, e a forma que essas passagens são lidas no Antigo Testamento.

Muitos judeus nos tempos de Cristo tinham dado à interpretação tradicional das leis pelos escribas, tanta importância quanto a própria lei. Estas são referidas em Mt 15.2 e Mc 7.5, como a tradição dos anciãos. Esta tradição foi formada no terceiro século AD num texto chamado Mishnah. No fim do quarto século ganhou tamanho com mais outro material, que formou a volumosa obra chamada Talmud, que tem sido de autoridade para rabinos judeus até a presente data.

Os quatorze livros conhecidos como Apócrifos ou Deuterocanônicos eram livros existentes na época de Cristo. O primeiro Macabeus provavelmente expõe história autêntica e descreve exemplos que inspiram lealdade corajosa à verdadeira religião; mas os outros livros desta coleção são de pouco valor histórico ou religioso. É possível que eles influenciaram até certo ponto o pensamento do povo da época do Novo Testamento. Os primeiros cristãos, apesar de permitirem a leitura desses livros pelo seu sentido de edificação considerava-os sem importância no sentido canônico.

1.1.7 SEITAS RELIGIOSAS E CLASSES DO POVO

Alguns dos grupos influentes ou partidos do povo mencionados nos evangelhos eram: os sacerdotes, os escribas, os fariseus, os saduceus, os herodianos, os publicanos e os samaritanos. Além desses havia os essênios e outros grupos similares, que não são mencionados na Bíblia, mas que são considerados pelos estudiosos da Bíblia como de influência para o povo durante o tempo do Novo Testamento.

1.1.7.1 Os Sacerdotes

No início da história de Israel como nação, Arão irmão de Moisés, da tribo de Levi, foi nomeado sumo-sacerdote, e seus filhos nomeados sacerdotes junto com ele. Depois disso os sumo-sacerdotes e sacerdotes passaram a ter caráter hereditário na família de Arão. Com o tempo se tornaram tão numerosos que nos tempos de David eles eram agrupados em vinte e quatro cursos (1º Cr 23.1-10). Sem favor especial, o sacerdote poderia servir somente algumas vezes na vida dele, e muitos que eram de famílias de sacerdotes nunca tinham oportunidade de servir. Fora suas funções no templo, sem dúvida a linhagem dos sacerdotes era contemplada com honra e dignidade. Nos tempos do Antigo Testamento a consagração para sumo-sacerdote, normalmente era designada a ser vitalícia, porém no período intertestamental quando sujeitos ao poder de estrangeiros, a designação dos sumo-sacerdotes passou a ser feita pelos estrangeiros. Durante a época dos Macabeus os sumo-sacerdotes tinham poder político significativo, e depois que os romanos tomaram o poder, eles reteram considerável poder como o ex-ofício, presidente do Sinédrio. Consequentemente os governantes romanos se apropriaram da autoridade, para designar ou destronar os sumo-sacerdotes. Um sumo-sacerdote muitas vezes perdia favores do governante romano, e era substituído por outro depois de servir por um curto período. Nos Evangelhos é frequentemente mencionado o chefe dos sacerdotes, que eram membros do Sanhedrin. O Sanhedrin era formado pelo sumo-sacerdote da época ou qualquer que tivesse ocupado o lugar de sumo-sacerdote, e também os chefes dos vinte e quatro cursos de sacerdotes.

1.1.7.2 Os Escribas

Provavelmente era a classe que surgiu primeiro durante o exílio na Babilônia (Ed 7.6). No início eles eram os copiadores profissionais que transcreviam a lei para aqueles que a desejavam. Considerando que assim eles teriam em pouco tempo muito maior conhecimento da lei, do que qualquer outra pessoa, em breve eles se tornaram professores e seus intérpretes. Dentre eles vieram os advogados e rabinos profissionais. Os mais letrados dentre eles eram doutores da lei. A tradição dos anciãos, tão bem conceituada pelos fariseus, era composta na maior parte por interpretações da lei feita pelos escribas letrados.

1.1.7.3 Os Fariseus

Sem dúvida era o grupo de maior influência das seitas religiosas dos tempos de Cristo. As raízes de algumas de suas práticas podem ser vistas nas reformas e orações de Neemias (Ne 13.14), porém tiveram seu início como um grupo em luta contra os pagãos gregos nos tempos de Matatias e Judas Macabeu. No início eram chamados Chasidim (Separatistas), por causa de sua determinação em resguardar-se (e resguardar a nação) o quanto possível, da contaminação pelas influências estrangeiras. Durante os tempos de Cristo a característica que os distinguia tinha sido a importância que davam no cumprimento da lei. Queriam o mérito para si pelo cumprimento das leis e desejavam submeter até o próprio Deus às suas leis e a si próprios (fariseus).

Eles consideravam as interpretações dos escribas (a tradição dos anciãos) tão importantes quanto a própria Lei escrita. Eles se consideravam justos (e por isso os outros também os consideravam assim) e julgavam os outros com muita crítica. Aqueles que desrespeitavam seus preceitos e padrões eram chamados de pecadores. Eles acreditavam na existência de anjos, na vida pós morte e na futura ressurreição dos injustos e dos justos. Em geral, eles eram a parte conservadora do judaísmo.

1.1.7.4 Os Saduceus

Os saduceus tinham seus preceitos opostos aos dos fariseus. Na maior parte eram sacerdotes desejosos de ceder os princípios judeus, em troca de favores de governantes estrangeiros. Provavelmente começaram a serem vistos como uma classe separada durante o final do período grego. O nome vem de *Zadok*, o sacerdote que era leal a David e Salomão quando Abiatar, o outro sacerdote, se debandou para Adonias (1º Rs 1.32-34). Sua doutrina e características eram: não aceitavam a existência dos anjos, a imortalidade da alma, e qualquer ideia de ressurreição. Rejeitavam a tradição dos anciãos e a tradição oral e aceitavam tão somente a escrita do Antigo Testamento. Eram rígidos no julgamento e não tinham popularidade entre o povo.

1.1.7.5 Os Publicanos

Quando os romanos conquistaram a Judéia e anexaram-na como parte do Império, eles impuseram o povo o pagamento de impostos. Os publicanos eram judeus que recolhiam estes impostos para os romanos. Normalmente a cobrança de impostos era um emprego lucrativo, porque os coletores pagavam um valor estipulado aos romanos e arrecadavam do povo o que bem desejavam ou podiam. Eram odiados pelo povo, geralmente porque recolhiam impostos para conquistadores estrangeiros e frequentemente extorquiam do povo mais do que era devido e conseqüentemente enriqueciam. É claro que os publicanos não intencionavam obedecer à lei judaica e costumavam ser classificados como pecadores. Jesus Cristo foi chamado de amigo dos publicanos, porque desejava receber aqueles que vinham a Ele, e aceitar a hospitalida-

de daqueles que convidavam-No a entrar em suas casas, mas é claro não os redimia de culpa pela sua extorsão.

1.1.7.6 Os Samaritanos

Eram de uma raça miscigenada. Eram descendentes dos israelitas do reino ao norte que foram deixados no país, quando o norte de Israel foi tomado pelos assírios, e também de estrangeiros que migraram nos arredores da Samária. Eles adoravam Javé, mas na sua adoração eles introduziam muitas influências pagãs. Durante a época persa eles construíram um templo no monte Gerizim, no qual seus sacerdotes serviram por aproximadamente 275 anos. Esse templo foi destruído por João Hircano (121 a.C) e nunca foi reconstruído, mas os samaritanos continuaram a adoração no monte Gerizim e arredores. Os judeus os desprezavam por causa da impureza de sua raça, e também pela facilidade que eles faziam acordos religiosos com os gregos, e outros estrangeiros. Eles existem até hoje, mas o seu número se restringe a algumas centenas. Eles tem posse de um manuscrito muito antigo dos livros de Moisés que tem muito valor nos estudos do Antigo Testamento.

1.1.7.7 Os Essênios

Flávio José o historiador, e Filo, o filósofo, registram a respeito de uma seita conhecida como essênios que viveram durante o primeiro século. Esse povo não é mencionado na Bíblia. Alguns deles viviam em grupos ou quartéis em muitas das cidades e aldeias sobre os quais diziam que viviam como monges, isolados na costa oeste do Mar Morto, supostamente perto da cidade de Engedi. Em alguns aspectos os ensinamentos desse povo se assemelhava aqueles dos fariseus, porém eles renunciavam a riqueza mundana e seguiam um padrão rígido de uma vida santa. Não praticavam sacrifício animal, mas ofertavam outros bens ao templo em Jerusalém. Na sua maioria renunciavam ao matrimônio e quaisquer atividades relativas ao prazer. Novos membros que ingressassem eram postos à prova de rigores por três anos durante os quais, a certos intervalos, conhecimentos secretos eram impostos. Na realidade, em alguns aspectos, se assemelhavam a uma ordem secreta.

O interesse por esse povo foi reavivado com a descoberta dos pergaminhos do Mar Morto em 1947 e mais tarde, que desvendou a existência de mais um grupo similar que viveu em Qumran, à distância considerável de Engedi, mas ainda próximo ao Mar Morto. Alguns estudiosos afirmam que estes é que eram os essênios e que Qumran era o lugar de sua moradia e não Engedi. Mas os costumes e ensinamentos deste grupo diferem consideravelmente daqueles relatados por Flávio José e Filo. Alguns estudiosos sustentam que João Batista era da influência destes grupos. Mas esse ponto de vista não é muito convincente, para o autor algumas conclusões sugeridas parecem ser arbitrárias e não relacionadas a essa evidência.

1.1.7.8 O Sinédrio

Uma menção repetida no original grego do Novo Testamento, fala de um grande conselho ou corte composta de sumo-sacerdotes, anciãos e escribas. Este conselho não é comentado no Antigo Testamento; provavelmente teve início durante o período intertestamental, possivelmente na época dos Macabeus. Incluía setenta e um membros escolhidos dos três grupos mais influenciáveis entre o povo. O sumo-sacerdote sempre era um dos seus dois presidentes. O lugar de reunião não é conhecido; o Talmud indica que era o Corredor de Pedra Cortada no templo, mas Josefo menciona o local de encontro como fora do templo. O grupo incluía saduceus e fariseus.

Durante o Novo Testamento, o grupo tinha autoridade em assuntos religiosos e a maior parte dos assuntos civis, e uma pequena autoridade em assuntos criminais. Em casos de pena

de morte, aprovação de um procurador romano ou governador, o grupo era solicitado antes da execução da sentença. Normalmente não havia seções à noite ou no dia de sábado. Uma sentença de morte não poderia ser executada no mesmo dia do julgamento. A decisão dos juízes tinha que ser examinada no dia seguinte.

1.1.8 A ESPERANÇA MESSIÂNICA

Muitas profecias sobre a vinda do Messias ou Cristo são encontradas no antigo Testamento. Às vezes as profecias são obscuras, mas compreensíveis para nós quando as analisamos com o enfoque do Novo Testamento como, por exemplo, em Gn 3.15, onde se diz que *"E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar"*, mas em muitas outras a promessa está clara e certa. Um grande numero de profecias promete um reino glorioso, presidido pelo Rei enviado de Deus que libertaria Seu povo dos inimigos e reinaria em retidão; e repetidamente foi predito que este rei seria da linhagem de Davi (Sl 89.3-4; Is 11.1-10; Jr 23.5-6). Os judeus do período intertestamental sofrendo por causa dos maus governantes, e opressão dos gregos e romanos, encontram conforto e inspiração na antecipação do prometido Rei e Seu Reino, e muitos dos escribas se dedicaram a um estudo aprofundado dessas profecias. Como resultado desse estudo, alguns dos escribas delinearam um mapa da idade messiânica. De Mateus 16.14 e João 1.21, é evidente que os seus estudos incluíam o aparecimento de um profeta do Antigo Testamento, o reaparecimento do profeta Elias e o aparecimento do Messias.

Antes do tempo de Jesus Cristo muitos falsos messias surgiram (Atos 5.36-37), que enquanto atraindo multidões de seguidores chegavam a um fim desastroso. Os escribas podiam prontamente informar a Herodes que Cristo iria nascer em Belém (Mt 2.5-6) e sem hesitar responderam a Jesus que o Cristo seria um descendente de Davi (Mt 22.42). No tempo da pregação de João Batista, o povo se encontrava na expectativa (Lucas 3.25) compartilhada até pelos samaritanos. Havia muitos piedosos que esperavam pela redenção do povo de Deus e notadamente Zacarias, pai de João Batista, Simeão e Ana (Lucas 2.25-38) e José de Arimateia (Lucas 23.52).

Além dessas profecias que prometeram um Messias Real (da palavra Rei) há outras (Sl 22.1-21; Is 53, e outros) que retrataram um sofredor que carregaria os pecados do mundo. Os cristãos reconheceram com convicção este sofredor como o Cristo, prometido para ser Rei e Salvador. Também vale a pena notar que Sl 22.22-31, Sl 110.2-3 e Is 53.10, sugere um Reino espiritual em contraste com o glorioso Reino retratado em outras profecias. Mas os fariseus que se designavam como os justos e os saduceus voltados à política, não reconheceram Jesus como o cumprimento de suas tão acalentadas esperanças das profecias messiânicas. De comum acordo eles O condenaram à morte e sem saber, fizeram concretizar-se as profecias sobre o Messias. Mas os cristãos reconheceram Jesus de Nazaré como o cumprimento de todas as profecias messiânicas - eles confiaram Nele como o Salvador, eles reconheceram-No como o Senhor espiritual e Rei de suas vidas.

1.2 TEOLOGIA SISTEMÁTICA

As Doutrinas Bíblicas estão inseridas na gama de estudos considerados a espinha dorsal da vida cristã. Através das Doutrinas Bíblicas o cristão toma conhecimento sobre a Justificação, a Regeneração, a Santificação (estas três são os pilares da Doutrina da Salvação), a

Doutrina da Igreja, a Doutrina de Deus, a Doutrina de Cristo, a Doutrina do Espírito Santo, a Doutrina do Homem, a Doutrina dos Anjos, a Doutrina da Escritura, a Doutrina do Pecado, a Doutrina da Adoção, a Doutrina da Fé, a Doutrina das últimas coisas, etc.

São várias as Doutrinas Bíblicas, mas devido à limitação a ser observada para cada assunto, abordaremos noções de algumas delas:

1.2.1 BIBLIOLOGIA

1.2.1.1 A REVELAÇÃO DE DEUS

1.2.1.1.1 Definição de revelação

Revelação é a automanifestação de Deus ao homem com o propósito de relacionar-se com ele. A palavra hebraica usada para falar da revelação de Deus ao homem é *gala*, a qual vem de uma raiz que significa “nudez” (Is 53.1; 2º Sm 7.27). O equivalente grego é *apokalyp-tô*, que por sua vez significa “revelar” ou “desvendar” algo que antes estava oculto.

1.2.1.1.2 A necessidade de revelação

Se existe um ser tão sábio, ordeiro e perfeito no universo, como toda a realidade parece demonstrar, e se este ser foi o originador de toda a realidade é de se esperar que tal Ser se revele aos seres inteligentes que criou. Por outro lado a própria criatura é incapaz de, por si mesma, estabelecer relações com um Ser que lhe é tão superior, se este não se fizer conhecido. Portanto, se pretendemos conhecer a Deus e relacionar-nos com Ele a Revelação é indispensável, por dois motivos principais:

1.2.1.1.2.1 Porque somos criaturas

Há uma diferença “ontológica”, ou seja, de Ser, entre o homem e Deus. O homem é finito, Deus é infinito; o homem é limitado, Deus é ilimitado (Is 55.8-9). Deus e o homem pertencem, portanto, a ordens de existência diferentes. Esta diferença no “Ser” envolve, igualmente, uma distinção no conhecer (1ª Co 2.11). Não podemos conhecer nada acerca de Deus, a não ser que Ele mesmo condesça-se conosco e revele-se a si mesmo para nós. Entretanto esta diferença não é absoluta, pois o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.28). Como Deus, temos capacidade de pensar, decidir, comunicar-nos e relacionar-nos com outros seres que nos são semelhantes. Esta semelhança, portanto, torna possível a comunicação e o inter-relacionamento entre a divindade e a humanidade.

1.2.1.1.2.2 Porque somos pecadores

Além da diferença “ontológica”, dificultando a interação entre o homem e Deus, há também a barreira imposta pelo pecado. A queda afetou negativamente o nosso ser, tornando-nos cegos e ignorantes acerca das coisas relativas a Deus (Rm 1.18; 3.10ss; 1ª Co 1. 21; 2ª Co 4.4; Ef 2.1; 4.18), além de estabelecer uma barreira de inimizade entre a criatura e o criador (Rm 5.10; Cl 1.21).

1.2.1.2 A GENUINIDADE DA ESCRITURA

Há uma ideia corrente a respeito da Bíblia, expressa por pessoas comuns, de que “papel cabe tudo”. O que está por trás deste dito é que a Bíblia é um livro como outro qualquer, produzida pela imaginação e engenhosidade de homens, sujeita aos mesmos problemas e erros como todos os outros livros. Diante de pessoas que sustentem esta posição é inútil lançarmos mão de textos bíblicos para comprovarmos o que estamos dizendo. Nossos argumentos escriturísticos não farão qualquer sentido para elas, pois têm como pressuposto que a Bíblia é um

livro comum. Diante de pessoas que mantenham esta visão, precisamos primeiramente demonstrar a genuinidade e a sobrenaturalidade da Bíblia. Precisamos esforçar-nos para comprovar-lhes que a Bíblia é um livro singular, possuindo as credenciais do que afirma ser, a Palavra de Deus e, portanto, a autoridade de suas afirmações.

Mesmo avaliado pelos padrões literários humanos, nenhum livro sagrado ou secular apresenta as credenciais que a Bíblia. Ela mantém-se diante de qualquer teste crítico honesto e imparcial a que seja submetida.

1.2.1.2.1 A coerência da Escritura

A Bíblia foi escrita num período de aproximadamente 1.600 anos, compreendendo 40 gerações. O primeiro livro a ser escrito – Gênesis, remonta ao ano 1450 a.C., enquanto o último saiu da pena do escritor, por volta de 100 d.C. Ela foi escrita por cerca de 40 autores diferentes, com nível cultural, social e econômicos diferentes e envolvidos nas mais diversas circunstâncias. Alguns tinham a educação digna de um rei, outros eram rudes pescadores, homens sem letras e indoutos; uns eram rabis, outros eram copeiros; Salomão era um poeta, Lucas um médico. Alguns escreveram enquanto estavam alegres, outros extremamente deprimidos; uns gozando perene paz, enquanto outros convivendo com o rigor da guerra. Moisés escreveu atravessando o deserto, Daniel, num palácio; Lucas enquanto viajava João estando aprisionado na ilha de Patmos. Além disto, a Bíblia foi composta em três continentes diferentes – África, Europa e Ásia e escrita em três idiomas – hebraico, aramaico e grego.

Porém, a despeito de toda esta diversidade e levando em conta que a maioria dos autores bíblicos nunca se conheceu e tratando de centenas de temas controversos, não encontramos qualquer contradição real na Escritura Sagrada. Mesmo que tenham sido feitos esforços gigantesco neste sentido e por pessoas qualificadas, tudo que se conseguiu comprovar até hoje é a incrível coerência dos assuntos tratados na Bíblia. Isto, em si, já é um milagre, pois a experiência demonstra que se colocarmos 40 autores independentes tratando de temas controversos, mesmo unidos cultural, linguística e socialmente, suas posições serão bem diversificadas, sendo impossível não haver contradição entre suas conclusões.

1.2.1.2.2 A unidade da Escritura

Mesmo tendo sido escrita por pessoas envolvidas nas mais variadas condições e circunstâncias e com nível social, cultural e econômico bem diversificado, a Bíblia não é uma miscelânea de ideias, soltas e sem relação entre si. Pelo contrário, observamos nela a existência de um plano definido, desde o primeiro livro até o último – o plano redentor de Deus ao homem pecador, através de Cristo. Já no primeiro livro, após a queda do homem, o Messias é prometido (Gn 3.15); na lei mosaica, ele é tipificado através das várias analogias – o cordeiro, o tabernáculo, etc.; nos Profetas ele é reafirmado; nos Evangelhos é apresentado, trazendo o cumprimento das profecias a seu respeito; nas Epístolas o Messias é interpretado e no Apocalipse ele é exaltado à sua verdadeira posição. A admirável unidade e fluxo que caracteriza a Bíblia demonstram que não foi produto de meras opiniões humanas, mas sim se uma mente Todo-Sábia – a mente do próprio Deus.

1.2.1.2.3 A Sobrenaturalidade da Escritura

A Bíblia não é o único livro religioso que reivindica origem sobrenatural, vários outros o fazem. Na verdade todas as grandes religiões têm seus próprios livros sagrados, aos quais atribuem origem divina. Porém, honestamente analisados, nenhum se equipara ao Antigo e Novo Testamentos no que diz respeito às profecias preditas e cumpridas no tempo e espaço. Entretanto, cumprimento profético também é reivindicado por outros livros. Porém, o que

diferencia a Bíblia destes é a especificidade de suas predições e a exatidão de seu cumprimento, demonstrando de modo inequívoco sua sobrenaturalidade.

1.2.1.3 A INSPIRAÇÃO DA ESCRITURA

A definição de inspiração

Inspiração “é o ato sobrenatural de Deus através do qual Ele garantiu e preservou de erros a Sua revelação na Sagrada Escritura, de modo que aquilo que foi escrito, é nada mais nada menos do que o que Ele queria que fosse escrito”. A palavra grega *theopneutos*, usada apenas por Paulo¹ em 2ª Tm 3.16, é formada pela junção de duas outras palavras, *Pneutos* (sopro) e *Theos* (Deus). Significando, literalmente, “sopro de Deus” ou “soprado por Deus”. O conceito também é expresso pelo apóstolo Pedro em 2ª Pedro 1.20-21. Ele declara que nenhuma parte da Escritura foi produzida (*epiluseos*) por uma ação de iniciativa humana, mas que “homens santos” foram movidos por Deus para falar o que ele queria. A palavra “movidos” (*pheromene*) era usada para falar de um navio sendo levado pelo vento.·.

Portanto, inspiração quer dizer que: Deus sobrenaturalmente usou homens para dar a forma escrita a sua revelação aos homens, porém, isto foi feito de modo que, mesmo respeitando os estilos e vocabulários de cada escritor, contudo, cada palavra que eles escreveram foi exatamente a que Deus queria que fosse escrita.

A inspiração repousa na própria pessoa e caráter de Deus. Espera-se que um Deus sábio e ordeiro registre seu propósito e vontade aos homens. Espera-se também que este registro seja definitivo e coerente. Além disto, tal registro faz-se necessário, a fim de que Deus não precise repetir Sua revelação a cada homem vez após vez.

1.2.1.4 A CANONICIDADE DA ESCRITURA

A definição de canonicidade

A palavra “cânion” (gr. *Kanôn*) significa regra ou padrão de medida. A palavra grega *kanôn* provavelmente veio emprestada do hebraico *kaneh*, que significa junco ou vara de medir. Às vezes, a palavra referia-se a um padrão de medida.

Quando aplicado a Escritura, cânion se refere à lista de livros divinamente inspirados e reconhecidos pelo povo de Deus.

1.2.2 ECLESIOLOGIA

Cristo fundou uma igreja histórica, visível, humana com estrutura e características. Cristo modelou um organismo espiritual ao qual deu vida e não uma organização, todavia, a par da natureza espiritual de igreja, existe o aspecto organizacional, que deve ser tratado e conduzido cientificamente consoante princípios da ciência da administração.

“Administração é o conjunto de normas, princípios e funções que tem por fim ordenar os fatores de produção e controlar sua produtividade e eficiência para se obter determinado resultado”. (Dicionário Novo Aurélio).

¹ Porém, a palavra *Theopneutos* aparece quatro vezes na literatura grega pré-cristã e nos Oráculos Sibílicos. Cf. KELLY, John N. D. *I e II Timóteo e Tito: introdução e comentário*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1983. (Série Cultura Bíblica) p. 187.

1.2.2.1 IGREJA

Do grego “*ekklesia*” significa chamados para fora. No Novo Testamento, “*ekklesia*” é um grupo de pessoas chamadas e separadas da multidão comum, em virtude de uma vocação divina.

Jesus projetou, claramente, a existência duma sociedade de seus seguidores que daria aos homens seu Evangelho e ministraria à humanidade no seu Espírito, e que trabalharia pelo aumento do reino de Deus como ele o fez. Ele não modelou nenhuma organização e nenhum plano de governo para essa sociedade. Ele fez algo mais grandioso que lhe dar organização — ele lhe concedeu vida. Jesus formou essa sociedade de seus seguidores chamando-os a unirem-se a Ele, comunicando-lhes, durante o tempo em que esteve no mundo, tanto quanto fosse possível, de sua própria vida, de seu Espírito e de seu propósito. Ele prometeu continuar até ao fim do mundo concedendo sua vida à sua sociedade, à sua igreja. Podemos dizer que seu dom à igreja foi ele mesmo. — Robert Hastings Nichols.

1.2.2.2 A Natureza da Igreja

Que é a igreja? A questão pode ser solucionada considerando:

- a. As palavras que descrevem essa instituição;
- b. As palavras que descrevem os cristãos; e
- c. As ilustrações que descrevem a igreja.

1.2.2.2.1. Palavras que descrevem a igreja.

A palavra grega no Novo Testamento para igreja é “*ekklesia*”, que significa “uma assembléia de chamados para fora”. O termo aplica-se a:

- a) Todo o corpo de cristãos em uma cidade (Atos 11.22; 13.1)
- b) Uma congregação, (1ª Co 14.19,35; Rm. 16.5)
- c) Todo o corpo de crentes na terra. (Ef 5.32.)

1.2.2.2.2. Palavras que descrevem os cristãos.

a) **Irmãos.** A igreja é uma fraternidade ou comunhão espiritual, no qual foram abolidas todas as divisões que separam a humanidade.

- “não há grego nem judeu”: a mais profunda de todas as divisões baseadas na história religiosa é vencida;

- “não há grego nem bárbaro”. a mais profunda de todas as divisões culturais é vencida;

- “não há servo ou livre”. a mais profunda de todas as divisões sociais e econômicas é vencida;

- “não há macho nem fêmea”. a mais profunda de todas as divisões humanas é vencida. (Cl 3.11; Gl 3.28)

b) **Crentes.** Os cristãos são chamados “crentes” porque sua doutrina característica é a fé no Senhor Jesus.

c) **Santos.** São chamados “santos” (literalmente “consagrados ou piedosos”) porque estão separados do mundo e dedicados a Deus.

d) **Os eleitos.** Refere-se a eles como “eleitos”, ou os “escolhidos”, porque Deus os escolheu para um ministério importante e um destino glorioso.

e) **Discípulos.** São “discípulos” (literalmente “aprendizes”), porque estão sob preparação espiritual com instrutores inspirados por Cristo.

f) **Cristãos.** São “cristãos” porque sua religião gira em torno da Pessoa de Cristo.

g) Os do Caminho. Nos dias primitivos muitas vezes eram conhecidos como "os do Caminho" (Versão Brasileira) (Atos 9.2) porque viviam de acordo com uma maneira especial de viver.

1.2.2.2.3 Ilustrações da igreja.

a. Igreja como Organismo - É a igreja invisível. No arrebatamento seus membros serão conhecidos (1ª Jo 3.1-4); É o Corpo místico de Cristo, formados pelos que O recebem como único e suficiente Salvador.

b. Igreja como Organização - É a igreja visível. É a igreja constitucional, que se apresenta na sociedade politicamente organizada. Trata-se de uma reunião de fiéis com objetivo de adorar a Deus.

1.2.2.2.3.1 O corpo de Cristo.

O Senhor Jesus Cristo deixou este mundo há muitos séculos; entretanto, ele ainda está no mundo. Com isso queremos dizer que sua presença se faz sentir por meio da igreja, a qual é seu corpo. Assim como ele viveu sua vida natural na terra, em um corpo humano individual, assim também ele vive sua vida mística em um corpo tomado da raça humana em geral. Na conclusão dos Evangelhos não escrevemos: "Fim", mas, "Continua", porque a vida de Cristo continua a ter expressão por meio dos seus discípulos como se evidencia no livro de Atos dos Apóstolos e pela subsequente história da igreja. "Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós" (João 20.21). "Quem vos recebe, a mim me recebe" (Mt 10.40). Antes de partir da terra, Cristo prometeu assumir esse novo corpo. Entretanto, usou outra ilustração: "Eu sou a videira, vós as varas" (João 15.5). A videira está incompleta sem as varas e as varas nada são à parte da vida que flui da videira. Se Cristo há de ser conhecido pelo mundo, terá que ser mediante aqueles que tomam o seu nome e participam de sua vida. Na medida em que a igreja se tem mantido em contato com Cristo, sua Cabeça, assim tem participado de sua vida e experiências. Assim como Cristo foi ungido no Jordão, assim também a igreja foi ungida no Pentecoste. Jesus andou pregando o Evangelho aos pobres, curando os quebrantados de coração, e pregando libertação aos cativos; e a verdadeira Igreja sempre tem seguido em suas pisadas. "Qual ele é, somos nós também neste mundo" (1ª João 4.17). Assim como Cristo foi denunciado como uma ameaça política e, finalmente, crucificado, assim também sua igreja, em muitos casos, tem sido crucificada (figurativamente falando) por governantes perseguidores. Mas tal qual o seu Senhor, ela ressuscitou! A vida de Cristo dentro dela a torna indestrutível. Este pensamento da identificação da igreja com Cristo certamente estava na mente de Paulo quando falou: "na minha carne cumpro o resto das aflições de Cristo, pelo corpo, que é a igreja" (Cl 1.24). O uso dessa ilustração faz lembrar que a igreja é um organismo e não meramente uma organização. Uma organização é um grupo de indivíduos voluntariamente associados com um propósito especial, tal como uma organização fraternal ou um sindicato. Um organismo é qualquer coisa viva, que se desenvolve pela vida inerente. Usado figuradamente, significa a soma total das partes entrelaçadas, na qual a relação mútua entre elas implica uma relação do conjunto. Desse modo, um automóvel poderia ser considerado uma "organização" de certas peças mecânicas; o corpo humano é um organismo porque é composto de muitos membros e órgãos animados por uma vida comum. O corpo humano é um, embora seja composto de milhões de células vivas. Da mesma maneira o corpo de Cristo é um, embora composto de almas nascidas de novo. Assim como o corpo humano é vivificado pela alma, da mesma maneira o corpo de Cristo é vivificado pelo Espírito Santo. "Pois todos nós fomos batizados em um Espírito formando um corpo" (1ª Co 12.13). Os fatos

supra citados indicam uma característica única da religião de Cristo. Assim escreve W. H. Dunphy: Ele — e unicamente ele — dos fundadores de religião, produziu um organismo permanente, uma união permanente de mentes e almas, concentradas em torno de sua Pessoa. Os cristãos não são meramente seguidores de Cristo, senão membros de Cristo e membros uns dos outros. Buda reuniu sua sociedade de "esclarecidos", mas a relação entre eles não passa de relação externa, de mestre para com o aluno. O que os une é sua doutrina, e não a sua vida. O mesmo pode dizer-se de Zoroastro, de Sócrates, de Maomé, e dos outros gênios religiosos da raça. Mas Cristo não somente é Mestre, ele é a vida dos cristãos. O que ele fundou não foi uma sociedade que estudasse e propagasse suas idéias, mas um organismo que vive por sua vida, um corpo habitado e guiado por seu Espírito.

1.2.2.2.3.2 O templo de Deus.

(1ª Pe 2.5,6.) Um templo é um lugar em que Deus, que habita em toda parte, se localiza a si mesmo em determinado lugar, onde seu povo o possa achar "em casa". (1º Rs 8.27.) Assim como Deus morou no Tabernáculo e no templo, assim também vive, por seu Espírito, na igreja. (Ef 2.21,22; 1ª Co 3.16,17.) Neste templo espiritual os cristãos, como sacerdotes, oferecem sacrifícios espirituais, sacrifícios de oração, louvor e boas obras.

1.2.2.2.3.3 A noiva de Cristo.

Essa é uma ilustração usada tanto no Antigo como no Novo Testamento para descrever a união e comunhão de Deus com seu povo. (2ª Co 11.2; Ef 5.25-27; Ap 19.7; 21.2; 22.17.) Mas devemos lembrar que é somente uma ilustração, e não se deve forçar sua interpretação. O propósito dum símbolo é apenas iluminar um determinado lado da verdade e não o de prover o fundamento para uma doutrina.

1.2.2.3. A Fundação da Igreja

1.2.2.3.1. Considerada Profeticamente

Israel é descrito como uma igreja no sentido de ser uma nação chamada dentre as outras nações a ser um povo de servos de Deus. (Atos 7.38.) Quando o Antigo Testamento foi traduzido para o grego, a palavra "congregação" (de Israel) foi traduzida "*ekklesia*" ou "igreja". Israel, pois, era a congregação ou a igreja de Jeová. Depois de a igreja judaica o ter rejeitado, Cristo predisse a fundação duma nova congregação ou igreja, uma instituição divina que continuaria sua obra no terra (Mt 16.18). Essa é a igreja de Cristo, que veio a ter existência no dia de Pentecoste.

1.2.2.3.2. Considerada Historicamente.

A igreja de Cristo veio a existir, como igreja, no dia de Pentecoste, quando foi consagrada pela unção do Espírito. Assim como o Tabernáculo foi construído e depois consagrado pela descida da glória divina (Êx 40.34), assim os primeiros membros da igreja foram congregados no cenáculo e consagrados como igreja pela descida do Espírito Santo. É muito provável que os cristãos primitivos vissem nesse evento o retorno da "Shekinah" (a glória manifesta no Tabernáculo e no templo) que, havia muito, partira do templo, e cuja ausência era lamentada por alguns dos rabinos. Davi juntou os materiais para a construção do templo, mas a construção foi feita por seu sucessor, Salomão. Da mesma maneira, Jesus, durante seu ministério terreno, havia juntado os materiais da sua igreja, por assim dizer, mas o edifício foi erigido por seu sucessor, o Espírito Santo. Realmente, essa obra foi feita pelo Espírito, operando mediante os apóstolos que lançaram os fundamentos e edificaram a igreja por sua pregação, ensino e organização. Portanto, a igreja é descrita como sendo "edificados sobre o fundamento dos apóstolos..." (Ef 2.20).



1.2.2.4 IGREJA COMO LOCALIZAÇÃO

1.2.2.4.1 Local

- Denominacional;
- Geograficamente;
- Visível.

1.2.2.4.2 Universal

É o conjunto de todos que receberam a Jesus como Senhor e Salvador, procedentes de todas as nações, tribos e línguas.

- Igreja triunfante
- Igreja Militante
- Assembleia dos Santos (Hb 12.23)
- Invisível corpo de Cristo (Cl 1.24; Ef 5.23).

1.2.2.5 OBRAS E PRIORIDADES DA IGREJA

1.2.2.5.1 Evangelização

- A ordem para evangelizar (Mc 16.15; Mt 28.19; At 1.8).
- O imperativo da evangelização. (Rm 10.14; Jo 6.39, 40)
- Desdobramento da evangelização:
- Conversões
- Integração de novos membros
- Discipulado
- Evangelização em âmbito local, regional nacional e mundial. (At 1.8).

A obra da igreja é pregar o Evangelho a toda a criatura (Mt 28.19, 20), e explicar o plano da salvação tal qual é ensinado nas Escrituras. Cristo tornou acessível a salvação por provê-la; a igreja deve torná-la real por proclamá-la.

1.2.2.5.2 Adoração e Louvor A Deus

- Diferenças entre louvor e adoração
- Visão bíblica de adoração (Rm 12.1)
- Israel foi chamado à adoração (Êx 3.2; 20.3; Lv 1.7; 23.4-43).
- A igreja é chamada à adoração (Jo 4.23; Ef 2.21, 22; 1ª Pe 2.5).
- Culto da igreja;
 - ☞ Público e
 - ☞ Particulares.

Israel possuía um sistema de adoração divinamente estabelecido, pelo qual se chegava a Deus em todas as necessidades e crises da vida. Assim também a igreja deve ser uma casa de oração para todos os povos, onde Deus é cultuado em adoração, oração e testemunho.

1.2.2.5.3 A Adoração da igreja.

Das epístolas de Paulo inferimos que havia duas classes de reuniões para adoração: uma consistia em oração, louvor, e pregação; a outra era um culto de adoração, conhecido como a "Festa de Amor" ("ágape", em língua grega). O primeiro era culto público; o segundo era um culto particular ao qual eram admitidos somente os cristãos.

1.2.2.5.3.1 O culto público.

O culto público, segundo o historiador Robert Hastings Nichols, era "realizado pelo povo conforme o Espírito movesse as pessoas". Citamos um trecho dos escritos desse historiador: Oravam a Deus e davam testemunhos e instruções espirituais. Cantavam os Salmos e também os hinos cristãos, os quais começaram a ser escritos no primeiro século. Eram lidas e explicadas as Escrituras do Antigo Testamento, e havia leitura ou recitação decorada dos relatos das palavras e dos atos de Jesus. Quando os apóstolos enviavam cartas às igrejas, a exemplo das Epístolas do Novo Testamento, essas também eram lidas. Esse singelo culto podia ser interrompido a qualquer momento pela manifestação do Espírito na forma de profecia, línguas e interpretações, ou por alguma iluminação inspirada sobre as Escrituras. Essa característica da adoração primitiva é reconhecida por todos os estudantes sérios da história da igreja, não importando sua filiação denominacional ou escola de pensamento. Pela leitura de 1ª Co 14.24, 25 sabemos que essa adoração inspirada pelo Espírito era um meio poderoso de atrair e evangelizar os não-convertidos.

1.2.2.5.3.2 O culto particular.

Lemos que os primeiros cristãos perseveraram no "partir do pão" (Atos 2.42). Descrevem essas palavras uma refeição comum ou a celebração da Ceia do Senhor? Talvez ambas. É possível que houvesse acontecido o seguinte: no princípio a comunhão dos discípulos entre si era tão unida e vital que tomavam suas refeições em comum. Ao sentarem-se à mesa para pedir a bênção de Deus sobre o alimento, vinha-lhes à lembrança a última Páscoa de Cristo, e assim essa bênção sobre o alimento espontaneamente se estendia em culto de adoração. Dessa forma, em muitos casos, é difícil dizer se os discípulos faziam uma refeição comum ou participavam da Comunhão. A vida e a adoração a Deus estavam intimamente relacionadas naqueles dias! Porém muito cedo os dois atos, o partir do pão e a Ceia do Senhor, foram distinguidos, de forma que o segundo se tomou a ordem do culto: em determinado dia os cristãos reuniam-se para comer uma refeição sagrada de comunhão, conhecida como a Festa de Amor, a qual era uma refeição alegre e sagrada, simbolizando o amor fraternal. Todos traziam provisões e delas participavam todos em comum. Em 1ª Co 11.21,22 Paulo censura o egoísmo daqueles que comiam seus alimentos sem distribuí-los entre os pobres. Ao terminar a Festa de Amor, celebrava-se a Ceia do Senhor. Na igreja de Corinto alguns se embriagavam durante o "ágape" e participavam do sacramento nessa condição indigna. Mais tarde, no primeiro século, a Ceia do Senhor foi separada do "ágape" e celebrada na manhã do Dia do Senhor.

1.2.2.5.4 Prover comunhão religiosa.

O homem é um ser social; ele anela comunhão e intercâmbio de amizade. é natural que ele se congregue com aqueles que participam dos mesmos interesses. A igreja provê uma comunhão baseada na Paternidade de Deus e no fato de ser Jesus o Senhor de todos. É uma fraternidade daqueles que participam duma experiência espiritual comum. O calor dessa comunhão era uma das características notáveis da igreja primitiva. Num mundo governado pela máquina política do Império Romano, em que o indivíduo era praticamente ignorado, os homens anelavam uma comunhão onde pudessem livrar-se do sentimento de solidão e desamparo. Em tal mundo, uma das características mais atraentes da igreja era o calor e a solidariedade da comunhão — comunhão em que todas as distinções terrenas eram eliminadas e os homens e mulheres tomavam-se irmãos e irmãs em Cristo.

1.2.2.5.5 Edificação Sustentar uma norma de conduta moral.

- É o interesse de Deus. (Ef 4.11-16; 1ª Co 12.28; 14.2)
- Pedro e Paulo enfatizam essa necessidade (Cl 1.28, 29; 1ª Pe 2.2).
- Pela evangelização a igreja conquista novos convertidos, pela adoração e louvor, se volta para Deus e, por fim, promove o crescimento de todo o corpo pela edificação.

A igreja é "a luz do mundo", que afasta a ignorância moral; é o "sal da terra", que a preserva da corrupção moral. A igreja deve ensinar aos homens como viver bem, e a maneira de se preparar para a morte. Deve proclamar o plano de Deus para regulamentar todas as esferas da vida e sua atividade. Contra as tendências para a corrupção da sociedade, deve ela levantar a sua voz de admoestação.

Em todos os pontos de perigo deve colocar uma luz como sinal de perigo.

1.2.2.6 A IGREJA LOCAL

A igreja formada de homens e mulheres que creem em Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador, de qualquer raça, nível social, cor e condição social, que obedecem aos preceitos bíblicos de uma vida irrepreensível diante de Deus e os homens.

Entretanto, não basta uma pluralidade de indivíduos para se pensar em igreja de Jesus Cristo. É preciso que estejam presentes as bases da comunhão. (Ef 4.5,6).

1.2.2.6.1 Os Membros da Igreja.

O Novo Testamento estabelece as seguintes condições para os membros da igreja:

- fé implícita no Evangelho e confiança sincera e de coração em Cristo como o único e divino Salvador (Atos 16.31);
- submeter-se ao batismo nas águas como testemunho simbólico da fé em Cristo; e
- confessar verbalmente essa fé. (Rm.10.9,10.)

No princípio, praticamente todos os membros da igreja eram verdadeiramente regenerados. "E todos os dias acrescentava o Senhor à igreja aqueles que se haviam de salvar" (Atos 2.47). Entrar na igreja não era uma questão de unir-se a uma organização, mas de tornar-se membro de Cristo, assim como o ramo é enxertado na árvore. No transcurso do tempo, entretanto, conforme a igreja aumentou em número e em popularidade, o batismo nas águas e a catequese tomaram o lugar da conversão. O resultado foi um influxo na igreja de grande número de pessoas que não eram cristãs de coração. E desde então, essa tem sido mais ou menos a condição da cristandade. Assim como nos tempos do Antigo Testamento havia um Israel dentro dum Israel, israelitas de verdade, bem como israelitas nominais, assim também no transcurso da história da igreja vemos uma igreja, dentro da igreja, cristãos verdadeiros no meio de cristãos apenas de nome. Portanto, devemos distinguir entre a igreja invisível, composta dos verdadeiros cristãos de todas as denominações, e a igreja visível, constituída de todos os que professam ser cristãos — a primeira, composta daqueles cujos nomes estão escritos no céu; a segunda, compreendendo aqueles cujos nomes estão registrados no rol de membros das igrejas. Nota-se a distinção em Mateus 13, onde o Senhor fala dos "mistérios do reino dos céus" — expressão essa que corresponde à designação geral "cristandade".

As parábolas nesse capítulo esboçam a história espiritual da cristandade entre o primeiro e o segundo advento de Cristo, e nelas aprendemos que haverá uma mistura de bons e maus na igreja, até a vinda do Senhor, quando a igreja será purificada e se fará separação entre o genuíno e o falso. (Mt 13.36-43, 47-49.) O apóstolo Paulo expressa a mesma verdade

quando compara a igreja a uma casa na qual há muitos vasos, uns para honra e outros para desonra. (2ª Tm 2.19-21). É a igreja sinônimo do reino de Deus? Que a igreja seja uma fase do reino entende-se pelo ensino de Mt 16. 18, 19, pelas parábolas em Mt 13, e pela descrição de Paulo da obra cristã como sendo parte do reino de Deus (Cl 4.11). Sendo "o reino dos céus" uma expressão extensa, podemos descrever a igreja como uma parte do reino. William Evans assim escreveu: "A igreja pode ser considerada como uma parte do reino de Deus, assim como o Estado de Illinois é parte dos Estados Unidos." A igreja prega a mensagem que trata do novo nascimento do homem, pelo qual se obtém entrada no reino de Deus (João 3.3-5; 1ª Pe 1.23.)

1.2.2.6.2 As Ordenanças da Igreja

O Cristianismo no Novo Testamento não é uma religião ritualista; a essência do Cristianismo é o contato direto do homem com Deus por meio do Espírito. Portanto, não há uma ordem de adoração dogmática e inflexível, antes permitindo à igreja, em todos os tempos e países, a liberdade de adotar o método que lhe seja mais adequado, para a expressão de sua vida. Não obstante, há duas cerimônias que são essenciais, por serem divinamente ordenadas, a saber, o batismo nas águas e a Ceia do Senhor. Em razão de seu caráter sagrado, elas, às vezes, são descritas como sacramentos, literalmente, "coisas sagradas", ou "juramentos consagrados por um rito sagrado". Também são elas mencionadas como ordenanças porque são "ordenadas" pelo próprio Senhor.

O batismo nas águas é o rito do ingresso na igreja cristã, e simboliza o começo da vida espiritual. A Ceia do Senhor é o rito de comunhão e significa a continuação da vida espiritual. O primeiro sugere a fé em Cristo; o segundo sugere a comunhão com Cristo. O primeiro é administrado somente uma vez, porque pode haver apenas um começo da vida espiritual; o segundo é administrado frequentemente, ensinando que a vida espiritual deve ser alimentada.

1.2.2.6.2.1 O Batismo

a. O modo. A palavra "batizar", usada na fórmula de Mateus 28.19.20. significa literalmente mergulhar ou imergir. Essa interpretação é confirmada por eruditos da língua grega e pelos historiadores da igreja. Mesmo eruditos pertencentes a igrejas que batizam por aspersão admitem que a imersão era o modo primitivo de batizar. Além disso, há razões para crer que para os judeus dos tempos apostólicos, o mandamento de ser "batizado" sugeriria "batismo de prosélito", que significava a conversão dum pagão ao Judaísmo. O convertido estava de pé na água, até ao pescoço, enquanto era lida a lei, depois do que ele mesmo se submergia na água, como sinal de que fora purificado das contaminações do paganismo e que começara uma nova vida como membro do povo da aliança. De onde veio, então, a prática da aspersão e de derramar a água? Quando a igreja abandonou a simplicidade do Novo Testamento, e foi influenciada pelas idéias pagãs, atribuiu importância antibíblica ao batismo nas águas, o qual veio a ser considerado inteiramente essencial para se alcançar a regeneração. Era, portanto, administrado aos enfermos e moribundos. Posto que a imersão não era possível em tais casos, o batismo era administrado por aspersão. Mais tarde, por causa da conveniência do método, este generalizou-se. Também, por causa da importância da ordenança, era permitido derramar a água quando não havia suficiente para praticar a imersão. Notem a seguinte citação dum antigo escritor do segundo século, agora concernente ao batismo, batiza assim: havendo ensinado todas essas coisas, batiza em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo, em água viva (corrente). E se não tiveres água viva, batiza em outra água; e se não podes em água fria, então em água morna. Mas se não tiveres nem uma nem outra, derrama água três vezes sobre a cabeça, em o nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Não

obstante, o modo bíblico e original é imersão, o qual corresponde ao significado simbólico do batismo, a saber, morte, sepultura e ressurreição. (Rm 6.1-4.)

b. A Fórmula. "Batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28.19). Como vamos reconciliar isso com o mandamento de Pedro: "...cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo"? (Atos 2.38). Estas últimas palavras não representam uma fórmula batismal, porém uma simples declaração afirmando que recebiam batismo as pessoas que reconheciam Jesus como Senhor e Cristo. Por exemplo, o "Didaquê", um documento cristão escrito cerca do ano 100 A.D., fala do batismo cristão celebrado em nome do Senhor Jesus, mas o mesmo documento, quando descreve o rito detalhadamente, usa a fórmula trinitária. Quando Paulo fala que Israel foi batizado no Mar Vermelho "em Moisés", ele não se refere a uma fórmula que se pronunciava na ocasião; ele simplesmente quer dizer que, por causa da passagem milagrosa através do Mar Vermelho, os israelitas aceitaram Moisés como seu guia e mestre como enviado do céu. Da mesma maneira, ser batizado em nome de Jesus significa encomendar-se inteira e eternamente a ele como Salvador enviado do céu, e a aceitação de sua direção impõe a aceitação da fórmula dada por Jesus no capítulo 28 de Mateus. A tradução literal de Atos 2.38 é: "seja batizado sobre o nome de Jesus Cristo". Isso significa, segundo o dicionário de Thayer, que os judeus haviam de "repousar sua esperança e confiança em sua autoridade messiânica". Note-se que fórmula trinitária é descrita numa experiência. Aqueles que são batizados em nome do triúno Deus, por esse meio estão testificando que foram submergidos em comunhão espiritual com a Trindade. Desse modo pode-se dizer acerca deles: "A graça do Senhor Jesus Cristo e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo seja com vós todos" (2ª Co 13.13).

c. O Recipiente. Todos os que sinceramente se arrependem de seu pecado, professam a fé no Senhor Jesus, são elegíveis para o batismo. Na igreja apostólica o rito era acompanhado das seguintes expressões exteriores:

1. Profissão de fé. (Atos 8.37.)
2. Oração. (Atos 22.16.)
3. Voto de consagração. (1ª Pe 3.21.)

Visto que os infantes não têm pecados de que se arrepender e não podem exercer a fé, logicamente são excluídos do batismo nas águas. Com isso não os estamos impedindo que venham a Cristo (Mt 19.13,14), pois eles podem ser consagrados a Jesus em culto público.

d. A Eficácia. O batismo nas águas, em si não tem poder para salvar; as pessoas são batizadas, não para serem salvas, mas porque já são salvas. Portanto, não podemos dizer que o rito seja absolutamente essencial para a salvação. Mas podemos insistir em que seja essencial para a integral obediência a Cristo. Como a eleição do presidente da nação se completa pela sua posse do governo, assim a eleição do convertido pela graça e pela glória de Deus se completa por sua pública admissão como membro da igreja de Cristo.

e. O Significado. O batismo sugere as seguintes idéias:

1. Salvação. O batismo nas águas é um drama sacro (se nos permitem falar assim), representando os fundamentos do Evangelho. A descida do convertido às águas retrata a morte de Cristo efetuada; a submersão do convertido fala da morte ratificada, ou seja, o seu sepultamento; o levantamento do converso significa a conquista sobre a morte, isto é a ressurreição de Cristo.

2. Experiência. O fato de que esses atos são efetuados com o próprio convertido demonstra que ele se identificou espiritualmente com Cristo. A imersão proclama a seguinte

mensagem: "Cristo morreu pelo pecado para que este homem morresse para o pecado." O levantamento do convertido expressa a seguinte mensagem: "Cristo ressuscitou dentre os mortos a fim de que este homem pudesse viver uma nova vida de justiça."

3. Regeneração. A experiência do novo nascimento tem sido descrita como uma, "lavagem" (literalmente "banho", Tito 3.5), porque por meio dela, os pecados e as contaminações da vida de outrora foram lavados. Assim como o lavar com água limpa o corpo, assim também Deus, em união com a morte de Cristo e pelo Espírito Santo, purifica a alma. O batismo nas águas simboliza essa purificação. "Levanta-te, e lava os teus pecados (isto é, como sinal do que já se efetuou)" (Atos 22.16).

4. Testemunho. "Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo" (Gl 3.27). O batismo nas águas significa que o convertido, pela fé, "vestiu-se" do caráter de Cristo de modo que os homens podem ver a Cristo nele, como se vê o uniforme no soldado. Pelo rito de batismo, o convertido, figurativamente falando, publicamente veste o uniforme do reino de Cristo.

1.2.2.6.2.2 A ceia de Senhor, pontos principais.

Define-se a Ceia do Senhor ou Comunhão como o rito distintivo da adoração cristã, instituído pelo Senhor Jesus na véspera de sua morte expiatória. Consiste na participação solene do pão e vinho, os quais, sendo apresentados ao Pai em memória do sacrifício inexaurível de Cristo, tornam-se um meio de graça pelo qual somos incentivados a uma fé mais viva e fidelidade maior a ele. Os seguintes são os pontos-chave dessa ordenança:

a. Comemoração. "Fazei isto em memória de mim." Cada ano, no dia 4 de julho, o povo norte-americano recorda de maneira especial o evento que o fez um povo livre. Cada vez que um grupo de cristãos se congrega para celebrar a Ceia do Senhor, estão comemorando, dum modo especial, a morte expiatória de Cristo que os libertou dos pecados. Por que recordar a sua morte mais do que qualquer outro evento de sua vida? Porque a sua morte foi o evento culminante de seu ministério e porque somos salvos, não meramente por sua vida e seus ensinamentos, embora sejam divinos, mas por seu sacrifício expiatório.

b. Instrução. A Ceia do Senhor é uma lição objetiva que expõe os dois fundamentos do Evangelho:

1. A encarnação. Ao participar do pão, ouvimos o apóstolo João dizer: "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (João 1.14); ouvimos o próprio Senhor declarar: "Porque o pão de Deus é aquele que desce do céu e dá vida ao mundo" (João 6.33).

2. A expiação. Mas as bênçãos incluídas na encarnação nos são concedidas mediante a morte de Cristo. O pão e o vinho simbolizam dois resultados da morte: a separação do corpo e da vida, e a separação da carne e do sangue. O simbolismo do pão partido é que o Pão deve ser quebrantado na morte (Calvário) a fim de ser distribuído entre os espiritualmente famintos; o vinho derramado nos diz que o sangue de Cristo, o qual é sua vida, deve ser derramado na morte a fim de que seu poder purificador e vivificante possa ser outorgado às almas necessitadas.

c. Inspiração. Os elementos, especialmente o vinho, nos lembram que pela fé podemos ser participantes da natureza de Cristo, isto é, ter "comunhão com ele". Ao participar do pão e do vinho da Ceia, o ato nos recorda e nos assegura que, pela fé, podemos verdadeiramente receber o Espírito de Cristo e ser o reflexo do seu caráter.

d. Segurança. Este cálice é o Novo Testamento no meu sangue"! (1ª Co 11.25). Nos tempos antigos a forma mais solene de aliança era o pacto de sangue, que era selado ou

firmado com sangue sacrificial. A aliança feita com Israel no Monto Sinai foi um pacto de sangue. Depois que Deus expôs as suas condições e o povo as aceitou, Moisés tomou uma bacia cheia de sangue sacrificial e aspergiu a metade sobre o altar do sacrifício, significando esse ato que Deus se havia comprometido a cumprir a sua parte do convênio; em seguida, ele aspergiu o resto do sangue sobre o povo, comprometendo-o, desse modo, a guardar também a sua parte do contrato (Êx 24.3-8). A nova aliança firmada por Jesus é um pacto de sangue. Deus aceitou o sangue de Cristo (Hb 13.20); portanto, comprometeu-se, por causa de Cristo, a perdoar e salvar a todos os que vierem a ele. O sangue de Cristo é a divina garantia de que ele ser benévolo e misericordioso para aquele que se arrepende. A nossa parte nesse contrato é crer na morte expiatória de Cristo. (Rm 3.25,26.) Depois, então poderemos testificar que foram aspergidos com o sangue da nova aliança. (1ª Pe 1.2)

e. Responsabilidade. Quem deve ser admitido ou excluído da Mesa do Senhor? Paulo trata da questão dos que são dignos do sacramento em 1ª Co 11.20-34. "Portanto, qualquer que comer este pão, ou beber este cálice do Senhor indignamente, será culpado (uma ofensa ou pecado contra) do corpo e do sangue do Senhor." Quer isso dizer que somente aqueles que são dignos podem chegar-se à Mesa do Senhor? Então, todos nós estamos excluídos! Pois quem dentre os filhos dos homens é digno da mínima das misericórdias de Deus? Não, o apóstolo não está falando acerca da indignidade das pessoas, mas da indignidade das ações. Sendo assim, por estranho que pareça, é possível a uma pessoa indigna participar dignamente. E em certo sentido, somente aqueles que sinceramente sentem a sua indignidade estão aptos para se aproximar da Mesa; os que se justificam a si mesmos nunca serão dignos. Outrossim, nota-se que as pessoas mais profundamente espirituais são as que mais sentem a sua indignidade. Paulo descreve-se a si mesmo como o "principal dos pecadores" (1ª Tm 1.15). O apóstolo nos avisa contra os atos indignos e a atitude indigna ao participar desse sacramento. Como pode alguém participar indignamente? Praticando alguma coisa que nos impeça de claramente apreciar o significado dos elementos, e de nos aproximarmos em atitude solene, meditativa e reverente. No caso dos coríntios o impedimento era sério, a saber, a embriaguez.

1.2.2.6.3 A Organização da Igreja

1.2.2.6.3.1 O Governo da Igreja.

É evidente que o propósito do Senhor era que houvesse uma sociedade de seus seguidores que comunicasse seu Evangelho aos homens e o representasse no mundo. Mas ele não moldou nenhuma organização ou plano de governo; não estabeleceu nenhuma regra detalhada de fé e prática. Entretanto, ele ordenou os dois singelos ritos de batismo e comunhão. Ao mesmo tempo, ele não desprezou a organização, pois sua promessa concernente ao Consolador vindouro deu a entender que os apóstolos seriam guiados em toda a verdade concernente a esses assuntos. O que ele fez para a igreja foi algo mais elevado do que organização: ele lhe concedeu sua própria vida, tornando-a em organismo vivo. Assim como o corpo vivo se adapta ao meio ambiente, semelhantemente, ao corpo vivo de Cristo foi dada liberdade para selecionar suas próprias formas de organização, segundo suas necessidades e circunstâncias. Naturalmente, a igreja não era livre para seguir nenhuma manifestação contrária aos ensinamentos de Cristo ou à doutrina apostólica. Qualquer manifestação contrária aos princípios das Escrituras é corrupção. Durante os dias que se seguiram ao Pentecoste, os crentes praticamente não tinham nenhuma organização, e por algum tempo faziam os cultos em suas casas e observavam as horas de oração no templo. (Atos 2.46) Isso foi completado pelo ensino e comunhão apostólicos. Ao crescer numericamente a igreja, a

organização originou-se das seguintes causas: primeira, oficiais da igreja foram escolhidos para resolver as emergências que surgiam, como, por exemplo, em Atos 6.1-5; segunda, a posse de dons espirituais separava certos indivíduos para a obra do ministério.

As primeiras igrejas eram democráticas em seu governo, circunstância natural em uma comunidade onde o dom do Espírito Santo estava disponível a todos, e onde toda e qualquer pessoa podia ser dotada de dons para um ministério especial. É verdade que os apóstolos e anciãos presidiam às reuniões de negócios e à seleção dos oficiais; mas tudo se fez em cooperação com a igreja. (Atos 6.3-6; 15.22; 1ª Co 16.3; 2ª Co 8.19; Fl 2.25.) Pelo que se lê em Atos 14.23 e Tito 1.5, poderá entender-se que Paulo e Barnabé nomearam anciãos sem consultar a igreja; mas historiadores eclesiais afirmam que eles os "nomearam" da maneira usual, pelo voto dos membros da igreja. Vemos claramente que no Novo Testamento não há apoio para uma fusão das igrejas em uma "máquina eclesial" governada por uma hierarquia. Nos dias primitivos não havia nenhum governo centralizado abrangendo toda a igreja. Cada igreja local era autônoma e administrava seus próprios negócios com liberdade. Naturalmente os "Doze Apóstolos" eram muito respeitados por causa de suas relações com Cristo, e exerciam certa autoridade. (Atos 15.)

Paulo exercia certa supervisão sobre as igrejas gentílicas; entretanto, essa autoridade era puramente espiritual, e não uma autoridade oficial tal como se outorga numa organização. Embora que cada igreja fosse independente da outra, quanto à jurisdição, as igrejas do Novo Testamento mantinham relações cooperativas umas com as outras. (Rm 15.26, 27; 2ª Co 8.19; Gl 2.10; Rm 15.1; 3ª João 8.) Nos séculos primitivos as igrejas locais, embora nunca lhes faltasse o sentimento de pertencerem a um só corpo, eram comunidades independentes e com governo próprio, que mantinham relações umas com as outras, não por uma organização política que as reunisse todas elas, mas por uma comunhão fraternal mediante visitas de delegados, intercâmbio de cartas, e alguma assistência recíproca indefinida na escolha e consagração de pastores.

1.2.2.6.3.2 O ministério da igreja.

No Novo Testamento são reconhecidas duas classes de ministério:

a. O ministério geral e profético geral, porque era exercido com relação às igrejas de modo geral mais do que em relação a uma igreja particular, e profético, por ser criado pela posse de dons espirituais.

b. O ministério local e prático local porque era limitado a uma igreja, e prático, porque tratava da administração da igreja.

1. O ministério geral e profético.

1) Apóstolos. Eram homens que receberam sua comissão do próprio Cristo em pessoa (Mt 10.5; Gl 1.1), que haviam visto a Cristo depois de sua ressurreição (Atos 1.22; 1ª Co 9.1); haviam gozado duma inspiração especial (Gl 1.11,12; 1ª Ts 2.13); exerciam um poder administrativo sobre as igrejas (1ª Co 5.3-6; 2ª Co 10.8; João 20.22, 23); levavam credenciais sobrenaturais (2ª Co 12.12), e cujo trabalho principal era estabelecer igrejas em campos novos. (2ª Co 10.16) Eram administradores da igreja e organizadores missionários, chamados por Cristo e cheios do Espírito. Os "doze" apóstolos de Jesus, e Paulo (que por sua chamada especial constituía uma classificação à parte), eram apóstolos por preeminência; entretanto, o título de apóstolo também foi outorgado a outros que se ocupavam na obra missionária. A palavra "apóstolo" significa simplesmente "missionário". (Atos 14.14; Rm 16.7) Tem havido apóstolos desde então? A relação dos doze para com Cristo foi uma relação única que

ninguém desde então pôde ocupar. Sem dúvida, a obra de homens tais como João Wesley, com toda razão, pode ser considerada como apostólica.

2) Profetas. Eram os dotados do dom de expressão inspirada. Desde os primeiros dias até ao fim do século constantemente apareceram, nas igrejas cristãs profetas e profetisas. Enquanto o apóstolo e o evangelista levavam sua mensagem aos incrédulos (At 2.7,8), o ministério do profeta, era particularmente entre os cristãos. Os profetas viajavam de igreja em igreja, tanto como os evangelistas o fazem na atualidade; não obstante, cada igreja tinha profetas que eram membros ativos dela.

3) Mestres. Eram os dotados de dons para a exposição da Palavra. Tal qual os profetas, muitos deles viajavam de igreja em igreja.

2. O ministério local e prático.

O ministério local, que era nomeado pela igreja, com base de certas qualidades (1ª Tm 3), inclusive os seguintes:

1) Presbíteros, ou anciãos, aos quais foi dado o título de "bispo", que significa supervisor, ou que serve de superintendente. Exerciam a superintendência geral sobre a igreja local, especialmente em relação ao cuidado pastoral e à disciplina. Seus deveres eram, geralmente de natureza espiritual. Às vezes se chamam "pastores". (Ef 4.11, Atos 20.28.) Durante o primeiro século cada comunidade cristã era governada por um grupo de anciãos ou bispos, de modo que não havia um obreiro só fazendo para a igreja o que um pastor faz no dia de hoje. No princípio do terceiro século colocava-se um homem à frente de cada comunidade com o título de pastor ou bispo.

2) Associados com os presbíteros havia um número de obreiros ajudantes chamados diáconos (Atos 6.1-4; 1ª Tm 3.8-13; Fp 1.1) e diaconisas (Rm 16.1; Fp 4.3), cujo trabalho parece, geralmente, ter sido o de visitar de casa em casa e exercer um ministério prático entre os pobres e necessitados (1ª Tm 5.8-11). Os diáconos também ajudavam os anciãos na celebração da Ceia do Senhor.

1.2.2.6.3.3 Forma de admissão de membros

- Pelo batismo (Mt 28.19; At 2.38).
- Por carta de transferência de outra igreja da mesma fé e ordem.
- Por aclamação, quando já batizados em outra igreja, por imersão e houver dificuldade para apresentar a carta de transferência.
- Por reconciliação, caso tenha sido excluído.

1.2.3 REGENERAÇÃO

1.2.3.1 Definição geral

É o ato operado por Deus diretamente no interior do homem transformando-o numa nova criatura – Jo 3.3. Trata-se de uma experiência íntima e profunda em conjunto com o arrependimento dos pecados. É um ato divino que quer dizer: tornar a ser gerado, ganhar nova vida, reconstrução, restauração, reorganização, revivido – Jo 3.3-7.

1.2.3.2 Etimologia da Palavra

Regeneração é uma palavra oriunda do grego *PALINGENESIA*, que, literalmente, significa o retorno das coisas ao seu primitivo estado, porém, na Escritura Sagrada refere-se à regeneração do homem pecador, isto é, o novo nascimento, nova criação (Gl 6.15; 2ª Co 5.17).



1.2.3.3 A Regeneração à luz da Bíblia

- **Nascimento** – 1ª Jo 5.1; Ap 3.20; 2ª Pe 1.4; Ef 2.19; Fp 4.3.
- **Lavagem** – Tt 3.5;

São várias as descrições bíblicas concernentes ao pecador: desobediente (Rm 2.8); extraviado (Tt 3.3; Rm 3.12); concupiscente (1ª Pe 4.2); imundo (Is 64.6); Doente (Is 1.5,6). Para ser curado e liberto o pecador carece de uma profunda lavagem espiritual (Ef 5.26).

- **Nova criação** – 2ª Co 5.17; Gl 6.15; Ef 2.10.
- **Ressurreição espiritual** – Ef 2.5,6.
- **Renovação** – Cl 3.10
- **Trasladação espiritual** – Cl 1.13; Jo 5.24; 1ª Jo 3.14.

1.2.3.4 A necessidade de Regeneração

Por que a criatura humana necessita da regeneração?

- Todos pecaram – Rm 3.23;
- A perdição espiritual de todos – Ef 2.11; Jo 3.3; Lc 15.24.
- Todos estão debaixo da condenação – Hb 9.27; Rm 8.1; Jo 5.24.
- Somente os filhos de Deus têm direito a sua herança – Rm 8.16,17; Gl 4.7; Tg 2.5.

1.2.3.5 Os meios da Regeneração

Não existem meios humanos de regeneração. Todos os meios apontados pela Escritura são divinos. Deus não quer que ninguém se perca – 1ª Tm 2.4 – mas que cheguem ao pleno conhecimento da verdade e se arrependam para que o Espírito Santo possa operar a transformação radical necessária.

- A obra do Espírito Santo – Jo 3.5
- A Palavra de Deus – 1ª Pe 1.23-25; Tg 1.18.
- A vontade de Deus – 1ª Tm 2.4; Tg 1.18; Jo 1.13; Sl 36.7;
- A ressurreição do Senhor Jesus Cristo – 1ª Pe 1.3

1.2.3.6 Os efeitos da Regeneração

- Acesso ao reino de Deus – Jo 3.5.
- Filiação divina - Jo 1.12,13; Gl 3.26.
- Vida vitoriosa – 1ª Jo 5.4; Rm 8.37.

“Segundo a sua vontade, Ele nos gerou pela palavra da verdade, para que fôssemos como primícias das suas criaturas” – Tg 1.8. A regeneração confirma dentro do coração da pessoa convertida o que Deus realizou diante dos seus santos anjos. Jesus através do seu Sangue vertido na cruz realiza em nós uma transformação interior, que é a regeneração pela fé.

1.2.4 SANTIFICAÇÃO

“Mas, como é SANTO aquele que vos chamou SEDE VÓS SANTOS em TODA a vossa MANEIRA DE VIVER” (1ª Pe 1.15). O apóstolo Pedro foi um discípulo de Cristo que experimentou a SANTIFICAÇÃO. Um momento marcante em sua vida se deu quando Cristo se transfigurou diante dele, Tiago e João (Mc 9.2); Ele ficou tão maravilhado com a experiência que queria ficar para sempre no monte. A santificação deve ser observada pela igreja, pois é a vontade de Deus (1ª Ts 4.3). A santificação é condição indispensável para quem deseja ser arrebatado; é a vontade de Deus, pois sem ela ninguém O verá (Hb 12.14).

A doutrina da santificação é uma das mais belas e sublimes de todas as doutrinas bíblicas. É através dela que o homem sem salvação, perdido e miserável, chega à presença santa de Deus mediante a obra de Jesus Cristo realizada no calvário.

1.2.4.1 Definição geral

- Do grego *HAGIASMOS*... At 27.23; 1ª TSE 5.22; Sl 34.14; 37.27; Rm 6.1,2; 1ª Co 2.14-16

- É um processo e também um estado (santidade/santificação) - Hb 12.10,14; 1ª Co 1.2; 1ª TSE 4.1.

- É a vontade de Deus – 1ª Ts 4.3; 4.3,4; 4.7,8; Ef 1.4; Rm 12.2; Ef 5.17,27; 2ª Ts 2.13.

1.2.4.2 A Santificação à luz da Bíblia

- Separação do mundo - Lv 20.26; Tt 2.14; Jo 15.18,19; 17.14-19

- Rejeição da Imoralidade (“*Astorete*” / “*Astorote*”)- 2º Rs 13.13; 1º Rs 11.5; Jz 2.13; 1º Sm 31.10.

- Entrega total a Deus - Jo 17.19; 1ª Jo 3.3; 1ª Co 6.12-20; 1ª Pe 1.18; At 20.28; Rm 14.9; 2ª Co 5.15; 2ª Co 8.5; Gl 2.20; Rm 12.1; Ct 2.16.

1.2.4.3 A Santificação tem alvos definidos

- Tornar o testemunho do crente brilhante diante do mundo - Is 43.10; 2ª Co 4.6; Mt 5.14-16; Fp 2.15; 2ª Co 3.3.

Carta Registrada (“Carta de Cristo”)

- ✓ conteúdo de valor precioso – 2ª Co 5.18-20; Mt 11.28; Lc 14.17-23.

- ✓ a segurança é maior - Ez 3.21; Is 32.17; 1ª Ts 5.3.

- ✓ o valor é mais alto - Hb 12.14; 1ª Co 6.20; 7.23; Ap 14.4; 5.9; Mt 27.73; Sl 125.1; 71.5.

- ✓ a confiança é maior - Dn 3.23-25(exemplificação); somos registrados até no céu: Ap 21.27; 20.15; Fp 4.1-3.

- ✓ facilidade para se fazer o rastreamento - Ap 2.5; 3.3,4.

Carta Simples - por onde passa não deixa vestígio

- Tornar o crente um instrumento útil ao Espírito Santo - Rm 8.13-16; Gl 5.16-26; 2.20; 1ª Pe 1.2-4; Rm 6.11.

- Tornar o crente apto para o arrebatamento - Hb 12.14; Ap 19.7,8; 1ª Jo 3.3.

1.2.4.4 A Santificação pode ser obtida

- Pelo sangue de Cristo - Hb 13.12; 10.10,14; 1ª Jo 1.7; Hb 9.14

- Pela Palavra de Deus - Jo 17.17; Ef 5.26; Jo 15.3; Hb 4.12; Sl 119.9,11; Jo 13.10-12

- Pelo Espírito Santo - Rm 15.16; 1ª Co 6.11; Sl 51.11.

1.2.4.5 A Santificação e suas maravilhosas bênçãos (algumas)

- Vida vitoriosa - Sl 1.2,3; Sl 51.7-12

- Vida de intenso crescimento espiritual - Jo 17.9; Gl 4.19; Ef 4.12-15; Cl 1.9,10; 2ª Pe 1.5-9.

- Vida eterna com Deus - Rm 6.22

Sem santificação, ninguém verá a Deus. É uma necessidade para o crente viver melhor neste mundo e também poder vencer as batalhas que se travam no contexto espiritual.

1.2.5 ARREPENDIMENTO

A doutrina do arrependimento é a mais nítida prova de que Cristo, verdadeiramente, efetuou uma obra regeneradora na vida de um homem, tirando-lhe de uma situação de pecado e lhe dando uma nova vida, transformando o seu e dando-lhe condições de ser chamado filho de Deus.

O arrependimento é o passo inicial no longo caminho de volta para Deus, quando o homem abre a porta do seu Coração para Deus (Ap 3.20).

Para enxergarmos o mundo espiritual e sentir o Espírito Santo é necessário fé. Só podemos contemplar os Exércitos celestiais e crer nos mistérios de Deus se tivermos fé. Sem fé jamais agradaremos ao Senhor (Hb 11.6).

1.2.5.1 Definindo Arrependimento

Não se consegue vislumbrar o arrependimento numa pessoa sem que ela produza o fruto do arrependimento. Arrependimento é o ato pessoal e consciente de contrição (não é remorso), que permite à criatura humana dar meia-volta em relação aos seus atos pecaminosos e reprováveis, através de uma orientação direta e interior do Espírito Santo.

O escritor aos Hebreus escreve: *“Pelo que, deixando os rudimentos da doutrina de Cristo, prossigamos até a perfeição, não lançando de novo o fundamento do arrependimento de obras mortas e de fé em Deus”* (Hb 6.1). O arrependimento é uma dessas doutrinas rudimentares, ou seja, que pertence ao começo, ao início da nossa fé cristã. Trata-se do primeiro passo para galgarmos os degraus da vida cristã saudável. Contudo, quem ficar somente no rudimento, jamais, alcançará a estatura de varão perfeito e conseqüentemente será sempre menino na fé e não deixará de tomar o leite racional, tal como um menino recém-nascido.

1.2.5.2 O pecado por ignorância – At 3.15,17

Pecar por ignorância é fazer algo pecaminoso, crendo fazer o bem. Muitos têm pisado o sangue de Cristo, negado a Jesus e praticado inúmeros pecados, muitas vezes, por desconhecerem a verdade, não terem, ainda, alcançado o conhecimento da verdade. Devemos lutar para conhecer melhor a Deus – Os 6.3.

1.2.5.3 A necessidade urgente do arrependimento

“todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” Rm 3.23.

1.2.5.4 Uma nova vida pelo arrependimento

O objetivo do arrependimento é o livramento da culpa. Após a remissão da culpa, o pecador passa por uma operação espiritual (regeneração) que o transforma numa nova criatura – 2ª Co 5.17. É o que disse Jesus a Nicodemos: *“Aquele que não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus”* – Jo 3.3. Em Cristo, só pode haver nova vida, transformação do ser se houver arrependimento.

1.2.5.5 O Arrependimento deve ser acompanhado dos seguintes fatores:

- A Confissão – Lc 18.13,14; 2 Sm 12.13; Sl 51; Dn 9.3; Ed 9.10.
- Lágrimas – Lc 17.3,4; Atos 5.3.
- Salvação – João 5.24; Atos 17.30,31.
- Vida nova, transformada – 2ª Co 5.17.
- Alegria completa – Lc 15.7,10, 32.

1.2.5.6 Sobre Arrependimento

- Arrependimento de obras mortas – Hb 6.1
- Arrependimento para conversão – At 3.19;



- Tornar o crente apto para o arrebatamento - Hb 12.14; Ap 19.7,8; 1ª Jo 3.3.
- A convicção do pecado é obra do Espírito Santo – Jo 16.8;

1.2.5.7 Contrição versus Confissão

Contrição é sentimento profundo de culpa. A Confissão é dizer a Deus: “Eu sou culpado”. A tendência humana é para a autojustificação, isto é, para se desculpar e lançar sobre outra pessoa a culpa. Veja-se o exemplo de Adão, que culpou a esposa, Eva. Esta culpou a serpente. Nenhum deles disse a Deus: “Eu pequei!”.

- Exemplo de contrição – Davi deixou exemplos de contrição. (Ele pecou contra o Senhor, mas se humilhou até ao pó – Sl 32.3; Sl 51).
- Exemplo de confissão – Sl 25.7; 32.5; 51.4.
- Alguns são atingidos somente no intelecto – Mt 27.3-5.
- Outros são atingidos apenas nas emoções – Lc 18.9-14.
- A presença do Senhor traz refrigério – 2ª Co 7.10

Sem arrependimento o homem não encontra a felicidade perfeita. A paz só é perfeita quando há confissão de pecados. Quantos pecados encobertos que provocam mortes espirituais?

1.2.6 ADOÇÃO

Adoção é o ato pelo qual uma pessoa recebe como filho próprio a um que não é, conferindo-lhe todos os direitos e obrigações dessa posição. A palavra adoção (no grego, *HUIÓTHESIA*), significa literalmente “por como filho”.

A adoção está ligada à regeneração. A regeneração dá à pessoa a natureza de filho de Deus, a adoção dá-lhe a posição de filho – Jo 1.12; Rm 8.14-17.

1.2.6.1 Direitos da Adoção (Privilégios)

- Garantidos Pelo Espírito Santo – Ef 1.13,14; Gl 4.6,7; 2ª Co 1.20-22; 5.5.
- Privilégios da Adoção:
 - Estar para sempre com o SENHOR – Jo 14.1-3; 1ª Ts 4.17; Mt 28.20
 - Ser co-herdeiro com Cristo – Rm 8.32; Gl 4.7; Tg 2.5
 - Reinar com Cristo – Ef 2.6; AP 5.10; 2ª Tm 2.12; Mt 19.28.

1.2.6.2. Fundamentos da Adoção – Ef 1.11

- A Soberania de Deus – Gl 1.3,4; Is 46.9-11; 55.11.
- O sacrifício vicário de Cristo – Gl 4.4-6; Hb 9.11,12; Rm 5.8-11.
- A graça de Deus – Rm 5.15; Ef 2.5-8; Rm 4.16,17.
- O amor de Deus – 1ª Jo 3.1

1.2.6.3 Condições para a Adoção – (ter a natureza de Deus)

- Fé em Jesus Cristo – Gl 3.26,27; Jo 14.1; 17.3; Rm 3.21-23.
- O Novo Nascimento – Jo 3.6; 1ª Pe 1.23; 1ª Jo 5.1.
- Apartar-se do mundo – 2ª Co 6.17,18.
- Vencer – Ap 21.3,7.

1.2.6.4 Características dos Filhos de Deus

- Guiados pelo Espírito Santo – Rm 8.14.
- Não vive no pecado – 1ª Jo 3.9.
- Purifica-se a si mesmo – 1ª Jo 3.3; Ap 22.11; Dn 12.10.



- Tem amor no coração – 1ª Jo 4.7-10.
- Confessa Jesus Cristo – 1ª Jo 4.15; Hb 3.1
- Vence o mundo – 1ª Jo 5.4,5.

1.2.7 JESUS CRISTO

Uma das lutas mais difíceis que a Igreja de Cristo tem travado com os críticos da Teologia e das Doutrinas Bíblicas é sem dúvida no assunto que diz respeito da divindade de Jesus Cristo.

A doutrina da divindade de Cristo é fundamental na Bíblia e no Cristianismo. Rm 10.9; At 9.5; Jo 9.38.

1.2.7.1 A Humanidade do Senhor Jesus Cristo Demonstrada

Jesus Cristo era o Filho do homem, conforme Ele mesmo se proclamou. É nessa qualidade que Ele se identifica com toda a raça humana. Para Ele convergem todas as linhas da humanidade.

1.2.7.1.1. Pela sua ascendência humana

- E nasceu de mulher – Gl 4.4; Mt 1.18; 2.11; 12.47; Jo 2.1; Hb 10.5.
- Da descendência humana de Davi – Rm 1.3; At 13.22,3; Lc 1.31-33; Mt 1.1.

1.2.7.1.2. Por seu crescimento e desenvolvimento naturais

Jesus Cristo estava sujeito às leis comuns do desenvolvimento humano e do crescimento gradativo em sabedoria e estatura – Lc 2.40, 46, 52.

1.2.7.1.3. Por sua aparência pessoal

Jesus Cristo tinha aparência de homem, e ocasionalmente confundiram-no com outros homens – Jo 4.9.

1.2.7.1.4. Por sua natureza humana completa

- Ele possuía corpo físico – Mt 26.12
- Ele possuía alma racional – Mt 26.38
- Ele possuía espírito humano – Lc 23.46.

1.2.7.1.5. Pelas suas limitações humanas sem pecado

- Era sujeito à fadiga corporal – Jo 4.6
- Era sujeito à necessidade de sono – Mt 8.24.
- Era sujeito à fome – Mt 21.18.
- Era sujeito à sede – Jo 19.28.
- Era sujeito aos sofrimentos físicos e à dor – Lc 22.44.
- Em sua vida corporal, tinha a capacidade para morrer – 1 Co 15.3
- Tinha capacidade para crescer em conhecimento – Lc 2.52.
- Tinha capacidade para adquirir conhecimento mediante a observação – Mc 11.13.
- Tinha capacidade para se limitar em seu conhecimento – Mc 13.32.
- Dependia da oração para ter poder – Mc 1.35.
- Dependia da unção do Espírito Santo para manifestar poder – At 10.38.

1.2.7.1.6. Pelos nomes humanos que lhe foram dados, por Ele mesmo ou por outros.

- Jesus – Mt 1.21
- Filho do Homem – Lc 19.10
- Jesus, o Nazareno – At 2.22



- O Profeta – Mt 21.11
- O Carpinteiro – Mc 6.3
- Cristo Jesus, Homem – 1ª Tm 2.5.

1.2.7.1.7. Pelo relacionamento humano que Ele mantinha com Deus

Jesus Cristo chamou o Pai de “meu Deus”, e “meu Pai”, tomando assim o lugar e assumindo o caráter de homem – Mc 15.34; Jo 20.17.

1.2.7.2 A Divindade do Senhor Jesus Cristo

Um dos pontos salientes da doutrina cristológica consiste da afirmativa segundo a qual Jesus Cristo tinha uma dupla natureza, o que o fazia cem por cento homem e cem por cento Deus. Apesar disto, não poucas vezes, ao longo dos séculos, têm se levantado contra esta verdade, e principalmente, contra a Sua divindade.

2.7.2.1. Falsos conceitos quanto à divindade de Jesus Cristo

- O Arianismo – considerava a Cristo como o mais elevado dos seres criados, enquanto negava a sua divindade e interpretava erroneamente sua humanidade.
- O Ebionismo – negava a natureza divina de Cristo, considerando-o um simples homem.
- O Cerintianismo – pregava não haver duas naturezas em Cristo, senão a partir do seu batismo, estabelecendo-se assim a sua divindade.
- O Docetismo – negava a realidade do corpo de Cristo, julgando que sua natureza não podia estar ligada à carne, que segundo o referido sistema, é inerentemente má.
- O Apolinarianismo – admitia que Cristo tinha apenas duas partes humanas, negando alma humana.
- O Nestorianismo - negava a união das duas naturezas humana e divina em Cristo, fazendo dele duas pessoas.
- O Eutiquianismo – afirmava que as duas naturezas de Cristo se uniam numa só, fazendo dele duas pessoas.
- O Jeovismo – ensina que Cristo não é Deus, mas que apenas estava “existindo na forma de Deus”.

1.2.7.2.2. A Divindade de Cristo na Escritura

Contrário à voz da apostasia, o testemunho da Escritura é que:

- Cristo é Deus – Jo 1.1; 10.30,33,38; 14.9,11; 20.28; 2ª Co 5.19; 1ª Pe 1.2; 1ª João 5.6; Is 9.6.
- Cristo é Todo-Poderoso – Mt 8.18; Ap 1.8.
- Cristo é eterno – Jo 8.58; 1.18; 6.57; 8.19; 10.30,38; 14. 7,9,10,20; 16.28; 17.21.
- Cristo é Criador – Jo 1.3.

1.2.7.2.3. Declarações acerca da Divindade de Jesus Cristo

- Dos Apóstolos – Jo 6.69; 20.31; Cl 2.9;
- De João Batista – Jo 1.34
- Do Anjo Gabriel – Lc 1.31-35.
- Do Próprio Cristo – Jo 10.36.
- Do Pai – Mt 3.17; Sl 2.7; Mc 1.11; 2ª Pe 1.17.



1.2.7.3 O Caráter de Jesus Cristo

1.2.7.3.1 – A Santidade de Cristo:

- Isento de toda contaminação – 1ª Jo 3.5;
- Imaculadamente e absolutamente puro – 1ª Jo 3.3.

1.2.7.3.2 – Testemunhos quanto a Santidade de Jesus Cristo:

- Do espírito imundo – Mc 1.23,24;
- De Judas Iscariotes – Mt 27.3,4;
- Da esposa de Pilatos – Mt 27.19;
- Do malfeitor moribundo – Lc 23.41;
- Do centurião romano – Lc 23.41;
- Do apóstolo Pedro – At 3.14;
- Do apóstolo João – 1ª Jo 3.5;
- De todo grupo apostólico – At 4.27;
- Do próprio Jesus – Jo 8.46;
- De Deus Pai – Hb 1.8,9.

1.2.7.4 A Santidade de Jesus Cristo manifesta:

- Por sua atitude para com o pecado e a justiça – Hb 1.9;
- Por suas ações referentes ao pecado e à vontade de Deus – 1ª Pe 2.22;
- Pela sua exigência de santidade por parte dos outros – Mt 5.48;
- Pela sua repreensão do pecado e dos pecadores – Mt 16.23;
- Mediante seu sacrifício para salvar os homens do pecado – 1ª Pe 2.24;
- Pelo castigo destinado aos impenitentes – 2ª Ts 1.7,9.

1.2.7.5 A necessidade da morte de Jesus Cristo:

- A Santidade de Deus tornou-a necessária – Hc 1.13;
- O amor de Deus tornou-a necessária – Jo 3.16;
- O pecado do homem tornou-a necessária – 1ª Pe 2.25;
- O cumprimento da Escritura tornou-a necessária – Lc 24.24-27;
- O propósito de Deus tornou-a necessária – At 2.23.

1.2.8 ANJOS

A palavra anjo é mencionada na Bíblia muitas vezes, que segundo estudos, é empregada em quatro sentidos: com referência a Deus; a Cristo; a Anjos propriamente ditos; e aos Homens.

Os anjos não são divinos, mas seres criados, e, portanto, não devem ser adorados (Ap 19.10). Teologicamente, há três classes de pessoas: a pessoa divina, a pessoa angelical e a pessoa humana. Os anjos integram a 2ª classe de pessoas acima mencionadas, não sendo, pois divino, nem humano, estão ao nosso serviço para que herdemos a vida eterna! Constituem uma ordem de criaturas de natureza espiritual, mais elevada do que o homem no seu estado presente. Com uma missão primordial, a de executar as ordens de Deus, a quem servem, especialmente no que diz respeito ao povo de Deus salvo - Hb 1.13,14.

1.2.8.1 NATUREZA

Quando a natureza os anjos são:

a. Criaturas. Contrariando varias pseudo-doutrinas, são seres criados pelo poder de Deus. Seria estulticia tentar preciar a época exata de sua criação, porém é possível saber que foram criados antes do homem, tendo em vista, a rebelião daqueles sob ordem de Satanás, deixando duas classes — os anjos bons e os anjos maus. Sendo eles criaturas, recusam a adoração (Ap 19.10; 22.8, 9) e ao homem, por sua parte, é proibido adorá-los. (Gl. 2.18)

b. Espíritos. Os anjos são apresentados como espíritos, sendo diferentes dos homens, que estão limitados às condições naturais e físicas. Aparecem e desaparecem à vontade, e movimentam-se com uma rapidez inconcebível sem usar meios naturais. Apesar de serem puramente espíritos, quando autorizados pelo seu Criador, podem assumir a forma de corpos humanos a fim de tornar visível sua presença aos sentidos do homem. (Gn 19.1-3.)

c. Imortais. Eles não estão sujeitos à morte. No Evangelho de Lucas 20.34-36, Jesus na explicação aos saduceus, revela que os santos ressuscitados serão como os anjos no sentido de que não podem mais morrer.

d. Numerosos. Segundo a Escritura dependemos que seu número é muito grande, conforme Dn 7.10; Mt 26,53, Lc 2.13; Hb 12.22. Portanto, temos o seu Criador e Mestre é conhecido como o "Senhor dos exércitos".

e. Sem sexo. Mesmo na sua descrição como como varões, entendemos pela Escritura que na realidade eles são assexuados; não propagam a sua espécie. (Lc. 20.34,35.)

1.2.8.2 CLASSIFICAÇÃO

Visto como "a ordem é a primeira das leis do céu", é de esperar que os anjos estejam classificados segundo o seu posto e atividade. Tal classificação é encontramos em 1ª Pe 3.22. Para um entendimento efetivo ser faz necessário uma leitura em: Cl 1.16; Ef 1.20, 21.)

a. Anjo do Senhor. Ele distingui-se de qualquer outro anjo, devido a maneira pela qual é descrito, É-lhe atribuído o poder de perdoar ou reter pecados, o nome de Deus está nele. (Êx 23.20-23.) Em Êx 32.34 se diz: "Meu anjo irá adiante de ti"; em Êx 33.14 há esta variação: "Minha presença (literalmente, 'meu rosto') irá contigo para te fazer descansar." As duas expressões são combinadas em Is 63.9; "Em toda a angústia deles foi ele angustiado, e o anjo da sua face os salvou." Temos nessa passagens algo de suma importancia acerca desse anjo: primeiro, que o nome do Deus todo poderoso, isto é, seu caráter revelado, está nele; segundo, como uma afirmação, que ele é o rosto de Jeová. Por isso tem o poder de salvar (Is 63.9); de recusar o perdão (Êxo. 23.21). Na identificação que Jacó fez do anjo com o próprio Deus. (Gn 32.30; 48.16.) não se pode evitar a conclusão de que este Anjo é o Filho de Deus, o Messias, o Libertador de Israel, e o que seria o Salvador do mundo. Portanto, o Anjo do Senhor é realmente um ser incriado.

b. Arcanjo. Miguel é mencionado como o arcanjo, o anjo principal. (Jd 9; Ap 12.7; 1ª Ts 4.16.) A maneira pela qual Gabriel é mencionado, também indica que ele é de uma classe muito elevada. Ele está diante da presença de Deus (Lc 1.19) e a ele são confiadas as mensagens de mais elevada importância com relação ao reino de Deus. (Dn 8.16; 9.21.)

c. Querubins. Entendemos, com base nos textos Bíblicos, ser uma classe elevada de anjos relacionados com os propósitos retributivos (Gn 3.24) e redentores (Êx 25.22) de Deus, para com o homem. Eles são descritos como tendo rostos de leão, de homem, de boi e de águia, e isto sugere que representam uma perfeição de criaturas — força de leão, inteligência de homem, rapidez de guia, e serviço semelhante ao que o boi presta. Essa composição de formas

e sua aproximação de Deus demonstram que a criação será liberta do cativeiro da corrupção do pecado. (Rm 8.21).

d. Serafins. Encontrados na leitura do profeta Isaías, capítulo 6, sem muitos detalhes. A palavra serafins significa literalmente "ardentes".

1.2.8.3 CARÁTER

a. Obedientes. Eles cumprem os encargos atribuídos por seu Criador sem questionar ou vacilar. (Sl 103.20; Jd 6; 1ª Pe 3.22).

b. Reverentes. Apresentamos como sua atividade mais elevada a adoração a Deus. (Ne 9.6; Fl 2.9-11; Hb 1.6.)

c. Sábios. Tomando como base a expressão proverbial que era utilizada em Israel "Como um anjo... para discernir o bem do mal" (2º Sm 14.17.), entendemos que a inteligência dos anjos excede a dos homens nesta vida, porém é finita por ser de uma criatura de Deus. Eles não podem diretamente discernir os nossos pensamentos (1º Rs 8.39), bem como seus conhecimentos dos mistérios da graça são limitados, (1ª Pe 1.12.)

d. Mansos, Poderosos e Santos. Não tem a disposição de abrigar ressentimentos pessoais, nem de proferir injúrias aos seus opositores. (2ª Pe 2.11; Jd 9.). Não são todo-poderoso e sim "magníficos em poder" (Sl 103.20). Tendo em vista serem separados por Deus e para Deus, são "santos anjos" (Ap 14.10).

1.2.8.4 OBRA

a. Agentes de Deus. No Livro Sagrado, são mencionados como os executores dos pronunciamentos de Deus. (Gn 3.24; Nm 22.22-27; Mt 13.39,41,49; 16.27; 24.31; Mc 13.27; Gn 19.1; 2º Sm 24.16; 2 Rs 19.35; At 12.23.)

b. Mensageiros de Deus. A palavra "Anjo" significa literalmente "mensageiro". Por meio dos anjos Deus envia:

1. Anúncios (Lc 1.11-20; Mt 1.20, 21);
2. Advertências (Mt 2.13; Hb 2.2);
3. Instrução (Mt 28.2-6; At 10.3; Dn 4.13-17).
4. Encorajamento (Atos 27.23; Gên. 28.12);
5. Revelação (At 7.53; Gl 3.19; Hb 2.2; Dn 9.21-27; Ap 1.1).

c. Servos de Deus. "não são porventura todos eles espíritos ministradores, enviados para servir a favor daqueles que hão de herdar a salvação?" (Hb 1.14). Os anjos são enviados para sustentar (Mt 4.11; Lc 22.43; 1º Rs 19.5); para preservar (Gn 16.7; 24.7; Êx 23.20; Ap 7.1); para resgatar (Nm 20.16; Sl 34.7; 91.11; Is 63.9; Dn 6.22; Gn 48.16; Mt 26.53); para interceder (Zc 1.12; Ap 8.3,4. Não podemos ser dogmáticos sobre o assunto; entretanto, as promessas de ajuda por parte dos anjos são suficientemente numerosas e claras para proverem uma fonte de ânimo para todos os cristãos.

1.2.8.5 SATANÁS

Alguns afirmam que não existe tal ser, o diabo; mas depois de observar-se o mal que existe no mundo, é lógico que se pergunte: "Quem continua a fazer a obra de Satanás durante a sua ausência, se é que ele não existe? As escrituras nos revelam:

1.2.8.5.1. Sua origem. (Is 14.12-15; Ez 28.12-19).

A concepção popular de um diabo com chifres, pés de cabra, e de aparência horrível teve sua origem na mitologia pagã e não na Bíblia. De acordo com as Escrituras, Satanás era originalmente Lúcifer (literalmente, "o que leva luz"), o mais glorioso dos anjos. Mas ele, orgulhosamente, aspirou a ser "como o Altíssimo" e caiu na "condenação do diabo" (1ª Tm 3.6).

Notemos os antecedentes históricos nos capítulos 14 de Isaias e 28 de Ezequiel. Muitos têm perguntado: "Por que os reis da Babilônia e de Tiro são mencionados primeiramente, antes de relatar-se a queda de Satanás?" A resposta é: o profeta descreveu a queda de Satanás tendo em vista um propósito prático. Alguns dos reis de Babilônia e Tiro reivindicaram adoração como seres divinos, o que é uma blasfêmia (Dn 3.1-12; Ap 13.15; Ez 28.2; At 12.20-23), e faziam de seus súditos o jogo de sua ambição cruel.

Para poder admoestar os tais, os inspirados profetas de Deus afastaram o véu do obscuro passado e descreveram a queda do anjo rebelde, que disse: "Eu serei igual a Deus." Esta é a lição prática: Se Deus castigou o blasfemo orgulho desse anjo de tão alta categoria, como deixar de julgar a qualquer rei que se atreva a usurpar o seu lugar? Notemos como Satanás procurou contagiar nossos primeiros pais com o seu orgulho. (Gn 3.5; Is 14.14).

Notemos como o frustrado orgulho e ambição ainda o consomem, a ponto de desejar ser adorado (Mt 4.9) como "deus deste mundo" (2ª Co 4.4), uma ambição que temporariamente será satisfeita quando ele encarnar o anticristo. (Ap 13.4.)

Como castigo por sua maldade, Satanás foi lançado fora do céu, juntamente com um grupo de anjos que ele havia alistado em sua rebelião. (Mt 25.41; Ap 12.7; Ef 2.2; Mt 12.24.) Ele procurou ganhar Eva como sua aliada; porém, Deus frustrou o plano e disse: "Porei inimizade entre ti e a mulher" (Gn 3.15).

1.2.8.5.2 Seu caráter

As qualificações do caráter de Satanás são indicadas pelos seguintes títulos e nomes pelos quais é conhecido:

a. Satanás literalmente significa "adversário" e descreve seus intentos maliciosos e persistentes de obstruir os propósitos de Deus. Essa oposição manifestou-se especialmente nas suas tentativas de impedir o plano de Deus ao procurar destruir a linhagem escolhida, da qual viria o Messias — atividade predita em Gn 3.15. E desde o princípio ele tem persistido nesta luta. Caím, o primeiro filho de Eva, "era do maligno e matou a seu irmão" (1ª Jo 3.12).

Deus deu a Eva outro filho, Sete, que veio a ser a semente escolhida da qual procederia o Libertador do mundo. Mas o veneno da serpente ainda estava surtindo efeito na raça humana, e, no transcurso do tempo a linhagem de Sete cedeu às más influências e se deteriorou. O resultado foi a impiedade universal da qual resultou o Dilúvio. O plano de Deus, não obstante, não foi frustrado porque havia pelo menos uma pessoa justa, Noé, cuja família se tornou origem de uma nova raça. Dessa maneira fracassou o propósito de Satanás de destruir a raça humana e impedir o plano de Deus. De Sem, filho de Noé, descendeu Abraão, o progenitor de um povo escolhido, por meio do qual Deus salvaria o mundo. Naturalmente os esforços do inimigo se dirigiam contra esta família em particular. Certo escritor traça a astuta oposição de Satanás nos seguintes incidentes: A oposição de Ismael a Isaque, a intenção de Esaú de matar Jacó; e a opressão de Faraó aos israelitas. Satanás é descrito como procurando destruir a igreja, de duas maneiras: interiormente, pela introdução de falsos ensinamentos (1ª Tm 4.1; Mt 13.38,39), e exteriormente pela perseguição (Ap 2.10).

Foi o que se verificou com Israel, a igreja de Deus do Antigo Testamento. A adoração do bezerro de ouro no princípio de sua vida nacional é um caso típico que constantemente ocorreu através de toda a sua história; e no livro de Ester temos o exemplo de um esforço feito para destruir o povo escolhido. Mas o povo escolhido de Deus tem sobrevivido tanto à corrupção da idolatria, quanto à fúria do perseguidor, e isso por causa da graça divina que sempre tem preservado um restante fiel.

Quando se cumpriu o tempo, o Redentor veio ao mundo, e o malvado Herodes planejou matá-lo; porém, mais uma vez Deus prevaleceu e o plano de Satanás fracassou. No deserto, Satanás procurou opor-se ao Ungido de Deus e desviá-lo de sua missão salvadora, porém foi derrotado; e seu Conquistador "andou fazendo o bem, e curando a todos os oprimidos do diabo".

Este conflito secular chegará ao seu clímax quando Satanás se encarnar no anticristo e for destruído na ocasião da vinda de Cristo.

b. Diabo significa literalmente "caluniador". Satanás é chamado assim porque calunia tanto a Deus (Gn 3.2,4,5) como ao homem (Ap 12.10; Jo 1.9; Zc 3,1, 2; Lc 22.31).

c. Destruidor é o sentido da palavra "*Apollyon*" (*grego*), "*Abaddon*" (*hebraico*) (Ap 9.11). Cheio de ódio contra o Criador e suas obras, o diabo desejava estabelecer-se a si mesmo como o deus da destruição.

d. Serpente. "Essa antiga serpente, chamada o diabo" (Ap 12.9) nos faz lembrar aquele que, na antiguidade, usou uma serpente como seu agente para ocasionar a queda do homem.

e. Tentador. (Mt 4.3.) "Tentar" significa literalmente provar ou testar, e o termo é usado também com relação aos tratos de Deus (Gn 22.1). Mas, enquanto Deus põe à prova os homens para seu próprio bem — para purificar e desenvolver o seu caráter — Satanás tenta-os com o propósito malicioso de destruí-los.

f. Príncipe e deus deste mundo. (Jo 12.31; 2ª CO 4.4.) Esses títulos sugerem sua influência sobre a sociedade organizada fora ou à parte da influência da vontade de Deus. "Todo o mundo está no maligno" (no poder do maligno) (1ª Jo 5.19) e está influenciado por ele. (1ª Jo 2.16.) As Escrituras descrevem o mundo como sendo qual vasto conjunto de atividades humanas, cuja trilogia se resume nestas palavras: fama, prazer e bens. A esses três objetivos tudo está subordinado. Hábeis argumentos em defesa dos mesmos criam a ilusão de serem realmente dignos. Esses objetivos gozam ainda da vantagem de vastíssimo aparato literário, comercial e governamental, o qual constantemente reclama dos cidadãos do mundo o culto a esses objetivos, que, na mente, se associam aos mais elevados valores.

Os aplausos do povo se dedicam àqueles que os conseguem. O juízo das coisas é pelo aspecto e o êxito aparentes, fundamentado sobre falsos postulados de honra e mediante falsas idéias de prazer, de valores e da dignidade da riqueza. Ademais, faz-se veemente apelo aos instintos inferiores da nossa natureza, apelo que se reveste da linguagem pretensamente (?)

1.2.8.5.3 Suas atividades

a. A natureza das atividades. Satanás perturba a obra de Deus (1ª Ts 2.18); opõe-se ao Evangelho (Mt 13.19; 2ª Co 4.4); domina, cega, engana e laça os ímpios (Lc 22.3; 2ª Co 4.4; Ap 20.7, 8; 1ª Tm 3.7). Ele aflige (Jo 1.12) e tenta (1ª Ts 3.5) os santos de Deus. Ele é descrito como presunçoso (Mt 4.4, 5); orgulhoso (1ª Tm 3.6); poderoso (Ef 2.2); maligno (Jo 2.4); astuto (Gn 3.1 e 2ª Co 11.3); enganador (Ef 6,11); feroz e cruel (1ª Pe 5.8).

b. A esfera das atividades. O diabo não limita as suas operações aos ímpios e depravados. Muitas vezes age nos círculos mais elevados como "um anjo de luz" (2ª Co 11.14). Deveras,

até assiste às reuniões religiosas, o que é indicado pela sua presença no ajuntamento dos anjos (Jó 1), e pelo uso dos termos: "doutrinas de demônios" (1ª Tm 4.1) e "a sinagoga de Satanás" (Ap 2.9). Frequentemente seus agentes se fazem passar como "ministros de justiça" (2ª Co 11.15). A razão que o leva a frequentar as reuniões religiosas é o seu malicioso intento de destruir a igreja, porque ele sabe que uma vez perdendo o sal da terra o seu sabor, o homem torna-se vítima nas suas mãos inescrupulosas.

c. O motivo das atividades. Por que está Satanás tão interessado em nossa ruína? Responde José Hussiein: "Ele aborrece a imagem de Deus em nós. Odeia até mesmo a natureza humana que possuímos, com a qual se revestiu o Filho de Deus. Odeia a glória externa de Deus, para a promoção da qual temos sido criados e pela qual alcançaremos a nossa própria felicidade eterna. Ele odeia a própria felicidade, para a qual estamos destinados, porque ele mesmo a perdeu para sempre. Ele tem ódio de nós por mil razões e de nós tem inveja." Assim disse um antigo escriba judeu: "Pela inveja do diabo veio a morte ao mundo: e os que o seguem estão a seu lado."

d. As restrições das atividades. Ao mesmo tempo que reconhecemos que Satanás é forte, devemos ter cuidado de não exagerar o seu poder. Para aqueles que crêem em Cristo, ele já é um inimigo derrotado (Jo 12.31), e é forte somente para aqueles que cedem à tentação. Apesar de sua fúria rugidora ele é um covarde, pois Tiago disse: "Resisti ao diabo e ele fugirá de vós" (Tg 4.7). Ele tem poder, porém limitado. não pode tentar (Mt 4.1), afligir (Jo 1.16), matar (Jo 2.6; Hb 2.14), nem tocar no crente sem a permissão de Deus.

1.2.8.5.4 Seu destino.

Desde o princípio Deus predisse e decretou a derrota daquele poder que havia causado a queda do homem (Gn 3.15), e o castigo da serpente até o pó da terra foi um vislumbre profético da degradação e derrota final dessa "velha serpente, o diabo". A carreira de Satanás está em descensão sempre. No princípio foi expulso do céu; durante a Tribulação será lançado da esfera celeste à terra (Ap 12.9); durante o Milênio será aprisionado no abismo, e depois de mil anos, será lançado ao lago de fogo (Ap 20.10). Dessa maneira a Palavra de Deus nos assegura a derrota final do mal.

1.2.8.6 ESPÍRITOS MAUS

1.2.8.6.1 Anjos decaídos

Os anjos foram criados perfeitos e sem pecado, e, como o homem, dotados de livre escolha. Sob a direção de Satanás, muitos pecaram e foram lançados fora do céu. (Jo 8.44; 2 Pe 2.4; Jd 6.) O pecado, no qual eles e seu chefe caíram, foi o orgulho. Alguns têm pensado que a ocasião da rebelião dos anjos foi a revelação da futura encarnação do Filho de Deus e da obrigação de eles o adorarem. Segundo as Escrituras, os anjos maus passam parte do tempo no inferno (2ª Pe 2.4) e parte no mundo, especialmente nos ares que nos rodeiam. (Jo 12.31; 14.30; 2ª Co 4.4; Ap 12.4, 7-9.) Enganando os homens por meio do pecado, exercem grande poder sobre eles (2ª Co 4.3, 4; Ef 2.2; 6.11,12); este poder, não obstante, está aniquilado para aqueles que são fiéis a Cristo, pela redenção que ele consumou. (Ap 5.9; 7.13,14.) Os anjos não são contemplados no plano da redenção (1ª Pe 1.12), mas o inferno foi preparado para o eterno castigo dos anjos maus (Mt 25.41).

1.2.8.6.2 Demônios

As Escrituras não descrevem a origem dos demônios; essa questão parece ser parte do mistério que rodeia a origem do mal. Porém as Escrituras dão claro testemunho da sua

existência real e de sua operação. (Mt 12.26, 27.) Nos Evangelhos aparecem como os espíritos maus desprovidos de corpos, que entram nas pessoas, das quais se diz que têm demônio. Em alguns casos, mais de um demônio faz sua morada na mesma vítima. (Mc 16.9. Lc 8.2.).

Os efeitos desta possessão se evidenciam por loucura, epilepsia e outras enfermidades, associadas principalmente com o sistema mental e nervoso. (Mt 9.33; 12.22; Mt 5.4, 5.) O indivíduo sob a influência de um demônio não é senhor de si mesmo; o espírito mau fala por seus lábios ou o emudece à sua vontade; leva-o aonde quer e geralmente o usa como instrumento, revestindo-o às vezes de uma força sobrenatural. Assim escreve o Dr. Nevius, missionário na China, que fez um estudo profundo sobre os casos de possessão de demônios: Notamos, em pessoas possuídas de demônios na China, casos semelhantes aos expostos nas Escrituras, manifestando-se algumas vezes uma espécie de dupla consciência ou ações e impulsos diretamente opostos e contrários. Uma senhora em Fuchow, apesar de estar sob a influência de um demônio, cujo impulso era fugir da presença de Cristo, sentiu-se movida por uma influência oposta, a deixar seu lar e vir a Fuchow buscar ajuda de Jesus. O mesmo autor chega à seguinte conclusão, baseado num estudo da possessão de demônios entre os chineses: A característica mais surpreendente desses casos é que o processo de evidências de outra personalidade, e a personalidade normal nessa hora está parcial ou totalmente dormente. A nova personalidade apresenta feições de caráter diferentes por inteiro, daquelas que realmente pertencem à vítima em seu estado normal, e esta troca de caráter tende, com raras exceções, para a perversidade moral e impureza. Muitas pessoas, quando possuídas de demônios, dão evidências de um conhecimento do qual não podem dar conta em seu estado normal.

Muitas vezes parece que conhecem o Senhor Jesus Cristo como uma pessoa divina, e mostram aversão e temor a ele. Notemos especialmente estas boas novas: Muitos casos de possessão de demônios têm sido curados por meio de adoração a Cristo, ou em seu nome; alguns mui prontamente, outros com dificuldades. Até onde temos podido descobrir, este método de cura não tem falhado em nenhum caso ao qual tenha sido aplicado; não importa ter sido o caso difícil ou crônico. E, em caso algum, até onde se pôde observar, o mal não voltou, uma vez que a pessoa se tornou crente e continuou a viver uma vida cristã... Como resultado da comparação feita, vemos que a correspondência entre os casos encontrados na China e aqueles registrados nas Escrituras é completa e circunstancial, cobrindo quase todos os pontos apresentados na narração bíblica. Qual o motivo que influi nos demônios a fim de apoderarem-se do corpo dos homens? O Dr. Nevius responde: A Bíblia ensina claramente que todas as relações de Satanás com a raça humana têm por objetivo enganar e arruinar, afastando a nossa mente de Deus e induzindo-nos a infringir suas leis, e trazer sobre nos o seu desagrado. Esses objetivos são conseguidos por meio da possessão de demônios. Produzem-se efeitos sobre-humanos que ao ignorante e desconhecedor parecem divinos. Ele exige e consegue a adoração e a obediência implícitas pela imposição de sofrimentos físicos e por falsas promessas e temíveis ameaças. Desse modo, os ritos e as superstições idólatras, entrelaçadas com os costumes sociais e políticos, têm usurpado em quase todas as nações da história o lugar da adoração única a Deus. (1ª Co 10.20,21; Ap 9.20; Dt 32.16; Is 65.3.).

Quanto aos próprios demônios, parece que eles têm motivos pessoais e próprios. A possessão dos corpos humanos parece proporcionar-lhes um lugar muito desejado de descanso e prazer físico. Nosso Salvador fala dos espíritos maus andando por lugares áridos buscando especialmente descanso nos corpos das vítimas. Quando privados de um lugar de descanso nos corpos humanos, são representados como buscando-o no corpo dos animais inferiores.

(Mt 12. 3-5.) Martinho Lutero disse: "O diabo é o contrafator de Deus." Em outras palavras, o inimigo sempre está contrafazendo as obras de Deus. E certamente a possessão de demônios é uma grotesca e diabólica contratação da mais sublime das experiências — a habitação do Espírito Santo no homem. Note alguns paralelos:

1. A possessão de demônios significa a introdução de uma nova personalidade no ser da vítima, tomando-a, em certo sentido, uma nova criatura. Note como o gadareno endemoninhado (Mt 8.29) falava e se portava como que controlado por outra personalidade. Aquele que é controlado por Deus tem uma personalidade divina habitando nele. (João 14.23.)

2. As elocuições inspiradas pelo demônio são imitações satânicas daquelas inspiradas pelo Espírito Santo.

3. Já se observaram casos em que a pessoa que se rende conscientemente ao poder do demônio, muitas vezes recebe um dom estranho, de forma que pode ler a sorte, ser médium, etc. O Dr. Nevius escreve: "Nesse estado, o endemoninhado desenvolve certas habilidades psíquicas e se dispõe a ser usado. Ele é o escravo voluntário, treinado e acostumado com o demônio." é uma imitação satânica dos dons do Espírito Santo!

4. Frequentemente os endemoninhados manifestam uma força extraordinária e sobre-humana — uma imitação satânica do poder do Espírito Santo. O Senhor Jesus veio ao mundo para resgatar o povo do poder dos espíritos maus e pô-lo sob o controle do Espírito de Deus.

1.2.9 JUSTIFICAÇÃO

Por justificação entende-se o ato pelo qual Deus declara justa a pessoa que a Ele se chega através de Jesus Cristo, Seu Filho. (At 13.39; Rm 3.24-26); Justificado é o veredito divino para quem crê em Jesus Cristo e ninguém pode impugnar.

1.2.9.1 A justificação envolve dois atos:

- O cancelamento da dívida do pecado na “conta” do pecador; e o lançamento da justiça de Cristo em seu lugar, tornando mais claro. “justificação” não é aquilo que o homem é ou tem em si mesmo, mas aquilo que o próprio Cristo é e fez na vida do cristão; (Rm 3.24-26);

- A provisão de Deus – A provisão de Deus nada mais é do que a “Justificação pela fé”. Quando Deus justifica o pecador, Ele não apenas o torna justo, mas, Ele reconhece como tal. Os três meios pelos quais essa justiça opera no homem são:

- A graça de Deus – Rm 3.24;
- O sangue de Cristo – Rm 3.25; e
- A fé que opera em nós – Rm 3.28.

1.2.9.2 As Fontes da Justificação (Rm 8.24)

- A Justificação provém de Deus – Hb 4.16
- Cristo se manifesta cheio de graça ao justificado – Jo 1.14
- O Espírito Santo é o espírito da graça – Hb 10.29
- Graça, poder e favor de Deus dentro do homem – 1ª Co 15.10.

1.2.9.3 Os Fundamentos da Justificação (Rm 5.8)

- A justiça exigida por Deus por sua santidade – Mq 6.8; Sl 51.14; Rm 4.5.
- A justiça de Deus pelas riquezas da graça – Ef 2.7;
- A justiça por causa da fé – Rm 3.22;

1.2.9.4 Instrumento Divino Da Justificação – Rm 3.24

- O sangue de Jesus Cristo – Rm 3.25; Rm 8.32
- O sangue de Cristo santifica – 1ª Jo 1.17
- O sangue de Jesus Cristo conduz à justificação – Rm 5.9

1.2.9.5 As Bênçãos da Justificação – Rm 5.1-11

A justificação não é uma experiência, é uma declaração legal de justiça, só possível mediante um relacionamento perfeito com Cristo. Dessa posição com e em Cristo, advém muitos outros benefícios, dentre os quais se destacam:

- Um novo relacionamento com a lei;
- Um novo relacionamento com Deus;
- Libertação da culpa pessoal; e
- Uma nova perspectiva do porvir.

1.2.10 ESCATOLOGIA

1.2.10.1 DEFINIÇÃO

O termo escatologia deriva de duas palavras gregas: *escathos* e *logos*, que se traduzem por “últimas coisas” e “estudo” ou “tratado”. É o estudo ou doutrina das últimas coisas. É chamada bíblica, no nosso caso, porque ela pode ser extrabíblica.

O estudo da Escatologia requer muita atenção e cuidado para não entrar na classe dos falsos mestres que Paulo enfatizou que, nos últimos tempos surgiriam.

1.2.10.2 A ESTÁTUA E OS QUATRO ANIMAIS DE DANIEL

Comparação entre Daniel 2 (a estátua) e Daniel 7 (os animais)

DANIEL 2 (a estátua)	DANIEL 7 (os animais)	PODER SIMBOLIZADO
Cabeça de ouro	Leão com asas de águia	Babilônia (606-539 a.C)
Peito e braço de Prata	Urso com 3 costelas	Medo-Pérsio (539-331 a.C)
Ventre e coxas de cobre	Leopardo com 4 cabeças	Grécia (331-168 a.C)
Pernas de ferro	Animal com dentes de ferro	Roma (168 a.C-476 d.C)
Pés de ferro e barro	10 chifres do animal	As 10 nações (476 d.C...)
	Chifre pequeno	A identificar
Pedra que quebra a estátua, transformando-se em uma montanha.	Destruição das nações, reino do povo de Deus.	Reino de Deus estabelecido para sempre.

1.2.10.3 AS SETENTA SEMANAS DE DANIEL

O texto de Daniel 9.24-25, diz o seguinte:

“Setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo, e sobre a tua santa cidade para fazer cessar a transgressão, para dar fim aos pecados, para expiar a iniquidade, para trazer a justiça eterna, para selar a visão e a profecia, e para ungir o Santo dos Santos. Sabe, e entende: desde a saída da ordem para restaurar e para edificar Jerusalém, até ao Urgido, ao Príncipe, sete semanas e ses-

senta e duas semanas, as praças e as circunvalações se reedificarão, mas em tempos angustiosos”.

No ano de 445 a.C saiu o decreto real de Artaxerxes comissionando Neemias para reedificar Jerusalém, o que aconteceu 49 anos depois, em 396. A segunda etapa, ou seja, as 62 semanas deveriam ser concluídas com a morte do Urgido, o que se realizou com crucificação de Cristo. A septuagésima semana aguarda os acontecimentos necessários para que tenha início a sua contagem.

1.2.10.4 DESINTEGRAÇÃO DO IMPÉRIO ROMANO EM 10 NAÇÕES

- Os saxões, originando a nação Inglesa;
- Os francos, que deram origem ao povo francês;
- Os alamanos, dando origem à Alemanha;
- Os visigodos, origem da nação espanhola;
- Os suevos, dos quais se originou a nação portuguesa;
- Os lombardos, originando a nação italiana;
- Os burgúndios, dando origem à Suíça;
- Os hérulos, que desapareceram;
- Os vândalos, também desaparecidos; e
- Os ostrogodos, povo que também desapareceu.

1.2.10.5 O ARREBATAMENTO DA IGREJA

1.2.10.5.1 A descrição do arrebatamento

- Os textos: Jo 14.1-3; 1ª Co 15.51-57; 1ª Ts 4.13-18.
- Os acontecimentos
 - A descida de Cristo.
 - A ressurreição dos mortos em Cristo.
 - A transformação de corpos mortais para imortais dos crentes vivos na ocasião.
 - O encontro com Cristo nos ares para a subida ao céu.

1.2.10.5.2. A ocasião do arrebatamento

Pós-milenistas e amilenistas veem o arrebatamento da Igreja no final desta era e simultâneo com a segunda vinda de Cristo. Entre os pré-milenistas, há vários pontos de vista.

1.2.10.5.3. Arrebatamento pré-tribulacional

O arrebatamento da Igreja (isto é, a vinda do Senhor nos ares para os seus santos) ocorrerá antes que comece o período de sete anos da tribulação. Por isso, a Igreja não passará pela tribulação, segundo este ponto de vista.

Provas citadas

- A promessa de ser guardada da hora da provação – Ap 3.10.
- A tribulação é um período de derramamento da ira de Deus, da qual a Igreja já está isenta – Ap 6.17; 1ª Ts 1.10; 5.9.
- O arrebatamento só pode ser iminente se for pré-tribulacional – 1ª Ts 5.6.
- A manifestação do anticristo aguarda a retirada daquele que está retendo a sua aparição – 2ª Ts 2.6-8.

1.2.10.5.4. Arrebatamento mesotribulacional

O arrebatamento ocorrerá depois de transcorridos três anos e meio do período da tribulação.

Provas citadas

- A última trombeta de 1ª Co 15.52 é a sétima trombeta de Apocalipse 11.15, que soa na metade da tribulação.
- A grande tribulação é composta apenas dos últimos três anos e meio da septuagésima semana da profecia de Daniel 9.24-27, e a promessa de libertação da Igreja só se aplica a esse período (Ap 11.2; 12.6).
- A ressurreição das duas testemunhas retrata o arrebatamento da Igreja, e sua ressurreição ocorre na metade da tribulação – Ap 11.3,11.

1.2.10.5.5. Arrebatamento pós-tribulacional

O arrebatamento acontecerá ao final da tribulação. O arrebatamento é distinto da segunda vinda, embora seja separado dela por um pequeno intervalo de tempo. A Igreja permanecerá na terra durante todo o período da tribulação.

Provas citadas

- O arrebatamento e a segunda vinda são descritos pelas mesmas palavras.
- Preservação da ira significa proteção sobrenatural para os crentes durante a tribulação, não libertação por ausência (assim como Israel permaneceu no Egito durante as pragas, mas foi protegido de seus efeitos).
- Há santos na terra durante a tribulação – Mt 24.22.

1.2.10.5.6. O Tribunal de Cristo – Lc 14.14; Rm 14.10; 2ª Co 5.10.

- Participantes – 2ª Co 5.1-10.
- Julgamento das obras – 1ª Co 3.10-15.

1.2.10.5.7. As Bodas do Cordeiro – Ap 19.7-8.

- Participantes – Ap 19.7, 8.
- A vinda do noivo com a noiva – Ap 19.11-14.
- A ceia das bodas – Ap 19.9; Mt 22.1-14; Mt 25.1-13; Lc 12.36-37.

1.2.10.6 A TRIBULAÇÃO – Dn 9.27; Ap 11.3, 7; 13.5.

1.2.10.6.1. Sua duração

É a 70ª semana de Daniel e, portanto, durará sete anos (Dn 9.27). A metade desse período é apresentada pelas expressões “42 meses” e “1.260 dias” – Ap 11.2-3; 13.5.

1.2.10.6.2. Sua descrição

- Julgamento sobre o mundo. As três séries de juízos descrevem esse julgamento (selos, Ap 6; trombetas, Ap 8-9.; taças, Ap 16).
- Perseguição contra Israel – Mt 24.9,22; Ap 12.17.
- Salvação de multidões – Ap 7.
- Ascensão e domínio do anticristo – 2ª Ts 2, 3; Ap 13.

1.2.10.6.3. Seu desfecho

A tribulação terminará com a reunião das nações para a batalha de Armagedom e com o retorno de Cristo a terra – Ap 19.

De acordo com Dn 9.27, o anticristo fará uma aliança com Israel por uma semana de anos. O que leva muitas pessoas a pensar que o período da grande tribulação é de 7 anos. No

entanto o mesmo texto diz que na metade da semana o anticristo quebrará a aliança e profanará o templo, exigindo adoração para si no santuário. Os juízos de Deus não serão derramados sobre o anticristo, enquanto este estiver compromissado com Israel passando-se por Messias. Israel só vai perceber que o anticristo não é o Messias, quando ele quebrar a aliança e exigir adoração. Essa primeira metade da septuagésima semana de Daniel, parece indicar que está acontecendo o período da falsa paz descrita em 1ª Tessalonicenses 5.3. Para trazer mais luz a este entendimento, no livro de Apocalipse 11. 3-7, é dada autoridade as duas testemunhas para profetizar por 1.260 dias, que equivale aos primeiros três anos e meio, da sétima semanas de anos de Daniel. Ainda no capítulo 13. 5 de Apocalipse, é dada a besta autoridade para agir 42 meses, que equivale aos três anos e meio, da segunda metade da septuagésima semana de Daniel. Conforme análise dos textos cima citados, é provável que o período da grande tribulação se efetue nos últimos 3 anos e meio, da última semana de Daniel.

1.2.10.6.4 As duas Testemunhas – Ap 11.3

As duas testemunhas profetizarão por 1.260 dias vestidas de saco, o que corresponde a 1ª metade da septuagésima semana de Daniel. Como agentes de juízos elas poderão fazer o seguinte:

- Sai fogo das suas bocas e devora seus inimigos;
- Têm poder para fechar o céu;
- Têm poder para converter as águas em sangue;
- Têm poder para ferir a terra com toda sorte de flagelos, quantas vezes quiserem.

1.2.10.6.5 Os julgamentos dos selos – 6.1-17.

- 1º selo: cavalo branco – conquistador – 6.1-2.
- 2º selo: cavalo vermelho – guerra – 6.3-4.

Tira a paz da terra para que os homens se matem uns aos outros.

- 3º selo: cavalo preto – fome – 6.5-6.

Falta de alimento.

- 4º selo: cavalo amarelo – morte – 6.7-8.

Morte seguida pelo inferno. Foi dada autoridade sobre a quarta parte da terra, para matar a espada, pela fome, por doença e pelas feras do campo.

- 5º selo: mártires sob o altar – 6.9-11.

É mostrada a situação dos mártires até aquele momento da tribulação.

- 6º selo: a ira do cordeiro – 6.12-17.

É dada uma visão antecipada da situação da terra quando da aplicação do juízo da 7ª taça.

- 7º selo: silêncio no céu por quase meia hora – 8.1.

Sete anjos recebem as 7 trombetas dos juízos.

1.2.10.6.6 Os julgamentos das trombetas – 8.1-9.21.

- 1ª trombeta: saraiva e fogo sobre a terra – 8.7; Êx 9.18; Jó 38.22-23.

Foi queimada a terça parte da terra, das árvores e toda erva verde.

- 2ª trombeta: o mar é ferido – 8.8-9; Ex 7.17.

Uma montanha ardendo em chamas é lançada no mar. A terça parte do mar se transforma em sangue. Morre a terça parte das criaturas e destruída a terça parte das embarcações.

- 3ª trombeta: um terço dos rios e das fontes das águas são feridos – 8.10-11.

Uma grande estrela por nome absinto ardendo como tocha caiu nos rios e nas fontes das águas tornando-as amargas.

- 4ª trombetas: os astros são feridos – 8.12-13.

Foi ferida a terça parte do sol, da lua e das estrelas para que na terra, a terça parte deles, escurecesse de dia e de noite.

- 5ª trombeta: os homens são feridos – 9.1-12; Êx 10.4; Lc 8.31; Jd 6.

Uma estrela caída do céu abre o poço do abismo, de onde sai demônios na forma de gafanhotos.

- 6ª trombeta: morta à terça parte dos homens – 9.13-21; 2º Rs 6.17.

Quatro anjos que estão presos junto ao rio Eufrates são solto e formam um exército de duzentos milhões de cavaleiros.

• 7ª trombeta: o reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo; e Ele reinará pelos séculos dos séculos. Logo após um período parentético segue o juízo das taças.

1.2.10.6.7 Os julgamentos das taças – 16.1-21.

- 1ª taça: úlceras malignas – 16.1-2; Êx 9.9; Jô 2.7.
- 2ª taça: o mar torna-se em sangue – 16.3; Êx 7.17; Ap 8.8.
- 3ª taça: os rios e as fontes tornam-se em sangue – 16.4-7; Êx 7.24; Ap 8.11.
- 4ª taça: calor do sol torna-se intenso – 16.8-9.
- 5ª taça: trevas – 16.10-11; Êx 10.21.
- 6ª taça: o rio Eufrates seca-se – 16.12-16; Êx 14.16; Js 3.15-16.
- 7ª taça: destruição global – 16.17-21.

Os primeiros quatro selos introduzem “os quatro cavaleiros do Apocalipse”, que são personificações de uma série de julgamentos parciais que vão se cumprindo gradativamente. Alguns acreditam que, com o quebrar de cada um destes selos, o Cordeiro libera um tipo do juízo da ira de Deus, que há de persistir através de todo o período de sete anos da Grande Tribulação.

1.2.10.7 A SEGUNDA VINDA DE CRISTO – 19.11-16

1.2.10.7.1 Posição pós-milenista

A segunda vinda de Cristo se dará depois do milênio.

1.2.10.7.1.1 Ordem dos acontecimentos

A parte final da era da Igreja (isto é, os seus últimos 1.000 anos) é o milênio, que será uma época de paz e abundância promovida pelos esforços da Igreja. Depois disso, Cristo virá. Seguir-se-á então uma ressurreição generalizada, e depois desta um juízo geral e a eternidade.

1.2.10.7.1.2 Método de interpretação

A interpretação pós-milenista é amplamente espiritualizada no que tange a profecia. Apocalipse 20, todavia será cumprido num reino terreno, estabelecido pelos esforços da Igreja – Is 65.17-25.

1.2.10.7.2 Posição Amilenista

A Segunda vinda de Cristo se dará no fim da época da Igreja e não existe um milênio na terra. Estritamente falando, os amilenistas creem que a presente condição dos justos no céu é o milênio, e que não há ou haverá um milênio terrestre. Alguns amilenistas tratam a soberania de Cristo sobre os corações dos crentes como se fosse o milênio.

1.2.10.7.2.1 Ordem dos acontecimentos

A era da Igreja terminará num tempo de convulsão, Cristo voltará, haverá ressurreição e juízo gerais e, depois, a eternidade.

1.2.10.7.2.2 Método de interpretação

A interpretação amilenista espiritualiza as promessas feitas a Israel como nação, dizendo que são cumpridas na Igreja. De acordo com esse ponto de vista, Apocalipse 20 descreve a cena das almas no céu durante o período entre a primeira e a segunda vinda de Cristo – Is 65.17-25.

1.2.10.7.3 Posição pré-milenista

A segunda vinda de Cristo acontecerá antes do milênio.

1.2.10.7.3.1 Ordem dos acontecimentos

A era da Igreja termina no tempo da tribulação, Cristo volta a terra, estabelece e dirige seu reino por 1.000 anos, ocorrem a ressurreição e o juízo dos não salvos, e depois vem a eternidade.

1.2.10.7.3.2 Método de interpretação

O pré-milenismo segue o método de interpretação normal, literal, histórico-gramatical. Apocalipse 20 é entendido literalmente – Is 65.17-25.

1.2.10.7.4 O Armagedom – Ap 19.17-21; Zc 13.8-9; 14.1-5 e 12; Ap 16.17-19.

O momento chegou, o dia pelo qual esperaram os patriarcas, esperaram os reis de Israel, esperaram os santos profetas e espera a Igreja; é o dia da revelação, do apocalipse, a segunda vinda de Cristo. As forças do anticristo sairão do oriente e se reunirão no Armagedom. Eles são os exércitos da última rebelião do sistema babilônico e se reunirão para fazer a guerra contra o Cordeiro. O Rei toma posse do que é seu. Aqueles exércitos não podem fazer nada contra a espada aguda que saiu de sua boca, pelo poder de sua palavra.

Como resultado desta guerra, a besta e o falso profeta serão “lançados vivos no lago de fogo”.

1.2.10.8 O MILÊNIO – 20.1-15

1.2.10.8.1 Definição

O milênio é o período de 1.000 anos em que Cristo reinará sobre a terra, dando cumprimento às alianças abraâmica e davídica, bem como à nova aliança.

1.2.10.8.2 Suas designações

- Reino dos céus – Mt 6.10.
- Reino de Deus – Lc 19.11.
- Reino de Cristo – Ap 11.15.

1.2.10.8.3 Seu governo

- Seu Cabeça será Cristo – Ap 19.16.
- Seu caráter. Um reino espiritual que produzirá paz, equidade, justiça, prosperidade e glória – Is 11.2-5.
- Sua capital será Jerusalém – Is 2.3.

1.2.10.8.4 Sua relação com Satanás

Durante este período Satanás estará acorrentado, sendo liberto ao seu final, para liderar uma revolta final contra Cristo (Ap 20). Satanás será derrotado e lançado definitivamente no lago de fogo.

1.2.10.8.5 As Ressurreições

1.2.10.8.5.1 A ressurreição dos justos (Lc 14.14; Jo 5.28-29)

- Inclui os mortos em Cristo, que são ressuscitados no arrebatamento da Igreja – 1ª Ts 4.16.
- Inclui os salvos durante o período da tribulação – Ap 20.4.
- Inclui os santos do AT – Dn 12.2 – alguns creem que serão ressuscitados no arrebatamento; outros pensam que isso se dará na segunda vinda. Todos estes são incluídos na primeira ressurreição.

1.2.10.8.5.2 A ressurreição dos ímpios

Todos os não salvos serão ressuscitados depois do milênio para comparecerem perante o grande trono branco e serem julgados (Ap 20.11-15). Esta segunda ressurreição resulta na segunda morte para todos os envolvidos.

1.2.10.8.6 Os Juízos Futuros

- O julgamento das obras dos crentes - 1ª Co 3.11-15; 2ª Co 5.10.
- O julgamento das nações (ou dos gentios) Mt 25.31-46; Jl 3.2.
- Julgamento de Israel - Ez 20.33-38.
- Julgamento dos anjos caídos - Jd 6; 1ª Co 6.3.
- Julgamento dos mortos não redimidos - Ap 20.11-15; Jo 5.22,27.

1.2.10.9 O ESTADO ETERNO – 21.1-22.5

- A Descida da Nova Jerusalém

A nova Jerusalém é verdadeiramente santa, preparada por Deus para uma hora e propósito especial. Ela já existe no céu (Gl 4.26). É a cidade que Abraão buscou, e que todo o povo de Deus continua a buscar. O próprio Deus é o seu arquiteto e fundador (Gl 4.26; Fp 3.20; Hb 11.10, 13, 16). O Tabernáculo (habitação) de Deus. A partir daqui, o Senhor Deus estará continuamente com a raça humana na terra. Num certo sentido, céu e terra se convergirão num único ponto. A nova Jerusalém, que estará sobre a terra, será o quartel general de Deus. Não mais estaremos separados. Nós, sobre a terra, e Deus em seu trono. As especiais manifestações de sua presença serão contínuas. Ele estará com o seu povo para sempre (Lv 26.11,12; Jr 31.32; Ez 37.27; Zc 14.9; Hb 8.2; 9.11).

1.2.11 ESPÍRITO SANTO

1.2.11.1 A Natureza do Espírito Santo

Quem é o Espírito Santo? A resposta a esta pergunta encontrar-se-á no estudo dos nomes que lhes forma dados, os símbolos que ilustram suas obras.

1.2.11.1.1 Os nomes do Espírito Santo

a. Espírito de Deus. O Espírito é o executivo da Divindade, operando tanto na esfera física como na moral. Por intermédio do Espírito, Deus criou e preserva o universo. Por meio do Espírito – “o dedo de Deus” (Lc 11.20) – Deus opera na esfera espiritual, convertendo os pecadores, santificando e sustentando os crentes.

b. Espírito de Cristo. (Rm 8.9). Não há nenhuma distinção especial entre as expressões Espírito de Deus, Espírito de Cristo e Espírito Santo. Há somente um Espírito Santo, da mes-

ma maneira como há somente um Deus e um Filho. Mas o Espírito Santo tem muitos nomes que descrevem seus diversos ministérios.

Porque o Espírito é chamado o Espírito de Cristo? **1)** Porque ele é enviado em nome de Cristo (Jo 14.26). **2)** Porque Ele é o Espírito enviado por Cristo.

c. o Consolador. Esse é o título dado ao Espírito no Evangelho de João capítulos 14 a 17. A palavra (“*paráclito*”, no grego) significa alguém chamado para ficar ao lado de outrem, com o propósito de ajudá-lo em qualquer eventualidade, especialmente em processos legais e criminais.

d. O Espírito Santo. Ele é chamado santo, porque é o Espírito Santo, e sua obra principal é a santificação. Precisamos dum Salvador por duas razões: para fazer alguma coisa **por** nós, e alguma coisa **em** nós. Jesus fez o primeiro ao morrer por nós; e pelo Espírito Santo ele habita em nós, transmitindo as nossas almas a sua vida divina. O Espírito Santo veio para reorganizar a natureza do homem e para opor-se a todas as suas tendências más.

e. Espírito de promessa. O Espírito Santo é chamado assim porque sua graça e seu poder são umas das bênçãos principais prometidas no antigo Testamento. (Ez 36.7; Joel 2.28). A prerrogativa mais elevada de Cristo, ou do Messias, era a de conceber o Espírito, e esta prerrogativa Jesus a reivindicou quando disse: “Eis que sobre vós envio a promessa de meu Pai”. (Lc 24.49; Gl 3.14).

f. Espírito da verdade. O propósito da Encarnação foi revelar o Pai, a missão do consolador é revelar o **Filho**. Ao contemplar-se um quadro a óleo, qualquer pessoa notará muita beleza de cor e forma; mas para compreender o significado intrínseco do quadro e apreciar o seu verdadeiro propósito precisará de um intérprete experiente.

g. Espírito da graça. (Hb 10.29; Zc 12.10.) O Espírito Santo dá graça ao homem para que se arrependa, quando peleja com ele; concede o poder para santificação, perseverança e serviço. Aquele que trata com desdém ao Espírito afasta o único que pode tocar e mover o coração, e assim se separa de si mesmo da misericórdia de Deus.

h. Espírito da vida. (Rm 8.2; Ap 11.11). Um credo antigo dizia: “creio no Espírito Santo, o Senhor, e Doador da vida.” O Espírito é aquela Pessoa da Divindade cujo ofício especial é a criação e preservação da vida natural e espiritual.

i. Espírito de adoção. (Rm 8.15). Quando a pessoa é salva, não somente lhe é dado o nome de Filho de Deus, e adotada na família divina, mas também recebe dentro de sua alma o conhecimento de que participa da natureza divina. Assim escreve o bispo Andrews: “Como Cristo é nossa testemunha no céu, assim aqui na terra o Espírito testifica com o nosso Espírito que somos filhos de Deus”.

1.2.11.1.2 Símbolos do espírito

Os seguintes símbolos são empregados para descrever as operações do Espírito Santo:

a. Fogo. (Is 4.4; MT 3.11; Lc 3.16.) O fogo ilustra a limpeza, a purificação, a intrepidez ardente, e o zelo produzido pela unção do Espírito. E Espírito é comparado ao fogo porque o fogo aquece, ilumina, espalha-se e purifica, (Jr 20.9).

b. Vento. (Ez 37.7-10; João 3.8; Atos 2.2). O vento simboliza a obra regeneradora do Espírito e é indicativo da sua misteriosa operação independente, penetrante, vivificante e purificante.

c. Água. (Êx 17.6; Ez 36.25-27; João 3.5; 4.14; 7.38,39). O Espírito é a fonte da água viva, a mais pura, e a melhor, porque ele é um verdadeiro rio de vida – inundando as nossas almas, e limpando a poeira do pecado.

d. Selo. (Ef 1.13; 2ª Tm 2.19). Essa ilustração exprime os seguintes pensamentos: Posseção. A impressão dum selo dá a entender uma relação com o dono do selo, e é um sinal seguro que lhe pertence. Os crentes são propriedade de Deus, e sabe-se que são pelo Espírito que neles habita.

e. Azeite. O azeite é, talvez, o mais comum e mais conhecido símbolo do Espírito. Quando se usava o azeite no ritual do Antigo Testamento, falava-se de utilidade, frutificação, beleza, vida e transformação.

f. Pomba. A pomba, como símbolo, significa brandura, doçura, amabilidade, inocência, suavidade, paz, pureza e paciência. Entre os sírios é emblema dos poderes vivificantes da natureza. Uma tradição judaica traduz Gn 1.2 da seguinte maneira.

1.2.11.2 O Espírito no Antigo Testamento

O Espírito Santo é revelado no Antigo Testamento de três maneiras: primeira: como Espírito criador ou cósmico, por cujo poder o universo e todos os seres foram criados: segunda: como o Espírito dinâmico ou doador de poder; terceira: como Espírito regenerador, pelo qual a natureza humana é transformada.

1. Espírito Criador

O Espírito Santo é a terceira Pessoa da Trindade por cujo poder o universo foi criado. Ele pairava pó sobre a face das águas e participou da glória da criação. O Espírito Santo criou e sustenta o homem. (Gn 2.7; Jó 33.4). Toda pessoa, seja ou não servo de Deus, é sustentada pelo poder criador do Espírito de Deus.

2. Espírito dinâmico que produz.

O Espírito Criador criou o homem a fim de formar uma sociedade governada por Deus; em outras palavras, o reino de Deus. Depois que entrou o pecado e a sociedade humana foi organizada à parte de Deus e em oposição à sua pessoa, Deus começou a chamar o povo de Israel, organizando-o sob suas leis, e assim constituindo-o como reino de Jeová. (2º Cr 13.8.).

A operação dinâmica do Espírito criou duas classes de ministros: primeira, obreiros para Deus – homens de ação, organizadores, executivos; segunda, locutores para Deus – profetas e mestres.

a. Obreiros para Deus. Como exemplos de obreiros inspirados pelo Espírito, mencionamos Josué (Nm 27.8-21); Otoniel (Juízes 3.9-10); José (Gn 41.38-40); Bezaliel (Êx 35.30-31); Moisés (Nm 11.16,17); Gideão (Jz 6.34); Jefté (Jz 11.29); Sansão (Jz 13.24,25) Saul (1º Sm 10.6).

b. Locutores de Deus. O profeta de Israel podemos dizer, era um locutor de Deus – um que recebia mensagens de Deus e as entregava ao povo.

3. Espírito Regenerador.

Consideraremos as seguintes verdades relativas ao Espírito Regenerador. Sua presença é registrada no Antigo Testamento, porém não é acentuada; seu derramamento é descrito principalmente como uma benção futura, em conexão com a vinda do Messias; e mostra características distintas.

a. Operativo, mas não acentuado. o Espírito Santo no Antigo Testamento é descrito como associado à transformação da natureza humana. Em Is 63.10,11 faz-se referencia ao êxodo e à vida no deserto.

b. Sua concessão representa, uma benção futura. O derramamento geral do Espírito como fonte de santidade é mencionado como acontecimento do futuro, uma das bênçãos do

prometido reino de Deus. Em Israel o Espírito de Deus era dado a certos líderes escolhidos, e inabitavelmente quando havia verdadeira piedade, tal se devia a obra do Espírito

c. Em conexão com a vinda do Messias. O grande derramamento do Espírito Santo teria por ponto culminante a Pessoa do Messias-Rei, sobre o qual o Espírito de Jeová repousaria permanentemente na qualidade de Espírito de Sabedoria e entendimento, de conhecimento e temor santo, conselho e poder. Ele seria o Profeta perfeito que proclamaria as Boas-Novas de libertação, de cura divina, de consolo e de gozo.

1.2.11.3 O Espírito em Cristo

Os títulos, “Espírito de Cristo” e “Espírito de Jesus Cristo”, indicam uma relação entre Cristo e o Espírito Santo na qual não participaram os seus discípulos. Por exemplo, não nos atreveríamos a falar do “Espírito de Paulo”.

Desde o principio até o fim de sua vida terrena, o Senhor Jesus esteve intimamente ligado ao Espírito Santo. Tão íntima foi essa relação que Paulo descreve a Cristo como um “Espírito Vivificante”. O significado não é que Jesus é o Espírito, e, sim, que ele dá o Espírito e através do mesmo Espírito exerce onipresença.

O espírito é mencionado em conexão com as seguintes crises e aspectos do ministério de Cristo:

1. Nascimento.

O Espírito Santo é descrito como agente na milagrosa concepção de Jesus (Mt 1.20; Lc 1.35). Jesus esteve relacionado com o Espírito de Deus desde o primeiro momento de sua existência humana.

2. Batismo.

Com o passar dos anos, começou uma nova revelação com o Espírito. Aquele que havia sido pelo Espírito e que era cômico da morada do Espírito divino e, sua pessoa, foi ungido com o Espírito. Assim como o Espírito desceu sobre o Filho, unguendo-o como Profeta, Sacerdote e Rei. A primeira oração santificou sua humanidade; a segunda consagrou sua vida oficial. Assim como sua concepção foi o principio da sua existência humana, assim também o seu batismo foi o principio de seu ministério ativo.

3. Ministério.

Ele exerceu seu ministério com o conhecimento “íntimo de que o poder divino habitava nele”. Sabia que o Espírito do Senhor Deus estava sobre ele para cumprir o ministério predito acerca do Messias (Lc 4.18); e pelo dedo de Deus expulsou demônios. (Lc 11.20; Atos 10.38.) ele testificou do fato que o Pai, que estava nele, era quem operava as obras milagrosas.

4. Crucificação.

O mesmo Espírito que o conduziu ao deserto e o sustentou ali, também lhe deu força para consumir seu ministério sobre a cruz, onde, “pelo Espírito eterno se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus” (Hb 9.14).

5. Ressurreição.

O Espírito Santo foi o agente na ressurreição de Cristo. (Rm 14; 8.11) Alguns dias depois desse evento, Cristo apareceu a seus discípulos, soprou sobre eles, e disse: “Recebei o Espírito Santo” (João 20.22; Atos 1.2).

6. Ascensão.

Notem os seguintes três graus na concessão do Espírito a Cristo: (1) na sua concepção, o Espírito de Deus foi, desde esse momento, o Espírito de Jesus, o poder vivificante e santificador, pelo qual ingressou na sua carreira de Filho do homem e pelo qual viveu até o fim. (2)

com o passar dos anos começou uma nova relação com o Espírito. O Espírito de Deus veio a ser o Espírito de Cristo no sentido de ser concedido a outros.

1.2.11.4 O Espírito na experiência humana.

1. Convicção.

Em João 16. 7-11 Jesus descreve a obra do Consolador em relação ao mundo. O Espírito agirá como “promotor de Justiça”, por assim dizer, trabalhando para conseguir uma condenação divina contra os que rejeitam a Cristo. Convencer significa levar ao conhecimento verdades que de outra forma seriam postas em dúvida ou rejeitadas, ou provar acusações feitas contra a conduta. Ele convencerá os homens das seguintes verdades:

a. O Pecado de incredulidade. Portanto, descreve-se o pecado da incredulidade como o pecado único. Porque, nas palavras dum erudito, onde se permanece, “todos os demais pecados surgem e quando esse desaparece todos os demais desaparecem”.

b. A Justiça de Cristo. “Da justiça, porque vou para meu Pai, e não me vereis mais” (João 16.10). Jesus Cristo foi crucificado como malfeitor e impostor.

c. O Juízo sobre Satanás. “E do juízo, porque já o príncipe deste mundo está julgado” (João 16. 11). Como se convencerão as pessoas na atualidade de que o crime será castigado? Pela descoberta do crime e seu subsequente castigo; em outras palavras, pela demonstração da justiça. A cruz foi uma demonstração da verdade de que o poder de Satanás sobre a vida dos homens foi destruído, e de que sua completa ruína foi decretada. (Hb 2. 14, 15; 1ª João 3. 8; Cl 2. 15; Rm 16.20.) Satanás tem sido julgado no sentido de que perdeu a grande causa, de modo que já não tem mais direito de reter, como escravos, os homens seus súditos.

2. Regeneração.

A obra criadora do Espírito sobre a alma ilustra-se pela obra criadora do Espírito de Deus no princípio sobre o corpo do homem. Voltemos à cena apresentada em Gn 2.7. Deus tomou o pó da terra e formou um corpo. Ali jazia inanimado e quieto esse corpo. Embora já estando no mundo, e rodeado por suas belezas, esse corpo não reagia porque não tinha vida. Não via, não ouvia, não entendia. Então “Deus soprou em seus narizes o fôlego de vida; e o homem foi feito alma vivente”. Imediatamente tomou conhecimento, vendo as belezas e ouvindo os sons do mundo ao seu redor.

3. Habitação.

João 14. 17; Rm 8. 9; 1ª Co 6. 19; 2ª Tm 1. 14; 1ª João 2. 27; Cl 1. 27; 1ª João 3.24; Ap 3. 20.

Deus está sempre e necessariamente presente em toda parte; nele vivem todos os homens; nele se movem e têm seu ser. Mas a habitação interior significa que Deus está presente duma maneira nova, mantendo uma relação pessoal com o indivíduo. Esta união com Deus que é chamada habitação, morada, é produzido realmente pela presença da Trindade completa, como se poderá ver por um exame dos textos supra citados.

4. Santificação.

Na regeneração o Espírito Santo efetua uma mudança radical na alma, concedendo-lhe um novo princípio de vida. Mas isso significa que os filhos de Deus sejam imediatamente perfeitos. Permanece a debilidade hereditária adquirida; e ainda falta vencer o mundo, a carne e o diabo.

Uma vez que o Espírito não opera magicamente, mas duma maneira vital progressiva, a alma é renovada gradualmente. Deve a fé fortalecer por meio de muitas provas; e o amor

dever fortificar-se para sobreviver à dificuldade e à tentação. As seduções do pecado precisam ser vencidas; e as tendências e os hábitos devem ser corrigidos.

5. Revestimento de poder.

Nesta seção consideraremos os seguintes fatos concernentes à dotação de poder: seu caráter geral, seu caráter especial, sua evidencia inicial, seu aspecto contínuo, e a maneira de sua recepção.

a. Sua natureza geral. As seções anteriores trataram da obra regeneradora a santificadora do Espírito Santo; nesta seção trataremos do outro modo de operação: sua obra vitalizante. Esta última fase da obra do Espírito é apresentada na promessa de Cristo: “mas recebereis a virtude do Espírito, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas” (Atos 1. 8).

1. A característica principal desta promessa é poder para servir e não a regeneração para a vida eterna. Sempre que lemos acerca do Espírito vindo sobre, repousando sobre, ou enchendo as pessoas, a referencia nunca é à obra salvadora do Espírito, mas sempre ao poder para servir.

2. As palavras foram dirigidas a homens que já estavam em relação íntima com Cristo. Foram enviados a pregar, armados de poder espiritual para esse propósito (Mt 10.1); a eles foi dito: “os vossos nomes estão escritos nos céus” (Lc 10.20); sua condição moral foi descrita nas palavras: “Vós já estais limpos pela palavra que vos tenho falado” (João 14.17); sentiram o sopro do Cristo ressuscitado e ouviram-no dizer: “recebi o Espírito Santo”. (João 20.22).

Os fatos acima mencionados demonstram a possibilidade de a pessoa estar em contacto com Cristo e ser seu discípulo, e, contudo, carecer do revestimento especial mencionado em Atos 1.8. pode-se objetar que tudo isso se refere aos discípulos antes do Pentecoste; mas em Atos 8.12-16 temos o caso de pessoas batizadas em Cristo que receberam o dom do Espírito dias depois.

3. Acompanhando o cumprimento dessa promessa (Atos 1.8) houve manifestações sobrenaturais (Atos 2.1-4), das quais, a mais importante e comum dói o milagre de falar em outros idiomas. Que essa expressão oral, sobrenatural, acompanhou o recebimento do poder espiritual é declarado em dois outros casos (Atos 10.44-46; 19.1-6) e infere-se de mais outro caso. (Atos 8.14-19).

4. Esse revestimento é descrito como um batismo (Atos 1.5). Quando Paulo declara que somente há um batismo (Ef 4.5), ele se refere ao batismo literal nas águas. Tanto os judeus como os pagãos praticavam a lavagens cerimoniais, e João Batista havia administrado o batismo nas águas para arrependimento; mas Paulo declara que agora somente um batismo é válido diante de Deus, a saber, o batismo autorizado por Jesus e efetuado em nome da Trindade – em outras palavras, o batismo cristão.

Quando a palavra “batismo” é aplicada à experiência espiritual, é usada figurativamente para descrever a imersão no poder vitalizante do Espírito divino. A palavra foi usada figurativamente por Cristo para descrever sua imersão nas inundações de sofrimento. (Mt 20. 22).

5. Essa comunicação de poder é descrita como ser cheio do Espírito. Aqueles que foram batizados com o Espírito Santo no dia do Pentecoste também forma cheios do Espírito.

b. Suas características especiais. Os fatos acima expostos nos levam à conclusão de que o crente pode experimentar um revestimento do poder, experiência suplementar e subsequente à conversão cuja manifestação inicial se evidencia pelo milagre de falar em língua por ele nunca aprendida.

A conclusão acima tem sido combatida. Alguns dizem que há muitos cristãos que conhecem o Espírito Santo em seu poder regenerador e santificador, sem terem falado em outras línguas. De fato, o Novo Testamento ensina que a pessoa não pode ser cristã sem ter o Espírito, isto é, ser habitação do Espírito. “Se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele” (Rm 8.9).

c. Sua evidência inicial. Como sabemos que a pessoa recebeu revestimento “carismático” do Espírito Santo? em outras palavras: Qual é a evidência de que a pessoa recebeu o batismo com o Espírito Santo? A questão não se resolve pelos quatro Evangelhos, porque estes contêm profecias da vinda do Espírito, e uma profecia se torna clara somente pelo seu cumprimento; nem tão pouco se resolve pelas epístolas, porque em sua maioria são instruções pastorais a igrejas estabelecidas nas quais o poder do Espírito com suas manifestações exteriores era considerado como a experiência normal de todo cristão. É, portanto, evidente que o assunto deve decidir-se pelo livro de Atos dos Apóstolos que registra muitos casos de pessoas que receberam o batismo no Espírito e descreve os resultados que se seguiram.

d. Seu aspecto contínuo. A experiência descrita pela expressão “cheio do Espírito” está ligada à ideia de poder para servir. Devemos distinguir três fases dessa experiência.

1. A plenitude inicial quando a pessoa recebe o batismo no Espírito Santo.

2. Uma condição habitual iniciada pelas palavras “cheios do Espírito Santo” (Atos 6.3; 7.55, 11.24), palavras que descrevem a vida diária da pessoa espiritual, cujo caráter revela “o fruto do Espírito. A exortação “enchei-vos do Espírito” refere-se a essa condição habitual.

3. Unções para ocasiões especiais. Paulo estava cheio do Espírito, depois da sua conversão, mas em Atos 13.9 vemos que Deus lhe deu uma unção especial para revestir ao poder maligno dum mago. Pedro foi cheio do Espírito no dia do Pentecoste, mas Deus lhe concedeu uma unção especial quando esteve diante do concílio judaico (Atos 4.8).

e. A maneira de sua recepção. Como poderá a pessoa receber esse batismo de poder?

1. Uma atitude correta é essencial. Os primeiros crentes que receberam o Espírito Santo “perseveraram unânimes em oração e súplicas” (Atos 1.14). O ideal seria a pessoa receber o derramamento de poder imediatamente após a conversão, mas realmente há várias circunstâncias duma e de outra natureza que tornam necessário algum tempo de espera diante do Senhor.

2. A recepção do dom do Espírito Santo subsequente à conversão está ligada às orações dos obreiros cristãos. O escritor do livro dos Atos descreve da seguinte maneira as experiências dos convertidos samaritanos, que já haviam crido e haviam sido batizados: “Os quais (Pedro e João), tendo descido, oraram por eles para que recebessem o Espírito Santo. Então lhes impuseram as mãos, e receberam o Espírito Santo” (Atos 8.15,17).

3. O recebimento do poder espiritual está relacionado com as orações em comum da igreja. Depois que os cristãos da igreja em Jerusalém haviam orado a fim de receberem coragem para pregar a Palavra, “moveu-se o lugar em que estavam reunidos; e todos foram cheios do Espírito Santo”. (Atos 4.31).

A expressão “moveu-se o lugar”, significa algo espetacular e sobrenatural que convenceu os discípulos de que o poder que desceu no dia de Pentecoste estava ainda presente na igreja.

4. Um derramamento espontâneo, em alguns casos, pode fazer a oração e o esforço desnecessários, como foi o caso das pessoas que estavam na casa de Cornélio, cujos corações já haviam sido “purificados pela fé” (Atos 10.44; 15.9).

5. Visto que o batismo de poder é descrito como um dom (Atos 10.45), o crente pode requerer diante do trono da graça o cumprimento da promessa de Jesus: “Se vós sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais dar o Pai celestial o Espírito Santo àqueles que lhe pedirem?” (Lc 11.13).

O Pentecoste é uma vez para sempre; o batismo dos crentes é sempre para todos. A limitação de certas e grandes bênçãos do Espírito Santo ao reino ideal chamado “Era Apostólica”, não obstante ser conveniente como meio de escapar às supostas dificuldades, pode tornar-se o meio de roubar aos crentes alguns dos seus direitos mais preciosos.

6. Oração individual. Saulo de Tarso jejuou e orou três dias antes de ser cheio do Espírito Santo. (Atos 9.9-17).

7. Obediência. O Espírito Santo é a pessoa que “Deus deu àqueles que lhe obedecem” (Atos 5.32).

6. Glorificação

Estará o Espírito santo com o crente no céu? Ou o Espírito Santo o deixará após a morte? A resposta é que o Espírito santo no crente é como uma fonte de água que salta para a *vida eterna* (João 4.14). A habitação do Espírito representa apenas o principio da vida eterna, que será consumada na vida vindoura. “A nossa salvação está agora mais perto de nós do que quando aceitamos a Fé”, escreveu Paulo, cujas palavras significam que experimentamos unicamente o principio duma salvação que será consumada na vida vindoura. O Espírito Santo representa o começo ou a primeira parte dessa salvação completa. Essa verdade tomará expressão sob estas três ilustrações:

a. Comercial. O Espírito é descrito como “o penhor da nossa herança, para a redenção da possessão de Deus” (Ef 1.14; 2ª Co 5.5). O Espírito Santo é a garantia de que a nossa libertação será completa. É mais do que penhor; é a primeira prestação dada com antecedência, como garantia de que se completará o resto.

b. Agrícola. O Espírito Santo representa as primícias da vida futura. (Rm 8.23). Quando um israelita trazia as primícias dos seus produtos ao templo de Deus, era esse um modo de reconhecer que tudo pertencia a Deus. A oferta duma parte simbolizava a oferta do todo. O Espírito Santo nos crentes representa as primícias da gloriosa colheita vindoura.

c. Doméstica. Assim como se dá às crianças uma pequena porção antes do banquete, assim na experiência do Espírito, os crentes por enquanto apenas “provaram. as virtudes do século futuro” (Hb 6.5). Em Ap 7.17 lemos que “o Cordeiro que está no meio do trono. lhes servirá de guia para as fontes das águas da vida”. Note-se o plural nessas ultimas palavras. Na vida vindoura, Cristo será o Doador do Espírito; o mesmo que concedeu uma prova antecipada, conduzirá seus seguidores a novas porções do Espírito e aos meios de graça e enriquecimento espiritual, desconhecidos durante a peregrinação terrena.

7. Pecados contra o Espírito Santo

As benévolas operações do Espírito trazem grandes bênçãos, mas essas inferem responsabilidades correspondentes. Falando de modo geral, os crentes podem entristecer, mentir a Pessoa do Espírito, e extinguir seu poder. (Ef 4.30; Atos 5.3,4; 1ª Ts 5.19). Os incrédulos podem blasfemar contra a Pessoa do Espírito e resistir ao seu poder. (Atos 7.51; Mt 12.31,32). Em cada caso o contexto explicará a natureza do pecado. Willian Evans assinala que: “resistir tem a ver com a obra regeneradora do Espírito; o entristecer tem a ver com a habitação interna do Espírito Santo, enquanto o extinguir tem a ver com o derramamento para servir”.

1.2.11.5 Os dons do Espírito

1. Natureza geral dos dons

Os dons do Espírito devem distinguir-se do dom do Espírito. Os primeiros descrevem as capacidades sobrenaturais concedidas pelo Espírito para ministérios especiais; o segundo refere-se à concessão do Espírito aos crentes conforme é ministrado por Cristo glorificado. (Atos 2.33).

Paulo fala dos dons do Espírito (“espirituais”, no original do grego) num aspecto tríptico. São eles; “charismata”, ou uma variedade de dons concedidos pelo mesmo Espírito (1ª Co 12.4,7): “diakonai”, ou variedade de serviços prestados na causa do mesmo Senhor; e “energumata” ou variedades de poder do mesmo Deus que opera em tudo em todos. Refere-se a todos esses aspectos como “a manifestação do Espírito”, que é dado aos homens para proveito de todos.

Qual é o propósito principal dos dons do Espírito Santo? São capacidades espirituais concedidas com o propósito de edificar a igreja de Deus, por meio da instrução dos crentes e para ganhar novos convertidos (Ef 4.7-13). Em 1ª Co 12.8-10, Paulo enumera nove desses dons, que podem ser classificados da seguinte maneira:

- ✓ Aqueles que concedem poder para *saber* sobrenaturalmente: a palavra de sabedoria, a palavra de ciência, e de discernimento.
- ✓ Aqueles que concedem poder para *agir* sobrenaturalmente: fé, milagres, curas.
- ✓ Aqueles que concedem poder para *fala* sobrenaturalmente: profecia, línguas, interpretações.

Esses dons são descritos como “a manifestação do Espírito”, “dada a cada um, para o que for útil” (isto é, para o benefício da igreja). Aqui temos a definição bíblica duma “manifestação” do Espírito, a saber, a operação de qualquer um dos nove dons do Espírito.

2. Variedade dos Dons

a. A palavra de sabedoria. Por essa expressão entende-se o pronunciamento ou a declaração de sabedoria.

b. A palavra da ciência. É um pronunciamento ou declaração de fatos inspirado de um modo sobrenatural. Em quais assuntos? Um estudo do uso da palavra “ciência” nos dará a resposta.

c. Fé. (Weymouth traduz: “fé especial”). Esta deve distinguir-se da fé salvadora e da confiança em Deus, sem qual é impossível agradar-lhe (Hb 11.6). É certo que a fé salvadora é descrita como um dom (Ef 2.8), mas nesta passagem a palavra “dom” é usada em oposição às obras, enquanto em 1ª Co 12.9 a palavra usada significa uma dotação especial do poder do Espírito. que é o dom de fé?

d. Dons de curar. Dizer que uma pessoa tenha dons (note-se o plural, talvez referindo-se a uma verdade de curas) significa que são usados por Deus duma maneira sobrenatural para dar saúde aos enfermos por meio da oração. Parece ser um dom-sinal, de valor especial ao evangelista para atrair o povo ao Evangelho. A pessoa enferma não depende inteiramente de quem possua o dom. Todos os crentes em geral, e os anciãos da igreja em particular, estão dotados de poder para orar pelos enfermos. (Mc 16.18; Tg 5.14).

e. Operação de milagres. Literalmente “obras de poder”. A chave é Poder. (João 14.12; Atos 1.8). Os milagres “especiais” em Éfeso são umas ilustrações da operação do dom. (Atos 19.11; 12.5,12-15).

f. Profecia. A profecia, geralmente falando, é expressão vocal inspirada pelo Espírito de Deus. A profecia bíblica pode ser mediante revelação, na qual o profeta proclama uma mensagem previamente recebida por meio dum sonho, uma visão ou pela Palavra do Senhor. Pode ser também extática, uma expressão de inspiração do momento. Há muitos exemplos bíblicos de ambas as formas. A profecia extática e inspirada pode tomar a forma de exaltação e adoração a Cristo, admoestação exortativa, ou de conforto e encorajamento inspirando os crentes. – J.R.F.

A profecia se distingue da pregação comum em que, enquanto a última é geralmente o produto do estudo de revelação existente, a profecia é o resultado da inspiração espiritual espontânea.

g. Discernimento de espíritos. Vimos que pode haver uma inspiração falsa, a obra de espíritos enganadores ou do espírito humano. Como se pode perceber a diferença? Pelo dom de discernimento que dá capacidade ao possuidor para determinar se o profeta está falando ou não pelo Espírito de Deus. Esse dom capacita o possuidor para “enxergar” todas as aparências exteriores e conhecer a verdadeira natureza de uma inspiração. A operação de dom de discernimento pode ser examinada por duas outras provas: a doutrinária (I João 4.1-6) e a prática (Mt 7;15-23).

h. Línguas. “Variedade de línguas”. “O dom de línguas é o poder de falar sobrenaturalmente em uma língua nunca aprendida por quem fala, sendo essa língua feita inteligível aos ouvintes por meio do dom igualmente sobrenatural de interpretação.”. Parece haver duas classes de mensagens em línguas: a primeira, louvor em êxtase dirigido a Deus somente (1ª Co 14.2); segunda, uma mensagem definida para a igreja (1ª Co 14.5). Distingue-se entre as línguas como sinal e línguas como dom. A primeira é para todos (Atos 2.4); a outra não é para todos. (1ª Co 12. 30).

i. Interpretação de línguas. Assim descreve Donald Gee. O propósito do dom de interpretação tornar inteligíveis as expressões do êxtase inspirador pelo Espírito que se pronunciaram em uma língua desconhecida da grande maioria presente, repetindo-se claramente na língua comum do povo congregado.

1.2.12 DEUS

Vivemos num universo cuja imensidão pressupõe um Criador poderoso, universo cuja beleza, desenho e ordem apontam um sábio Legislador. Mas quem fez o Criador? Podemos recuar no tempo, indo da causa para o efeito, mas não podemos continuar nesse processo de recuo sem reconhecer um ser "Sempiterno". Aquele ser eterno é Deus, o Eterno, a Causa e a Origem de todas as coisas boas que existem.

1.2.12.1 A EXISTÊNCIA DE DEUS

1.2.12.1.1 Sua existência declarada

Em parte alguma as Escrituras tratam de provar a existência de Deus mediante provas formais. Reconhece-se como fato auto-evidente e como crença natural do homem. As Escrituras em parte alguma propõem uma série de provas da existência de Deus como preliminar à fé; declaram o fato de Deus e chamam o homem a aventurar-se na fé. "O que se chega a Deus, creia que há Deus", é o ponto inicial na relação entre o homem e Deus.

A Bíblia, em verdade, fala de homens que dizem em seus corações que não há Deus, mas esses são "tolos", isto é, os ímpios praticantes que expulsariam a Deus dos seus pensa-

mentos porque já o expulsaram das suas vidas. Esses pertencem ao grande número de ateus praticantes, isto é, esses que procedem e falam como se não existisse Deus. Seu número ultrapassa em muito o número de ateus teóricos, isto é, esses que pretendem aderir à crença intelectual que nega a existência de Deus. Note-se que a declaração " não há Deus" não implica dizer que Deus não exista, mas sim que Deus não se ocupa com negócios do mundo. Contando com a sua ausência, os homens corrompem-se e se comportam de maneira abominável. (Sl 14.)

1.2.12.1.2 Sua existência provada

Se as Escrituras não oferecem nenhuma demonstração racional da existência de Deus, por que vamos nós fazer essa tentativa? Pelas seguintes razões: Primeiramente, para convencer os que genuinamente buscam a Deus, isto é, pessoas cuja fé tem sido ofuscada por alguma dificuldade, e que dizem: "Eu quero crer em Deus; mostra-me que seja razoável crer nele." Mas evidência nenhuma convencerá a pessoa, que, por desejar continuar no pecado e no egoísmo, diz: "Desafio-te a provar que Deus existe." Afinal, a fé é questão moral e não intelectual. Se a pessoa não está disposta a aceitar, ela porá de lado todas e quaisquer evidências. (Lc 6.31) Segundo, para fortalecer a fé daqueles que já creem. Eles estudam as provas, não para crer, mas sim porque já creem. Esta fé lhes é tão preciosa que aceitarão com alegria qualquer fato que a faça aumentar ou enriquecer.

Finalmente, para poder enriquecer nosso conhecimento acerca da natureza de Deus. Que maior objeto de pensamento e estudo existe do que ele?

Onde acharemos evidências da existência de Deus? Na criação, na natureza humana e na história humana. Dessas três esferas deduzimos as cinco evidências da existência de Deus:

- a. O universo deve ter uma Primeira Causa ou um Criador. (Argumento cosmológico, da palavra grega "cosmos", que significa "mundo".)
- b. O desígnio evidente no universo aponta para uma Mente Suprema. (Argumento teleológico, de "Teleos", que significa "desígnio ou propósito".)
- c. A natureza do homem, com seus impulsos e aspirações, assinala a existência de um Governador pessoal. (Argumento antropológico, da palavra grega "anthropos", que significa "homem".)
- d. A história humana dá evidências duma providência que governa sobre tudo. (Argumento histórico.)
- e. A crença é universal. (Argumento do consenso comum.)

1.2.12.1.3. Sua existência negada.

O ateísmo consiste na negação absoluta da ideia de Deus. Alguns duvidam que haja verdadeiros ateus; mas se os houver, é impossível provar que estejam sinceramente buscando a Deus ou que sejam logicamente coerentes.

Visto que são os ateus que se opõem às convicções mais profundas e mais fundamentais da raça humana, a responsabilidade de provar a não-existência de Deus recai sobre eles. não podem sincera e logicamente dizer-se ateus enquanto não apresentarem provas irrefutáveis de que de fato Deus não existe. Inegavelmente, a evidência da existência de Deus ultrapassa de muito a evidência contra a sua existência.

Outrossim, mesmo a mais remota possibilidade de que existe um Soberano moral põe sobre o homem imensa responsabilidade, e a conclusão ateísta é inaceitável enquanto a inexistência de Deus não for demonstrada de maneira irrefutável.

A posição contraditória ateuista demonstra-se no fato de que muitos ateus, ao se encontrarem em perigo ou em dificuldades, têm orado. Quantas vezes, tempestades e lutas da vida têm varrido seu refúgio teórico, revelando os alicerces espirituais, e demonstrando comportamento humano. Dizemos "humano" porque aquele que nega a existência de Deus abala e suprime os instintos e impulsos mais profundos e nobres da alma.

1.2.12.2 A NATUREZA DE DEUS

1.2.12.2.1 Conceito bíblico (os nomes de Deus)

Quem é, e que é Deus? A melhor definição é a que se encontra no Catecismo de Westminster: "Deus é Espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade." A definição bíblica pode formular-se pelo estudo dos nomes de Deus. O "nome" de Deus, nas Escrituras, significa mais do que uma combinação de sons; representa seu caráter revelado. Deus revela-se a si mesmo fazendo-se conhecer ou proclamando o seu nome. (Êx 6.3; 33.19; 34.5, 6.) Adorar a Deus é invocar seu nome (Gn 12.8); temê-lo (Dt 28.58); louvá-lo (2º Sm 22.50); glorificá-lo (Sl 86.9); é sacrilégio tomar seu nome em vão. (Êx 20.7), ou profaná-lo ou blasfemá-lo (Lv 18.21; 24.16). Reverenciar a Deus é santificar ou bendizer seu nome (Mt 6.9). O nome do Senhor defende o seu povo (Sl 20.1), e por amor do seu nome não os abandonará (1º Sm 12.22).

Os seguintes nomes de Deus são os mais comuns que encontramos nas Escrituras:

a. Elohim (traduzido "Deus".) Esta palavra emprega-se sempre que sejam descritos ou implícitos o poder criativo e a onipotência de Deus. Elohim é o Deus-Criador. A forma plural significa a plenitude de poder e representa a trindade.

b. Jeová (traduzido "Senhor" na versão de Almeida.) Elohim, o Deus-Criador, não permanece alheio às suas criaturas. Observando Deus a necessidade entre os homens, desceu para ajudá-los e salvá-los; ao assumir esta relação, ele revela-se a si mesmo como Jeová, o Deus da Aliança. O nome JEOVÁ tem sua origem no verbo SER e inclui os três tempos desse verbo — passado, presente e futuro. O nome, portanto significa: Ele que era, que é e que há de ser; em outras palavras, o Eterno. Visto que Jeová é o Deus que se revela a si mesmo ao homem, o nome significa: Eu me manifestei, me manifesto, e ainda me manifestarei.

O que Deus opera a favor de seu povo acha expressão nos seus nomes, e ao experimentar o povo a sua graça, desse povo então pode dizer-se: "conhecem o seu nome." A relação entre Jeová e Israel resume-se no uso dos nomes encontrados nos concertos entre Jeová e seu povo. Aos que jazem em leitos de doença manifesta-se-lhes como JEOVÁ-RAFA, "o Senhor que cura" (Ex 15.26). Os oprimidos pelo inimigo invocam a JEOVÁ-NISSI, "o Senhor nossa bandeira" Êx 17.8-15). Os carregados de cuidados aprendem que ele é JEOVÁ-SHALOM, "o Senhor nossa paz" (Jz 6.24). Os peregrinos na terra sentem a necessidade de JEOVÁ-RA'AH, "o Senhor meu pastor" (Sl 23.1). Aqueles que se sentem sob condenação e necessitados da justificação, esperançosamente invocam a JEOVÁ-TSIDKENU, "o Senhor nossa justiça" (Jr 23.6). Aqueles que se sentem desamparados aprendem que ele é JEOVÁ-JIREH, "o Senhor que provê" (Gn 22.14). E quando o reino de Deus se houver concretizado na terra, será ele conhecido como JEOVÁ-SHAMMAH, "o Senhor está ali" (Ez 48.35).

c. El (Deus) é usado em certas combinações: EL-ELYON (Gn 14.18-20), o "Deus altíssimo", o Deus que é exaltado sobre tudo o que se chama deus ou deuses. EL-SHADDAI, "o



Deus que é suficiente para as necessidades do seu povo" (Êx 6.3). EL-OLAM, "o eterno Deus" (Gn 21.33). (*)

d. Adonai significa literalmente "Senhor" ou "Mestre" e dá a ideia de governo e domínio. (Êx 23.17; Is 10.16, 33.) Por causa do que Deus é e do que tem feito, ele exige o serviço e a lealdade do seu povo. Este nome no Novo Testamento aplica-se ao Cristo glorificado.

e. Pai, emprega-se tanto no Antigo como no Novo Testamento. Em significado mais amplo o nome descreve a Deus como sendo a Fonte de todas as coisas e Criador do homem; de maneira que, no sentido criativo, todos podem considerar-se geração de Deus. (Atos 17.28.) Todavia, esta relação não garante a salvação. Somente aqueles que foram vivificados e receberam nova vida pelo seu Espírito são seus filhos no sentido íntimo da salvação. (João 1.12, 13.)

1.2.12.2.2 Crenças errôneas

Existem outras ideias extra-bíblicas acerca de Deus. Dessas, algumas originaram-se em verdades exageradas. Algumas são deficientes; outras pervertidas ou torcidas. Por que tomar o tempo para considerar essas ideias? Visto que é muito difícil descrever perfeitamente o ser de Deus, podemos, sabendo o que ele não, chegar a uma melhor compreensão do que ele realmente é.

a. O agnosticismo (expressão originada de duas palavras gregas que significam "não saber") nega a capacidade humana de conhecer a Deus. "A mente finita não pode alcançar o infinito", declara o agnóstico. Mas o agnóstico não vê que há grande diferença entre conhecer a Deus no sentido absoluto e conhecer algumas coisas acerca de Deus. Não podemos compreender a Deus, isto é, conhecê-lo inteira e perfeitamente; mas podemos aprender, isto é, ter uma concepção da sua Pessoa. As Escrituras baseiam-se no pensamento de que é possível conhecer a Deus; por outra parte, elas nos avisam que por agora "conhecemos em parte". (Êx 33.20; Jo 11.17; Rm 11.33, 34; 1ª Co 13.9-12)

b. O politeísmo (culto de muitos deuses) era característico das religiões antigas e praticase ainda hoje em muitas terras pagãs. Baseia-se ele na ideia de que o universo é governado, não por uma força só, mas sim por muitas, de maneira que há um deus da água, um deus do fogo, um deus das montanhas, um deus da guerra, etc. Foi esta a consequência natural do paganismo, que endeusou os objetos finitos e as forças naturais e "adoraram e serviram à criatura antes que o Criador" (Rm 1.25). Abraão foi chamado a separar-se do paganismo e a tomar-se uma testemunha do único verdadeiro Deus; sua chamada foi o começo da missão de Israel, a qual era pregar o monoteísmo (o culto a um só Deus), o contrário do politeísmo das nações vizinhas.

c. O panteísmo (proveniente de duas palavras gregas que significam "tudo é Deus") é o sistema de pensamento que identifica Deus com o universo, árvores e pedras, pássaros, terra e água, répteis e homens — todos são declarados partes de Deus, e Deus vive e expressa-se a si mesmo através das substâncias e forças como a alma se expressa através do corpo. Como se originou esse sistema? O que está escrito em Rm 1.20-23 desvende esse mistério. Pode ser que na penumbra do passado os filósofos pagãos, havendo perdido de vista a Deus e expulsando-o de seus corações, tenham observado que era necessário achar alguma coisa que preenchesse o seu lugar, visto que o homem procura sempre um objeto de culto. Para preencher o lugar de Deus, deve haver algo tão grande quanto o próprio Deus. Havendo Deus se retirado do mundo, por que então não fazer do mundo Deus?

* N. do T. — Poderia, também ter sido acrescentado o termo Emanu-El — Deus Conosco.

Desta maneira arrazoaram os homens e assim se iniciou o culto às montanhas e às árvores, aos homens e aos animais, e a todas as forças da natureza. À primeira vista essa adoração da natureza tem certa feição lógica, mas leva a uma conclusão absurda. Pois se a árvore, a flor e a estrela são Deus, logo também o devem ser o verme, o micróbio, o tigre e também o mais vil pecador — uma conclusão absolutamente irrazoável. O panteísmo confunde Deus com a natureza.

d. O materialismo nega qualquer distinção entre a mente e a matéria; afirma que todas as manifestações da vida e da mente e todas as forças são simplesmente propriedades da matéria. "O pensamento é secreção do cérebro como a bÍlis é secreção do fÍgado"; "o homem é apenas uma máquina", são alguns dos pensamentos prediletos dos materialistas. "O homem é simplesmente um animal", declaram eles, pensando que com isto poderão extinguir o conceito generalizado acerca da superioridade do ser humano e do seu destino divino. Essa teoria é tão absurda que quase não merece refutação. No entanto, em dezenas de universidades, em centenas de novelas, e de muitos outros modos, discute-se e aceita-se a ideia de que o homem é animal e máquina; que não tem responsabilidade por seus atos e que não existe o bem nem o mal. Para refutar esse erro vamos observar:

1. A nossa consciência nos afirma que somos algo mais do que matéria e que somos diferentes das árvores e das pedras. Um grama de bom senso neste caso vale mais que uma tonelada de filosofia. Conta-se que Daniel O'Connell, orador irlandês, certa vez se encontrou com uma velha irlandesa, temida por sua linguagem causticante e seu vocabulário blasfemo. O orador, no encontro com a velha, cobriu-a com verdadeira salva de termos trigonométricos: "Você miserável rombóide", gritou ele, "você, hipotenusa sem escrúpulo! Todos que a conhecem sabem que você guarda um paralelogramo em sua casa", e assim por diante continuou ele até que deixou a pobre mulher confusa e perplexa. Da mesma maneira os filósofos modernos tentariam assustar-nos com palavras ostentosas. Mas o erro não se transforma em verdade somente porque se expressa em palavras multissilábicas.

2. A experiência e a observação demonstram que a vida procede unicamente de vida já existente e, por conseguinte, a vida que existe neste mundo teve sua causa em vida idêntica. Nunca se deu um caso em que a vida procedesse de substância morta. Há alguns anos, certos pesquisadores cientistas concluíram que haviam conseguido esse fenômeno, mas ao ser descoberta a presença de micróbios no ar, a sua teoria caiu por terra!

3. A evidência de uma inteligência superior e desÍgnio no universo refutam o materialismo cego.

4. Na hipótese de que o homem seja apenas máquina, mesmo assim a máquina não se faz por si mesma. A máquina não produziu o inventor, mas o inventor criou a máquina. O mal do materialismo está no fato de que destrói os fundamentos da moralidade. Pois se o homem fosse apenas máquina, então não seria responsável por seus atos. Consequentemente, não podemos tratar de nobre ao herói, nem de mau ao homem vil, pois não é capaz de agir de outra maneira. Portanto, um homem não pode condenar outro, como a serra circular não pode dizer à guilhotina: "Como pode você ser tão cruel?" Qual é o antÍdoto para o materialismo? O antÍdoto é o Evangelho pregado com demonstração e poder do EspÍrito acompanhado dos sinais.

e. O deÍsmo admite que haja um Deus pessoal, que criou o mundo; mas insiste em que, depois da criação, Deus o entregou para ser governado pelas leis naturais. Em outras palavras, ele deu corda ao mundo como quem dá corda a um relógio e o deixou sem mais cuidado da sua parte. Dessa maneira não seria possível haver nenhuma revelação e nenhum milagre. Esse

sistema, às vezes, chama-se racionalismo, porque eleva a razão à posição de supremo guia em assuntos de religião; também se descreve como religião natural, como oposta à religião revelada. Tal sistema é refutado pelas evidências da inspiração da Bíblia e as evidências das obras de Deus na história. A ideia acerca de Deus, propagada pelo deísta, é unilateral. As Escrituras ensinam duas importantes verdades concernentes à relação de Deus para com o mundo: primeira, sua transcendência, que significa sua separação do mundo e do homem e sua exaltação sobre eles. (Is 6.1); segunda, sua imanência, que significa sua presença no mundo e sua aproximação do homem (Atos 17.28; Ef 4.6). O deísmo acentua demais a primeira verdade enquanto o panteísmo encarece demais a segunda. As Escrituras apresentam a ideia verdadeira e absoluta: Deus, de fato, está separado do mundo e acima do mundo; por outro lado, ele está no mundo. Ele enviou seu Filho para estar conosco, e o Filho enviou o Espírito Santo para estar em nós. Desta maneira a doutrina da Trindade evita os dois extremos, à pergunta, "Está Deus separado do mundo ou está no mundo?" a Bíblia responde: "Ele está tanto separado do mundo como também está no mundo."

1.2.12.3 OS ATRIBUTOS DE DEUS

Sendo Deus um ser infinito, é impossível que qualquer criatura o conheça exatamente como ele é. No entanto, ele bondosamente revelou-se mediante linguagem compreensível a nós. São as Escrituras essa revelação. Por exemplo, Deus diz acerca de si mesmo: "Eu sou Santo"; portanto, podemos afirmar: Deus é Santo. A santidade, então, é um atributo de Deus, porque a santidade é uma qualidade que podemos atribuir ou aplicar a ele. Dessa forma, com a ajuda da revelação que Deus deu de si mesmo, podemos regular os nossos pensamentos acerca de Deus. Qual a diferença entre os nomes de Deus e os seus atributos? Os nomes de Deus expressam as qualidades do seu ser inteiro, enquanto os seus atributos indicam vários aspectos do seu caráter. Muito se pode dizer de um ser tão grande como Deus, mas facilitaremos a nossa tarefa se classificarmos os seus atributos.

Compreender a Deus em sua plenitude seria tão difícil como encerrar o Oceano Atlântico numa xícara; mas ele se tem revelado a si mesmo o suficiente para esgotar a nossa capacidade. A classificação seguinte talvez nos facilite a compreensão: **1.** Atributos sem relação entre si, ou seja, o que Deus é em si próprio, à parte da criação. Estes respondem à pergunta: quais são as qualidades que caracterizavam a Deus antes que alguma coisa existisse? **2.** Atributos ativos, ou seja, o que Deus é em relação ao universo. **3.** Atributos morais, ou seja, o que Deus é em relação aos seres morais por ele criados.

1.2.12.3.1 Atributos não relacionados (a natureza íntima de Deus).

a. Espiritualidade. Deus é Espírito. (João 4.24). Deus é Espírito com personalidade; ele pensa, sente e fala; portanto, pode ter comunhão direta com suas criaturas feitas à sua imagem.

Sendo Espírito, Deus não está sujeito as limitações às quais estão sujeitos os seres humanos dotados de corpo físico. Ele não possui partes corporais nem está sujeito às paixões; sua pessoa não se compõe de nenhum elemento material, e não está sujeito às condições de existência natural. Portanto, não pode ser visto com os olhos naturais nem apreendido pelos sentidos naturais. Isto não implica que Deus leve uma existência sombria e irreal, pois Jesus se referiu à "forma" de Deus. (João 5.37; Fl 2.6.) Deus é uma Pessoa real, mas de natureza tão infinita que não se pode apreendê-lo plenamente pelo conhecimento humano, nem tampouco satisfatoriamente descrevê-lo em linguagem humana. "Ninguém jamais viu a Deus", declara o apóstolo João (João 1.18; Êx 33.20); no entanto, em Êx 24.9,10 lemos que Moisés, e certos

anciãos, "viram a Deus". Nisto não há contradição; João quer dizer que nenhum homem jamais viu a Deus como ele é. Mas sabemos que o Espírito pode manifestar-se em forma corpórea (Mt 3.16); portanto, Deus pode manifestar-se duma maneira perceptível ao homem. Deus também descreve a sua personalidade infinita em linguagem compreensível às mentes finitas; portanto, a Bíblia fala de Deus como ser que tem mãos, braços, olhos e ouvidos, e descreve-o como vendo, sentindo, ouvindo, arrependendo-se, etc. Mas Deus também é insondável e inescrutável. "Porventura... chegarás à perfeição do Todo-poderoso?" (Jo 11.7) — e nossa resposta só pode ser: "não temos com que tirar, e o poço é fundo" (João 4.11), usando a expressão da mulher samaritana.

b. Infinitude. Deus é Infinito, isto é, não está sujeito às limitações naturais e humanas. A sua infinitude é vista de duas maneiras: **(1)** em relação ao espaço. Deus caracteriza-se pela imensidade (1º Reis 8.27); isto é, a natureza da Divindade está presente de modo igual em todo o espaço infinito e em todas as suas partes. Nenhuma parte existente está separada da sua presença ou de sua energia, e nenhum ponto do espaço escapa à sua influência. "Seu centro está em toda parte e sua circunferência em parte nenhuma." Mas, ao mesmo tempo, não devemos esquecer que existe um lugar especial onde sua presença e glória são reveladas duma maneira extraordinária; esse lugar é o céu. **(2)** Em relação ao tempo, Deus é eterno. (Êx 15.18; Dt 33.27; Ne 5.5; Sl 90.2; Jr 10.10; Ap 4.8-10.) Ele existe desde a eternidade e existirá por toda a eternidade. O passado, o presente e o futuro são todos como o presente à sua compreensão. Sendo eterno, ele é imutável — "o mesmo ontem, hoje, e eternamente". Esta é para o crente uma verdade confortadora, podendo assim descansar na confiança de que "O Deus da antiguidade é uma morada, e por baixo estão os braços eternos" (Dt 33.27).

c. Unidade. Deus é o único Deus. (Êx 20.3; Dt 4.35,39; 6.4; 1º Sm 2.2; 2º Sm 7.22; 1º Reis 8.60; 2º Reis 19.15; Ne 9.6; Is 44.6-8; 1ª Tm 1.17.) "Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor." Era esse um dos fundamentos da religião do Antigo Testamento, sendo também essa a mensagem especial a um mundo que adorava a muitos deuses falsos. Haverá contradição entre este ensino da unidade de Deus e o ensino da Trindade do Novo Testamento? É necessário distinguir entre duas qualidades de unidade — unidade absoluta e unidade composta. A expressão "um homem" traz a ideia de unidade absoluta, porque se refere a uma só pessoa. Mas quando lemos que homem e mulher serão "uma só carne" (Gn 2.24), essa é uma unidade composta, visto que se refere à união de duas pessoas. Ed 3.1; Ez 37.17; estas referências bíblicas empregam a mesma palavra para significar "um só" ("echad" na língua hebraica) como se usa em Dt 6.4. Existe outra palavra ("yachidh" no hebraico) que se usa para exprimir a ideia de unidade absoluta. (Gn 22.2, 12; Amós 8.10; Jr 6.26; Zc 12.10; Pv 4.3; Jz 11.34.) A qual classe de unidade se refere Dt 6.4? Pelo fato de a palavra "nosso Deus" estar no plural (*ELOHIM* no hebraico), concluímos que se refere à unidade composta. A doutrina da Trindade ensina a unidade de Deus como unidade composta, inclusive de três Pessoas Divinas unidas na essencial unidade eterna.

1.2.12.3.2 Atributos ativos (Deus e o universo).

a. Onipotência. Deus é onipotente. (Gn 1.1; 17.1; 18.14; Êx 15.7; Dt 3.24; 32.39; 1º Cr 16.25; Jo 40.2; Is 40.12-15; Jr 32.17; Ez 10.5; Dn 3.17; 4.35; Amós 4.13; 5.8; Zc 12.1; Mt 19.26; Ap 15.3; 19.6.) A onipotência de Deus significa duas coisas:

1. Sua liberdade e poder para fazer tudo que esteja em harmonia com a sua natureza. "Pois para Deus nada será impossível." Isto naturalmente não significa que ele possa ou queira fazer alguma coisa contrária à sua própria natureza — por exemplo, mentir ou roubar; ou que

faria alguma coisa absurda ou contraditória em si mesma, tal como fazer um círculo triangular, ou fazer água seca.

2. Seu controle e sabedoria sobre tudo que existe ou que pode existir. Mas sendo assim, por que se pratica o mal neste mundo? É porque Deus dotou o homem de livre arbítrio, cujo arbítrio Deus não violará; portanto, ele permite os atos maus, mas com um sábio propósito de, finalmente, dominar todo o mal. Somente Deus é Todo-poderoso e até mesmo Satanás nada pode fazer sem a sua permissão. (Jó caps. 1 e 2.) Toda a vida é sustentada por Deus. (Hb 1.3; Atos 17.25, 28; Dn 5.23.) A existência do homem é qual som de nota de harmônio que soa enquanto os dedos comprimem as teclas. Assim, sempre que a pessoa peca, está usando o poder do próprio Criador para ultrajá-lo. Todo pecado é um insulto contra Deus.

b. Onipresença. Deus é onipresente, isto é, o espaço material não o limita em ponto algum. (Gn 28.15, 16; Dt 4.39; Js 2.11; Sl 139.7-10; Pv 15.3, 11; Is 66.1; Jr 23.23, 24; Amós 9.2-4, 6; Atos 7.48, 49; Ef 1.23.)

Qual a diferença entre imensidade e onipresença? Imensidade é a presença de Deus em relação ao espaço, enquanto onipresença é sua presença considerada em relação às criaturas. Para suas criaturas ele está presente nas seguintes maneiras:

1. Em glória, para as hostes adoradoras do céu. (Is 6.1-3.)

2. Eficazmente, na ordem natural. (Naúm 1.3)

3. Providencialmente, nos assuntos relacionados com os homens. (Sl 68.7, 8)

4. Atentamente, àqueles que o buscam. (Mt 18.19, 20; Atos 17.27)

5. Judicialmente, às consciências dos ímpios. (Gn 3.8; Sl 68.1, 2.) O homem não deve iludir-se com o pensamento de que existe um cantinho no universo onde possa escapar à lei do seu Criador. "Se o seu Deus está em toda parte, então deve estar também no inferno", disse um chinês a um cristão na China. "Sua ira sim está no inferno", foi a pronta resposta.

6. Corporalmente em seu Filho. "Deus conosco" (Cl 2.9).

7. Misticamente na igreja. (Ef 2.12-22.)

8. Oficialmente, com seus obreiros. (Mt 28.19, 20.) Embora Deus esteja em todo lugar, ele não habita em todo lugar. Somente ao entrar em relação pessoal com um grupo ou com um indivíduo se diz que ele habita com eles.

c. Onisciência. Deus é onisciente, porque conhece todas as coisas. (Gn 18.18,19; 2º Reis 8.10,13; 1º Cr 28.9; Sl 94.9; 139.1-16; 147.4-5; Pv 15.3; Is 29.15,16; 40.28; Jr 1.4-5; Ez 11.5; Dn 2.22,28; Amós 4.13; Lc 16.15; Atos 15.8, 18; Rm 8.27, 29; 1ª Co 3.20; 2ª Tm 2.19; Hb 4.13; 1ª Pe 1.2; 1ª João 3.20.) O conhecimento de Deus é perfeito, ele não precisa arrazoar, ou pesquisar as coisas, nem aprender gradualmente — seu conhecimento do passado, do presente e do futuro é instantâneo.

Há grande conforto na consideração deste atributo. Em todas as provas da vida o crente tem a certeza de que "vosso Pai celestial sabe" (Mt 6.8). A seguinte dificuldade se apresenta a alguns: sendo Deus conhecedor de todas as coisas, ele sabe quem se perderá; portanto, como pode essa pessoa evitar o perder-se? Mas a presciência de Deus sobre o uso que a pessoa fará do livre arbítrio não obriga a escolher este ou aquele destino. Deus prevê sem intervir.

d. Sabedoria. Deus é sábio. (Sl 104.24; Pv 3.19; Jr 10.12; Dn 2.20,21; Rm 11.33; 1ª Co 1.24, 25, 30; 2.6, 7; Ef 3.10; Cl 2.2, 3) A sabedoria de Deus reúne a sua onisciência e sua onipotência. Ele tem poder para levar a efeito seu conhecimento de tal maneira que se realizem os melhores propósitos possíveis pelos melhores meios possíveis. Deus sempre faz o bem de maneira certa e no tempo certo. "Ele fez tudo bem." Esta ação da parte de Deus, de organizar

todas as coisas e executar a sua vontade no curso dos eventos com a finalidade de realizar o seu bom propósito, chama-se Providência. A divina providência geral relaciona-se com o universo como um todo; sua providência particular relaciona-se com os detalhes da vida do homem.

e. Soberania. Deus é soberano, isto é, ele tem o direito absoluto de governar suas criaturas e delas dispor como lhe apraz. (Dn 4.35; Mt 20.15; Rm 9.21.) Ele possui esse direito em virtude de sua infinita superioridade, de sua posse absoluta de todas as coisas, e da absoluta dependência delas perante ele para que continuem a existir. Desta maneira, tanto é insensatez, como transgressão, censurar os seus caminhos.

1.2.12.3.3 Atributos morais (Deus e as criaturas morais)

Passando em revista o registro das obras de Deus para com os homens, aprendemos que:

a. Santidade. Deus é santo. (Êx 15.11; Lv 11.44, 45; 20.26; Js 24.19; 1º Sm 2.2; Sl 5.4; 111.9; 145.17; Is 6.3; 43.14, 15; Jr 23.9; Lc 1.49; Tg 1.13; 1ª Pe 1.15, 16; Ap 4.8; 15.3, 4.) A santidade de Deus significa a sua absoluta pureza moral; ele não pode pecar nem tolerar o pecado. O sentido original da palavra "santo" é "separado". Em que sentido está Deus separado? Ele está separado do homem no espaço — ele está no céu, o homem na terra. Ele está separado do homem quanto à natureza e caráter — ele é perfeito, o homem é imperfeito; ele é divino, o homem é humano; ele é moralmente perfeito, o homem é pecaminoso. Vemos, então, que a santidade é o atributo que mantém a distinção entre Deus e a criatura. não denota apenas um atributo de Deus, mas a própria natureza divina. Portanto, quando Deus se revela a si mesmo de modo a impressionar o homem com a sua Divindade, diz-se que ele se santificou (Ez 36.23; 38.23), isto é, "revela-se a si mesmo como o Santo". Quando os serafins descrevem o resplendor divino que emana daquele que está sentado sobre o trono, exclamam: "Santo, santo, santo é o Senhor dos exércitos" (Is 6.3). Diz-se que os homens santificam a Deus quando o honram e o reverenciam como Divino. (Nm 20.12; Lv 10.3; Is 8.13.) Quando o desonram, pela violação de seus mandamentos, se diz que "profanam" seu nome — que é o contrário de santificar seu nome. (Mt 6.9) Somente Deus é santo em si mesmo. Descrevem-se desta maneira o povo, os edifícios, e objetos santos porque Deus os fez santos e os tem santificado. A palavra "santo", quando se aplica a pessoas ou a objetos, é termo que expressa relação com Jeová — pelo fato de estar separado para o seu serviço. Sendo separados, os objetos precisam estar limpos; e as pessoas devem consagrar-se e viver de acordo com a lei da santidade. Esses fatos constituem a base da doutrina da santificação.

b. Justiça. Deus é justo. Qual a diferença entre a santidade e a justiça? "A justiça é santidade em ação", esta é uma das respostas. A justiça é a santidade de Deus manifesta no tratar retamente com suas criaturas. "não fará justiça o Juiz de toda a terra?" (Gn 18.25). A justiça é obediência a uma norma reta; é conduta reta em relação a outrem. Quando é que Deus manifesta este atributo?

1. Quando livra o inocente, condena o ímpio e exige que se faça justiça. Deus julga, não como o fazem os juízes modernos, que baseiam seu julgamento sobre a evidência apresentada perante eles por outrem. Deus mesmo descobre a evidência. Desta maneira o Messias, cheio do Espírito Divino, não julgará "segundo a vista dos seus olhos, nem reprovar segundo o ouvir dos seus ouvidos", mas julgará com justiça. (Is 11.3)

2. Quando perdoa o penitente. (Sl 51.14; 1ª João 1.9; Hb 6.10.)

3. Quando castiga e julga seu povo. (Is 8.17; Amós 3.2)



4. Quando salva seu povo. A interposição de Deus a favor do seu povo se chama sua justiça. (Is 46.13; 45.24,25.) A salvação é o lado negativo, a justiça é o positivo. Ele livra seu povo dos seus pecados e de seus inimigos, e o resultado é a retidão de coração. (Is 51.6; 54.13; 60.21; 61.10.)

5. Quando dá vitória à causa de seus servos fiéis. (Is 50.4-9.) Depois de Deus haver libertado seu povo e julgado os ímpios então teremos "novos céus e uma nova terra, em que habita a justiça" (2ª Pedro 3.13). Deus não somente trata justamente como também requer justiça. Mas que sucederá no caso de o homem haver pecado? Então ele graciosamente justifica o penitente. (Rm 4.5) Esta é a base da doutrina da justificação. Notar-se-á que a natureza divina é a base das relações de Deus para com os homens. Como ele é, assim ele opera. O Santo santifica, o Justo justifica.

c. Fidelidade. Deus é fiel. Ele é absolutamente digno de confiança; as suas palavras não falharão. Portanto, seu povo pode descansar em suas promessas. (Êx 34.6; Nm 23.19; Dt 4.31; Js 21.43-45; 23.14; 1º Sm 15.29; Jr 4.28; Is 25.1; Ez 12.25; Dn 9.4; Mq 7.20; Lc 18.7,8; Rm 3.4; 15.8; 1ª Co 1.9; 10.13; 2ª Co 1.20; 1ª Ts 5.24; 2ª Ts 3.3; 2ª Tm 2.13; Hb 6.18; 10.23; 1ª Pe 4.19; Ap 15.3)

d. Misericórdia. Deus é misericordioso. "A misericórdia de Deus é a divina bondade em ação com respeito às misérias de suas criaturas, bondade que se comove a favor deles, provendo o seu alívio, e, no caso de pecadores impenitentes, demonstrando paciência longânima" (Hodges). (Tito 3.5; Lm 3.22; Dn 9.9; Jr 3.12; Sl 32.5; Is 49.13; 54.7) Uma das mais belas descrições da misericórdia de Deus encontra-se no Salmo 103.8-18. O conhecimento de sua misericórdia toma-se a base da esperança (Sl 130.7) como também da confiança (Sl 52.8). A misericórdia de Deus manifestou-se de maneira eloqüente ao enviar Cristo ao mundo. (Lc 1.78)

e. Amor. Deus é amor. O amor é o atributo de Deus em razão do qual ele deseja relação pessoal com aqueles que possuem a sua imagem e, mui especialmente, com aqueles que foram santificados em caráter, feitos semelhantes a ele. Notamos a descrição do amor de Deus (Dt 7.8; Ef 2.4; Sf 3.17; Is 49.15, 16; Rm 8.39; Os 11.4; Jr 31.3); notamos a quem é manifestado (João 3.16; 16.27; 17.23; Dt 10.18); notamos como foi demonstrado (João 3.16; 1ª João 3.1; 4.9, 10; Rm 9.11-13; Is 38.17; 43.3, 4; 63.9; Tito 3.4-7; Ef 2.4, 5; Os 11.4; Dt 7.13; Rm 5.5).

f. Bondade. Deus é bom. A bondade de Deus é o atributo em razão do qual ele concede vida e outras bênçãos às suas criaturas. (Sl 25.8; Naúm 1.7; Sl 145.9; Rm 2.4; Mt 5.45; Sl 31.19; Atos 14.17; Sl 68.10; 85.5).

Para certas pessoas a existência do mal e do sofrimento apresenta um obstáculo à crença na bondade de Deus. "Por que um Deus de amor criou um mundo cheio de sofrimento?" perguntam alguns. As considerações seguintes poderão esclarecer o problema:

1. Deus não é responsável pelo mal. Se um trabalhador descuidado jogar areia numa máquina delicada, deve-se responsabilizar o fabricante? Deus fez tudo bom mas o homem danificou a sua obra. Praticamente todo o sofrimento que há no mundo é consequência da desobediência deliberada do homem.

2. Sendo Deus Todo-poderoso, o mal existe por sua permissão. Nem sempre podemos compreender porque ele permite o mal, pois os seus caminhos são inescrutáveis. Ao extremamente curioso ele diria: "Que tens tu com isso? Segue-me tu." No entanto, podemos compreender parte dos seus caminhos — o suficiente para saber que ele não erra. Assim escreveu Stevenson, notável autor: "Se eu, através do buraco de guarita, puder enxergar com os

meus olhos míopes minúscula fração do universo, e ainda receber no meu próprio destino algumas evidências dum plano e algumas evidências duma bondade dominante, seria eu, então, tão insensato a ponto de queixar-me de não poder entender tudo? não deveria eu sentir surpresa infinita e grata, pelo fato de, em um empreendimento ao vasto, poder eu entender algo, por pouco que seja, e fazer com que este pouco inspire minha fé?"

3. Deus é tão grande que pode fazer o mal cooperar para o bem. Recordemos como dominou a maldade dos irmãos de José, e de Faraó, e de Herodes, e daqueles que rejeitaram e crucificaram a Cristo. Acertadamente disse um erudito da antiguidade: "Deus Todo-poderoso não permitiria, de maneira alguma, a existência do mal na sua obra se não fosse tão onipotente e tão bom que até mesmo do mal ele pudesse operar o bem." Muitos cristãos já saíram dos fogos do sofrimento com o caráter purificado e a fé fortalecida. O sofrimento os tem impelido ao seio de Deus. O sofrimento foi a moeda que comprou o caráter provado no fogo.

4. Deus formou o universo segundo leis naturais, e estas leis implicam a possibilidade de acidentes. Por exemplo, se a pessoa descuidada ou deliberadamente se deixar cair em um precipício, essa pessoa sofrerá as consequências de ter violado a lei da gravidade. Mas, ao mesmo tempo, estamos satisfeitos com estas leis, pois de outra forma o mundo estaria num estado de confusão.

5. é bom lembrar sempre que tal não é o estado perfeito das coisas. Deus tem em reserva outra vida e uma época futura em que mostrará a razão de todos os seus tratados e ações. Visto que ele opera segundo a "Hora Oficial Celestial", às vezes pensamos que ele esteja tardando, mas "bem depressa" fará justiça a seus escolhidos. (Lc 18.7, 8.) Não se deve julgar a Deus enquanto não descer a cortina sobre a última cena do grande Drama dos Séculos. Então veremos que "Ele tudo fez bem".

1.2.12.4 O TRIÚNO DEUS

1.2.12.4.1 A doutrina declarada.

As Escrituras ensinam que Deus é Um, e que além dele não existe outro Deus. Poderia surgir a pergunta: "Como podia Deus ter comunhão com alguém antes que existissem as criaturas finitas?" A resposta é que a Unidade Divina é uma Unidade composta, e que nesta unidade há realmente três Pessoas distintas, cada uma das quais é a Divindade, e que, no entanto, cada uma está sumamente consciente das outras duas. Assim, vemos que havia comunhão antes que fossem criadas quaisquer criaturas finitas. Portanto, Deus nunca esteve só. Não é o caso de haver três Deuses, todos três independentes e de existência própria. Os três cooperam unidos e num mesmo propósito, de maneira que no pleno sentido da palavra, são "um". O Pai cria, o Filho redime, e o Espírito Santo santifica; e, no entanto, em cada uma dessas operações divinas os Três estão presentes. O Pai é preeminentemente o Criador, mas o Filho e o Espírito são tidos como cooperadores na mesma obra. O Filho é preeminentemente o Redentor, mas Deus o Pai e o Espírito são considerados como Pessoas que enviam o Filho a redimir. O Espírito Santo é o Santificador, mas o Pai e o Filho cooperam nessa obra. A Trindade é uma comunhão eterna, mas a obra da redenção do homem evocou a sua manifestação histórica. O Filho entrou no mundo duma maneira nova ao tomar sobre si a natureza humana e lhe foi dado um novo nome, Jesus. O Espírito Santo entrou no mundo duma maneira nova, isto é, como o Espírito de Cristo incorporado na igreja. Mas ao mesmo tempo, os três cooperaram. O Pai testificou do Filho (Mat. 3.17); e o Filho testificou do Pai (João 5.19). O Filho testificou do Espírito (João 14.26), e mais tarde o Espírito testificou do Filho (João 15.26). Será tudo isso

difícil de compreender? Como poderia ser de outra maneira visto que estamos tentando explicar a vida íntima do Deus Todo-poderoso! A doutrina da Trindade é claramente uma doutrina revelada, e não doutrina concebida pela razão humana. De que maneira poderíamos aprender acerca da natureza íntima da Divindade a não ser pela revelação? (1ª Co 2.16) É verdade que a palavra "Trindade" não aparece no Novo Testamento; é uma expressão teológica, que surgiu no segundo século para descrever a Divindade. Mas o planeta Júpiter existiu antes de receber ele este nome; e a doutrina da Trindade encontrava-se na Bíblia antes que fosse tecnicamente chamada a Trindade.

1.2.12.4.2 A doutrina definida

Bem podemos compreender porque a doutrina da Trindade era às vezes mal entendida e mal explicada. Era muito difícil achar termos humanos que pudessem expressar a unidade da Divindade e ao mesmo tempo, a realidade e a distinção das Pessoas. Ao acentuar a realidade da Divindade de Jesus, e da personalidade do Espírito Santo, alguns escritores corriam o perigo de cair no triteísmo, ou a crença em três deuses. Outros escritores, acentuando a unidade de Deus, corriam perigo de esquecer-se da distinção entre as Pessoas. Este último erro é comumente conhecido como sabelianismo, doutrina do bispo Sabélio que ensinou que Pai, Filho, e Espírito Santo são simplesmente três aspectos ou manifestações de Deus. Este erro tem surgido muitas vezes na história da igreja e existe ainda hoje. Essa doutrina do sabelianismo é claramente antibíblica e carece de aceitação, por causa das distinções bíblicas entre o Pai, o Filho, e o Espírito. O Pai ama e envia o Filho, o Filho veio do Pai e voltou para o Pai. O Pai e o Filho enviam o Espírito; o Espírito intercede junto ao Pai. Se, então, o Pai, o Filho e o Espírito são apenas um Deus sob diferentes aspectos ou nomes, então o Novo Testamento é uma confusão. Por exemplo, a leitura da oração intercessória (João 17) com pensamento de que Pai, Filho e Espírito fossem uma só Pessoa, revelaria o absurdo dessa doutrina, isto é, seria mais ou menos isto: "Assim como eu me dei poder sobre toda a carne, para que eu dê a vida eterna a todos quantos dei a mim mesmo... eu me glorifiquei na terra, tendo consumado a obra que me dei a fazer. E agora eu me glorifico a mim mesmo com a glória que eu tinha comigo antes que o mundo existisse." Como foi preservada a doutrina da Trindade de não se deslocar para os extremos, nem para o lado da Unidade (sabelianismo) nem para o lado da Tri-idade (triteísmo)? Foi pela formulação de dogmas, isto é, interpretações que definissem a doutrina e a "protegessem" contra o erro. O seguinte exemplo de dogma acha-se no Credo de Atanásio formulado no quinto século: Adoramos um Deus em trindade, e trindade em unidade. Não confundimos as Pessoas, nem separamos a substância. Pois a pessoa do Pai é uma, a do Filho outra, e a do Espírito Santo, outra. Mas no Pai, no Filho e no Espírito Santo há uma divindade, glória igual e majestade co-eterna. Tal qual é o Pai, o mesmo são o Filho e o Espírito Santo. O Pai é incriado, o Filho incriado, o Espírito incriado. O Pai é imensurável, o Filho é imensurável, o Espírito Santo é imensurável. O Pai é eterno, o Filho é eterno, o Espírito Santo é eterno. E, não obstante, não há três eternos, mas sim um eterno. Da mesma forma não há três (seres) incriados, nem três imensuráveis, mas um incriado e um imensurável. Da mesma maneira o Pai é onipotente. No entanto, não há três seres onipotentes, mas sim um Onipotente. Assim o Pai é Deus, o Filho é Deus, e o Espírito Santo é Deus. No entanto, não há três Deuses, mas um Deus. Assim o Pai é Senhor, o Filho é Senhor, e o Espírito Santo é Senhor. Todavia não há três Senhores, mas um Senhor.

Assim como a veracidade cristã nos obriga a confessar cada Pessoa individualmente como sendo Deus e Senhor, assim também ficamos privados de dizer que haja três Deuses ou

Senhores. O Pai não foi feito de coisa alguma nem criado, nem gerado. O Filho procede do Pai somente, não foi feito, nem criado, mas gerado. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho, não foi feito, nem criado, nem gerado, mas procedente. Há, portanto, um Pai, três Pais; um Filho, não três Filhos; um Espírito Santo, não três Espíritos Santos. E nesta trindade não existe primeiro nem último; maior nem menor. Mas as três Pessoas co-eternas são iguais entre si mesmas; de sorte que por meio de todas, como acima foi dito, tanto a unidade na trindade como a trindade na unidade devem ser adoradas.

A declaração acima pode parecer-nos complicada, por tratar-se de pontos sutis; mas nos dias primitivos demonstrou ser um meio eficaz de preservar a declaração correta sobre verdades tão preciosas e vitais para a igreja.

1.2.12.4.3 A doutrina provada.

Visto como a doutrina da Trindade concerne à natureza íntima da Trindade, não poderia ser conhecida, exceto por meio de revelação. Essa revelação encontra-se nas Escrituras.

a. O Antigo Testamento. O Antigo Testamento não ensina clara e diretamente sobre a Trindade, e a razão é evidente. Num mundo onde o culto de muitos deuses era comum, tornava-se necessário acentuar esta verdade em Israel, a verdade de que Deus é Um, e de que não havia outro além dele. Se no princípio a doutrina da Trindade fosse ensinada diretamente, poderia ter sido mal entendida e mal interpretada. Muito embora essa doutrina não fosse explicitamente mencionada, sua origem pode ser vista no Antigo Testamento. Sempre que um hebreu pronunciava o nome de Deus (Elohim) ele estava realmente dizendo "Deuses", pois a palavra é plural, e às vezes se usa em hebraico acompanhada de adjetivo plural (Js 24.18, 19) e com verbo no plural. (Gn 35.7.)

Imaginemos um hebreu devoto e esclarecido ponderando o fato de que Deus é Um, e no entanto é Elohim — "Deuses". Facilmente podemos imaginar que ele chegasse à conclusão de que exista pluralidade de pessoas dentro de um Deus. Paulo, o apóstolo, nunca cessou de crer na unidade de Deus como lhe fora ensinada desde a sua mocidade (1ª Tm 2.5; 1ª Co 8.4); de fato, Paulo insistia em que não ensinava outra coisa senão aquelas que se encontravam na Lei e nos Profetas. Seu Deus era o Deus de Abraão, Isaque e Jacó. No entanto, pregava a divindade de Cristo (Fl 2.6-8; 1ª Tm 3.16) e a personalidade do Espírito Santo (Ef 4.30) e incluiu as três Pessoas juntas na bênção apostólica. (2ª Co 13.14.) Todos os membros da Trindade são mencionados no Antigo Testamento:

1. O Pai. (Is 63.16; Mt 2.10.)

2. O Filho de Jeová . (Sl 45.6, 7; 26.6, 7, 12; Pv 30.4.) O Messias é descrito com títulos divinos. (Jr 23.5, 6; Is 9.6.) Faz-se menção do misterioso Anjo de Jeová que leva o nome de Deus e tem poder tanto para perdoar como para reter os pecados. (Êx 23.20,21.)

3. O Espírito Santo. (Gn 1.2; Is 11.2, 3; 48.16; 61.1; 63.10.) Prenúncios da Trindade vemos na tríplice bênção de Nm 6.24-26 e na tríplice doxologia de Is 6.3.

b. O Novo Testamento. Os cristãos primitivos mantinham como um dos fundamentos da fé o fato da unidade de Deus. Tanto ao judeu como ao pagão podiam testificar: "Cremos em um Deus." Mas ao mesmo tempo eles tinham as palavras claras de Jesus para provar que ele arrogou a si uma posição e uma autoridade que seriam blasfêmia se não fosse ele Deus. Os escritores do Novo Testamento, ao referirem-se a Jesus, usaram uma linguagem que indicava reconhecerem a Jesus como sendo "sobre todas as coisas, Deus bendito para sempre" (Rm 9.5). E a experiência espiritual dos cristãos apoiava estas afirmações. Ao conhecer a Jesus, conheciam-no como Deus. O mesmo se verifica em relação a Deus e ao Espírito Santo. Os

primitivos cristãos criam que o Espírito Santo, que morava neles, ensinando-os, guiando-os, e inspirando-os a andar em novidade de vida, não era meramente uma influência ou um sentimento, mas um ser ao qual poderiam conhecer e com o qual suas almas poderiam ter verdadeira comunhão. E, ao examinarem o Novo Testamento, ali acharam que ele era descrito como possuindo os atributos de uma personalidade. Assim a igreja primitiva se defrontava com estes dois fatos: que Deus é Um, e que o Pai é Deus; o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus. E estes dois grandes fatos concernentes a Deus constituem a doutrina da Trindade. Deus, o Pai, era para eles uma realidade; o Filho era para eles uma realidade; e da mesma forma, o Espírito Santo. E, diante desses fatos, a única conclusão a que se podia chegar era a seguinte: que havia na Divindade uma verdadeira, embora misteriosa, distinção de personalidades, distinção que se tomou manifesta na obra divina para redimir o homem. Várias passagens do Novo Testamento mencionam as três Pessoas Divinas. (Mt 3.16, 17; 28.19; Jo 14.16, 17, 26; 15.26; 2ª Co 13.14; Gl 4.6; Ef 2.18; 2ª Ts 3.5; 1ª Pe 1.2; Ef 1.3, 13; Hb. 9.14.) Uma comparação de textos tomados de todas as partes das Escrituras mostra o seguinte:

1. Cada uma das três Pessoas é Criador, embora se declare que há um só Criador. (Jo 33.4 e Is 44.24)

2. Cada uma é chamada Jeová (Dt 6.4)

1.2.12.4.4. A doutrina ilustrada

Como podem três Pessoas ser um Deus? — é uma pergunta que deixa muita gente perplexa. Não nos admiramos dessa estranheza, pois, ao considerar a natureza interna do eterno Deus, estamos tratando de uma forma de existência muito diferente da nossa.

Poderia talvez compreender que uma coisa pudesse aumentar de volume, por assim dizer, por acréscimo, como um montão de pedras se torna sempre maior ao serem nele colocadas outras pedras. Mas teria dificuldade em compreender como uma coisa pudesse crescer, por assim dizer, de dentro e por si mesma. A ideia de crescimento seria para ele uma coisa muito difícil de ser compreendida. E se ele fosse orgulhoso, impaciente, e sem vontade de aprender, é quase certo que não a entenderia.

Agora suponhamos que esse mesmo ser estranho, tendo aprendido algo acerca da vida e do crescimento, como se vê nas árvores e nas plantas, fosse apresentado a um novo fato, a saber, o da inteligência, como se manifesta nos animais de ordem superior. Quão difícil seria para ele compreender o significado de gosto e desgosto, escolha e recusa, sabedoria ou ignorância. Se a vida já é difícil de entender, quanto mais o é a mente. Aqui, também, seria necessário ser humilde, paciente e ter vontade de aprender para entender essas ideias. Mas no momento em que começasse a compreender o que significa a mente e como funciona, teria que procurar entender algo mais elevado do que a mente, como a encontramos nos seres humanos. Aqui, outra vez, enfrentaria ele algo novo, estranho, e que não se explicaria por referência a coisa alguma que até então houvesse conhecido. Teria que ser cuidadoso, humilde, e estar disposto a ser instruído.

Ele, então, o tal anjo ou visitante de Marte, esperaria, e nós também faríamos bem em esperar, que ao passarmos da consideração da natureza do homem para a consideração da natureza de Deus encontraremos algo novo.

Mas existe um método pelo qual as verdades que estão além do alcance da razão ainda podem, até certo ponto, tornar-se perceptíveis a ela. Referimo-nos ao uso da ilustração ou da analogia. Porém elas devem ser usadas com cuidado, e não forçadamente.

"Toda comparação manca", disse um sábio da antiga Grécia. Até as melhores são imperfeitas e inadequadas. Elas podem ser comparadas a minúsculas lanternas elétricas que nos ajudam a enxergar algum tênue vislumbre da razão das verdades imensuráveis, vastas demais para serem perfeitamente compreendidas.

Obtemos de três fontes as ilustrações: a natureza; a personalidade humana; e as relações humanas.

a. A natureza proporciona muitas analogias.

1. A água é uma, mas esta também é conhecida sob três formas — água, gelo e vapor.

2. Há uma eletricidade, mas no bonde ela funciona sob a forma de movimento, luz e calor.

3. O sol é um, mas se manifesta como luz, calor e fogo.

4. Quando São Patrício evangelizava os irlandeses, explicou a doutrina da Trindade usando o trevo como ilustração.

5. é de conhecimento geral que todo raio de luz realmente se compõe de três raios: primeiro, o actínico, que é invisível; segundo, o luminoso, que é visível; terceiro, o calorífero, que produz calor, o qual se sente mas não se vê. Onde há estes três, ali há luz; onde há luz, temos estes três. João o apóstolo, disse: "Deus é luz". Deus o Pai é invisível; ele se tomou visível em seu Filho, e opera no mundo por meio do Espírito, que é invisível, no entanto, é eficaz.

6. Três velas num quarto darão uma só luz.

7. O triângulo tem três lados e três ângulos; tirei-lhe um lado e não é mais triângulo. Onde há três ângulos há um triângulo.

b. A personalidade humana.

1. Deus disse: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança." O homem é um, e, no entanto, tripartido, constituído de espírito, alma e corpo.

2. O conhecimento humano assinala divisões na personalidade. Não temos sido conscientes, às vezes, de arrazoarmos com nós mesmos e de estarmos ouvindo a conversação? Eu falo comigo mesmo, e me escuto falando comigo mesmo!

c. Relação

1. Deus é amor. Era eternamente Amante. Mas o amor requer um objeto a ser amado; e, sendo eterno, deve ter tido um objeto de amor eterno, a saber, seu filho. O Amante eterno e o Amado eterno! O Vínculo eterno e o caudal desse amor é o Espírito Santo.

2. Nosso governo é um, mas é constituído de três poderes: legislativo, judiciário e executivo.

1.2.13 O HOMEM

Somente Deus pode verdadeiramente revelar Deus. Esta revelação de si mesmo, tão necessária à salvação, encontra-se nas Escrituras. Da mesma fonte deriva a opinião de Deus sobre o homem, que é a opinião verdadeira, pois quem melhor pode conhecer o homem do que o seu Criador? Nestes dias, quando as falsas filosofias representam de modo errado a natureza humana, é de grande importância que conheçamos a verdade. Assim melhor poderemos compreender também as doutrinas sobre o pecado, o juízo e a salvação, as quais se baseiam no ponto de vista bíblico da natureza do homem.

1.2.13.1 A ORIGEM DO HOMEM

1.2.13.1.1. Criação especial.

A Bíblia ensina claramente a doutrina de uma criação especial, que significa que Deus fez cada criatura "segundo a sua espécie". Ele criou as várias espécies e então as deixou para que se desenvolvessem e progredissem segundo as leis do seu ser. A distinção entre o homem e as criaturas inferiores implica a declaração de que "Deus criou o homem à sua imagem".

1.2.13.1.2. Evolução.

Em oposição à criação especial, surgiu a teoria da evolução que ensina que todas as formas de vida tiveram sua origem em uma só forma e que as espécies mais elevadas surgiram de uma forma inferior. Por exemplo, o que outrora era caramujo transformou-se em peixe; o que era peixe chegou a ser réptil; o que outrora era réptil tornou-se pássaro, e (para encurtar a história) o que outrora era macaco evoluiu e tornou-se ser humano. A teoria é a seguinte: em tempos muito remotos apareceram a matéria e a força — mas como e quando, a ciência não o sabe. Dentro da matéria e da força surgiu uma célula viva — mas de onde ela surgiu também ninguém sabe. Nessa célula havia uma centelha de vida, da qual se originaram todas as coisas vivas, desde o vegetal até ao homem, sendo este desenvolvimento controlado por leis inerentes. Essas leis, em conexão com o meio ambiente, explicam a origem das diversas espécies que têm existido e que existem, incluindo o homem. De maneira que, segundo essa teoria, houve uma ascensão gradual e constante desde as formas inferiores de vida às formas mais elevadas até chegar ao homem. Que constitui uma espécie? Uma classe de plantas ou animais que tenham propriedades e características comuns, e que se possam propagar indefinidamente sem mudarem essas características, constitui espécie. Uma espécie pode produzir uma variedade, isto é, uma ou mais plantas ou animais isolados possuindo uma peculiaridade acentuada que não seja comum à espécie em geral.

Por exemplo, um tipo especial de cavalo de corrida pode ser produzido por processo especial; mas é sempre cavalo. Quando se produz uma variedade e essa se perpetua por muitas gerações temos uma raça. De maneira que na espécie canina (cão) temos muitas raças que diferem consideravelmente uma das outras; porém, todas retêm certas características que as marcam como pertencentes à família dos cães. Ao lermos que Deus fez cada criatura segundo a sua espécie, não dizemos que Deus as fez incapazes de se desenvolverem em variedades novas; queremos dizer que ele criou cada espécie distinta e separada e colocou uma barreira entre elas, de maneira que, por exemplo, um cavalo não se deveria desenvolver de maneira que se transformasse em animal que não seja cavalo.

Qual é a prova pela qual se conhece a distinção entre as espécies? A prova é esta: se os animais podem cruzar-se, e podem produzir uma descendência fértil por tempo indefinido, então são da mesma espécie; de outra maneira, não o são. Por exemplo, sabe-se que os cavalos e os jumentos são de diferentes espécies, e, embora do cruzamento da égua com o jumento resulte a mula, esta não tem a capacidade de gerar outra mula, ou seja, a espécie mula. Este fato constitui argumento contra a teoria da evolução, pois mostra claramente que Deus colocou uma barreira entre as espécies para que uma espécie não se transforme em outra.

Define-se a ciência da seguinte maneira: "conhecimentos comprovados". Será a evolução um fato comprovado? A teoria mais propagada da evolução é a de Darwin. Entretanto, poderíamos citar os nomes de muitos cientistas eminentes que declaram que a teoria de Darwin já caiu por faltas de provas.

Muitas espécies já foram extintas, outras foram achadas das quais não se descobriu nenhum espécime muito antigo; mas não se pode provar que qualquer espécie tenha evoluído de outra. Há um abismo intransponível entre os irracionais e o homem — entre a forma mais elevada de animal e a forma inferior da vida humana. Nenhum animal usa ferramentas, acende fogo, emprega linguagem articulada, ou tem capacidade de conhecer as coisas espirituais. Mas todas essas coisas encontram-se na forma inferior de vida humana. O macaco mais inteligente não passa de um irracional; mas o espécime mais degradado do homem continua sempre um ser humano. Os evolucionistas inventaram um tipo de criatura pelo qual o macaco passou para o estágio humano. Esse é o tal "elo perdido" que se chama "Pithecanthropus erectus". Onde está a evidência? Há anos alguns ossos — dois dentes, um fêmur e uma parte de um crânio — foram descobertos na ilha de Java.

Com um pouco de gesso reconstruíram o que dizem ser o elo perdido que une os homens com a criação inferior! Outros "elos" também se fabricaram da mesma maneira. Mas o Dr. Etheridge, examinador do Museu Britânico, disse: "Em todo este grande museu não há uma partícula de evidência da transmutação das espécies. Este museu está cheio de provas da falsidade dessas idéias." Nathan G. Moore escreveu o que podemos chamar um "exame de advogado" sobre a teoria da evolução. Seu livro baseia-se numa avaliação dos fatos expostos em algumas das obras científicas mais recentes escritas em favor dessa teoria. Sendo ele advogado e profissional nas leis da evidência, seu testemunho é de valor prático. O propósito desse escritor é "comparar os fatos principais e submeter ao juízo do leitor ponderado o seguinte: primeiro, se os fatos provam ou não a hipótese (uma explicação suposta) de que o homem é produto da evolução em vez de ser criado; e, segundo, se existe ou não uma lei ou conjunto de leis que possam explicar as evidências de modo natural. Depois de um exame detalhado dos fatos, esse advogado chegou às seguintes conclusões: A teoria da evolução não explica, nem ajuda a explicar, a origem do homem; nem apresenta provas de que o homem tivesse evoluído de uma forma inferior, mesmo fisicamente. Essa teoria nem sequer sugere um método pelo qual o homem tenha adquirido essas qualidades mais elevadas que o distinguem das outras formas de vida. Outro advogado, Filipe Mauro, faz da seguinte maneira um resumo das evidências apresentadas pelos proponentes da teoria da evolução: Imaginem um litigante em juízo a quem cabe o ônus da prova. Ele insiste em que sua declaração está certa e exige sentença favorável; mas não apresenta provas que sustentem as suas alegações.

Na verdade, toda a evidência apresentada em juízo depõe contra ele. Ele exige, todavia, que a decisão seja favorável por causa das seguintes suposições: **1)** que grande número de provas, que já existiram (os "elos perdidos" etc.) foram totalmente destruídas; **2)** se essas provas pudessem ser reproduzidas agora, elas seriam a seu favor! Tal é o estado absurdo de coisas em que a teoria da evolução se encontra atualmente. Os evolucionistas procuram unir o homem ao irracional, mas Jesus Cristo veio ao mundo para unir o homem a Deus. Ele tomou sobre si a nossa natureza para poder glorificá-la no seu destino celestial.

"Mas a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, aos que crêem no seu nome" (João 1.12).

Aqueles que participam de sua vida Divina chegam a ser membros de uma nova e mais elevada raça — sim, filhos de Deus! Porém, essa nova raça surgiu (o "homem novo" Ef 2.15), não porque a natureza humana evoluísse até à Divina, mas porque a Divina penetrou na natureza humana. E àqueles que são "participantes da natureza divina" (2ª Pe 1.4), João, o apóstolo, diz: "Amados, agora somos filhos de Deus" (1ª João 3.2).

1.2.13.2 A NATUREZA DO HOMEM

1.2.13.2.1 A tri-unidade humana.

Segundo Gn 2.7, o homem se compõe de duas substâncias — a substância material, chamada corpo, e a substância imaterial, chamada alma. A alma é a vida do corpo e quando a alma se retira o corpo morre. Mas, segundo 1ª Ts 5.23 e Hb 4.12, o homem se compõe de três substâncias — espírito, alma e corpo; alguns estudantes da bíblia defendem essa opinião de três partes da constituição humana versus doutrina de duas partes apenas, adotada por outros. Ambas as opiniões são corretas quando bem compreendidas. O espírito e a alma representam os dois lados da substância não-física do homem; ou, em outras palavras, o espírito e a alma representam os dois lados da natureza espiritual. Embora distintos, o espírito e a alma são inseparáveis, são entrosados um no outro. Por estarem tão interligados, as palavras "espírito" e "alma" muitas vezes se confundem (Ap 6.9); de maneira que em um trecho a substância espiritual do homem se descreve como a alma (Mt 10 .28), e em outra passagem como espírito (Tg 2.26). Embora muitas vezes os termos sejam usados alternativamente, têm significados distintos. Por exemplo: "A alma" é o homem como o vemos em relação a esta vida atual. As pessoas falecidas descrevem-se como "almas" quando o escritor se refere à sua vida anterior. (Ap 6.9, 10; 20.4.) "O espírito" é a descrição comum daqueles que passaram para a outra vida. (Atos 23.9; 7.59; Hb 12.23; Lc 23.46; 1ª Pe 3.19).

Quando alguém for "arrebatado" temporariamente fora do corpo (2ª Co 12,2) se descreve como "estando no espírito".(Ap 4.2; 17.3.) Sendo o homem "espírito", é capaz de ter conhecimento de Deus e comunhão com ele; sendo "alma", ele tem conhecimento de si próprio; sendo "corpo", tem, através dos sentidos, conhecimento do mundo. — Scofield.

1.2.13.2.2. O espírito humano

Habitando a carne humana, existe o espírito dado por Deus em forma individual. (Nm 16.22; 27.16.) O Espírito foi formado pelo Criador na parte interna da natureza do homem, capaz de renovação e desenvolvimento. (Sl 51.10.) Esse espírito é o centro e a fonte da vida humana; a alma possui e usa essa vida e lhe dá expressão por meio do corpo. No princípio Deus soprou o espírito de vida no corpo inanimado e o homem "foi feito alma vivente". Assim a alma é um espírito encarnado, ou um espírito humano que recebe expressão mediante o corpo.

A combinação desses dois elementos constitui o homem em "alma". A alma sobrevive à morte porque o espírito a dota de energia; no entanto, a alma e o espírito são inseparáveis porque o espírito está entrosado e confunde-se com a substância da alma. O espírito é aquilo que faz o homem diferente de todas as demais coisas criadas. é dotado de vida humana (e inteligência, Pv 20.27; Jo 32.8) que se distingue da vida dos irracionais. Os irracionais têm alma (Gn 1.20, no original) mas não têm espírito. Em Ec 3.21 a referência trata aparentemente do princípio de vida, tanto no homem como no irracional. Salomão registrou uma pergunta que fez quando se afastou de Deus. Assim, dessemelhante dos homens, os irracionais não podem conhecer as coisas de Deus (1ª Co 2.11; 14.2; Ef 1.17;4.23) e não podem ter relações pessoais e responsáveis com ele. (João 4.24.).

O espírito do homem, quando se torna morada do Espírito de Deus (Rm 8.16), é centro de adoração (João 4.23,24); de oração, cântico, bênção (1ª Co 14.15), e de serviço (Rm 1.9; Fp 1.27). O espírito humano, representando a natureza suprema do homem, rege a qualidade de seu caráter. Aquilo que domina o espírito toma-se atributo de seu caráter. Por exemplo, se o homem permitir que o orgulho o domine, ele tem um "espírito altivo". (Pv

16.18.) Conforme as influências respectivas que o dominem, um homem pode ter um espírito perverso (Isa. 19.14); um espírito rebelde (Sl 106.33); um espírito impaciente (Pv 14.29); um espírito perturbado (Gn 41.18); um espírito contrito e humilde (Is 57.15; Mt 5.3). Pode estar sob um espírito de servidão (Rm 8.15), ou ser impelido pelo espírito de inveja (Nm 5.14). Assim é que o homem deve guardar o seu espírito (Mal. 2.15), dominar o seu espírito (Pv 16.32), pelo arrependimento tornar-se um novo espírito (Ez 18.31) e confiar em Deus para transformar o seu espírito (Ez 11.19). Quando as paixões vis exercerem o domínio e a pessoa manifestar um espírito perverso, significa que a alma (a vida egocêntrica ou vida natural) destronizou o espírito. O espírito lutou e perdeu. O homem é vítima de seus sentimentos e apetites naturais; e é "carnal". O espírito já não domina mais, e essa impotência se descreve como um estado de morte. Dessa maneira há necessidade de receber um espírito novo (Ez 18.31; Sl 51.10); e somente aquele que originalmente soprou no corpo do homem o fôlego da vida poder soprar na alma do homem uma nova vida espiritual — isto é, regenerá-lo. (João 3.8; 20.22; Gl 3.10.) Quando assim sucede, o espírito do homem novamente ocupa lugar de ascendência, e chega a ser homem "espiritual". Entretanto, o espírito não pode viver de si mesmo, mas deve buscar a renovação constante mediante o Espírito de Deus.

1.2.13.2.3 A alma do homem.

a. A natureza da alma. A alma é aquele princípio inteligente e vivificante que anima o corpo humano, usando os sentidos físicos como seus agentes na exploração das coisas materiais e os órgãos do corpo para se expressar e comunicar-se com o mundo exterior.

Originalmente a alma veio a existir em resultado do sopro sobrenatural de Deus. Podemos descrevê-la como espiritual e vivente, porque opera por meio do corpo. No entanto, não devemos crer que a alma seja parte de Deus, pois a alma peca. É mais correto dizer que é dom e obra de Deus. (Zc 12.1)

Devem-se notar quatro distinções:

1. A alma distingue a vida humana e a vida dos irracionais das coisas inanimadas e também da vida inconsciente como a vegetal. Tanto os homens como os irracionais possuem almas (Gn 1.20, a palavra "vida" é "alma" no original). Poderíamos dizer que as plantas têm alma (no sentido de um princípio de vida), mas não é uma alma consciente.

2. A alma do homem o distingue dos irracionais. Estes possuem alma, mas é alma terrena que vive somente enquanto durar o corpo. (Ec 3.21.) A alma do homem é de qualidade diferente sendo vivificada pelo espírito humano. Como "toda carne não é a mesma carne", assim sucede com a alma; existe alma humana e existe alma dos irracionais. Evidentemente, os homens fazem o que os irracionais não podem fazer, por muito inteligentes que sejam; a sua inteligência é de instinto e não proveniente de razão. Tanto os homens como os irracionais constroem casas. Mas o homem progrediu, vindo a construir catedrais, escolas e arranha-céus, enquanto os animais inferiores constroem suas casas hoje da mesma maneira como as construía quando Deus os criou. Os irracionais podem guinchar (como o macaco), cantar (como o pássaro), falar (como o papagaio); mas somente o homem produz a arte, a literatura, a música e as invenções científicas. O instinto dos animais pode manifestar a sabedoria do seu Criador, mas somente o homem pode conhecer e adorar a seu Criador. Para melhor ainda ilustrar o lugar elevado que ocupa o homem na escala da vida, vamos observar os quatro degraus da vida, que se elevam em dignidade um sobre o outro, conforme a independência sobre a matéria. Primeiro, a vida vegetal, que necessita de órgãos materiais para assimilar o alimento; segundo, a vida sensível, que usa os órgãos para perceber as coisas materiais e ter

contato com elas; terceiro, a vida intelectual, que percebe o significado das coisas pela lógica, e não meramente pelos sentidos; quarto, a vida moral, que concerne à lei e à conduta. Os animais são dotados de vida vegetativa e sensível; o homem é dotado de vida vegetativa, sensível, intelectual e moral.

3. A alma distingue um homem de outro e dessa maneira forma a base da individualidade. A palavra "alma" é, portanto, usada freqüentemente no sentido de "pessoa". Em Êx 1.5 "setenta almas" significa "setenta pessoas". Em Rm 13.1 "cada alma" significa "cada pessoa". Atualmente dizemos, " não havia nem uma alma presente", referindo-nos às pessoas.

4. A alma distingue o homem não somente das ordens inferiores, mas também das ordens superiores dos anjos, porque estes não têm corpos semelhantes aos dos homens. O homem tomou-se um "ser vivente", quer dizer, a alma enche um corpo terreno sujeito às condições terrenas. Os anjos se descrevem como espíritos (Hb 1.14), porque não estão sujeitos às condições ou limitações materiais. Por essa mesma razão se descreve Deus como "Espírito". Mas os anjos são espíritos criados e finitos, enquanto Deus é o Espírito eterno e infinito.

b. A origem da alma. Sabemos que a primeira alma veio a existir como resultado de Deus ter soprado no homem o sopro de vida. Mas como chegaram a existir as almas desde esse tempo? Os estudantes da Bíblia se dividem em dois grupos de idéias diferentes: (1) Um grupo afirma que cada alma individual não vem proveniente dos pais, mas sim pela criação Divina imediata. Citam as seguintes escrituras: Is 57.16; El 12.7; Hb 12.9; Zc 12.1 (2) Outros pensam que a alma é transmitida pelos pais. Apontam o fato de que a transmissão da natureza pecaminosa de Adão à posteridade milita contra a criação divina de cada alma; também o fato de que as características dos pais se transmitem à descendência.

Citam as seguintes passagens: João 1.13; 3.6; Rm 5.12; 1ª Co 15.22; Ef 2.3; Hb 7.10. A origem da alma pode explicar-se pela cooperação tanto do Criador como dos pais. No princípio dum nova vida, a Divina criação e o uso criativo de meios agem em cooperação. O homem gera o homem em cooperação com "o Pai dos espíritos". O poder de Deus domina e permeia o mundo (Atos 17.28; Hb 1.3) de maneira que todas as criaturas venham a ter existência segundo as leis que ele ordenou. Portanto, os processos normais da reprodução humana põem em execução as leis da vida fazendo com que a alma nasça no mundo.

A origem de todas as formas de vida está encoberta por um véu de mistérios (Ecl. 11.5; Sal. 139.13-16; Jo 10.8-12), e esse fato deve servir de aviso contra a especulação sobre as coisas que estão além dos limites das declarações bíblicas.

c. Alma e corpo. A relação da alma com o corpo pode ser descrita e ilustrada da seguinte maneira:

1. A alma é a depositária da vida; ela figura em tudo que pertence ao sustento, ao risco, e à perda da vida. É por isso que em muitos casos a palavra "alma" tem sido traduzida "vida". (Vide Gn 9.5; 1º Reis 19.3; 2.23; Pv. 7.23; Êx 21.23,30; 30.12; Atos 15.26.) A vida é o entrosamento do corpo com a alma. Quando a alma e o corpo se separam, o corpo não existe mais; o que resta é apenas um grupo de partículas materiais num estado de rápida decomposição.

2. A alma permeia e habita todas as partes do corpo e afeta mais ou menos diretamente todos os seus membros. Este fato explica por que as Escrituras atribuem sentimentos ao coração e aos rins (Sl 73.21; Jo 16.13; Lm 3.13; Pv 23.16; Sl 16.7; Jr 12.2; Jo 38.36); às



entranhas (Fm 12; Jr 4.19; Lm 1.20; 2.11; Ct 5.4; Is 16.11); e ao ventre (HC 3.16; Jo 20.23; 15.35; João 7.38). Esta mesma verdade, de que a alma permeia o corpo, explica porque em muitas passagens se descreve a alma executando atos corporais. (Prov. 13.4; Isa. 32.6; Num. 21.4; Jer. 16.16; Gn 44.30; Ez 23.17, 22, 28.) "As partes internas" ou "entranhas" é a expressão que geralmente descreve o entrosamento da alma com o corpo. (Is 16.11; Sl 51.6; Zc 12.1; Is 26.9; 1º Rs 3.28.) Essas passagens descrevem as partes internas como o centro dos sentimentos, de experiência espiritual e de sabedoria. Mas notemos que não é o tecido material que pensa e sente, e, sim a alma operando por meio dos tecidos. Corretamente falando, não é o coração de carne, mas a alma, por meio do coração, que sente.

3. Por meio do corpo a alma recebe suas impressões do mundo exterior. Essas impressões são percebidas por estes sentidos: vista, audição, paladar, olfato e tato, e são transmitidas ao cérebro por via do sistema nervoso. Por meio do cérebro a alma elabora essas impressões pelos processos do intelecto, da razão, da memória e da imaginação. A alma atua sobre essas impressões enviando ordens às várias partes do corpo por via do cérebro e do sistema nervoso.

4. A alma estabelece contato com o mundo por meio do corpo, que é o instrumento da alma. O sentir, o pensar, o exercer vontade e outros atos, são todos eles atividades da alma ou do "eu". É o "eu" que vê e não somente os olhos; é o "eu" que pensa e não meramente o intelecto; é o "eu" que joga a bola e não meramente o meu braço; é o "eu" que pede e não simplesmente a língua ou os membros. Quando um membro é ferido, a alma não pode funcionar bem por meio dele; em caso de lesão cerebral pode resultar a demência. A alma então passa a ser como um músico com um instrumento danificado ou quebrado.

d. A alma e o pecado. A alma vive a sua vida natural através dos instintos, termo que vamos empregar por falta de outro melhor. Esses instintos são forças motrizes da personalidade, com as quais o Criador dotou o homem para fazê-lo apto a uma existência terrena (assim como o dotou de faculdades espirituais para capacitá-lo a uma existência celestial). Chamamo-los instintos porque são impulsos inatos, implantados na criatura a fim de capacitá-la a fazer instintivamente o que é necessário para originar e preservar a vida natural. Assim escreve o Dr. Leander Keyser: "Se no início de sua vida o infante humano não tivesse certos instintos, não poderia sobreviver, mesmo com o melhor cuidado paterno e médico." Vamos considerar os cinco instintos mais importantes. O primeiro é o instinto da auto-preservação que nos avisa de perigo e nos capacita a cuidar de nós mesmos. O segundo, é o instinto de aquisição (conseguir), que nos conduz a adquirir as provisões para o sustento próprio. O terceiro, é o instinto da busca de alimento, o impulso que leva a satisfazer a fome natural. O quarto é o instinto da reprodução que conduz à perpetuação da espécie. O quinto, é o instinto de domínio que conduz a exercer certa iniciativa própria necessária para o desempenho da vocação e das responsabilidades. O registro desses dotes (ou instintos) do homem concedidos pelo Criador acha-se nos primeiros dois capítulos de Gênesis. O instinto de autopreservação implica a proibição e o aviso: "Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás porque no dia em que dela comeres certamente morrerás." O instinto de aquisição aparece no fato de ter Adão recebido da mão de Deus o lindo jardim do Éden. O instinto da busca de alimento percebe-se nas palavras: "Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão sementes, as quais se acham sobre a face de toda a terra, e todas as árvores em que há fruto que dê semente ser-vos-á para alimento." Ao instinto de reprodução referem-se estas declarações: "Homem e mulher os criou." "Deus os abençoou e lhes disse: frutificai,

multiplicai-vos." Ao quinto instinto, domínio, refere-se o mandamento: "Enchei a terra, e sujeitai-a; dominai.

"Deus ordenou que as criaturas inferiores fossem governadas primeiramente pelos instintos, mas o homem foi elevado à dignidade de possuir o dom de livre arbítrio e a razão, com os quais poderia disciplinar-se a si mesmo e tornar-se árbitro do seu próprio destino. Como guia para o regulamento das faculdades do homem, Deus impôs uma lei. O entendimento do homem quanto a essa lei produziu uma consciência, que significa literalmente "com conhecimento". Quando o homem deu ouvidos à lei, teve a consciência esclarecida; quando desobedeceu a Deus, sofreu, pois a consciência o acusava. No relato da tentação (Gn 3) lemos como o homem cedeu à concupiscência dos olhos, à cobiça da carne, e à vaidade da vida. (1ª João 2.16), e usou os seus poderes de modo contrário à vontade de Deus. A alma consciente e voluntariamente, usou o corpo para pecar contra Deus. Essa combinação de alma pecaminosa e corpo humano constituem o que se conhece como "o corpo do pecado" (Rm 6.6), ou "a carne" (Gl 5.24). A inclinação e desejo da alma para usar o corpo dessa maneira se descreve como a "mente carnal" (Rm. 8.7).

Visto que o homem pecou com o corpo, será julgado segundo "o que fez por meio do corpo" (2ª Co 5.10). Isso envolve uma ressurreição. (João 5.28, 29.) Quando a "carne" é condenada, a referência não é ao corpo material (o elemento material não pode pecar), mas ao corpo usado pela alma pecadora. É a alma que peca. Ainda que a língua do difamador fosse cortada o difamador seria o mesmo. Amputam-se as mãos do larápio, mas de coração ele ainda seria ladrão. Os impulsos pecaminosos da alma devem ser extirpados; é essa a obra do Espírito Santo. (Rm 8.13.) "A carne" pode ser definida como a soma total dos instintos do homem, não como vieram das mãos do Criador, e, sim, como são na realidade, pervertidos e feitos anormais pelo pecado. é a natureza humana na sua condição decaída, enfraquecida e desorganizada pela herança racial derivada de Adão e debilitada e pervertida por atos voluntários pecaminosos. Ela representa a natureza humana não regenerada cujas fraquezas freqüentemente se escusam com estas palavras: "Afinal de contas a natureza humana é assim mesmo." é a aberração desses instintos e faculdades dados por Deus que forma a base do pecado. Por exemplo, o egoísmo, a irritabilidade, a inveja, e a ira são aberrações do instinto da autopreservação. O roubo e a cobiça são perversões do instinto de aquisição. "não furtarás" e "não cobiçarás" querem dizer: "não perverterás o instinto de aquisição. A glotonaria é a perversão do instinto de alimentação, portanto, é pecado. A impureza é perversão do instinto de reprodução. A tirania, a arrogância, a injustiça e a implicância representam abusos do instinto de domínio.

Assim vemos que o pecado, fundamentalmente, é o abuso ou a aberração das forças com que Deus nos dotou. Notemos quais as conseqüências dessa perversão: (1) a consciência culpada que diz ao homem que desonrou a seu Criador, e avisa-o da pena terrível; (2) a perversão dos instintos reage sobre a alma, debilitando a vontade, incitando e fortalecendo hábitos maus, e criando deformações do caráter. Paulo fez um catálogo dos sintomas desses "defeitos" da alma (uma palavra hebraica traduzida "pecado" significa literalmente "tortuosidade" em Gl 5.19-21). "Ora as obras da carne são manifestas, as quais são: a fornicção, a impureza, a lascívia, a idolatria, a feitiçaria, as inimizades, as contendas, os ciúmes, as iras, as facções, as dissensões, os partidos, as invejas, as bebedices, as orgias, e outras coisas semelhantes." Paulo considerou tais coisas tão sérias que acrescenta as palavras, "os que tais coisas praticam, não herdarão o reino de Deus". Colocada sob o poder do pecado,

a alma toma-se "morta em delitos e pecados" (Ef 2.1). Colocada entre o corpo e o espírito, entre o mais elevado e o inferior, entre o terreno e o espiritual, a alma fez uma escolha má. Mas da escolha não surgiu proveito, e, sim, perda eterna (Mt 16.26). Foi feita a má "barganha" de Esaú — a troca da bênção espiritual por uma coisa terrena e perecível. (Hb 12.16.) Ao morrer, a alma ter que passar para o outro mundo, "manchada pela carne". (Jd 23.) Felizmente existe um remédio — a cura dupla, tanto para a culpa como para o poder do pecado, (1) Porque o pecado é uma ofensa a Deus, é exigida uma expiação para remover a culpa e purificar a consciência. A provisão do Evangelho é o sangue de Jesus Cristo. (2) Visto que o pecado traz doença à alma e desordem no ser humano, requer-se um poder curativo e corretivo. Esse poder é justamente aquele provido pela operação interna do Espírito Santo que endireita as coisas tortas da nossa natureza e põe em movimento certo as forças da nossa vida. Os resultados (os frutos) são "amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, temperança" (Gl 5.22, 23). Em outras palavras, O Espírito Santo faz-nos justos, palavra que no hebraico significa "reto". O pecado é tortuosidade da alma; a justiça é sua retidão.

e. A alma e o coração. Tanto nas Escrituras, como na linguagem comum, a palavra "coração" significa o centro mesmo duma coisa. (Dt 411; Mt 12.40 Êx 15.8; Sl 46.2; Ez 27.4,25,26,27.) O "coração" do homem é, portanto, o verdadeiro centro da sua personalidade. É o centro da vida física. Nas palavras do Dr. Beck: "O coração é a primeira coisa a viver, e seu primeiro movimento é sinal seguro de vida; seu silêncio é sinal positivo de morte." é também a fonte e o lugar onde se encontram as correntes da vida espiritual e da alma. Podemos descrevê-lo como a parte mais profunda do nosso ser, a "casa das máquinas", por assim dizer, da personalidade, donde procedem os impulsos que determinam o caráter e a conduta do homem.

1. O coração é centro da vida, do desejo, da vontade e do juízo. O amor, o ódio, a determinação, a vontade e o gozo (Sal. 105.3) unem-se com o coração. O coração sabe, compreende (1º Rs 3.9), delibera, calcula; está disposto, é dirigido, presta atenção, e inclina-se para as coisas. Tudo o que impressiona a alma se diz estar fixado, estabelecido, ou escrito no coração. O coração é o depósito de tudo quanto se ouve ou se experimenta (Lc 2.51). O coração é a "fábrica", por assim dizer, em que se formam pensamentos e propósitos, sejam bons ou maus. (Sl 14.1; Mt 9.4; 1ª Cr 7.37; 1ª Re 8.17.)

2. O coração é o centro da vida emocional. Ao coração atribuem-se todos os graus de gozo, desde o prazer, (Is 65.14) até ao êxtase e exultação (Atos 2.46); todos os graus de dor, desde o descontentamento (Pv 25.20) e a tristeza (João 14.1) até ao "ai" lacerante e esmagador (Sl 109.22; Atos 21.13); todos os graus de má vontade desde a provocação e ira (Pv 23.17) até à cólera incontrolável (Atos 7.54) e o desejo vingativo ardente (Dt 19.6); todos os graus de temor desde o tremor reverente (Jr 32.40) até ao pavor (Dt 28.28). O coração derrete-se e se retorce em angústia (Js 5.1); torna-se fraco pela depressão (Lv 26.36); murcha sob o peso da tristeza (Sl 102.4); quebra-se e fica esmagado pela adversidade (Sl 147.3), é consumido por um ardor sagrado (Jr 20.9).

3. O coração é o centro da vida moral. Concentrado no coração pode haver o amor de Deus (Sl 73.26) ou o orgulho blasfemo (Ez 28.2, 5). O coração é a "oficina" de tudo quanto é bom ou mau nos pensamentos, nas palavras ou nas ações. (Mat. 15.19.) É onde se reúnem todos os impulsos bons ou as cobiças más; é a sede dum tesouro bom ou ruim. Do que tiver em abundância ele fala e opera. (Mt 12.34, 35.) É o lugar onde originalmente foi escrita a lei



de Deus (Rm 2.15), e onde a mesma lei é renovada pela operação do Espírito Santo. (Hb 8.10.) É sede da consciência (Hb 10.22) e a ele atribuem-se todos os testemunhos da consciência, (1ª João 3.19-21.) Com o coração o homem crê (Rm 10.10) ou descrê (Hb 3.12). É campo onde se semeia a Palavra divina (Mt 13.19). Segundo as suas decisões, está sob a inspiração de Deus (2ª Co 8.16) ou de Satanás (João 13.2). É a morada de Cristo (Ef 3.17) e do Espírito (2ª Co 1.22); da paz de Deus (Cl 3.15). é o receptáculo do amor de Deus (Rm 5.5), o lugar da aurora celestial (2ª Co 4.6), a câmara da comunhão secreta com Deus (Ef 5.19). É uma grande profundidade misteriosa que somente Deus pode sondar. (Jr 17.9) Foi em vista das imensas possibilidades implícitas no coração do homem que Salomão proferiu esta admoestação: "Guarda com toda a diligência o teu coração, pois dele procedem as fontes da vida" (Pv 4.23).

f. A alma e o sangue. "Porque a vida (literalmente "alma") da carne está no sangue" (Lv 17.11). As Escrituras ensinam que, tanto no homem como no irracional, o sangue é a fonte e o depositário da vida física. (Lv 17.11; 3.17; Dt 12.23; Lm 2.12; Gn 4.10; Hb 12.24; Jo 24.12; Ap 6.9,10; Jr 2.34; Pv 28.17.) Vamos citar as palavras de Harvey, médico inglês, descobridor da circulação do sangue: "é o primeiro órgão a viver e o último a morrer; é a sede principal da alma. Ele vive e nutre-se de si mesmo, e por nenhuma outra parte do corpo." Em Atos 17.26 e João 1.13 o sangue se apresenta como a matéria original de onde surge o organismo humano. Usando o coração como bomba, e o sangue como meio da vida, a alma envia vitalidade e nutrição a todas as partes do corpo. O lugar que a criatura ocupa na escala da vida determina o valor do seu respectivo sangue. Primeiro vem o sangue dos animais; porém de valor maior é o sangue do homem, porque o homem tem a imagem de Deus. (Gn 9.6). De estima especial é o sangue dos inocentes e dos mártires. (Gn 4.10; Mt 23.35.) O mais precioso de todos é o sangue de Cristo (1ª Pedro 1.19; Hb. 9.12), de valor infinito por estar unido com a Divindade. Pelo plano benigno de Deus, o sangue tomou-se o meio de expiação, quando aspergido sobre o altar de Deus. "Pelo que vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pelas vossas almas; porquanto é o sangue que fará expiação pela alma" (Lv 17.11).

1.2.13.2.4 O corpo humano

Os seguintes nomes aplicam-se ao corpo:

a. casa, ou tabernáculo. (2ª Co 5.1.) é a tenda na qual a alma do homem, qual peregrina, mora durante sua viagem do tempo para a eternidade. À morte, desarma-se a barraca e a alma parte. (Is 38.12; 2ª Pe 1.13, 14.)

b. Invólucro. (Dn 7.15). O corpo é a "bainha" da alma. A morte é o desembainhar a espada.

c. Templo. O templo é um lugar consagrado pela presença de Deus — um lugar onde a onipresença de Deus é localizada, (1º Reis 8.27, 28.) O corpo de Cristo foi um "templo" (João 2.21) porque Deus estava nele. (2ª Co 5.19) Quando Deus entra em relação espiritual com uma pessoa, o corpo dessa pessoa toma-se um templo do Espírito Santo. (1ª Co 6.19.) Os filósofos pagãos falavam do corpo com desprezo; consideravam-no um estorvo à alma, e almejavam o dia quando a alma estaria livre das suas complicadas e enredosas roupagens. Mas as Escrituras em toda parte tratam o corpo como obra de Deus, a ser apresentado a Deus (Rm 12.1), usado para a glória de Deus (1ª Co 6.20). Por que, por exemplo, contém o livro de Levítico tantas leis governando a vida física dos israelitas? Para ensiná-los que o corpo, como instrumento da alma, deve conservar-se forte e santo. É verdade que este corpo é terreno (1ª Co 15.47) e como tal um corpo de humilhação (Fl 3.21), sujeito às enfermidades e à morte (1ª

Co 15.53), de maneira que gememos por um corpo celestial (2ª Co 5.2). Mas à vinda de Cristo, o mesmo poder que vivificou a alma transformará o corpo, assim completando a redenção do homem. E o penhor dessa mudança é o Espírito que nele habita. (2ª Co 5.5; Rm 8.11)

1.2.13.3 A IMAGEM DE DEUS NO HOMEM

"Façamos o homem ... nossa imagem, conforme a nossa semelhança." (Gn 5.1; 9.6; Ec 7.29; Atos 17.26,28,29; 1ª Co 11.7; 2ª Co 3.18; 4.4; Ef 4.24; Cl 1.15; 3.10; Tg 3.9; Is 43.7; Ef 2.10) O homem foi criado à semelhança de Deus, foi feito como Deus em caráter e personalidade. E em todas as Escrituras o ideal e alvo exposto diante do homem é o de ser semelhante a Deus. (Lv 19.2; Mt 5.45-48; Ef 5.1) E ser como Deus significa ser como Cristo, que é a imagem do Deus invisível.

Consideremos alguns dos elementos que constituem a imagem divina no homem:

1.2.13.3.1. Parentesco com Deus.

A relação de Deus com as primeiras criaturas viventes consistia em essas, de maneira inflexível, obedecerem aos instintos implantados pelo Criador; mas a vida que inspirou ao homem foi resultado verdadeiro da personalidade de Deus. O homem, na verdade, tem um corpo feito do pó da terra, mas Deus soprou nas narinas o sopro da vida (Gn 2.7); dessa maneira dotou-o de uma natureza capaz de conhecer, amar e servir a Deus. Por causa dessa imagem divina todos os homens são, por criação, filhos de Deus. Mas, desde que essa imagem foi manchada pelo pecado, os homens devem ser recriados ou nascidos de novo (Ef 4.24) para que sejam em realidade filhos de Deus. Um erudito da língua grega aponta o fato de uma das palavras gregas traduzidas por "homem" (anthropos) ser uma combinação de palavras significando literalmente "aquele que olha para cima". O homem é criatura de oração, e há ocasião na vida dos mais perversos quando eles invocam a algum Poder Supremo para socorrê-los. O homem pode não entender a grandeza da sua dignidade, e assim se tornar semelhante aos irracionais que perecem (Sl 49.20), mas ele não é irracional. Mesmo na sua degradação, o homem é testemunha da sua origem nobre, pois o animal não pode degradar-se. Por exemplo, ninguém pensaria em ordenar a um tigre dizendo: "Sê tigre!" Ele sempre foi e sempre ser tigre! Mas a ordem, "Sê homem", leva um verdadeiro significado àquele que se degradou. Por mais que se tenha o homem degradado, ainda ele reconhece que deveria estar em plano mais elevado.

1.2.13.3.2 Caráter moral

O reconhecimento do bem e do mal pertence somente ao homem. A um animal pode-se ensinar a não fazer certas coisas, mas é porque essas coisas são contrárias à vontade do dono e não porque o animal saiba que estas coisas são sempre corretas e outras sempre erradas. Em outras palavras, os animais não possuem natureza religiosa ou moral; não são capazes de ser instruídos nas verdades concernentes a Deus e à moralidade. Assim escreve um grande naturalista: Concordo plenamente com a opinião dos escritores que asseguram ser o sentido moral, ou seja, a consciência, a mais importante de todas as diferenças entre o homem e os animais inferiores. Esse sentido está resumido naquele curto mas imperioso "deve", tão cheio de significação. É o mais nobre de todos os atributos do homem.

1.2.13.3.3 Razão.

O animal é meramente uma criatura da natureza; o homem é senhor da natureza. Ele é capaz de refletir sobre si próprio e arrazoar a respeito das causas das coisas. Pensem nas

invenções maravilhosas que surgiram da mente do homem — o relógio, o microscópio, o vapor, o telégrafo, o rádio, a máquina de somar, e outras numerosas demais para se mencionar. Olhem a civilização construída pelas diversas artes. Considerem os livros que foram escritos, a poesia e a música que foram compostas. E então adorem ao Criador por esse dom maravilhoso da razão! A tragédia da história é esta: que o homem tem usado esse dom para propósitos destrutivos, até mesmo para negar o Criador que o fez uma criatura pensante.

1.2.13.3.4 Capacidade para a imortalidade.

A existência da árvore da vida no Jardim do Éden indica que o homem nunca teria morrido se não tivesse desobedecido a Deus. Cristo veio ao mundo para colocar a Alimento da Vida ao nosso alcance, para que não pereçamos, mas vivamos para sempre.

1.2.13.3.5 Domínio sobre a terra.

O homem foi designado para ser a imagem de Deus com respeito à soberania; e como ninguém pode ser monarca sem súditos e sem reino, Deus deu-lhe tanto um "império" como um "povo". Deus os abençoou, e lhes disse: "Frutificai, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra" (Gn 2.28; Sl 8.5-8.) Em virtude dos poderes implícitos em ser o homem formado à imagem de Deus, todos os seres vivos sobre a terra estavam entregues na sua mão. Ele devia ser o representante visível de Deus em relação às criaturas que o rodeavam.

O homem tem enchido a terra com as suas produções. É um privilégio especial do homem subjugar o poder da natureza à sua própria vontade. Ele, o homem, obrigou o relâmpago a ser o seu mensageiro, tem circundado o globo, subido até às nuvens e penetrado as profundezas do mar. Ele tem jogado as forças da natureza umas contra as outras, mandando os ventos ajudá-lo em enfrentar o mar. Se é tão maravilhoso o domínio do homem sobre a natureza externa e inanimada, mais maravilhoso ainda é o seu domínio sobre a natureza animada. Vejam o falcão treinado derribar a presa aos pés do seu dono e voltar quando os grandes espaços o convidam à liberdade; vejam o cão usar a sua velocidade a serviço do dono, tomar a presa que não será sua; vejam o camelo transportar o homem através do deserto, sua própria habitação. Todos eles mostram a capacidade criadora do homem e a sua semelhança com Deus o Criador. A queda do homem resultou na perda e no desfiguramento da imagem divina. Isto não quer dizer que os poderes mentais e psíquicos (a alma) foram perdidos; mas que a inocência original e a integridade moral, nas quais foi criado, foram perdidas por sua desobediência. Portanto, o homem é absolutamente incapaz de salvar-se a si mesmo e está sem esperança, a não ser por um ato de graça que lhe restaure a imagem divina. Este assunto será tratado mais detalhadamente no capítulo seguinte.

CAPITULO II

2. PRÁTICAS MINISTERIAIS DE EVANGELISTAS E PASTOR

2.1 INTRODUÇÃO

Cristo fundou uma igreja histórica, visível, humana com estrutura, características e hierarquia específicas.

Cristo modelou um organismo espiritual ao qual deu vida e não uma organização, todavia, a par da natureza espiritual de igreja, existe o aspecto organizacional, que deve ser tratado e conduzido cientificamente consoante princípios da ciência da administração.

“Administração é o conjunto de normas, princípios e funções que tem por fim ordenar os fatores de produção e controlar sua produtividade e eficiência para se obter determinado resultado”. (Dicionário Novo Aurélio).

2.2. IGREJA – ENFOQUE CONCEITUAL

IGREJA – Do grego “*ekklesia*” significa chamados para fora.

No Novo Testamento, “*ekklesia*” é um grupo de pessoas chamadas e separadas da multidão comum, em virtude de uma vocação divina.

2.2.1 Igreja como Organismo

2.2.2 Igreja Organização

2.3 IGREJA E A SUA LOCALIZAÇÃO

2.3.1 Local

2.3.2 Universal

2.4 OBRAS E PRIORIDADES DA IGREJA

2.4.1 Evangelização

2.4.2 Adoração e Louvor a Deus

2.4.3 Edificação

2.5 A IGREJA LOCAL

A igreja formada de homens e mulheres que creem em nosso Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador, de qualquer raça, nível social, cor e condição social que obedecem aos preceitos bíblicos de uma vida irrepreensível diante de Deus e os homens.

2.5.1 Bases da Comunhão

2.5.1.1 Unidade de fins

2.5.1.2 Unidade de propósitos

2.5.1.3 União de vontades

2.5.1.4 Cooperação (Am 3.3)

2.5.2 Corpo Eclesiástico

2.5.2.1 Membresia

2.5.2.2 Forma de admissão de membros

Igreja Neo-Testamentária

a. Conversão e batismo (At 2.47; 16.31-34)

b. Como se tornar membro da igreja?

Referindo-nos à igreja como organização jurídica, local observando os pressupostos de verdadeira conversão a Cristo, os membros são admitidos das seguintes formas:

1. Pelo batismo (Mt 28.19; At 2.38)
2. Por carta de transferência de outra igreja da mesma Fe e ordem.
3. Por aclamação, quando já batizados em outra igreja, por imersão e houver dificuldade para apresentar a carta de transferência.
4. Por reconciliação, caso tenha sido excluído.

Tratando-se de igreja na aceção pessoal de conversão a Cristo (At 16.31; Ef 2.8, 9. At 2.47) e a disciplina dos membros da igreja.

2.5.3 Disciplina

2.5.3.1 Graus de Disciplina

- a. Repreensão (Hb12.5; Tt 1.13; 2.15; 1ª Tm 5.20; 1ª Ts 5.23, 14a)
- b. Suspensão (2ª Ts 3.14)
- c. Exclusão (1ª Co 5.13b, 11)

2.5.3.2 Importância da Disciplina

A disciplina é uma benção e uma necessidade na igreja (At 5.1-11. 2ª Ts 3.6-14. Rm 16.17, 18; 1ª Co 5). Jesus falou sobre a disciplina (Mt 18.15-17). Deus é um Deus de ordem. Como um pai, disciplina seus filhos na família (Hb 12.5-11). Assim deve haver disciplina na igreja. Apesar de a Igreja não ter condições de obrigar a consciência do membro, ela tem de julgar sobre a observância dos ensinamentos bíblicos e cristãos por parte dos que a ela pertencem.

2.5.3.3 Propósitos da Disciplina

Não se deve considerar a disciplina com caráter negativo, castigo por parte da igreja. **A disciplina tem caráter positivo:**

- a. Corrigir uma má situação (2ª Co 7.9)
- b. Restaurar o caído (Gl 6.1; Mt 6.14,15)
- c. Manter o bom testemunho da igreja (1ª Tm 3.7; 2ª Tm 1.11)
- d. Advertir os demais membros para que não se descuidem (1ª Co 5.6,7)
- e. Apelar à consciência do ofensor para que pense sobre sua conduta.

2.5.3.4 Motivos para a Disciplina

- a. Conduta desordenada ou desaprovada pela igreja (2ª Ts 3.11-15)
- b. Imoralidade (1ª Co 5)
- c. Contenciosidade – espírito divisionista (Rm 16.17, 18; 2ª Co 13.1; 1ª Tm 3.15, 20)
- d. Propagação de falsas doutrinas.
- e. Filiação a organização ou igreja incompatíveis com o evangelho.

2.5.3.5 Método ou Procedimento na Disciplina

- a. Na medida do possível, pode-se tratar o problema entre as pessoas afetadas;
- b. Duas ou três testemunhas;
- c. Não se arrependendo o ofensor, ou se for o caso, tomar proporções e chegar ao conhecimento de muitos, deve ser levado à igreja;
- d. Caso se recuse a reconhecer sua falta, e a pedir perdão, deve o ofensor ser excluído do rol de membro (Mt 18.18; 2ª Ts 3.14; 1ª Co 5.11,13). Arrependendo-se deve ser perdoado, se a falta não exigir que o tal seja excluído imediatamente.
- e. Se o caso for de flagrante escândalo para a igreja, ao ser comprovado deve imediatamente ser excluído, tudo, porém com justiça (1ª Co 5.11, 13b).

2.5.4 Corpo Ministerial

As funções ministeriais:

2.5.4.1 Diáconos (At 6; 1ª Tm 3.8)

2.5.4.2 Ministros

- a. Evangelistas
- b. Pastor, ou Ancião, Presbítero ou Bispo (At 20.38; Ef 4.11; 1.3)

2.6 ADMINISTRAÇÃO DA IGREJA

2.6.1 O que é Administrar?

Segundo Henri Fayol, administrar é:

- a. **Prever** – perscrutar o futuro e traçar programas de ação;
- b. **Organizar** – construir o duplo organismo (material e social) da empresa;
- c. **Comandar** – fazer agir o pessoal em suas atribuições;
- d. **Coordenar** – harmonizar todos os atos e esforços; e
- e. **Controlar** – cuidar ou zelar par que tudo se processe conforme as regras estabelecidas e as ordens emanadas.

Jesus ensinou que é melhor construir sobre uma rocha que sobre a areia (Mt 7.24-27). Como já foi mencionado, na visão de Fayol, administrar é **prever**, é preparar-se para o futuro, com a necessária antecedência, através de programas de ação. Um bom administrador não espera que a situação apareça para então improvisar soluções. É válido o dito popular: “prevenir é melhor que remediar”.

Administrar é também **organizar**. É reunir meios e recursos materiais e humanos, distribuí-los racionalmente e de tal forma harmonizados, que possam funcionar como um todo, e sem solução de continuidade.

Administrar implica em **coordenar**. Essa coordenação visa manter o organismo em funcionamento homogêneo e integrado em suas diversas atividades. Coordenar é proporcionar o desenvolvimento de cada órgão, procurando manter o equilíbrio do sistema operacional. Dessa forma evitar-se-ão atritos, perda de tempo e complicações indesejáveis.

Administrar é **comandar**, dar ordens, expedir diretrizes. É determinar providencias a fim de que toda a organização funcione de acordo com as normas vigentes.

Por último, administrar é **controlar** através de verificação e análise o funcionamento dos diversos órgãos operacionais.

Já James Mooney (autor norte-americano), **organização** e a forma que assume toda a associação humana para alcançar um objetivo comum.

Para o professor Nogueira de Faria, **organizar** e prepara o funcionamento criando organismo como todos os elementos necessários à vida e ao desenvolvimento.

Aplicando-se à igreja o conceito de administração formulado por Aurélio Buarque Holanda, podemos dizer que a administração eclesiástica é a “aplicação e funções adequadas ao trabalho cristão, de maneira que a igreja se desenvolva corretamente e cumpra a sua função divina na terra.

2.6.2 Objetivos da Organização

2.6.2.1 Simplificar o Trabalho

Há muitas maneiras de fazer uma só coisa. Porém, devem se procurar aquela que seja mais prática e eficiente, que melhor corresponda à realidade;

2.6.2.2 Facilitar a Produção

Através da simplificação do trabalho conseguimos facilitar a produção e consequentemente, produzir mais e melhor. Esses resultados são conhecidos como rendimento, lucro, proveito, vantagem, etc. (Mt 16.20)

2.6.3 Princípios da Organização

“**PRINCIPIO**” é uma regra fundamental e geral de uma ciência. Os princípios de organização asseguram a eficiência da administração. Contudo, não podem ser rígidos, pois colaboram com fenômenos sociais flexíveis e variáveis, cujas condições determinantes são muitas vezes, imprevisíveis, imensíveis e imensuráveis. Envolvem os seres humanos que reagem de forma individual a diferente, embora submetidos às mesmas situações e normas.

Os princípios de organização mais importantes são:

- a. Divisão de Trabalho
- b. Transferência de Habilidade
- c. Transferência de Pensamento
- d. Princípios de comando
- e. Princípios de Coordenação
- f. Princípio de Controle

2.6.4 Etapas ou Fase de uma Administração

São cinco as fases de uma administração. São elas:

- a. Planejamento
- b. Programação
- c. Execução
- d. Controle
- e. Avaliação

2.6.4.1 Planejamento

É a fase inicial de qualquer projeto. O ponto de partida é a ideia concebida do alvo a ser alcançado. “Planejamento é uma tomada de decisões dentre possíveis alternativas. Visando atingir os resultados de forma mais eficiente e econômica” (Professor Nélio Parra). Quando desejamos planejar algo ou realizar algum projeto devemos em primeiro lugar responder as seguintes perguntas:

- Onde? (local onde deverá ser realizado)
- Quando? (data mais apropriada para sua realização)
- Como? (a maneira como deverá ser conduzido o projeto) e,
- Quanto? (quais os recursos disponíveis ou a serem obtidos através de convites e ofertas, etc.)

“Planejar é descobrir a vontade de Deus e tomar parte nela” (Marc – em O propósito de Deus e os Planos Humanos).

Diz-nos o pastor Falcão Sobrinho que “a falta de planejamento constitui uma falta de mordomia, rebeldia contra Deus” e acrescenta: “Se os alvos forem fixados pelo Espírito Santo através da Bíblia, a execução do projeto contará com a dinâmica do Espírito Santo e os resultados finais serão julgados pelos critérios de Deus e não dos homens. Se deixarmos o Espírito Santo atuar em nossos projetos eles serão Cristocêntricos. Os alvos serão voltados para Cristo e a glória de todo o sucesso será do Senhor Jesus”.

Divisão de Projeto em três etapas

- a. Planejamento

b. Execução

c. Avaliação

Outra forma de esquematizar um Projeto é a seguinte:

EXECUÇÃO {Elaboração – Execução e Avaliação}

1. Na **Elaboração** – fixam-se os alvos ou metas: pesquisa-se sobre os recursos necessários e traçam-se os métodos de ação (estratégias).

2. Na **Execução** – atribuem-se responsabilidades e controla-se a execução de projetos; e

3. Na **Avaliação** – se avalia os resultados.

Compare o esquema acima com a figura abaixo, onde é demonstrado um Planejamento em seis etapas ou fases. O desmembramento do Planejamento depende das necessidades e conveniências do Projeto:

1. Fixar alvos;

2. Pesquisar recursos;

3. Traçar métodos de ação;

4. Atribuir responsabilidades;

5. Controlar a execução; e

6. Avaliar os resultados.

2.6.4.2 Programação

Consiste em uma disposição ordenada de todas as fases daquilo que pretendemos realizar. Inicia-se pelas providencias básicas ou preliminares, passa-se às intermediárias e por fim, chega-se a conclusão.

2.6.4.3 Execução

Chama-se execução à fase de aplicação prática de todas as providencias programadas. Trata-se de etapa das mais importantes da Administração de um Projeto.

É necessário acompanhar atentamente o cumprimento das metas programadas, pois nessa fase é comum surgirem alguns imprevistos, os quais poderão prejudicar a boa marcha do Programa. Em certos casos fez-se necessário tomar providencias imediatas, não previstas, porém saneadoras, a fim de superar o problema surgido, entretanto a aplicação dessas medidas corretivas não implica necessariamente em que o programa original deva ser abandonado. Todavia, deverá ser adaptado ao novo dimensionamento do Projeto.

2.6.4.4 Controle

É a fase do planejamento que deve funcionar paralelamente á da execução. Pode ser efetuado por meio de:

a. Fiscalização “in loco”;

b. Relatório periódico, conforme necessidades;

c. Balancetes financeiros;

d. Fichas e mapas de controle; e

e. Gráficos estatísticos, etc.

Sua importância é capital, pois sem um controle eficiente da execução do que foi programado, podemos chegar ao desperdício de tempo, mão de obra e material, ultrapassando os cálculos previstos e em muitos casos, resultando na paralisação do Projeto, chegando-se a tal ponto, tornar-se iminente uma análise geral da situação. De posse dos relatórios recebidos o setor de controle deverá analisar e acompanhar o andamento da fase de Execução.

2.6.4.5 Avaliação

Esta fase tem por fim verificar, confrontar e analisar os dados constantes dos documentos informativos. É durante a Avaliação que os responsáveis pela Administração e Execução do Projeto verificam o andamento dos trabalhos programados.

Pode ser feita a avaliação concomitantemente com o desenvolvimento do Projeto ou após a conclusão do mesmo. A primeira hipótese onerar (encarecer) o Projeto, porém, oferece condições favoráveis a um controle mais eficiente. Em alguns casos deficitários poderá até aconselhar ou propor um replanejamento de todo o Projeto, ou de Projetos semelhantes que venham a surgir no futuro. No caso de um replanejamento de um Projeto em execução interar-se-á um novo ciclo operacional, devendo ser revisado todas as etapas administrativas, bem como adotar-se todas as medidas corretivas que se fizerem necessárias.

De tudo que ficou exposto, concluímos que a igreja de Cristo na terra, pela sublime missão que exerce, pela responsabilidade que tem diante de Deus e dos homens, pelos modestos recursos que possui para tão grande obra, pelos poucos e humildes obreiros de que dispõe, e pelo muito que ainda falta realizar, deve ter todas as suas atividades muito bem planejadas e programadas por sua administração local. É óbvio que tudo deverá ser feito sob a sábia orientação do Espírito Santo, tendo como centro de todas as suas metas e realizações o próprio Cristo, a fim de que possa receber a divina provação: “Muito bem, servo bom e fiel no pouco, sobre o muito te colocarei entra no gozo do teu Senhor” (Mt 25.21).

2.7 PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO

a. Quanto a princípios básicos da administração, há uma diferença entre administrar e fazer as coisas por si mesmo. Administrar é trabalhar com outras pessoas e através delas. Isto não significa que o líder nada faça, significa aquele não fará tudo sozinho.

b. Quanto à necessidade de planejar – planejar “é predeterminar o caminho e o percorrer para consecução de objetivos, preverem os resultados e os meios de consegui-los”

c. Quanto ao principio da organização – é colocar homens e mulheres dentro de uma estrutura para o alcance dos objetivos. Exemplos de organização: John Wesley, Moody, John Mott, Moisés (Ex 18.13-26)

d. Quanto ao principio do controle – controle é a ação do administrador, para assegurar que a ação se ajuste ao plano.

2.8 A IGREJA LOCAL COMO PESSOA JURÍDICA

2.8.1 O Estatuto da Igreja

2.8.2 A Organização Administrativa

A organização de uma Igreja consiste em articular o seu governo à sua estrutura. A organização propriamente dita consiste em funcionamento. Alguém já disse que é mais fácil estabelecer uma organização do que fazê-la funcionar.

2.8.3 A Diretoria da Igreja

- a. Presidente
- b. Co-pastor
- c. 1º Vice- Presidente
- d. 2º Vice- Presidente
- e. 1º Secretario
- f. 1º Tesoureiro



- g. 2º Tesoureiro
- h. Conselho Fiscal

2.8.4 O Governo da Igreja

- a. Bíblico em sua constituição
- b. Congregacional em sua forma
- c. Democrático em sua representação
- d. Outras formas de governos

2.8.5 Inscrição da Igreja no CNPJ

2.8.6 O Pastor-Presidente como Administrador

a. A pessoa do administrador é a chave de toda a administração. As pessoas seguem um home e não um plano de trabalho.

b. Descrições bíblicas do administrador:

1. Mordomo (Lc 16.2; 12.42) – administra os bens de uma casa ou estabelecimento alheio. Ex bíblico. José (Gn 39.4); Daniel (Dn 6.2,3,4)

2. Despenseiros (1ª Pe 4.10. 1ª Co 4.1,2). O vocábulo grego é o mesmo para mordomo. “*Oikomos*”, de “*Oikos*” (casa) e “*Nemo*” (gerir). Aquele que distribui os bens que lhes foram entregues por outro.

3. Servo (Mt 24.45-51. 25.14-30). Trata-se de escravo de confiança que atingiu elevada posição, tendo recebido de seu senhor a responsabilidade de distribuir o sustento aos outros servos no devido tempo.

4. Administrador (1ª Pe 4.11) – o que dirige ou superintende estabelecimento público ou particular. (Gn 41.34. Mt 20.8).

2.8.7 Desafios do Pastor Administrador

2.8.7.1 O Preparo do Administrador

O pastor bem preparado observará algumas regras práticas de administração determinando os alvos a serem estabelecidos. Para isso é preciso que planeje, estipulando os objetivos e as prioridades. O planejamento o levará ao roteiro e as prioridades. O planejamento o levará ao roteiro das atividades do seu agitado dia. Além disso, deve:

1. Desenvolver suas qualidades de liderança conhecendo o seu próprio trabalho e daqueles que trabalham com ele;

2. Tomar decisões rápidas demonstrando integridade e justiça;

3. Demonstrar entusiasmo e perseverança para observar os horários, manter o orçamento e alcançar outros objetivos;

4. Através do planejamento, demonstrar o que sabe e onde estão indo e que alcançará o alvo;

5. Manter uma atitude agradável e deixar que os irmãos participem do planejamento e da tomada de decisões envolvendo-os;

6. Delegar e dividir a responsabilidade pelos erros. Ao desenvolver sua equipe, o pastor deve explicar com toda clareza o trabalho a ser feito, treinar o pessoal e supervisionar o trabalho. Na delegação deve ter consciência de que o irmão pode fazer melhor o trabalho a executar em menor tempo, com menos gastos e que se constituirá em seu próprio desenvolvimento espiritual.

7. Fazer uma ação corretiva quando o planejamento se descontrolar, reconhecendo, porém, as façanhas dos que publicamente trabalham com ele, criticando-os construtivamente em particular.

8. Impor disciplina e ao mesmo tempo mostra interesse ativo pelos que ajudam a alcançar os objetivos estabelecidos.

9. Obter as atividades para poder obter bons resultados, deixando que as pessoas saibam das mudanças ou desenvolvimento que os afastará antes que aconteçam;

10. Ser um bom ouvinte, aceitando de bom grado as sugestões para as melhorias, avaliando honestamente cada sugestão;

11. Receber as reclamações tratando-as de maneira positiva, verificando se as reclamações são ou não um sintoma geral;

12. Colocar pessoas capazes à sua volta, ajudando-as a evoluir, e nunca se interpor no caminho daquele que procura progredir em sua vida espiritual.

2.8.7.2 Mudança de Pastorado

Aqueles que assumem o pastorado de uma igreja devem lembrar-se que uma mudança brusca nos planos e na organização da igreja pode se tornar uma experiência traumática para os membros conservadores.

Aqueles que já se acostumaram com os hábitos e costumes do antecessor levantarão dúvidas a respeito das mudanças repentinas, suscitando discussões com o grupo, e fatalmente resistirão às modificações (que consideram desnecessárias e prejudiciais) para os melhores interesses da igreja.

“Se o pastor fica sentindo, pensando que esses membros não querem cooperar com a igreja e insistir nas necessidades imperiosas dos seus planos por causa das fraquezas da igreja, as discussões podem resultar no desenvolvimento de um plano que visa o afastamento do pastor”

Antes de operar qualquer modificação deve estudar com cuidado às características e peculiaridades da igreja, considerando os hábitos e costumes tradicionais, descobrindo as potencialidades dos membros da igreja, aplicando um processo corretivo cauteloso, e difundindo o espírito de harmonia e o amor fraternal no seio da congregação. Deve, ainda, integrar-se aos movimentos internos e conhecer a formação histórica da igreja para melhor orientar o rebanho em novos empreendimentos.

2.8.7.3 Tomada de Decisões

Este é um pouco alto na tarefa do pastor na administração da igreja. Cabe a ele decidir o que deve ou não ser feito. É exatamente em função das decisões tomadas que o pastor costuma ser julgado, e são elas que irão influir de modo marcante em toda a sua vida ministerial.

Embora a arte de tomar decisões seja quase sempre um “dom natural”, deve-se levar em conta que existe uma série de fatores que devem ser aprendidos.

Também aquele que administra os bens de seu senhor não pode conviver com a indecisão. Saber agir com precisão e rapidez é, sem dúvida, muito importante no desempenho de seu trabalho, mas muitos erros podem ser cometidos porque a pessoa não meditou profundamente sobre o assunto, deixando-se influenciar pelo impacto do momento.

“A lentidão em tomar decisões é muitas vezes uma qualidade oculta, pois permite meditar bem sobre cada fator, o que proporciona maior imagem de segurança quanto ao sucesso da medida tomada.”

A fim de não ser traído na decisão que tomar, estribado unicamente no conhecimento dos fatos de uma questão para ajudar o pastor, apresentamos uma sequência lógica nos seguintes passos:

1. Defina claramente a situação que requer a decisão;



2. Enuncie os objetivos;
3. Reúna todos os dados que forem pertinentes;
4. Estude todos os cursos possíveis para a ação;
5. Considere todas as sequências negativas e positivas que possam advir de sua decisão;

2.8.8 Departamentos e Atividades da Igreja

A igreja, à medida que vai crescendo, o pastor deve racionalizar a realização das atividades organizando diversos departamentos:

a. Escola Bíblica Dominical – destaca-se como o departamento de ensino da Igreja. Um bom planejamento anual para a Escola Dominical é essencial. Extensões devem ser criadas conforme a capacidade de trabalho da igreja, alcançando hospitais e presídios, etc.

b. Departamento Infantil – distribuição em classes por faixas etárias devendo programar-se: Escola Bíblica de Férias, Culto Infantil, etc. Cabe também promover instrução religiosa nas escolas públicas.

c. Departamento Feminino – é também conhecido como círculo de oração, sociedades de senhoras e união de senhoras. Presta inestimável serviço à igreja e ao pastor com orações e visitas. A Bíblia contém referências às santas mulheres que auxiliam os obreiros no trabalho do Senhor.

d. Departamento de Música – cântico congregacional, coro, números musicais especiais, orquestra ou banda de música, conjuntos, instrumentos, etc. são fundamentais na igreja local.

2.8.9 Imóveis e Equipamentos da Igreja

a. Templo – no Antigo Testamento, o templo era o centro da vida religiosa. Primeiro Deus mandou construir o tabernáculo. Depois Salomão construiu o grande Templo, que foi reconstruído por Zorobabel e Neemias e depois reconstruído por Herodes.

O Templo de hoje não exerce o mesmo papel do tabernáculo, nem do Antigo Templo de Israel, posto que o Templo de Deus é o próprio corpo do crente. (1ª Co 3.16,17. 2ª Co 6.16. Ef. 2.21,22).

Devem-se construir levando-se em consideração o seguinte ponto:

1. Localização;
2. Beleza arquitetônica simples;
3. Funcionalidade;

O pastor Venâncio R. Santos sugere: “para uma igreja viva precisa de um templo funcional, vejamos:

- Visibilidade;
- Iluminação;
- Ventilação;
- Acústica.

b. Os equipamentos – já que temos de usar o templo que este seja equipado devidamente de acordo com as possibilidades da igreja.

1. Sistema de som adequado – nada mais deprimente pregar em uma igreja onde o som é deficiente. Atrapalha o pregador porque não pode transmitir a mensagem, atrapalha a congregação porque não pode ouvir adequadamente. Deve haver tratamento acústico.

2. Bancos e assentos adequados – sem luxo com o mínimo de conforto.

3. O púlpito corretamente confeccionado – não muito grande ou alto, que esconda o pregado, nem muito pequeno ou baixo.

4. Para as salas da Escola Dominical – quadro negro, mapas, giz, etc.

5. O exterior do Templo – jardins, se houver, as paredes – devem ser conservadores limpos. Um leiteiro corretamente escrito na frente.

c. Administração Patrimonial – o nome e o endereço da igreja devem constar claramente no título de compra, devidamente quitado e registrado em cartório de imóveis. Para evitar qualquer dúvida ou problema posterior sobre a legitimidade da posse. Que cada equipamento adquirido o seja em nome da igreja, não em nome do pastor ou outro membro. Faz parte da prudência guardar todos os títulos importantes em local à prova de fogo, num cofre ou num banco.

2.8.10 Regras Parlamentares

Regras Parlamentares “são certas regras ou leis que regem a palestra em conjunto”.

Apresentemos aqui, **três regras fundamentais** para se obter a ordem nas discussões em grupo:

1. Falar um de cada vez.
2. Ir diretamente ao assunto;
3. Decidir tão logo haja opinião formada.

Claro está que o entendimento deve vir quando cada elemento do grupo, por sua vez expõe o assunto, abordando-o diretamente sem delongas, ou tergiversações. Após o assunto amadurecido, vota-se ganhando a maioria.

Apresentamos a seguir algumas regras para serem utilizadas em reuniões deliberativas.

2.8.10.1 Ordem

A Ordem é que possibilita a coordenação técnica dos trabalhos no período da reunião. “É a aplicação constante, invariável, das normas, durante todo o tempo que dura a reunião.”

Durante as discussões não previstas no regimento interno, cabe então ao presidente decidir estas questões de ordem.

2.8.10.2 Questão de Ordem

E toda dúvida ou erro na observância nas normas regimentais, levantadas por qualquer membro do grupo é resolvido pelo presidente, não sendo discutidas, emendas, nem votadas. Na maioria dos casos, pode haver recursos dessas decisões para o próprio grupo deliberativo, que será o órgão que irá decidir a respeito. É bom notar que, para se levantar uma questão de ordem, observa-se a mesma regra para pedir a palavra: “Senhor Presidente... – para uma (1) questão de ordem”... (citar seu nome).

2.8.10.3 Participação nas Reuniões

a. Ordem dos trabalhos – toda reunião deve ter um horário de início e de término, porém, no transcorrer dos fatos, estes devem obedecer a uma sucessão de partes programadas, que venha a ser o que denominamos “ordem dos trabalhos”.

b. Ordem da reunião.

1. Verificação de quorum;

2. Declaração da abertura da sessão pelo Senhor Presidente da seguinte forma: “havendo número legal declaro aberta a sessão de ... (segue-se a especificação da reunião)”

3. Leitura da ata-o secretário, por ordem do presidente, lê a ata da sessão anterior;

4. Leitura do expediente recebido

a. Avisos

b. Relatórios das comissões

c. Pedidos.

2.8.10.4 Funções do Presidente

O presidente é aquele ocupa a posição mais difícil dentro do grupo, devendo ser imparcial não deixando transparecer seus pontos de vida com relação às matérias em debate. Ele é o servido da entidade.

Entre outras funções do presidente são as seguintes:

1. Abrir e encerrar as reuniões nos termos regimentais;
2. Conceder a palavra;
3. Manter a ordem e aplicar as normas;
4. Interromper o orador, quando necessário;
5. Advertir o orador, e quando este infringir o regimento (em caos extremos, cassar-lhe a palavra);
6. Decidir quanto às questões de ordem;
7. Anunciar ao plenário as matérias, de acordo com a regimental dos trabalhos e de seu temário.
8. Limitar o debate ao assunto em consideração;
9. Organizar a ordem da sessão imediata, anunciando-a no final da reunião.
10. Esclarecer os pontos duvidosos de uma proposta, a fim de que o grupo possa votar com exatidão, poderá recorrer ao autor;
11. Submete à votação as propostas em discussões;
12. Anunciar o resultado da votação;
13. Assinar as atas e documentos da instituição;
14. Designar comissões;
15. Votar;
 - a. Em caso de empate (vote duas vezes);
 - b. Quando a votação é secreta;
 - c. Quando a votação for aos corpos constitutivos e o presidente leve a representação de um deles; e
 - d. Nos casos previstos no regimento.

2.8.10.5 Direitos e Deveres dos Membros

1. Receber as convocações das reuniões e o seu temerário. No caso de o membro não comparecer à reunião, será obrigado acatar e cumprir as decisões tomadas em assembleia.
2. Participar das assembleias condição esta que deve ficar estatutariamente clara.
3. Discutir as matérias e votá-las. Há entidades que restringem a votação e que restringem a votação e que assim, se constitui direitos de alguns.
4. Apresentar proposta, a qual deverá ter o apoio de outro membro do grupo.
5. Direito de candidatar-se ao posto de direção, aos conselhos, às comissões (quando preenchidas por eleição).
6. Direito de exigir o cumprimento das normas estatutárias e regimentos.

Postura do membro em Assembleias guarda a sua vez para falar, não interrompendo o orador.

2.8.10.6 Propostas

Propostas é o ponto básico das reuniões e delas surgem à adoção das resoluções adotadas pelos grupos recebidos pela mesa, são classificadas para que se possa assegurar a ordem de preferência.

2.8.10.7 Apresentação, Discussão e Votação de Propostas.

a. Apresentação.

b. Vejamos como as propostas podem ser apresentadas:

1. Pedir a palavra ao Senhor Presidente... Peça a palavra... Fulano de tal... Sendo concedida, discorre sobre o assunto e, após a justificação, terminar por dizer proponho o seguinte... (como se segue).

2. Segue o presidente enunciando a proposta, dizendo o senhor... Apresenta à consideração da assembleia a seguinte proposta... Com isto, irá classificar as propostas para submetê-las de acordo com sua ordem de preferência.

3. Em muitos casos, o membro do grupo apresenta a propostas de maneira incorreta, fazendo com que o presidente habilidosamente possa enunciá-la de forma sucinta, para imediata discussão.

4. Sé dessa forma deve o secretário registra a proposta para discussões e votação.

5. Recomendam-se propostas, a fim de se evitarem as duvidas em sua formulação possibilitando estarem sobre a mesa enquanto durarem as deliberações.

6. Apoio – o Senhor Presidente indagará a se alguém apoia proposta.

7. Se não faz isto, permite que se inicie uma discussão sem que a proposta seja devidamente apoiada, cabe aqui questão de ordem.

8. O presidente, após perguntar alguém deseja apoiá-lo “... ou ninguém lhe dá o seu apoioamento?... esperará um pouco e, se ninguém se manifesta, dirá: - a proposta não foi apoiada, logo não poderá ser discutida. E passa à matéria seguinte.

2.8.10.8 Discussão

Apoiada a proposta, o presidente a lerá e anunciará a discussão dizendo: - em discussão a proposta do Senhor...

Nos grupos maiores deve-se estabelecer a inscrição de oradores e limitar o tempo de que poderá dispor.

Como liderar uma Reunião

1. Inicie a reunião

a. Cumprimente o grupo;

b. Faça observações de introdução;

c. Coloque o grupo à vontade;

d. Mostre qual o objetivo da qual o problema a ser discutido e quais os objetivos que se deseja alcançar.

2. Oriente a discussão

a. Inicie a discussão

1. Exponha os fatos;

2. Faça perguntas diretas ou gerais;

3. Dê uma opinião;

4. Use demonstrações, filmes ou auxílios visuais de qualquer espécie;

b. Encoraje a participação

1. Trocar de ideias e de experiências. Faça com que todos sejam participantes;

2. Controle a discussão – evite os ressentimentos que possam surgir dos argumentos apresentados, evite que um membro do grupo monopolize que poderá dispor.

2.9 A IGREJA E O ESTADO

2.9.1 Independência de Poderes;

Desde a construção republicana de 1891, o Brasil é um estado laico (separado da igreja). Constitucionalmente são independentes:

- a. O poder temporal (do estado)
- b. O poder espiritual (da igreja)

Assim, é inadmissível a ingerência do estado em negócio da igreja, nem interferência desta nas decisões políticas do estado.

2.9.2 Vínculo Empregatício do Pastor Presidente;

Não tem amparo legal registrar o pastor da igreja como seu empregado, assinando a carteira de trabalho e previdência social – CTPS. É um procedimento que não produz efeito legal. O pastor é equiparado a um trabalhador autônomo, nos termos da Lei nº 6.696/79.

2.9.3 O Salário do Pastor;

É grave erro pagar ao pastor valor a título de salário, ajuda de custos. Ajuda pastoral, gratificação, bonificação, 13º salário, etc. os membros da diretoria da igreja não podem ser assalariados, os valores a eles pagos devem ser discriminados como “**renda eclesiástica ou prebenda**”.

2.9.4 O Pastor e o Imposto de Renda

Nas condições de equiparado a trabalhado autônomo, o pastor está obrigado a fazer declaração de renda, observando o limite de sua renda estabelecida pela receita federal.

2.9.5 Documentos Obrigatórios.

- a. Da Igreja
- b. Da Igreja que tem emprego.
- c. Para as congregações
- d. Imunidade e isenções tributárias para a igreja.
- e. Garantia constitucional de liberdade religiosa.

2.9.6 Restrições Legais

a. Membros da diretoria não podem receber salário (Dec. 1041 de 11.01.1991, art. 159, alínea 1), que provocou regulamento do imposto de renda.

b. A igreja é a paz pública.

A Lei 3.688 de 03.10.1941, em seu art. 42 (Lei das contravenções penais) restringe o uso de aparelhagem de som.

2.9.7 Referência a Deus e Constituição Federal

2.9.8 Os Símbolos Nacionais

a. Uso e apresentação conforme Lei 5.700 de 01.09.1971.

b. Os símbolos

1. A bandeira nacional
2. O hino nacional
3. As armas nacionais
4. O selo nacional

c. O uso da Bandeira Nacional, Estaduais e Municipais e outras.



2.10 CONCLUSÃO

A experiência nos mostra que não basta o pastor ser um excelente pregador ou ensina-
dor da palavra, para administrar bem o rebanho do Senhor. Nem sempre um bom pregador é
um bom administrador.

Às vezes a deficiência começa na administração de sua própria casa. (1ª Tm 4.4,5).

A habilidade do pastor na administração implica em estabelecer uma atmosfera agra-
dável na qual os membros sejam motivados e atuem com boa vontade na obra do Senhor.

Administrar, pois, não é executar um sem-fim de coisas, não é realizar todas as tarefas,
mas fazer com que todos participem do trabalho, conforme exemplo dado por Cristo (Lc
10.1).

CAPITULO III

NOÇÕES DE DIREITO ECLESIAÍSTICO

3. NOÇÕES DE DIREITO CIVIL E ECLESIAÍSTICO

3.1 INTRODUÇÃO

Muitos pastores por achar que a instituição chamada igreja tem caráter e objetivo espiritual, entendem erroneamente que ela não precisa ser aberta juridicamente. Neste material enfatizamos os aspectos institucionais e de cidadania das Igrejas e Organizações Religiosas e seus fins com relação às leis do País.

O direito à informação é um direito humano fundamental. Não é apenas um direito em si, mas um instrumento essencial para a efetivação de outros direitos. Um indivíduo só participa de fato de uma coletividade se puder contar com informações que lhe permitam refletir sobre o que acontece ali. Desse modo, pode controlar seus dirigentes, fazer críticas e propostas, julgar e escolher. Mas para isso, é necessário ter acesso a informações completas, verídicas e de qualidade. Sem acesso às informações que as autoridades detêm, não podemos dizer que vivemos em uma democracia completa.

A Igreja é o reflexo do altar. Quando o altar transmite sabedoria, esperança, conhecimento e a ciência de Deus, a Igreja, o Corpo de Cristo, desenvolve-se, o povo de Deus se torna sábio, poderoso, forte, ativo, porque conhece a Deus. Essa é a grande diferença entre uma igreja madura, e uma igreja infantil, entre uma igreja com atitudes maduras, e uma igreja com atitudes infantis. A igreja carnal é aquela que é infantil, é aquela que se alimenta e vive dos princípios elementares da Doutrina de Cristo. Ou seja, é a igreja que ainda não se deixou levar para o que é perfeito, para o que é superior.

3.2 CÓDIGOS

3.2.1 Penal = de 1940 com muitos remendos;

3.2.2 Civil = de 1916 com 1.807 artigos; e o novo em 10/jan/2002 com 2.046 artigos.

3.2.3 Constituição = out/1988 com 245 artigos e em 2010 com 250 artigos e muitas emendas.

3.3 O ESTATUTO

Art. 44, § 1º do C.C. os Cartórios não podem negar registro. Atribuição da Igreja de instituir suas próprias normas de organização. Pode ter Regimento Interno com detalhes do procedimento administrativo.

Depende do regime de governo de cada Igreja: Congregacional-democrático; Presbiteral; Oligárquico; Episcopal.

3.3.1 Como realizar

Estabelecer os Livros de registros: para Atas das Assembleias Ordinárias, Atas das Assembleias Extraordinárias principalmente a Fundação da Igreja e a Aprovação ou Reforma de Estatuto contendo sua cópia, Atas da Eleição e Posse de cada ano da Diretoria Estatutária, e um para Nome e Assinatura de cada membro presente em cada Assembleia; Registrá-los no Cartório com o Termo de Abertura contendo sua finalidade em cada um.

Duas cópias da Ata de Fundação da Igreja contendo a eleição e posse da primeira diretoria estatutária e sua qualificação completa e assinatura de cada um, contendo ainda o nome e a assinatura dos membros fundadores, duas cópias da Ata de aprovação do Estatuto com sua transcrição, duas cópias do Estatuto assinadas pelo presidente da Igreja e o advogado assessor

de sua elaboração, Ata de eleição e posse da última diretoria com qualificação de cada um e sua assinatura, entregues ao Cartório de Registros de Documentos juntamente com os livros para sua conferência da exatidão, acompanhados de um Requerimento solicitando o respectivo registro do Estatuto, assinado pelo presidente com sua firma reconhecida em Cartório.

O Requerimento à Receita Federal solicitando o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) será feito após o registro em Cartório, levando os mesmos documentos.

3.3.2 Capítulos do Estatuto

Denominação, Finalidades, Sede; Admissão e Desligamento de membros; Direitos e Deveres dos Membros; Assembleia; Diretoria e Atribuições; Representação; Conselho Consultivo; Conselho Fiscal; Receita e Patrimônio; Divergências Doutrinárias e Cisão; Dissolução; Disposições Gerais.

3.3.3 Artigos indispensáveis exigidos pelo Cartório

Denominação e razão social com finalidades, ingresso e desligamento de membros, Diretoria com atribuições e eleição, representante legal, Assembleia ou Poder deliberativo, Conselho Fiscal, Patrimônio e seu destino em caso de dissolução ou cisão, obrigações solidárias dos membros, clausula de segurança, e as clausulas pétreas.

3.4 – RELAÇÕES ENTRE IGREJA E ESTADO

“Dai a César o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus!” Marcos 12.17. PORÉM, como uma Instituição (Organização civil religiosa, Pessoa Jurídica de Direito Civil Privado) dentro do território nacional, tem deveres e obrigações a cumprir, sendo formada por **cidadãos**, possuindo patrimônio arrecadando valores, e até gerando emprego.

Somos habitantes deste País, e temos direitos e deveres como cidadãos da Pátria brasileira, submissos à Lei estabelecida pelo estado de direito democrático, com participação em todas as atividades nacionais, pagamos impostos, e usufruímos dos benefícios sociais geridos pelo governo.

Daí a necessidade de um instrumento normatizador das atividades administrativas, o Estatuto, como exigência do Estado, sendo a BÍBLIA nossa única regra de fé e prática! É o instrumento espiritual como Palavra de Deus para nós. 1ª Pedro 2.13-17; Romanos 13.1-8; Tito 3.1; 1ª Tessalonicenses 5.12,13; Hebreus 13.7 e 17.

Os Princípios da Lei dos Homens são extraídos da Lei de Deus! Êxodo, Números, Levítico, Deuteronômio: três direcionamentos: cerimonial (Jesus na cruz); civil (cada país tem a sua); e moral (para todo ser humano na face da terra):

- a. os Três Poderes: Isaias 33.22;
- b. Tábuas da Lei: Êxodo 20.1-17, “Deuteronômio”;
- c. Deus ama o direito: Isaias 1.8;
- d. Deus de decência e ordem: 1ª Coríntios 14. 33 e 20;
- e. por intermédio de Deus, os reis governam: Provérbios. 8.15, Salmos 62.11 e Mateus 28.18;
- f. felizes os que observam o direito: Salmos 106.3;
- g. como amo a tua lei: Salmos 119;
- h. não cometam injustiça (pobres e ricos): Levítico 19.15 e Isaias 10.1-2;
- i. no Governo Tribal os Juízes (Débora, Jefté, Gideão, Sansão, Eli, Samuel, dentre outros) e na Monarquia os reis: Êxodo 18.13-27; e

j. o 9º mandamento até hoje: Êxodo 20.16 e 23.2-3 = Não darão falso testemunho contra o teu próximo.

3.5 O CIDADÃO CRENTE ATUANDO NO DIREITO CIVIL E NA IGREJA

A lei e seus benefícios são para “todos”, o Estado tem que proteger a “todos”. Qualquer cidadão com seus direitos prejudicados têm direito de se amparar nas leis e nas Instituições.

3.5.1 - Na Bíblia temos autoridades legais

José, administrador no Egito; Ester, rainha da Pérsia; Daniel, governador de províncias na Babilônia, junto com seus companheiros fieis a Deus; Moisés, o grande legislador e juiz; Nicodemos, do Sinédrio; Paulo, doutor da lei; etc.

3.5.2 Hoje temos entre os crentes

Advogados, delegados, juízes, promotores do MP, Advogados da União, desembargadores, ministros, governadores, prefeitos, vereadores, deputados, senadores, alguns até pastores. São úteis na Igreja: assessores, orientadores, conselheiros (principalmente às famílias), em júízo, processos, documentos, e até nas Convenções de Igrejas com assessorias, etc.

3.6 – MINISTROS RECONHECIDOS PELA LEI

Atos 20.17 e 28 – Pastores, Bispos e Presbíteros: faces de um ministro: apascentador, administrador-supervisor, conselheiro. 1ª Pedro 2.25 e 5.14; João 10 e 21.15-17; Tito 1.5-11; Atos 14.23; 1ª Timóteo 4.14 e 3.1-7; Jeremias 3.15; - Sacerdotes e Sumo-sacerdotes: Êxodo 4.10-17; 5.1; 17.10, 12; 26 e 28; e Hebreus 4.14-5.10.

Acusação a eles: 1ª Timóteo 5.19-20; 2ª Coríntios 13.1; Atos 1.12-26; Gálatas 2.14; João 7.51 e Atos 25.16, 27 = ser ouvido.

A Igreja em Assembleia como Tribunal para julgamento interno: 1ª Coríntios 6.1-11 danos morais, e 5.9-13; Mateus 18.15-17 a disciplina na Igreja; Mateus 7.1-2 pessoalmente, e 59 os pacificadores.

3.7 FUNÇÕES NA IGREJA

3.7.1 Do Pastor

Não há vínculo empregatício, não registro em carteira, não é empregado, não relação obreiro patronal, a Igreja não recolhe INSS e FGTS do Pastor. Há isenção. A Justiça o considera como Vocacional exercendo uma missão no sacerdócio espiritual a mando de Deus. Não CLT! Porém, como qualquer outro cidadão, tem o dever de contribuir mensalmente com o INSS (carnê de autônomo, de contribuinte obrigatório, se é de dedicação integral) e pagar I.R. Ele é reconhecido pela lei como presidente e representante legal da Igreja, ativa, passiva, judicial e extra judicialmente. Inclusive no ofício religioso e civil de união conjugal.

O art. 50 do C.C. responsabiliza o mau administrador que causa danos à Instituição, abuso nas funções, respondendo com seus próprios bens pelos prejuízos. Daí a importância do Conselho Fiscal na Igreja, Levítico 19.35-37 lisura na contabilidade e relatório nas Assembleias.

A Igreja deve criar um instrumento próprio interno para indenizá-lo, como um amparo, no momento de sua retirada do pastorado: o FGTM (fundo de garantia por tempo de ministério), depositando mensalmente em poupança o 1/12 da gratificação, em seu nome, para ser retirada somente no final de seu ministério naquela Igreja.

3.7.2 Do Diácono

Prestador de serviço voluntário na área administrativa social, conforme Atos 6.1-7. Igual a qualquer membro da diretoria, é função não remunerada. Ver Lei nº 9.608 de 18/fev/1998.

3.7.3 Do Zelador

Há duas posições: o chamado de pequenas empreitadas, quando o templo é pequeno e não acumula 22 horas de jornada semanal, mínimo para registro em carteira; e o que configura vínculo empregatício, por trabalhar de 22 a 44 horas semanais, de meia jornada até jornada integral. Há obrigação de todos os encargos sociais. Sempre a Igreja deve fazer por escrito um Contrato de Prestação de Serviço, incluindo todos os seus deveres e direitos.

3.8 A IGREJA E OS TRIBUTOS

O art. 150 da Constituição veda o Município, o Estado e a União de instituírem ou cobrarem impostos dos Templos de qualquer credo. Sempre que a Escritura pública do imóvel ou do móvel esteja em seu nome. Ex.: I.R., IPTU, IPVA. No caso do I.R. a Igreja tem a obrigação de fazer a Declaração de isento cada ano, sob pena de perder seu CNPJ e pagar multa.

A Lei nº 5.172 de 25/out/1966, do Código Tributário Nacional, no art. 14, alínea c) do inciso IV do art. 9º regulamente esta imunidade, listando requisitos indispensáveis a serem observados (O Direito nosso de cada dia - GARCIA 2004, p. 49).

3.9 A IGREJA E O ESTATUTO DA CIDADE – (PDOT – Plano Diretor)

É este Estatuto, aprovado pelo Legislativo, de acordo aos artigos 182 e 183 da Constituição, estabelece diretrizes gerais da política urbana e disciplina para todos os cidadãos da cidade: construções e reformas, uso do solo, uso dos imóveis e equipamentos, desenvolvimento das cidades, necessidades sociais, ONGs, associações de bairros, terra e moradia, comércio, parques e lazer, urbanização, infraestrutura urbana, política urbana do emprego do IPTU, parcelamento do solo, saneamento ambiental, limpeza pública, terrenos baldios, desapropriação de áreas, poluição visual, sonora, do ar, das nascentes, do meio ambiente, impacto de vizinhança (art. 36, 37 do Estatuto), etc.

3.10 – O DIREITO CONSTITUCIONAL BÁSICO

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei... VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença... e de expressão... VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades... VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política,... XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público... etc.

3.11 O DIREITO AMBIENTAL

(2011 = ano do Meio Ambiente para a C. Batista Brasil.)

Perturbação de Sossego: avaliações dos níveis de ruído em áreas habitadas, hospitais, escolas e Igrejas = 50 dB (A) diurno e 45 dB (A) noturno – Resolução nº 01/90 – CONAMA e Lei do DF nº 1065 de 05/96, poluição sonora. Ver Quadro de ‘decibéis’: pág. 09 texto do Dr. Luiz C. Domingues. A Igreja deve produzir som apenas para o interior do seu Templo.

3.12 O DIREITO TRABALHISTA

A exceção dos Pastores ministros de culto, Sacerdotes, freis e freiras, de dedicação integral ao ofício religioso na Igreja, que são vocacionais, os demais funcionários que acumulam horas semanais de trabalho devem ser registrados com os benefícios sociais de lei. (CLT)

3.13 O DIREITO PENAL

3.13.1 Do crime contra a inviolabilidade dos segredos

Divulgação de segredo – art. 153 do C.P.: conteúdo de documento particular, de correspondência confidencial, informações sigilosas ou reservadas, violação do segredo profissional, do segredo de justiça, e o art. 154: revelar sem justa causa segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem.

É o caso da “confissão auricular” no ‘confessionário’ ao sacerdote, ou no “aconselhamento pastoral” (Presbítero-conselheiro).

3.13.2 Do furto e do roubo

Art. 155/157 – sem violência ou com ameaça e violência à pessoa.

3.13.3 Contra sentimento religioso

Art. 208 – ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo, escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa. Preconceito! Há vários tipos: racial, religiosos, social, opção sexual.

A PL 122/2006 – se propõe a criminalizar a homofobia (manifestações contra o homossexualismo). Mas, e a ‘liberdade de expressão’? art. 5º da Constituição.

3.14 O DIREITO TRIBUTÁRIO

Na sonegação do recolhimento obrigatório do INSS, do FGTS e Imposto Sindical dos funcionários registrados da Igreja, não é a Igreja a que responde criminalmente, mas o representante legal responsável pela administração. Já vimos o art. 50 do C.C. À multa a Igreja paga, mas no Processo criminal a Igreja não pode ser ré.

3.15 O BATISMO DE CRIANÇAS

Hoje a legislação permite menores de idade escolherem sua fé religiosa, sob a autorização dos pais, para serem batizados e membros da Igreja, com a aprovação em Assembleia, sempre que em idade de discernimento e consciência. Melhor é a Igreja obter ‘autorização’ escrita dos pais das crianças e dos adolescentes para seu batismo.

A maioria civil e a penal – 18 anos. Nas decisões em Assembleia da Igreja com implicações jurídicas, o menor de idade não participa na votação nem na assinatura no Livro de frequência. Também não são elegíveis para as funções na Diretoria Estatutária. Isto ocorre no governo Congregacional ou Democrático na Igreja, quando todos os membros tem direitos e deveres iguais.

3.16 DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL

3.16.1 Só entre homem e mulher

Na Constituição, art. 226 – Da Família... - § 3º - “... é DO reconhecida a união estável entre *homem e mulher* como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.” No Código Civil, o art. 1.514 – “O casamento se realiza no momento em que *o ho-*



CEADDIF

CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO DISTRITO FEDERAL-
CEADDIF

Fundada em 16 de maio de 1977, filiada à Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil – CGADB
Avenida L-2 Sul, Quadra 611, Bloco “E” – Brasília/DF,

mem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjuga e o juiz os declara casados.” O art. 1.723 – “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher...”

3.16.2 O art. 1.5.15 do C.C. autoriza o ‘oficiante religioso’

(estabelecido e autorizado pela Igreja em Estatuto) a officiar a cerimônia religiosa com efeito civil, sempre que cumpra as exigências cartoriais de lei. Os noivos se apresentam no Cartório de Registro Civil e manifestam sua vontade de realizar sua união conjugal. Apresentam duas testemunhas, todos com seus documentos de identidade. Os noivos, a Certidão de Nascimento. O Oficial do Registro Civil encaminha ao Juiz o pedido de autorização e lança o Edital com as Proclamas, durante trinta dias. Cumprido o prazo, elabora a Habilitação do Oficiante religioso, com todos os dados, da lei e dos noivos e testemunhas. Isto se os noivos declararam sua decisão de realizar uma só cerimônia, a religiosa com efeito civil, pagando uma taxa adicional.

O Oficiante religioso de posse da Habilitação Cartorial marcará a data com os noivos e preencherá formulário próprio, por conceito de Ata da Cerimônia, com a assinatura de todos os envolvidos, durante a cerimônia, após sua leitura. A parte civil deve ser realizada antes e separada da religiosa. O Oficiante assinará e reconhecerá sua firma em Cartório, um requerimento de Registro da Ata anexada, para que os nubentes entreguem no Cartório e obtenham sua Certidão de Casamento definitiva, tudo dentro de trinta dias após a cerimônia. Após o prazo, será tudo nulo de pleno direito.

3.16.3 Não podem casar

Os art. 1.521/1.523 relacionam os impedimentos ou restrições ao casamento, no que se refere ao grau de parentesco.

3.16.4 As relações no casamento e na união estável

Os art. 1.724/1.727 estabelecem a extensão e os limites dos efeitos destas relações.



CAPITULO IV

4. NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Este capítulo é composto de citações da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Texto promulgado em 05 de outubro de 1988, disponibilizados nesta apostila na forma de anexos.

4.1 DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – Artigos 1º ao 4º. ANEXO A.

4.2 DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS - Artigo 5º. ANEXO B.

4.3 DOS DIREITOS SOCIAIS – Artigos 6º ao 11º. ANEXO C.

4.4 DA NACIONALIDADE – Artigo 12º. ANEXO D.

4.5 DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA – Artigos 18 e 19. ANEXO E.

CAPITULO V

5. DOCTRINAS DEFENDIDAS PELAS AD NO BRASIL

5.1 SÍNTESE DAS DOCTRINAS BÍBLICAS DEFENDIDAS PELAS AD

5.1.1 A BÍBLIA

As Sagradas Escrituras são a revelação escrita de Deus para o homem e assim, os sessenta e seis livros da Bíblia que nos foi dado pelo Espírito Santo, constituem a plena Palavra de Deus (1ª Co 2.7-14; 2ª Pe 1.20,21). A Bíblia é verbalmente inspirada em cada palavra (2ª Tm 3.16) e absolutamente inerrante, inspirada e infalível. A interpretação das Escrituras deve ser feita sob ótica literal, gramático-histórica, com exceção dos trechos que clara e irrefutavelmente indicam ser simbólicos. A Bíblia constitui a única regra infalível de fé e prática (Mt 5.18; 24,35; Jo 10.35; 16.12,13; 17.17; 1ª Co 2.13; 2ª Tm 3.15-17; Hb 4.12. 2ª Pe 1.20,21). Deus falou em Sua Palavra escrita por um processo de dupla autoria. O Espírito Santo deste modo inspirou e supervisionou os autores humanos que, apesar de suas personalidades individuais e estilos diferentes de escrita, compuseram e registraram a Palavra de Deus para o homem (2ª Pe 1.20,21), sem erros na sua totalidade ou até mesmo parciais (Mt 5.18; 2ª Tm 3.16). Apesar da possibilidade de se haver muitas aplicações sobre um determinado texto das Escrituras, há, contudo, uma única e verdadeira interpretação, a “Hermenêutica de Deus” e este significado singular das Escrituras é encontrado à medida que alguém se aplica no método de interpretação literal (gramática-histórica) sob a iluminação do Espírito Santo (Jo 7.17; 16.12-15; 1ª Co 2.7-15; 1ª Jo 2.20), cuidando de explicar corretamente qualquer linguagem figurativa ou retórica. É responsabilidade do crente descobrir qual é o significado e a verdade pretendida pelas Escrituras, reconhecendo que qualquer que for a “descoberta”, esta deve ser idêntica a todos os homens, de todas as gerações ou de qualquer contexto cultural, econômico, social, educacional, etc.

5.1.2 DEUS

Há um só Deus vivo e verdadeiro (Dt 6.4; Is 45.5-7; 1ª Co 8.4), um Ser Infinito e Conhecedor de todas as coisas. Perfeito em todos os seus atributos; Um em essência, mas eternamente existente em três pessoas – Pai, Filho e Espírito Santo (Mt 28.19; 1ª Co 13.14), cada um merecedor igualmente de adoração e obediência.

5.1.2.1 Deus Pai

Deus Pai, a primeira pessoa da Trindade, ordena e dispõe todas as coisas de acordo com o seu propósito e graça (Sl 145. 8-9; 1ª Co 8.6). Ele é o Criador de todas as coisas (Gn 1.1-31; Ef 3.9). Como o Único, o Absoluto e Onipotente Regente do universo, Ele é Soberano na criação, na providência e redenção (Sl 103.19; Rm 11.36). Ele continuamente sustenta, dirige e governa todas as criaturas e eventos (1º Cr 29.11). Em sua Soberania Ele não é, contudo, o autor do pecado (Hb 1.13; Jo 8.38-47), nem deixará de exigir a contabilidade moral das criaturas inteligentes (1ª Pe 1.17). Ele salva do pecado todo aquele que vai a Ele através de Jesus Cristo, que tornam-se seus filhos através da fé. (1ª Jo 1.12; Rm 8.15; Gl 4.5; Hb 12.5-9).

5.1.2.2 Deus Filho

Jesus Cristo, a segunda pessoa da Trindade, possui todas as prerrogativas divinas, sendo Co-igual, Consustancial e Co-Eterno com o Pai (Jo 14.9). Deus Pai criou os Céus e a terra e tudo o que neles há, de acordo com a Sua vontade, através de Seu Filho, Jesus Cristo, por quem todas as coisas continuam a existir e a operar (Jo 1.3; Cl 1.15,17; Hb 1.2). Na encarnação Deus tornou-se homem. Ele colocou de lado todas as prerrogativas da sua Deidade, tomando a forma de servo, mas sem deixar de possuir, em Sua vida terrena, a totalidade da essência Divina. Isto é, Ele não perdeu nada, em grau ou substância, a plenitude da divindade, ao deixar de usar os atributos inerentes a Ele como Deus, pois Ele é Deus Eterno (Is 9.6), e a qualidade do eterno é inextinguível. Na encarnação, a segunda pessoa eternamente existente da Trindade, incorporou todas as características da humanidade e tornou-se Deus-homem (Fp 2.5-8; Cl 2.4).

Jesus Cristo representa a Humanidade e a Divindade em uma unidade indivisível (Mq 5.2; Jo 5.23; Cl 2.9). Nasceu de uma virgem (Is 7.14; Mt 1.23; Lc 1.26-35), que foi o Deus encarnado (Jo 1.1,14) e que o propósito da encarnação foi revelar Deus (Jo 1.18; 14.9,10), redimir o homem e governar sobre o Reino de Deus (Sl 2.7-9; Is 9.6; Jo 1.29; Fl 2.9-11; Hb 7.25,26; 1ª Pe 1.18,19). O ministério terreno efetuado por Jesus foi executado sob a unção do Espírito Santo: “Pois o Espírito do Senhor é sobre mim, porque Ele tem me ungido para pregar o Evangelho aos pobres, Ele tem me enviado para curar os quebrantados de coração, para pregar libertação aos cativos, dar vista aos cegos e colocar em liberdade os que estão presos” (Lc 4.18). “Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com virtude; o qual andou fazendo o bem, e curando a todos os oprimidos do Diabo, porque Deus era com Ele” (At 10.38).

Efetuiu nossa redenção através do sangue derramado na sua morte sacrificial sobre a cruz; e que esta morte foi voluntária, vicária, propiciatória e redentora (Jo 10.15; Rm 3.24,25; 5.8; 1ª Pe 2.24). Viveu uma vida irrepreensível, totalmente sem pecado, a qual satisfaz plenamente a justiça de Deus. Baseados na eficácia da morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, o pecador crente é livre da punição, da penalidade e do poder do pecado; sendo declarado justo, possuidor da vida eterna e adotado na família de Deus (Rm 3.25; 5.8,9; 1ª Co 5.14,15; 1ª Pe 2.24; 3.18). A nossa justificação foi garantida por sua literal ressurreição física da morte, e está agora assentado do lado direito do Pai, de onde intercede por nós como nosso Advogado e Sumo Sacerdote (Mt 28.6; Lc 24.38-39; At 2.30,31; Rm 4.25; 8.34; 1ª Tm 2.5; Hb 7.25; 9.24; 1ª Jo 2.1). A ressurreição de Jesus Cristo foi mais uma confirmação da sua Deidade, e através dEle, Deus deu provas de que havia aceitado a obra expiatória de Jesus na cruz. Sendo que a ressurreição corporal de Jesus é também uma garantia da ressurreição futura de todos os salvos (Jo 5.26-29; 14.19; Rm 1.4; 4.25; 6.5-10; 1ª Co 15.20,23). Jesus retornará para arrebatá-la Igreja e posteriormente implantará seu reino Milenar sobre a terra (At 1.9-11; 1ª Ts 4.13-18; Ap 20). Jesus Cristo é Aquele pelo qual Deus julgará a humanidade (Jo 5.22,23).

5.1.2.3 Deus, Espírito Santo

O Espírito Santo é uma pessoa Divina, eterna, infinita, possuindo todos os atributos de uma personalidade da Deidade, incluindo intelecto (1ª Co 2.10,13), emoção (Ez 4.30), vontade (1ª Co 12.11); eternidade (Hb 9.14); onipresença (Sl 139.7-10); onisciência (Is 40.13,14); onipotência (Rm 15.13); e verdade (Jo 16.13). Em todos os divinos atributos, Ele é Co-igual e Consustancial com o Pai e o Filho (Mt 28.25,26; 1ª Co 12.4-6; 2ª Co 13.14; Hb 10.15-17), Ele é Deus (At 5.3,4).

Um trabalho singular do Espírito Santo começou no Pentecostes, quando Ele veio do Pai como uma promessa de Cristo (Jo 14.16,17; 15.26) para iniciar e completar a edificação do Corpo de Cristo (1ª Co 12.13). O campo de ação da Sua divina atividade inclui convencer o mundo do pecado, da justiça e do juízo; glorificar o Senhor Jesus Cristo e transformar os crentes à imagem do Filho de Deus (Jo 16.7-9; At 1.5; 2.4; Rm 8.29; 2ª Co 3.18; Ef 2.22). O Espírito Santo é uma pessoa sobrenatural e soberana na regeneração, batizando todos os crentes no corpo de Cristo (1ª Co 12.13). Ele também é Aquele que santifica, instrui, dirige e os enche de poder para o serviço; e sela os crentes para o dia da redenção (Rm 8.9; 2ª Co 3.6; Ef 1.13). É o Instrutor Divino, que guiou, os apóstolos e profetas em toda a verdade quando eles estavam escrevendo a revelação de Deus, a Bíblia.

Cada crente possui em seu ser, a presença do Espírito Santo desde o momento da salvação, e que é obrigação de todo nascido de novo ser cheio do Espírito Santo (Jo 16.13; Rm 8.9; Ef 5.18; 2ª Pe 1.21; 1ª Jo 2.20,27). Como membros da igreja evangélica Assembleia de Deus, pioneira na prática pentecostal, primamos pela a atualidade e a necessidade do batismo no Espírito Santo , operação dos dons espirituais, e a evidência do fruto do Espírito na vida do obreiro.

Creemos serem as línguas estranhas a evidência inicial de que a pessoa foi batizada no Espírito Santo. Defendemos também o direito, baseadas na tradição histórica e pioneira da nossa denominação e também por entender que possuímos base bíblica, de continuar a chamar esta segunda experiência de batismo no Espírito Santo, em vez de “plenitude”, “enchimento”, “santificação” ou qualquer outra nomenclatura usada por grupos pentecostais recentes, como carismáticos, neo-pentecostais ou não pentecostais, também que a manifestação do Espírito Santo através das línguas, profecia, interpretação, dons de cura, palavra de sabedoria, discernimento de espíritos ou outros dons, são essenciais ao serviço ministerial.

5.1.3 O HOMEM

O homem foi criado por Deus em sua imagem e semelhança. Foi criado livre do pecado, com uma natureza racional, intelectual, volitiva e moralmente responsável perante Deus. (Gn 2.7; 15.25; Tg 3.9). A intenção de Deus na criação do homem foi que este pudesse glorificá-lo, mantendo comunhão com Ele e fazendo a Sua vontade (Is 43.7; Cl 1.16; Ap 4.11). No pecado de desobediência de Adão, o homem perdeu sua inocência, trazendo a penalidade da morte física e espiritual, tornando-se merecedor da ira de Deus. Assim a queda de Adão deixou o homem totalmente incapaz de escolher ou fazer o que é aceitável diante de Deus. Com a natureza pecaminosa e sem poder que o capacite a recuperar-se por si só, o homem ficou irremediavelmente perdido. A sua salvação é unicamente através do trabalho redentor de Jesus Cristo (Gn 2.16,17; 3.1; Jo 3.36; Rm 3.23; 6.23; 1ª Co 2.14; Ef 2.1-3; 1ª Tm 2.13-14; 1ª Jo 1.8). Pelo fato de todos os homens procederem de Adão, todos herdaram a sua natureza corrompida, sendo Jesus a única exceção. Todos os homens são pecadores por natureza, escolha e ação individual (Sl 14.1-3; Jr. 17.9; Rm 3.9-18,23; 5.10-12).

5.1.4 SALVAÇÃO

Ensinamos que a salvação é totalmente pela graça de Deus, fundamentada na redenção de Jesus Cristo, no mérito do seu sangue derramado, e não por méritos pessoais ou obras (Jo 1.12; Ef 1.7; 2.8-10; 1ª Pe 1.18,19). A justificação (Rm 8.33) é um ato pelo qual Deus declara justos todos aqueles que através da fé em Jesus arrependeram-se dos seus pecados (Lc 13.3;

At 2.38; 3.19; 11.18; Rm 2.4; 2ª Co 7.10; Is 55.6,7) e confessam-no como Soberano Senhor (Rm 10.9,10; 1ª Co 12.3; 2ª Co 4.5; Fp 2.11). Esta justiça é separada de qualquer virtude ou obra humana (Rm 3.20; 4.6), e consiste em aceitar o sacrifício vicário de Jesus para a redenção dos nossos pecados (Cl 2.14; 1ª Pe. 2.24) e imputar a justiça de Cristo a nós (1ª Co 1.30; 2ª Co 5.21).

A regeneração é um trabalho sobrenatural do Espírito Santo através do qual uma natureza e uma vida divina é dada (Jo 3.3-7; Tt 3.5). É instantânea e executada unicamente pelo poder do Espírito Santo através da instrumentalidade da Palavra de Deus (Jo 5.24), quando o pecador arrependido, responde em fé à divina provisão da salvação. A genuína regeneração é manifestada por frutos dignos de arrependimento ao se demonstrar atitudes e condutas condizentes com o testemunho cristão. É através da regeneração, ao receber uma nova natureza, que o homem se habilita a viver uma vida que vença ao pecado e agrade a Deus (Jo 3. 3-7; 1ª Co 6.19-20; Ef 2.10; 5.17-21; Fp 2.12; Cl 3.16; 2ª Pe 1.4-10).

De acordo com as Assembleias de Deus no Brasil, a doutrina da eleição condicional, a qual é baseada no exercício individual do livre arbítrio de cada homem. Entendemos ser a eleição um ato baseado na presciência de Deus, pelo qual Ele escolheu em Jesus Cristo para a salvação todos aqueles que de antemão sabia que O aceitariam, isto é, somos eleitos em Cristo, porque decidimos aceitá-lo (Ef 1.4; 1ª Pe 1.1,2; II Tm 1.9). A eleição baseada na presciência divina, sendo consequência de uma fé prevista por Deus. (Discordamos da eleição incondicional do Calvinismo, onde a fé é fruto e vidência da eleição – os indivíduos são eleitos para crer, e não porque hão de crer). De acordo com o nosso ensino, a eleição incondicional fere o senso de justiça de Deus e a responsabilidade do homem.

Como falar em julgamento onde não houve exercício da liberdade? Além do mais vemos na Bíblia que Cristo morreu por todos os Homens, (1ª Tm 2.4,6; Hb 2.9; 1ª Jo 2.2; 2ª Pe 3.9), sendo a vontade divina que todos sejam salvos (Mt 11.28; Rm 10.13). Estes convites seriam hipocrisia divina se a aceitação deles dependesse unicamente de uma assistência eficaz por parte de Deus. E o que fazer com exortações que inspiram a atividade missionária e a pregação do Evangelho a todos os perdidos? Retiraríamos da nossa Bíblia Mc 16.15,16? Assim sendo, na eleição condicional Deus e o homem cooperam mutuamente no processo de salvação (que o homem é ativo na conversão podemos ver pelas seguintes passagens: Is 55.7; Jr 18.11; Ez 18.23-32; 33.11; At 2.38; 3.19; 17.30). As seguintes referências sustentam a nossa posição da eleição condicional: Mt 7.24; Mt 25.34-40; 1º Sm 2.30; Jo 3.10; Mt 10.32; 11.28; Mc 8.38; 11.3,6; Lc 9.23; At 2.21; 10.43; 17.30; Rm 1.16; 10.13,14; 1ª Tm 2.3,4; Ap 3.20; 22.17.

Cada crente, no mesmo instante em que aceita a Jesus é declarado posicionalmente santo. Esta santidade não poderá ser confundida com a santificação progressiva, mas é uma posição, não tendo nada a ver com a sua presente condição (At 20.32; 1ª Co 1.2,30; 6.11; 2ª Ts 2.13; Hb 2.11; 3.1; 10.10,14; 13.12; 1ª Pe 1.2). Também que através da operação do Espírito Santo, há uma santificação progressiva, pela qual se procura igualar o padrão presente de comportamento ao do estado posicional de santidade. Através da obediência à Palavra de Deus e através do poder do Espírito Santo, o crente é capaz de viver uma vida de santificação progressiva, na qual vai crescendo mais e mais, até a estatura de varão perfeito (Ef 4.13; Jo 17.17,19; Rm 6.1-22; 2ª Co 3.18; 1ª Ts 9.3-4; 5.23).

Cada pessoa salva está envolvida em um conflito diário (a nova criação em Cristo guerreia contra a carne). Ressaltamos que a provisão para a vitória é conseguida através do

domínio do Espírito Santo (Rm 7 e 8). O conflito, contudo, entre a carne e o espírito, estará sempre presente (a menos que o crente morra, ou seja, arrebatado). Não aceitamos, portanto, a Teologia da erradicação do pecado da natureza humana, após a pessoa haver aceitado a Jesus, por entender que a mesma não tem fundamento escriturístico. O que o Espírito Santo faz não é a erradicação do pecado, mas é providenciar vitória sobre o poder do pecado (Gl 5.16-25; Ef 4.22-24; Fp 3.12; Cl 3.9,10; 1ª Pe 1.14-16; 1ª Jo 3.5-9).

5.1.5 A IGREJA

Todo aquele que colocar sua fé em Jesus Cristo, fará parte imediatamente da unidade do seu Corpo Espiritual, a Igreja (1ª Co 12.12,13), a qual é também chamada sua noiva (2ª Co 11.2; Ef 5.23-32; Ap 19.7,8); e da qual Cristo é O cabeça (Ef 1.22; 4.15; Cl 1.18). A Igreja como Corpo de Cristo, começou formalmente no dia de Pentecostes (At 2.1-21, 38-47) e estará de pé (Mt 16.18) até que Cristo venha, e haja o seu rapto (1ª Co 15.51,52; 1ª Ts 4.13-18). A Igreja é um organismo espiritual designado por Cristo, formada por todos os nascidos de novo na presente época (Ef 2.11 – 3.6).

Entendemos que o estabelecimento e a continuidade das Igrejas locais é ensinada no Novo Testamento (At 14.23,27; 20.17,28; Cl 1.2; Fp 1.1; 1ª Ts 1.1; 2ª Ts 1.1). Os líderes devem dirigir a Igreja como servos de Cristo (1ª Tm 5.17-22). E como eles tem a autoridade divina na direção da Igreja, espera-se que a congregação se submeta à sua liderança (Hb 13.7,17), como padrão o sistema eclesiástico hierárquico utilizado pela Assembleia de Deus no Brasil. Os vínculos organizacionais se articulam a partir do nível municipal (igreja local – sede e suas congregações), nível estadual (Convenção Estadual), nível nacional (CGADB).

A igreja visível de Cristo é uma congregação de crentes batizados nas águas, que se associam por um pacto na fé e comunhão do Evangelho; que observam as ordenanças de Cristo e são governados por suas leis; que usam os dons, direitos e privilégios a eles concedidos pela Palavra (Mt 18.17; 1ª Co 1.1-13; At 5.11; 8.11; At 11.21; 1ª Co 4.17; 14.23; 3ª Jo; 1ª Tm 3.5; At 2.41,42; 2ª Co 8.5; At 2.17; 1ª Co 5.12; Ef 4). As duas ordenanças básicas da Igreja são o Batismo nas Águas, que deve ser ministrado por imersão total (Mc 16.16; Mt 28.19; At 2.38; 4.31; 8.12,16; 9.18; 16.15,33; Rm 6.3; Gl 3.27) e a Santa Ceia, que foi instituída pelo Senhor Jesus (Mt 26.17-19; Lc 22.14-23; Jo 13.30; 1ª Co 11.23-26; 1ª Co 5.7). O propósito fundamental da Igreja se identifica com o de Deus, o qual é: procurar e salvar o perdido. Deste modo entendemos a razão prioritária de ser da Igreja, é de servir como agência de Deus na evangelização do mundo (At 1.8; Mt 28.19,20; Mc 16.15,16), e ser um canal na edificação de vidas que estão sendo aperfeiçoadas à imagem de Cristo (Ef 4.11-16; 1ª Co 12.28; 14.12).

A igreja Assembleia de Deus procura se assemelhar em tudo aos padrões apostólicos do Novo Testamento, enfatizando tanto uma vida cheia do fruto como dons do Espírito. Por isto, ressaltamos a importância na Igreja local, de um aprofundamento na Palavra, balanceando com a procura dos dons, encorajando a todos os crentes que sejam batizados no Espírito Santo e falem em outras línguas (Gl 5.16-26; 1ª Co 12-14).

5.1.6 OS ANJOS

Os anjos são seres criados, não devem portanto ser adorados. Foram criados para servir e adorar a Deus (Lc 2.9-14; Hb 1.6,7,14; 2.6,7; Ap 5.11-14; 19.10; 22.9). Satanás também é um anjo criado e autor do pecado. Ele mereceu o julgamento de Deus por rebelar-se contra seu Criador (Is 14.12-17; Ez 28.11-19). Na ocasião da sua queda levou consigo muitos anjos (Mt

25.4; Ap 12.1-14) e foi responsável direto quando tentou Eva e o pecado foi introduzido na raça humana (Gn 3.1-15).

Ele e seus anjos são inimigos declarados de Deus e dos homens (Is 14.13,14; Mt 4. 1-11; Ap 12.9-10), é o Príncipe deste mundo, mas foi derrotado através da morte e ressurreição de Jesus (Rm 16.20), e que será eternamente punido no lago de fogo (Is 14.12-17; Ez 28.11; Mt 25.41; Ap 20.10).

5.1.7 O INFERNO

O inferno é um lugar real, sendo a habitação e a condição final dos pecadores. Assim como o céu é um lugar, tendo sua localização definida, assim também é o inferno. Isso é visto pelo fato que é representado como possuidor de habitantes. Seus habitantes possuem alma e corpo (Lc 16,28; Ap 20.14; 21.8). É apresentado como lugar de tristeza e desespero (Lc 13.28; Mt 25.30), lugar de infortúnio e tormento (Ap. 14.11; 20.10), lugar de trevas e degradação (Mt 25.30; Ap 22.11a). Quem vai para o inferno: Satanás e seus anjos (Mt 25.41), o anticristo e o falso profeta (Ap 20.10), os ímpios e incrédulos (Ap 21.8). Neste lugar, o castigo tem um caráter eterno (Mt 25.46; Mc 3.29; 2ª Ts 1.9).

5.1.8 ESCATOLOGIA

5.1.8.1 A Morte

A morte é a separação entre a alma e o corpo (Fp 1.23), e nela não está envolvida a perda da consciência imaterial (Ap 6.9-11), pois a alma do redimido passa imediatamente à presença de Cristo (Lc 23.4; Fp 1.23; 2ª Co 5.8). Esta separação continuará até o rapto da igreja (1ª Ts 4.13-17), onde se dará a primeira ressurreição e onde ocorrerá a reunificação da nossa alma e corpo, os quais serão glorificados para sempre (Fp 3.21; 1ª Co 15.35-44,50-54). Até aquele momento da glorificação, as almas dos redimidos em Cristo estarão gozando da comunhão com Ele (2ª Co 5.8).

A ressurreição corporal de todos os homens; os salvos para a vida eterna (Jo 6.39; Rm 8.10-11, 19-23; 2ª Co 4.14); e os não-salvos para o julgamento e punição eterna (Dn 12.2; Jo 5.29; At 20.13-15). As almas dos não salvos, são guardadas sob punição até a segunda ressurreição (Lc 16.19-26; Ap 20.13-15), quando a alma e o corpo ressurretos serão unidos (Jo 5.28,29). Eles comparecerão então para julgamento diante do grande Trono Branco (Ap 20.11-15), e serão lançados ao inferno, no Lago de Fogo (Mt 25.41-46), e cortados da vida e da presença de Deus para sempre (Dn 12.2; Mt 25.41-46; 2ª Ts 1.7-9).

5.1.8.2 O Rapto da Igreja

É o retorno pessoal e corporal do Senhor Jesus Cristo antes dos sete anos da tribulação (1ª Ts 4.16; Tt 2.13), para transladar Sua Igreja da Terra (Jo 14.1-3; 1ª Co 15.51-53; 1ª Ts 4.15; 5.11), é entre esse evento de Seu retorno glorioso com os Santos, no fim do período da tribulação, que haverá o galardamento dos crentes de acordo com suas obras, no evento que chamamos de “Bodas do Cordeiro” (1ª Co 3.11-15; 1ª Co 5.10).

5.1.8.3 A Tribulação

Imediatamente após a remoção da Igreja da Terra (Jo 14.1-3; 1ª Ts 4.13-18), iniciará um período de julgamento divino sobre o mundo descrente (Jr 30.7; Dn 9.23;12.1; 1ª Ts 2.7-12; Ap 16). Este julgamento findará com o retorno de Cristo em glória (Mt 24.27-31; 25.31-46).

5.1.8.4 A Segunda Vinda e o Milênio

Após o período da Tribulação, Cristo retornará à Terra e ocupará o trono de Davi (Mt 25.31; Lc 1.31-33; At 1.10-11; 2.29-30) e estabelecerá Seu Reino Messiânico por mil anos (Ap 20.1-7). Durante esse tempo, os Santos ressurretos reinarão com Ele sobre as nações (Ez 37.21-28; Dn 7.17-22; Ap 19.11,16). Este Reino será precedido pela vitória do Cordeiro sobre o Anticristo e o Falso Profeta, e pela remoção de Satanás do mundo (Dn 7.17-27; Ap 20.1-7). Enfatizamos que o Reino Milenar do Senhor será caracterizado por harmonia, justiça, paz, retidão e longa vida (Is 11; 65.17-25; Ez 36. 33-38). Este reino findará com a libertação de Satanás (Ap 20.7)

5.1.8.5 O Julgamento dos Perdidos

Após o Milênio, Satanás será solto (Ap 20.7), e enganará as nações da terra e as arregimentará à guerrear contra os santos e a cidade amada. Neste ponto, Satanás e seu exército serão destruídos por fogo vindo do céu (Ap 20.9). A seguir Satanás será lançado no lago de fogo e enxofre (Mt 25.41; Ap 20.10). E então Cristo, que é o juiz de todos os homens (Jo 5.22), julgará no Grande Trono Branco, os grandes e pequenos que ressuscitarão para serem julgados. Esclarecemos que esta é a ressurreição para julgamento dos que morreram sem salvação (Rm 14.10-13). Todos os ressurretos aqui serão julgados e condenados a uma punição consciente e eterna no lago de fogo (Mt 25.41; Ap 20.11-15).

5.1.8.6 A Eternidade

Após o julgamento dos não salvos (Ap 20.7-15), os elementos desta terra serão destruídos (2ª Pe 3.10) e aparecerá um novo céu e uma nova terra onde habita a justiça (Ef 5.5; Ap 20.15, 21.22). A seguir, a Nova Jerusalém descenderá dos céus (Ap 21.2) e será o local de habitação dos santos, onde gozarão a eterna comunhão com Deus (Jo 17.3; Ap 21.22).

5.2 CREDO RELIGIOSO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL

1. Em um só Deus, eternamente subsistente o Pai, o Filho e o Espírito Santo (Dt 6.4; Mt 28.19);

2. Na inspiração verbal da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé normativa para a vida e o caráter cristão (2ª Tm 3.14-17);

3. No nascimento virginal de Jesus, em sua morte vicária, e expiatória, em sua ressurreição corporal dentre os mortos e sua ascensão vitoriosa aos céus (Is 7.14; Rm 8.34; At 1.19);

4. Na pecaminosidade do homem que o destituiu da glória de Deus, e que somente o arrependimento e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo é que o pode restaurar a Deus (At 3.19);

5. Na necessidade absoluta do novo nascimento, pela fé em Cristo e pelo poder atuante do Espírito Santo e da Palavra de Deus, para tornar o homem digno de Reino dos céus (Jo 3.3-8);

6. No perdão dos pecados, na salvação presente e perfeita e eterna justificação da alma, recebidos gratuitamente de Deus pela fé no sacrifício efetuado por Jesus Cristo em nosso favor (At 10.48; Rm 10.13; 3.24-26; Hb 7.25; 5.9);

7. No batismo Bíblico efetuado uma só vez em águas, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme determinou o Senhor Jesus Cristo (Mt 28.19; Rm 6.1-6; Cl 2.12);

8. Na necessidade e na possibilidade que temos de viver uma vida santa mediante a obra expiatória e redentora de Jesus no calvário, através do poder regenerador, inspirador e

santificador do Espírito Santo, que nos capacita a viver como fiéis testemunhas de Cristo (Hb 9.14; 1ª Pe 1.15,16);

9. No batismo Bíblico com o Espírito Santo, que nos é dado por Deus mediante a intercessão de Cristo (Lc 3.16; At 1.5);

10. Na atualidade dos dons espirituais distribuídos pelo Espírito Santo à igreja para sua edificação, conforme a sua soberana vontade (1ª Co 12.1-12);

11. Na segunda vinda de Jesus Cristo (1ª Ts 4.16-17; 1ª Co 15.51-54);

12. Que todos os cristão comparecerão ante ao Tribunal de Cristo, para receber a recompensa dos seus feitos em favor da causa de Cristo na terra (2ª Co 5.10);

13. No juízo vindouro, que justificará os fiéis e condenará os infiéis (Ap 20.11-15);

14. Na vida eterna de gozo e felicidade para os fiéis e de tristeza e tormento para os infiéis Mt 25.46);

5.3. HERESIOLOGIA

O estudo é importante face ao surgimento de várias controvérsias religiosas no mundo atual, causando os ensinamentos heréticos e aparecimento de várias seitas.

O Homem é um ser religioso. Deus já o fez assim e onde quer que encontremos seres humanos, encontramos sinais de uma religião.

5.3.1 DEFINIÇÕES

a. Doutrina: palavra que vem do latim, *DOCTRINA*, cuja forma verbal é *docere*, “ensinar”. Conjunto de princípios que serve de base a um sistema religioso, político, filosófico e científico.

b. Religião: palavra que vem do latim *RELIGARE*, “religar”, “atar”.

Crença na existência de uma força ou forças sobrenaturais, considerada(s) como criador(a) do Universo, e que tal deve(m) ser adotada(s) e obedecida(s).

c. Heresia: Vocábulo que vem do grego *HAIRESIS*, que significa escolha, “tomar para si mesmo.” Doutrina contrária do que foi definido pela igreja em matéria de fé. Ato ou palavra ofensiva à religião.

d. Herege: alguém que acredita ou promove alguma opinião contrária àquilo que o grupo, seita ou igreja acredita.

e. Seita: a palavra seita em si é derivada do vocábulo latim *SECTA*, juntamente com o verbo *sequi*. No grego ela vem a aparecer no Novo Testamento como *airesis* (heresia). No original que dizer “modo de viver ou de pensar seguido por uma pessoa”. O termo seita não tem sentido restrito a grupos professores de heresias, pois o próprio cristianismo no seu início foi identificado como sendo uma seita (At 24.4,14; 28.22). Assim, poderíamos analisar como dividida em duas:

➤ Seitas cristãs – que são formadas pelas denominações evangélicas, professores das verdades bíblicas do cristianismo;

➤ Seitas heréticas – são as que não observam as verdades bíblicas e não se fundamentam no evangelho.

1. Em nossos dias, do ponto de vista cristão é que seita é a característica de um grupo que se afasta do ensino da Bíblia, ditando as próprias ideias ou as de outrem, divulgando-as como sendo a única fonte da verdade e tendo sempre um espírito sectário. Pensa-se sempre em

seita como sendo um grupo religioso de pensamento livre com um sistema de princípios e doutrinas particulares.

2. Do ponto de vista sociológico, seita é definida como sendo um grupo ou conjunto de pessoas professoras de uma crença com obstinação, que diverge da opinião publica ortodoxa, que é considerada como verdadeira. Se considere assim seita como sendo uma comunidade fechada, um partido ou facção, cujos membros têm suas crenças particulares e para vivê-las isolam-se do mundo.

3. As primeiras heresias começaram a aparecer no Cristianismo quando os apóstolos ainda eram vivos. Os gnósticos e os judaizantes, por exemplo, deram muito trabalho para João e Paulo.

4. Com respeito às doutrinas, as seitas têm outra fonte além da Bíblia. Alguns não negam a importância da Palavra de Deus, mas a usam apenas para justificar seus pensamentos através de textos isolados, fugindo completamente das regras hermenêuticas básicas para a compreensão real do texto sagrado. Concernente a sua regra de fé e prática, as seitas heréticas consideram os escritos de seus profetas e fundadores, e até mesmo dos seus ensinamentos atuais como sendo o mesmo nível de inspiração aos escritos da Bíblia Sagrada. Um exemplo disso são as Testemunhas de Jeová que consideram o mesmo valor da bíblia as suas revistas “sentinelas” de “Desperta”.

5. Mostram-se como sendo os únicos que tem a verdade da salvação e que são os únicos certos. Para eles pouco importa a fé, humildade e piedade das pessoas se elas não aderem seus ensinamentos. Todas as outras religiões são consideradas como falsas e como caminhos enganosos de perdição. Por pensarem assim é que são sectaristas e periféricos.

6. Concernente a interpretação da Bíblia, eles abandonam completamente os princípios auxiliares da Hermenêutica, fazendo geralmente interpretação de textos isolados, interpretando-os de modo literal, deturpando seu sentido original para que possam justificar seus ensinamentos. Para tanto, sua ignorância os deixam alheios ao gênero literário da Bíblia; ao ambiente social e histórico em que foram escritos os seus livros e viveram seus autores; não pesquisam fontes ou tradições orais e escritas, que segundo seus líderes não tem valor, pois “são apenas ensinamentos de homens.” Enfim, o seu intento maior é acabar com a autoridade bíblica.

7. Seu isolacionismo é consequência de uma busca exagerada de perfeição. Seu sentimento de “santidade” faz obedecer cegamente aos seus líderes e regimentos da seita sem que estes passem por um mínimo de senso crítico. Isso acontece porque sua cegueira faz considerar que só eles estão dentro da verdade, e por isso são os únicos certos, os únicos puros que fugiram da corrupção do mundo, que são os únicos que foram escolhidos para ser povo de Deus e por isso são os únicos salvos. Tais pensamentos, não muito raros, geram um fanatismo que vem a prejudicar até mesmo o relacionamento dos membros da seita com a família não pertencente a ela.

8. Uma das características principais das seitas heréticas é que geralmente seus adeptos já pertenceram a uma religião ou igreja. Isso se deve ao fato de acharem mais acessíveis os já convertidos em outras religiões, inclusive até mesmo os bons cristãos. Fazer prosélitos é mais fácil que vir a realmente converte alguém.

9. Procuram desenvolver a salvação através de esforços próprios, onde a própria personalidade da pessoa parece mudar devido as suas observações quanto à postura dentro da seita. Há casos de seitas heréticas que não abrem mão de fazer lavagem cerebral para que os seus neófitos se sintam satisfeitos com a nova forma de vida que tem. O resultado disso é que eles

se sentem plenamente seguros e não admitem de modo algum estar dentro de erros. Desse modo sua proteção é o de rejeitar qualquer outro ensino que venha a revelar seus erros.

O Novo Testamento emprega a palavra para denotar “partido”, como sugestão de vontade própria ou espírito sectário; porém, deve ser notado que nenhum dos partidos assim descritos está num estado de cisma de seu agrupamento ordinário. Os saduceus (At 5.17) e os fariseus (At 15.5; 25.5) formavam seitas dentro do judaísmo; e a mesma palavra é usada para descrever o Cristianismo, segundo visto pelos de fora (At 24.5-14; 28.22).

O primeiro emprego do termo “heresia”, no sentido moderno de erro doutrinário, ocorre em 2ª Pe 2.1, onde se inclui negar o Redentor. Entre as heresias incipientes, mencionadas no Novo Testamento, as mais proeminentes era duas: o gnosticismo, do tipo judaico (Cl 2.8-23) e o docetismo (1ª Jo 4.2,3; 2ª Jo 7).

5.3.1.1 Porque tantas Seitas

- Falta de conhecimento bíblico;
- Atuação do diabo no mundo;
- Falta de atuação da Igreja no Mundo.

5.3.1.2 Características das Seitas Heréticas

a. Em primeiro lugar, poderíamos fazer a identificação das seitas observando se elas têm pontos de vistas mais importantes às coisas menores ao invés de observarem as coisas ou doutrinas de mais importância. Geralmente elas se prendem a determinadas observações que não tem muita importância, dando a elas ênfase exagerada.

b. A segunda característica é que sempre uma seita professadora de heresia tem um líder ou mesmo um grupo que é considerado como sendo “iluminado”. Admitem serem eles detentores da verdade que lhes são reveladas para que venham a observá-las para que através disso adquiram a salvação.

Geralmente este iluminado aparece como dono de profecias como amostra dos seus ensinamentos centrais. Eles se tornam tão importantes que chegam a se defender a salvação em Jesus, o profeta é posto no mesmo nível de importância de Jesus, e seus ensinamentos e escritos vistos como do mesmo valor aos ensinamentos de Jesus na Bíblia. Há caso de seitas que deturpam completamente a posição de Jesus e da Bíblia chegando a substituí-los por seu profeta maior e seu livro de ensino. É assim que faz o mormonismo.

c. Outras características a ser observada nas seitas heréticas é que Jesus não é o centro da fé pelo qual elas vivem. Algumas delas até atribuem um certo valor a Jesus, mas não é o suficiente para que ele seja a base da fé professante. Vivem sem negar a missão salvadora de Jesus através de sua morte na cruz do calvário, contudo requer por parte de seus fiéis esforços para que estes venham a obter salvação por outro meio.

5.3.1.3 Classificação das Seitas

a. Seitas Secretas

1. Maçonaria
2. Teosofia
3. Rosa Cruz
4. Esoterismo

b. Seitas Pseudo Cristã

1. Mormos
2. Testemunhas de Jeová
3. Meninos de Deus

**c. Seitas Afro Brasileiras**

1. Umbanda
2. Quimbanda
3. Candomblé

b. Seitas Espíritas

1. Kardecismo
2. Racionalismo Cristão
3. LBV

e. Seitas Orientais

1. Seicho-no-iê
2. Igreja Messiânica Mundial
3. Hare Krisna
4. Perfect Libert

5.3.1.4 Identificando uma Heresia**a. Quando o ensino está desarmonia com a Bíblia:**

Com relação à Bíblia há três maneiras de argumentos.

1. Argumento Bíblico – é o argumento que vem da Bíblia. Ele deve ser lógico.

Ex. de caso. Texto de Jesus em Nazaré. (Lc 4.16)

2. Argumento Extra Bíblico – não está implícito na Bíblia, contudo não a contradiz.

Ex. de caso. Texto de uma fonte histórica com comparação por ter acontecido na época de um fato bíblico.

- Há fontes arqueológicas que confirmam fatos bíblicos;
- Há fatos comprovados cientificamente que confirmam fatos bíblicos

3. Argumento Anti Bíblico – São argumentos que se chocam completamente com as verdades bíblicas. Seus ensinamentos são completamente desarmonizados com as doutrinas básicas da Palavra de Deus.

Ex. de caso. Texto de quando certo ensino é baseado em texto isolado. Basta um pouco de conhecimento de hermenêutica para identificar.

b. Contradição com fatos – Isto ocorre quando certos fatos bíblicos são desacreditados ou aplicados de formas esdrúxulas e contraditórias com os fatos reais.

c. Quando há interpretações particulares da real interpretação doutrinária. Isto ocorre quando abandonamos lados importantes de uma interpretação. Abandonando outro lado importante.

Ex - A divindade e humanidade de Jesus, quando um ponto de vista é abandonado.

- a Trindade e o Modalismo.
- a Trindade e o Triteísmo.
- o Monarquismo (negava a trindade) (Deus e UM. Não se revela pelo Filho nem pelo Espírito Santo).
- Influencia dos gregos (Deus não é material.)

d. É frágil o pensamento diante de qualquer conforto com a Bíblia. Tem formas ilógicas, sem respaldo até mesmo de argumentos históricos e científicos.

5.3.2 GNOSTICISMO

A palavra “Gnosticismo” vem do grego *gignoskein*, “significa estudo (ou raciocínio) sobre o conhecimento, “saber”. A gnosiologia é um dos seis ramos tradicionais da filosofia. Os demais cinco ramos são a ética, a estética, a política, a metafísica e a lógica.

Gnosticismo foi uma das heresias enfrentadas pela igreja logo no seu início, e que teve uma duração de pelo menos 150 anos. Seu intento era o de intelectualizar a busca a Deus através da gnoses (do conhecimento). Chegou ao Maximo de sua influencia ao redor do ano 150 d.C. Suas raízes estão fincadas nos tempos do Novo Testamento.

Os gnósticos eram seguidores de uma variedade de movimentos religiosos nos primeiros séculos do Cristianismo, movimento que punham ênfase na salvação através do conhecimento secreto (gnosis).

5.3.2.1 O que se pode dizer do conhecimento

- Uma filosofia que distingue a carne (má), do espírito (bom);
- O espírito puro e matéria má fazem parte de uma hierarquia. Assim, Cristo é visto como sendo membros dessa hierarquia.
- Os anjos, segundo o gnosticismo, deveriam receber cultos por virem a fazer parte dessa hierarquia. Por causa, Paulo veio a combater o culto aos anjos na sua carta aos Colossenses. (Cl 2.8, 18,19).
- A doutrina gnóstica assediou o cristianismo por um período de pelo menos 150 anos. A influência foi tanta que a Epístola aos Colossenses, a Epístola de Judas tinham intento combater o gnosticismo no meio da igreja.

5.3.2.2 Sobre a origem do Gnosticismo

A questão da origem do gnosticismo tem sido amplamente debatida, e não parece haver qualquer resposta simples. A maior parte da literatura gnóstica foi perdida. Todavia, parte dela foi preservada em tradução copta no Egito, por exemplo: a “Pistis Sofia”, o “Evangelho de Tomé” e o “Evangelho da Verdade”. As duas últimas obras citadas encontram-se entre os manuscritos descobertos na Vila de Nag Hammadi (perto de Luxor) em 1946.

A maior parte do nosso conhecimento do gnosticismo chegou até nós através de escritos dos Pais Eclesiásticos. Na verdade, antes da primeira metade do século XX, os heresiólogos (defensores do Cristianismo contra heresias) primitivos tais como Irineu, Tertuliano, Hipólito e Epifânio eram nossas fontes básicas de informações a respeito dos gnósticos. Estes heresiólogos eram contundentes em suas denuncia contra os gnósticos, que segundo se percebia, desviavam os cristãos mediante a manipulação das palavras e a torção dos significados das Escrituras.

De interesse especial aos interpretes gnósticos eram as histórias em Genesis, o Evangelho Segundo João e as epistolas de Paulo. Usavam os textos bíblicos visando seus próprios propósitos. Na realidade, gnósticos como Herácleon e Ptolomeu foram os primeiros comentaristas do quarto evangelho. Mas Irineu compara tais interpretações com uma pessoa que desmonta um belo quadro de um rei e o reconstituiu num quadro de uma raposa (Adversus Haerens 1.9.1).

- Grandes pais eclesiais acreditavam que tinham surgido de Simão, o mágico, que aparece em Atos 8.9-24. O mandenismo é um exemplo de formação religiosa gnóstica na área persa. Subsequentemente o gnosticismo apareceu na Síria e em solo judaico, particularmente em Samaria, e lá assumiu coloração judaica. Foi esta a forma de gnosticismo existente por

volta do início da era cristã, e que os apóstolos encontraram com Simão, o mágico. Mas, não se pode dar certeza.

➤ Eusébio, em seus escritos, cita certo hegesipo que afirmava que o gnosticismo tinha origem, entre seitas no judaísmo.

➤ Irineu, Tertuliano e Hipólito dizem que o gnosticismo veio da filosofia grega, principal fonte, através de Platão, Aristóteles, Pitágoras e Zenão.

É certo que todas estas posições são especulativas, e que não se pode dar certeza do surgimento da doutrina gnóstica. Também não se pode dizer que há contradições, pois havia no gnosticismo pensamentos sincréticos opostos entre si.

Tratando de gnosticismo, é evidente que analisamos em geral como o pensamento surgiu no período cristão, na “heresia gnóstica” combatida pelos pais eclesiásticos. Ele, porém existia quando o cristianismo surgiu: era um fenômeno um tanto vago, uma doutrina especulativa da salvação com contribuições de várias tradições religiosas diferentes. Em certo ensino, sobre sua origem afirma que ele veio do oriente, com as influências das religiões babilônicas e persas. Afirma-se que:

O gnosticismo herdou o mito cosmológico (de Babilônia).

Herdou o dualismo extremado (da Pérsia).

5.3.2.3 O intento do Gnosticismo

Desejo de criar uma Teodicéia, ou seja, uma explicação para a origem do mal.

Desejo de criar um sistema filosófico em que mostrasse que Deus como espírito seria livre identificado no lado espiritual de sua natureza com a divindade.

Fazer uma síntese do Cristianismo com a filosofia helênica.

Paulo mostra em 1ª Coríntios que os gregos procuram pela sabedoria humana compreender a relação de Deus e evitavam a cruz que para eles era uma loucura.

5.3.2.4 A Doutrina Gnóstica sobre Deus

Dualismo – separação do mundo material com o espiritual. O dualismo observa estas duas substâncias, ou divindades: uma positiva e outra negativa.

Em virtude desse dualismo, o gnosticismo distingue o Deus supremo de uma divindade inferior. Foi essa divindade inferior que criou o mundo. Assim, eles ensinavam que Javé do Velho Testamento, que tinha poder criativo, era uma divindade inferior.

O Deus Supremo era concebido em termos completamente abstratos, como sendo uma essência espiritual última. Esse Deus não se podia ser associado a nada, pois era impossível de ser revelado.

Para os gnósticos o Deus supremo não podia ter criado o mundo, pois o mundo era mau e por isso deve ser essência algo inferior em que existia mal.

Assim, no Deus do Antigo Testamento havia maldade. Isso fazia com que os gnósticos tivessem aversão tanto no Antigo Testamento como também na Lei. Eles afirmavam que o homem pode encontrar percepções que o libertaria da sujeição a ela.

5.3.2.5 A Doutrina dos Aeons

a. Havia para os gnósticos aproximadamente 30 aeons que tinham emanado de Deus em processo Teogônico. Era assim uma doutrina baseada no platonismo, no neoplatonismo e panteísmo.

Processo Teogônico – nascimento dos deuses.

Panteísmo – vê todos os seres em Deus. É diferente do panteísmo que vê Deus em tudo, ou que tudo é Deus.

b. O mundo material deriva de um aeon baixo (Javé do VT) como resultado de uma queda.
c. O Deus supremo formava o primeiro aeon, conhecido “Abismo” (Buthos). Do “abismo” procederam o “silêncio” ou “ideia” (platonismo). Da “ideia” vem o “espírito” e a “verdade”. Destes dois últimos vem a “razão” e a “vida”.

d. Da “razão” e “vida” (logos e Zooeé) vem o “homem” e a “igreja” e mais dez aeons aparecem. “Homem” e a “igreja” juntos produziram 12 aeons, sendo o último a sabedoria (Sofia).

e. Todos os aeons juntos em atividade formavam o mundo do espírito, ou Pléroma, que contém o arquétipo do mundo material.

f. O último dos aeons caiu no Pléroma como resultado de ataque de paixão e ansiedade. Por causa dessa queda o mundo material veio a existir.

Deus supremo – Abismo

Silêncio – Ideia

Espírito – Verdade

Razão – Vida

Homem – Igreja – 10 aeons.

Platão afirmava que o mundo criado por um deus denominado demiurgo. Esse deus era uma criatura intermediária entre a natureza humana e a divina. No gnosticismo entende-se que o Deus Javé do AT é o mesmo demiurgo de Platão, pois é um aeon caído que criou a matéria. Esse é intermediário entre a natureza humana e a divina.

Cristo e o Espírito Santo surgiram de um dos aeons mais elevados

- Cristo tem a tarefa de restaurar ao Pléroma o aeon caído.
- Tinha a intenção de livrar as almas dos homens do seu cativo (o mundo material), conduzindo-o ao mundo espiritual;

Era a mostra de seu conceito de salvação, isto é, o homem era livre do mundo matéria era levado à esfera divina, de onde viera antes. Assim, a salvação consistia na libertação do homem da matéria para a união final com Deus, o mundo da luz, de onde viera.

5.3.2.6 A Salvação dos Gnósticos

A salvação era dada somente à parte espiritual do homem, a alma, que estava presa ao corpo.

A possibilidade da salvação esta em que os gnósticos tinham uma percepção (gnosis). Esta percepção era uma forma de sabedoria esotérica que dava conhecimento relativo ao Pléroma e o caminho que lá conduzia.

Para os gnósticos havia três tipos de homens:

Maniqueísmo ou hílicos – estes eram incapazes de adquirir ou utilizar o conhecimento que os levariam ao Pléroma e aos seus caminhos (gnosis). Está presa a matéria, estão sempre ao mal, às astúcias de satanás, às influências do reino das trevas, pelo que totalmente impossíveis de receber a redenção.

Psíquicos – era a categoria em que os cristãos estavam colocados. Estes poderiam adquirir o conhecimento necessário a salvação. Estão sujeitos a uma redenção inferior por meio da fé. Segundo eles nessa classe estão os profetas do Antigo Testamento e os homens bons de toda a sorte.

Pneumáticos – estes possuíam o poder necessário para obter o conhecimento e eram capazes de atingi-los. Só estes podiam ser salvos, e, portanto era ensinado uma espécie de predestinação. São os homens verdadeiramente espirituais. Segundo eles, o pneumático é o

super homem e isso se adquire via gnosis. O conhecimento é esotérico e mediado por artes mágicas, cerimônias e misticismo.

Segundo os pais eclesiásticos isto era uma forma de colocar os gnósticos com o nível acima da fé, pretendendo elevar o homem a uma esfera da divindade.

A salvação era obtida através dos mistérios característicos do gnosticismo.

Os principais mistérios eram o batismo e a ceia do Senhor, mas havia ainda outros ritos.

Através destes ritos se percebia os mistérios da salvação, contida no conhecimento superior.

Estes ritos místicos eram protetores contra os poderes que guardavam o caminho através do mundo espiritual.

Recebiam-se poderes através dos sacramentos, e isto os capacitava a vencer o mal e ascender o Pléroma.

Os gnósticos pneumáticos possuíam gnosis esotéricos e por isso só eles podiam ser salvos. Como os materialistas (hílicos) jamais seriam salvos. A eles estavam destinados a perdição eterna.

A salvação era dada a alma e por isso era necessário um viver ascético. O corpo por sua vez era considerado mal e estava destinado a desaparecer. Ele era então entregue ao libertinismo. Vale lembrar que no gnosticismo não havia lugar para a ressurreição.

Considerando o fato que o espírito nada tem haver com o material, pensava-se que as ações externas não tinham importância alguma. Alguns diziam que a independência da matéria só podia ser obtida quando a gente se entregava completamente às concupiscências da carne (libertinismo).

Assim, a salvação para os gnósticos não era baseada na fé cristã. Eles substituíam o crer pelo seu conhecimento superior. Nota-se em tudo isso uma especulação religiosa que ou rejeitava ou interpretava erradamente o conteúdo básico do cristianismo.

Negavam a ressurreição do corpo fundamentado na ideias de que o que é físico ou material é mau e não espiritual (ideia do seu dualismo).

Não havia escatologia. Ao invés de aceitarem a Segunda Vinda de Jesus, eles admitiam que a alma fosse ao Pléroma.

5.3.2.7 Sobre Cristo

Para os gnósticos este Cristo era o Salvador, pois foi ele quem trouxe o conhecimento da salvação do mundo. Porém, afirmavam que o Cristo era uma emanção, ou uma essência espiritual que emana dos aeons.

Cristo não possuía a forma de homem, mas apenas parecia ter corpo físico. Era apenas um fantasma (docetismo).

Afirmava que Cristo não sofreu e morreu.

Esta afirmação era decorrente da cristologia docética seguida pelos gnósticos. No docetismo se afirmava que Cristo não foi um homem real, mas que sua vida humana era apenas aparência. Dizem os docéticos que Cristo tomou o corpo humano temporariamente entre o batismo e o sofrimento na cruz. Na hora da morte Cristo deixou o homem Jesus morrer só, saindo dele.

A missão de Cristo era apenas ensinar uma gnosis especial que ajudaria o homem salvar-se por uma processo intelectual.

O Cristo verdadeiro não aceitava a humanidade autêntica de Jesus Cristo, diziam os gnósticos.

No gnosticismo a morte de Jesus Cristo não teve muita importância. Cristo apenas foi transmissor do conhecimento que o homem precisava para entrar no caminho da luz, de volta ao Pléroma.

A tarefa de Cristo é a de restaurar ao Pléroma o aeon caído e, ao mesmo tempo livras as almas dos homens de seu cativeiro ao mundo material.

5.3.2.8 Sobre o Espírito Santo

O Espírito Santo era considerado como uma energia de um dos aeons. Irineu afirmou que os gnósticos jamais receberam os dons do Espírito Santo, e que eles desprezavam os profetas.

O Espírito Santo se originou num dos aeons elevados.

O Espírito Santo era introduzido em sua mitologia como essência espiritual que emerge de um dos aeons.

5.3.3 MANIQUEÍSMO

Mani nasceu em cerca de 216 d.C, na Babilônia. Criou uma fé religiosa local que enfatizava o batismo e as purificações rituais. Seu pai era um visionário, ativo na seita, ao ponto dos historiadores suporem que o maniqueísmo seria um ramo do gnosticismo.

Com cerca de doze anos idade, Mani começou a ter experiências místicas. Ele estava convencido de que fora escolhido pela providência divina para cumprir uma missão especial na terra. De fato, chegou a se convencer de que era o profeta final, o Paracleto, que Jesus mesmo prometera que viria. Começou cumprindo sua alegada missão divina viajando para o noroeste da Índia, onde Sapu I, filho do rei sassânica, Ardshir, estava empenhado em manobras militares; e, foi ali que ele começou a pregar o novo evangelho. Foi Ardashir quem reconheceu, oficialmente, a nova fé, anunciada por Mani. Isso teve lugar em 243 d.C., um ano que os maniqueístas lembram como o seu Pentecostes. Várias viagens missionárias, seguiram-se, encontrando um notável sucesso, mediante os esforços de muitos missionários. Seguiram-se perseguições, e os seguidores de Mani foram dispersos. Mas isso serviu somente para levar os discípulos de Mani a outros territórios. Mani foi aprisionado e, em cerca de 277 d.C., foi executado.

5.3.3.1 Ideias distintivas do Maniqueísmo

a. Deus é um Deus teísta. Ele se revela aos homens. A revelação existe e Mani era um instrumento especial dessa revelação, sendo o prometido Paracleto.

b. Deus ter-se-ia revelado mediante a mensagem espiritual de servos escolhidos como Buda, Zoroastro e Jesus, mas Mani seria o último e maior desses servos de Deus.

c. Os eleitos entre os seguidores (aqueles que tornam sua fé especialmente a sério) seriam ascetas que se abstêm de carne, de qualquer ato de morte, até mesmo de animais e plantas, e que nunca mantêm relações sexuais.

d. Dualismo. Haveria duas raízes em existência, separadas, em conflito e irreconciliáveis. Uma dessas raízes é a luz, que resulta no reino da paz e da bondade. Seu dirigente é o diretor dos espíritos. A outra raiz são as trevas, um reino de turbulência e maldade, e seu governador e seus espíritos são seres e maus. Esse reino controla a matéria, pelo que tanto é mundano quanto diabólico. Deus é eterno, mas satanás (o contradéus) foi produzido por elementos tenebrosos. Originalmente, esses dois reinos existiam separados. Mas, finalmente, entraram em

choque. Infelizmente agora achamo-nos envolvidos nesse conflito. Deus produziu o homem primevo, como aliado para ajudá-lo nesse conflito. Porém, o homem primevo foi derrotado por satanás. Nosso mundo atual foi formado por poderes celestiais derivados dos caos resultante da mistura da luz com as trevas; e isso explica por que o mundo está em estado de confusão, e por que motivo nos vemos a braços com o problema do mal.

e. Redenção. No sentido estrito e absoluto, o reino do mal não pode ser derrotado, porquanto há dois princípios eternos e separados. No entanto, os homens ter a esperança de que haveria a separação dessas forças. Essa separação, até onde diz respeito a este mundo, dependeria dos esforços e dos atos humanos. É nesse ponto que entra a fé religiosa. Quando praticamos o mal, aumentamos o poder das trevas. Quando fazemos o bem aumentamos o poder da luz. Assim, quanto maior for o bem que pusermos em prática, mais estaremos separando o bem do mal. Se os homens se tornassem verdadeiramente espiritualizados, o que era alvo dos esforços de Mani, então essa separação tornar-se-ia uma realidade. Porém nem se deveria pensar em derrotar o reino do mal, no sentido de que o mesmo chegaria ao fim. Isso importa em um autêntico dualismo.

f. Jesus teria sido um grande profeta, e teria uma grande missão. Ele teria vindo para reverter as obras de satanás. Advertiu especialmente a humanidade contra o sensualismo, a mais poderosa das armas do reino das trevas. Jesus teria obtido algum sucesso, mas na sua missão não se completou. Por isso mesmo, outros profetas tiveram de ser enviados. O Paracleto (Mani) foi encarregado da última e maior missão. Ele e os demais têm cooperados em levar a divina gnosis aos homens.

g. A Responsabilidade Humana. Os homens fazem bem quando vivem como ascetas, porque, a fim de atacarem o mal, eles realmente precisam entrar na guerra. Aqueles que brincam, em vez de guerrearem, são sempre derrotados. A liberação da luz é ajudada por uma vida de ascética pureza. Mas é impedida por qualquer modalidade de idolatria, impureza de vida e desinteresse. A guerra contra o mal envolve o ser humano inteiro: o que ele é, o que ele diz e o que ele pensa e o que ele faz.

h. A fim de ajudar aos homens, aqueles que são verdadeiramente espirituais proveem para eles um método para subirem gradualmente até o rebanho dos eleitos. Nessa escalada há aqueles que são ouvintes ou inquiridores, dos quais não se pode esperar que, da noite para o dia, exerçam um esforço máximo no combate contra o mal. Ainda estão sendo ensinados a exercer esse esforço. É preciso reconhecer a debilidade em que os homens se acham, e não esperar muito deles, no começo.

i. A Comunidade dos Maquineus

1. Os eleitos. Esses são os verdadeiros combatentes, que estão lutando a sério contra satanás. Esses vivem no ascetismo, labutando para conseguir avançar o processo de separação, tornando-se pessoas separadas.

2. Os ouvintes. Esses seguem os ensinamentos maniqueístas, mas não vivem no ascetismo.

3. Os aderentes. Esses são os que estão se interessando pela fé, embora ainda, sem assumir responsabilidades mais sérias. Estão ainda sondando a situação.

CURIOSIDADES

Os eleitos entre o maquineus não podiam matar qualquer coisa, nem mesmo a vida vegetal. Por essa razão, os ouvintes tinham, de apanhar frutas e fazer colheitas (causando a morte das plantas), a fim de suprirem alimentos para os eleitos. Quem fosse maquineus nunca

ingeria carne. Os ouvintes também podiam casar-se e nem possuíam propriedades. Essas coisas só servem para desviar a atenção da vida espiritual.

❖ Por ocasião da morte, os eleitos ascendem mediante coluna da glória e avançando de uma condição para outra, a caminho da glória final, que é atingida no Reino da Luz. Os ouvintes precisam passar por um longo processo de purificação, se esperam tornarem-se eleitos. As almas dos ímpios nunca deixam atrair pela causa. Bem pelo contrário, elas são derrotadas na batalha. Ficam vagueando pelo mundo (mediante interminável reencarnação), até que chegue a grande conflagração mundial. Essa conflagração estender-se-á por mil e quatrocentos e cinquenta e oito anos. Então, os ímpios encontrarão seu lar no reino das trevas, com o qual insistiram em ter afinidade. Receberão, finalmente, o que vinham cultivando.

❖ Um caráter gnóstico. As fontes informativas árabes sempre afirmaram que Mani foi o sucessor extremista de dois grandes predecessores gnósticos ou semignósticos, a saber, o pontiano Márcion e o siritto Bardesanes. O dualismo de Mani fundamenta-se essencialmente sobre o dualismo do Zoroastrismo.

5.3.4 GRANDES RELIGIÕES DA HUMANIDADE

O Politeísmo – Crença em vários deuses, o animismo – atribuição de vida e poder mágico a animais e coisas e o culto dos ancestrais foram características comum a maioria das religiões do paganismo. No Egito, na Babilônia, Grécia ou em Roma, a religião, além de um esquema interpretado do universo, constitui fundamento para a hierarquia social, estruturando a disciplina e submissão do povo às classes dominantes.

EGITO – A religião egípcia era ricamente politeísta, e cada cidade tinha seus deuses próprios com o tempo, houve um processo amálgama, em que os deuses menores foram apresentados como formas diferentes de manifestação de divindades mais importantes. As teofanias – deuses com corpo de homem e cabeça de animal eram frequentes. Em consequência disso, tinham muito destaque o culto aos mortos e a crença na metempsicose (a reencarnação), o que explica a sua preocupação com o embalsamento dos cadáveres e com a construção de túmulos luxuosos.

GRÉCIA – Os gregos tinham um politeísmo antropomórfico, com numerosos deuses e deusas com forma e caráter humanos. O paganismo grego era uma religião nitidamente hedonista, sem muita preocupação com a vida após a morte, embora existisse a noção dualista de céu e inferno e suas cerimônias religiosas limitavam-se a sacrifícios com animais e a festivais dos quais os mais importantes eram a Panatenéias, Antestéria, Targélia e Herera.

BABILÔNIA E ASSÍRIA – As divindades antropomórficas dos babilônios eram encarnações das forças da natureza. Cada cidade tinha seu patrono, mas havia duas tríades cujo culto era geral. O protetor da Babilônia era o deus Marduk (ou Baal), tido como o criador de todos os outros deuses. A mais importante de todas as deusas era Ishtar (ou Astarté), a divindade do amor, em cuja honra praticava-se em Mítilia, a prostituição ritual. A religião da Assíria originou-se da Babilônia; mas para eles o deus supremo era Assur, de quem dizia-se que os reis do país descendiam.

ROMA – A religião dos primitivos romanos era um animismo rústico, marcado pelo temor ao sobrenatural. Os deuses principais eram Jano, que via o passado, e o futuro, o Lares, espíritos protetores do antepassado e Júpiter o deus do céu. A alma dos mortos era venerada em festas como a Lemúria e Parentália. Outras festas, como a Saturnália e a Lupercália, eram ocasião de sacrifício propiciatório, pedindo a paz, as chuvas ou boas colheitas.

5.3.4.1 HINDUÍSMO

Conhecido por seus seguidores como Santana Dharma (a religião eterna), o hinduísmo é atualmente a religião de grandes partes da população da Índia.

O hinduísmo não possui organização eclesiástica e não existem crenças ou práticas comuns a todos os hindus. É politeísta ao extremo, sendo adoradores centenas de milhares de deuses e mesmo algumas formas de vida animal. As divindades principais são Brahma, espírito criador inalcançável, Shiva e Vishnu, deuses populares que geraram inúmeros cultos.

Os hindus acreditam na divindade da alma e na harmonia de todas as religiões. A vida é considerada uma série de vidas, e nela a posição do homem é determinada por seu Karma, ou feitos de vidas anteriores. A casta social onde o indivíduo nasce é, portanto, indicação de seu status espiritual. Almeja-se a libertação dos ciclos de reencarnações em várias formas humanas e animais, através da própria absorção pelo Absoluto. O ascetismo e a disciplina da ioga são praticados com o intuito de atingir essa libertação.

Não existe um Canon definido de livros sagrados.

Para o homem comum, o hinduísmo significa também a observação cuidadosa de regras quanto à alimentação e ao casamento, peregrinações a rios e lugares sagrados, participação nas celebrações e adoração nos templos e locais santos, encontrados em cada aldeia. O acesso à verdade suprema, não advém da aceitação em certos dogmas, mas do culto e da prática religiosa.

Durante séculos o hinduísmo produziu numerosos movimentos de reforma, entre eles o budismo e o sikkismo.

5.3.4.1.1 Derivações do Hinduísmo

Meditação Transcendental – é uma técnica de relaxamento que visa a eliminar o stress e a tensão atingindo-se o chamado estado de consciência pura. Repetindo mentalmente o mantra, fórmula ritual, o meditante esvazia a mente de forma a atingir o nível mais abstrato da atividade mental, chamado de silêncio interior. Acredita-se que esse exercício desenvolve a inteligência e a criatividade, diminui a ansiedade, faz desaparecer as doenças psicossomáticas, torna mais rápidos os reflexos, ajuda a eliminar o uso de fumo, álcool e drogas e retarda o processo de envelhecimento.

Hare Krishna – considera Krishna como deus único, criador universal e última morada do espírito do ser humano com a divindade através da elevação espiritual e que prescinde de dogmas, rituais, organização eclesiásticas e autoridade espiritual. Prega que o homem só pode realizar-se plenamente libertando-se de condicionamentos impostos ou adquiridos, o que ele só conseguirá através de uma tomada de consciência aguda e imparcial de todos os seus pensamentos, sentimentos, desejos e medos.

Teosofia – propõe um tipo de meditação que faz a síntese de pensamentos hinduístas e budistas.

Templo da União Universal – é uma técnica de meditação que associa princípios do hinduísmo, do budismo e do cristianismo, e prática a mahaioga, exercícios respiratórios como o objetivo de “fazer com que o homem volte a entrar em sintonia com a sua substância divina”, tem sete princípios fundamentais: trabalho, verdade, moral, compaixão, devoção, meditação e firmeza de objetivos.

Seita Rajnish – considera a prática da ioga sexual como uma forma de libertação as energias vitais do indivíduo.

5.3.4.2 JUDAÍSMO

Uma das religiões mais antigas do mundo, e está na origem do Cristianismo e do Islamismo.

Embora o judaísmo não tenha credos específicos, suas escrituras sagradas, leis, profecias e tradições refletem 3.500 anos de vida espiritual. O texto religioso básico é a Torá. Outras obras importantes são o Talmud (coleção de leis que inclui o Mishná, compilação em hebraico das leis orais, e o Gemara, comentários dessas leis, em aramaico, feitos pelos rabinos)

A base do judaísmo é a crença no Deus vivo, transcendente, onipotentes e justo e que se revela a humanidade. Essa doutrina está ligada à concepção de fraternidade entre os homens e o conhecimento religioso é considerado inseparável da injunção ética de “praticar a justiça, amar a misericórdia e caminhar humildemente no caminho do Senhor”. O elaborado sistema de leis e rituais do judaísmo, bem como as estritas normas alimentares – todos eles originados de preceitos higiênicos e pragmáticos conferem um significado sagrado a todos os aspectos da vida quotidiana.

Os judeus possuem em clero organizado e observam o SHABBATH, que vai do pôr-do-sol de sexta-feira ao pôr-do-sol de sábado e é celebrado com rezas e leituras nas sinagogas, entre as grandes festas judaicas, destacam-se a Páscoa, o Pentecostes, o Ano-Novo, o dia do Perdão e a Festa dos Tabernáculos. Numerosas seitas e movimentos como a dos saduceus e fariseus, foram gerados no início da era cristã.

5.3.4.3 ZOROASTRISMO

Possui uma teologia dualista baseada na luta entre o espírito do bem e o espírito do mal. A vitória final será totalmente do espírito do bem, mas para isso é preciso que o homem colabore pondo em prática o triplo preceito zoroástrico: boas palavras, bons pensamentos e bons atos. Com suas boas ações, diz Zen-aveste, o texto sagrado do zoroastrismo, o ser humano irá construindo uma ponte para o paraíso, que será tanto mais larga e sólida quanto mais justa tiver sido sua vida.

Os atributos básicos do espírito do bem se manifestam através de virtudes que se podem alojar na alma e ser exercidas pelo homem. Essas virtudes estão divididas em dois grupos de três:

As masculinas – ASH – impulso para o bem; VOHUMANO – impulso do amor e da fraternidade; KSHATHRA - a criatividade,

As femininas – ARMAITI – a fé em Deus; HAURVATAT – o impulso para a perfeição; AMERETAT – o desejo da imortalidade.

Em seus tempos, os zoroastristas mantinham, acesa uma chama que era o símbolo da centelha divina que está presente na alma do homem.

O zoroastrismo foi a religião o Império Persa, principalmente durante a dinastia Aquemênida, perdendo sua supremacia após a invasão de Alexandre, o Grande (330 a.C.), que mandou queimar os pergaminhos originais do Zend-avesta.

5.3.4.4 TAOÍSMO

Constitui-se um sistema filosófico (TAOCHIA) e de uma doutrina religiosa (TAOCHIAO), ambos originários do Taotekking, livro atribuído a Laotese, em que se afirma que viver de acordo com o Tao (caminho para o bem) significa obedecer aos impulsos naturais

e afastar-se de todas as artificialidades. A filosofia taoísta rejeita a paixão e o esforço humano, acredita que o excesso de educação só serve para tornar o homem descontente e cômico de sua miséria, e vê a passividade e a harmonia com a natureza como virtudes maiores. A ética taoísta tem pontos de contato com a budista. Seus cinco preceitos são: não matar, não tomar bebidas alcoólicas, não mentir, não roubar e não cometer adultério. E suas dez virtudes são: o amor filial, a lealdade aos governantes, a ternura para com todos os seres, a paciência para com os pecadores, o auto-sacrifício, a disposição para ajudar os mais pobres, o desejo de promover o bem-estar libertando os escravos e plantando árvores, abrindo poços e estradas, ensinando os ignorantes, estudando as santas escrituras e fazendo aos deuses oferendas adequadas.

5.3.4.5 CONFUCIONISMO

Mais uma filosofia ou sistema ético do que uma religião o Confucionismo, conhecido pelos chineses como JUCHAIO (os ensinamentos dos sábios), influenciou profundamente as formas de pensamento, educação e governo chineses durante 2 mil anos. Seu fundador foi King Futsé (Confúcio). Insatisfeito com a instabilidade política e com as injustas condições de vida do povo, ele se propôs em seus escritos uma série de reformas baseadas na redução dos impostos, no estabelecimento de punições mais brandas e na criação de uma máquina estatal baseada nas responsabilidades morais mútuas entre o governante e governado.

O conceito central da ética confucionista é o Jen, palavra que originalmente designava a benevolência dos governantes e que passa a indicar o exercício do amor e da bondade. O saber, a sinceridade, o cultivo da vida interior, a harmonia na vida familiar e nas relações sociais e a paz mundial são os objetivos básicos desse sistema filosófico, que dispensa igrejas, clero ou dogmas. Para ele o homem é bom, e possui um livre arbítrio, e a virtude é a sua maior recompensa. “o homem superior” é o homem culto capaz de seguir e fazer seguir o “caminho do meio”, o da moderação em todas as coisas. Confúcio estava mais voltado para este mundo do que para a contemplação do sobrenatural, mas, ao mesmo tempo, aceitava e incentivava o culto aos ancestrais como uma forma de valorização da gratidão e respeito filiais. Para esse fim, construíram-se templos onde se realizavam rituais de sacrifício.

5.3.4.6 BUDISMO

Insatisfeitos com o formalismo da religião hindu e disposto a encontrar uma explicação para o sofrimento humano, o príncipe Sidarta Gautama, deixou sua família e viveu como um eremita durante sete anos. Após 49 dias de meditação, sentado sob uma figueira sagrada, na aldeia de Budgaia, no norte da Índia, Sidarta recebeu uma iluminação a de que o sofrimento é causado pelo apego às coisas do mundo e que só pode ser eliminado através da disciplina mental e de uma correta forma de vida. Adotando o nome de Buda (O Iluminado), iniciou sua pregação, enviando os primeiros adeptos da Sangha, a ordem monástica budista, para difundir os seus ensinamentos.

Buda afirmava que o caminho que leva à superação do sofrimento e da tristeza é o caminho do meio entre a austeridade e a sensualidade, e que é o necessário conscientizar-se das Quatro Verdades Básicas: a existência implica sofrimento; o sofrimento resulta do desejo; o desejo pode ser destruído; e para fazê-lo basta seguir os oito caminhos; a prática justa e correta de ideias, desejos, fala, conduta, meio de vida, esforços, atenção e meditação.

Os ensinamentos de Buda formam mais um sistema ético e filosófico do que uma religião. Mas a lei do Karma prega que as ações de uma pessoa nesta vida determinam suas con-

dições em reencarnações futuras. O objetivo máximo é atingir o nirvana, o estágio em que, iluminados, nos libertamos do mundo e o ciclo das sucessivas reencarnações pode chegar ao fim.

5.3.4.6.1 Derivações do Budismo

Lamaismo – religião dominante do Tibete, originada no século VII, ao budismo maai-an, associado aos cultos mágicos locais e ao tantrismo, e cujo chefe supremo é o Dalai-Lama.

Zen-budismo – baseia-se na prática da meditação sem objetivo, insistindo nos exercícios de postura e de respiração, partindo do princípio de que o corpo é dotado de uma intuição e de uma sabedoria própria que devem nortear o indivíduo em sua vida quotidiana.

Nichiren Shoshu – movimento cívico baseado na prática dos princípios zen. Baseia-se na ideia de que a meditação leva ao pleno desenvolvimento do ser, uma realização individual que também levará a prosperidade do conjunto da humanidade.

Seicho-no-iê – é uma religião do otimismo, que prega a integração de todas as religiões e afirma que Deus está presente dentro do coração do homem. Procura mostrar o caminho para a felicidade através da harmonia consigo mesmo e com a sociedade em que vive, e visa a aumentar no indivíduo a consciência de que ele possui potencialidades infinitas; seus princípios básicos são o respeito aos pais, a adoração a Deus e a gratidão no recebimento dos bens que nos forma concedidos.

Perfect Liberty – sua doutrina baseia-se em “21 preceitos de comportamentos” inspirados na filosofia do zen-budista, dentre os quais selecionamos os seguintes, tidos como muito expressivos:

“O homem em si é a manifestação de Deus.”

Todos os seres humanos são iguais na condição de serem expressões de Deus. Baseie-se, nas coisas que fizer, inteiramente em Deus.

Tudo existe em prol da paz mundial.

Esteja sempre decidido para uma escolha certa, perante a bifurcação do bem e do mal.

Entre imediatamente em ação assim que perceber a necessidade.

Viva dentro da Perfeita Liberdade.

Igreja Messiânica Mundial – é a religião do Johrei (purificação do espírito) ou da “oração em ação”, que prega o princípio de que “a verdade, a virtude e a beleza trazem saúde, prosperidade e paz” e de que o homem não deve buscar a salvação apenas para si próprio, pois, para ser feliz ele deve pensar em construir a felicidade alheia.

5.3.4.7 ISLAMISMO

O nome islã (ou islame) é expressivo para o muçulmano, pois significa rendição ou entrega a Alá.

Maomé é considerado o maior profeta do povo islâmico e o fundador de suas doutrinas. Ele casou-se com uma mulher rica e por causa disso entregou-se ao retiro da meditação. Dizem que Maomé recebeu visões os quais apareceu o Arcanjo Gabriel que lhe ditou o “Alcorão” e lhe deu uma missão de fundar uma nova religião.

As três fontes de ensino e orientação

Sagrado Qur’ân (Alcorão) que segundo se diz, foi revelado a Maomé pelo anjo Gabriel. Para eles é o seu código moral, social, político e religioso.

Hadith ou Sunna – “os atos, as declarações e a aprovação tácita do profeta. É um registro de uma ação de dizeres do profeta.

A Xariah ou lei canônica – baseada em princípios do Qur’ân, regula toda a vida do muçulmano, em sentido religioso, político e social. “Todos os atos do homem são classificados em cinco categorias legais.

O que é considerado dever absoluto (fard), envolvendo recompensa por agir ou punição pó deixar de agir.

Ações elogiáveis ou meritórias (musthabb), envolvendo recompensa, mas não punição por omissão.

Ações permissivas (jaiz, mubah), que são legalmente indiferentes.

Ações repreensíveis (makruh), que são desaprovadas, mas não puníveis.

Ações proibidas (haram), cuja pratica exige punição.

5.3.4.7.1 Suas principais Doutrinas

O monoteísmo absoluto – crença num Deus único, Alá. Surata 23;116;117.

Crença na imortalidade da alma – Surata 39.42.

Crença na ressurreição do corpo – Surata 75.1,3,6,40.

Crença em anjos – Surta 2.177.

Crença em muitos profetas, mas numa só mensagem. Adão foi o primeiro profeta. Outros incluem Abraão, Moisés, Jesus e o “Póstremo os Profetas”, Maomé – Surata 4.136; 33.40.

Crença num dia do Juízo – Surata 15.36.

Crença na onisciência e prenisciência de Deus e na Sua predeterminação de todos os eventos. Todavia, o homem tem liberdade para escolher as suas ações. As seitas islâmicas estão divididas quanto a questão do livre arbítrio – Surata 9.51.

Permite-se o divórcio, a poligamia e a escravidão. – Surata 4.3.

Proíbe-se a carne de porco.

5.3.4.7.2 Os cinco pilares da observância (Obrigações)

Repetir o credo (chahada). Não há deus senão Alá. Maomé e o mensageiro de Alá. Surata 33.30.

Oração (salaf) voltado para Meca, cinco vezes ao dia. – Surata 2.144.

Caridade (zakah), a obrigação de dar uma porcentagem do que se ganha e do valor de certos bens. – Surata 24.56

Jejum (sawn), especialmente durante a celebração de Ramadã, que dura um mês. – Surata 2.183-185.

Peregrinação (hajji) pelo menos uma vez na vida. Todo muçulmano varão tem de fazer uma jornada a Meca. Apenas a doença e a pobreza são justificativas lícitas. – Surata 3.39.

5.3.4.8 XINTOÍSMO

Esta religião japonesa surgiu da adoração da natureza e dos ancestrais, em alguma época anterior do século IV, quando apareceram os primeiros escritos. Em chinês SHINTO equivale a “caminho do ou para os deuses” e a religião surgiu na época em oposição ao budismo, que era então importado do continente chinês.

O Xintoísmo é fundamentalmente um conjunto de costumes e rituais, do que um sistema ético ou moral. Seus seguidores participam de festas e peregrinações e valorizam a higiene corporal.

A religião possui um complexo de Kami, ou divindades, entre elas a deusa do sol, conhecida como “governante dos céus”. Também venerados os imperadores deificados, espíritos guardiões da família, heróis nacionais e divindades de árvores, rios, cidades e fontes de água.

Os lugares sagrados variam de pequenas capelas à beira do caminho até grandes santuários nacionais, construídos dedicados às divindades. Cada casa xintoísta tem um altar sagrado no qual está colocado um santuário de madeira em miniatura, contendo tábuas em que estão inscritos os nomes dos ancestrais venerados.

5.3.4.9 ESPIRITISMO

Uma filosofia religiosa, o espiritismo baseia-se na crença, da sobrevivência das almas e na possibilidade de através dos chamados médiuns, elas estabeleçam contato com os vivos, transmitindo-lhes conhecimentos que lhes permitam aperfeiçoar-se moralmente. As tentativas de comunicação com os mortos datam da mais remota antiguidade, mas foi só na segunda metade do século XIX foi estruturado em termos teóricos. Deve-se essa condição ao trabalho de diversos estudiosos dos fenômenos sobrenaturais, dos quais se destaca León Hippolyte Denizard Rivail, que sob o pseudônimo de Allan Kardec, reuniu os princípios essenciais da doutrina.

São postulados fundamentais do espiritismo: a existência de Deus como inteligência cósmica, criadora do universo e de quem depende o seu equilíbrio; a existência da alma que se acredita estar envolvida num corpo espiritual (o perispírito) que, após a morte conserva a lembrança de todas as experiências terrenas; a crença na palingenesia – ou – reencarnação -, através da qual os espíritos vão evoluindo gradativamente no plano intelectual e moral, redimindo-se dos erros cometidos em vida; e a lei do Karma, que determina os destinos sucessivos do espírito, de acordo com os atos que praticou em sua existência terrestre. Essa concepção da condição humana estipula, portanto, que cada indivíduo é responsável, diante de sua consciência, pelo reino que imprimirá a seus destinos futuros. O ciclo evolutivo espírita supõe ainda o acesso a um grau de aperfeiçoamento que torne desnecessária a reencarnação, facultando à alma a bem aventurança da eternidade.

5.3.4.10 CRISTIANISMO OU CATOLICISMO

A teologia cristã tradicional considera que Jesus é o Filho de Deus, a segunda pessoa da Santíssima Trindade, que se tornou homem e veio ao mundo para salvá-lo através da pregação de sua doutrina, foi crucificado, ressuscitou, subiu ao céu e, voltará no momento do juízo final, para julgar toda a humanidade. A ética cristã pode resumir-se em momento de juízo final, para julgar toda a humanidade. A ética cristã pode resumir-se em seu mandamento central: “AMAR A DEUS SOBRE TODAS AS COISAS E AO SEU PRÓXIMO COMO A SI MESMO”. O caráter missionário da religião cristã foi decidido no Conselho de Jerusalém (49 d. C.). o governo imperial (Roma) moveu contra os antigos cristãos severas perseguições, desde 64 d.C. até 313, ano em que Constantino já se tinha tornado a religião predominante, resistindo inclusive á tentativa feita por Juliano, o apóstata, de restaurar o paganismo.

Durante séculos, a Igreja dói dividida por controvérsias teológica que deram origem as doutrinas heréticas. As principais foram a dos Arianos – que negavam a divindade plena do Filho; a dos Nestorianos – que afirmavam ser o lado humano do Cristo mais importante que o divino e a dos Iconoclastas – que destruíam as imagens dos Santos, por temer que elas fossem adoradas como os deuses do paganismo. Foi necessário que se convocassem os concílios ecumênicos, assembleias gerais dos bispos de todo o mundo cristão, para definir as questões teológicas fundamentais; a divindade de Cristo (Nicéia I); a igualdade do Espírito Santo com as outras duas pessoas da Trindade (Constantinopla I) e as questões de organização eclesiásti-

ca como o celibato clerical (Latrão II) e a legislação que regula a eleição papal e a nomeação dos bispos(Latrão III).

Duas importantes cisões, ambas tendo por base uma revolta contra a autoridade centralizada do papado, dividiram o cristianismo: a da igreja Oriental ou Ortodoxa e da Reforma Protestante.

Catolicismo Romano – Os católicos são só que reconhecem o papa como o representante de Cristo na terra, e consideram sua Igreja Uma, Santa, Católica e Apostólica. A maioria segue o ritual latino; mas há também algumas igrejas orientais, chamadas Uniatas, que aceitam à autoridade papal, mas conservam sua própria liturgia e organização, permitindo, às vezes, até que o celibato clerical não seja observado.

Além da bíblia, os católicos aceitam também os ensinamentos que, recebidos pelos apóstolos, foram desenvolvidos posteriormente pela comunidade cristã e formulados tanto pelos concílios quanto pelo papa. Tem valor dogmático todas as declarações que este faz ex cathedra, isto é, investido de seus plenos poderes como sucessor de Pedro. São exemplos recentes de artigo de fé as doutrinas da infalibilidade papal (1870) e da Assunção da Virgem Maria (1950). A santidade da igreja afirma-se em seu poder de, através da Eucaristia e Celebração da missa. A santidade da igreja afirma-se em seu poder de, através da Eucaristia e celebração da missa, reviver o sacrifício de Cristo pelos homens. Outros seis sacramentos são:

O Batismo – que elimina o pecado original e permite ao individuo ingressar na comunidade cristã.

O Crisma – que confirma nessa fé.

A Confissão e a Penitência – através das quais ele obtém perdão para seus pecados.

O Matrimônio, a Ordenação – para investidura dos sacerdotes.

A Unção dos Enfermos – para os agonizantes.

Outra prova da santidade da igreja é a sua capacidade de produzir seres cujas virtudes e devotamentos à prática do bem valeram-lhes o direito à canonização e as ser venerados como santos.

A figura-chave na hierarquia da Igreja é o bispo, que tem poder de ordenar e crismar.

Igrejas Ortodoxas Orientais – Separadas da Igreja Católica Romana desde 1054, as igrejas ortodoxas orientais consideram-se as verdadeiras herdeiras da Igreja Católica original e sua unidade teológica e estabelecida pelos decretos dos sete primeiros concílios ecumênicos (de 325 a 787).

A teologia ortodoxa fundamenta-se mais na filosofia grega que nas tradições romanas e seus credos definem-se como atos de adoração ao invés de padrões de crença. Além da Bíblia, os textos de patriarcas como são Basílio, o Grande, são Gregório Naziazento ou São João Crisóstomo são grandemente reverenciados. Além de não reconhecer a autoridade papal, os ortodoxos rejeitam a cláusula filioque do Credo de Nicéia, segundo a qual o Espírito Santo procede também do Filho, e não apenas do Pai; não praticam o sistema das indulgências; veem em Maria a mãe de Deus, mas negam o dogma da Imaculada Conceição; veneram os ícones e relíquias, mas proibem todas as imagens esculpidas, exceto o crucifixo. Os padres ortodoxos podem casar-se antes de sua ordenação. Os monges devem permanecer solteiros, e os bispos são escolhidos entre o celibatário. A liturgia é muito elaborada, dando grande importância ao canto e ênfase ao jejum.

5.3.5 TEORIA DA EVOLUÇÃO

Darwin não inventou a ideia da evolução, Em “The Principes of Geology”, Sir Charles Liell explicou a atual condição da superfície da terra ao postular um processo paulatino de desenvolvimento. Em 1844, um livro anônimo estendeu a ideia da evolução da geologia para totalidade de vida animal. O próprio avô de Darwin, tinha sustentado uma doutrina da evolução.

Charles Darwin, nasceu em 12 de fevereiro de 1809, faleceu em 19 de abril de 1882. Começou a sua carreira como estudante de medicina em Edimburgo, não tendo sucesso, voltou-se para a teologia em Cambridge. De 1831 a 1836, trabalhou como naturalista na expedição de levantamento de dados perto da costa sul-americana no navio “Beagle”. A viagem lhe forneceu matéria básica para sua teoria.

Darwin, em 1859 publicou o livro “Origem das espécies”. A primeira edição foi totalmente esgotada no dia de sua publicação. Karl Max leu o livro de Darwin em 1860 e comentou que o livro de Darwin era muito importante e lhe serviu como base na ciência natural para a luta na história humana.

5.3.5.1 Definição

Teoria biológica, que admite a transformação das espécies. Todas as formas de vida existente têm uma origem em um único ser protótipo.

Duas partes principais na teoria da evolução de Darwin: A ideias de Evolução e a Seleção Natural conforme a descrição mais comum da ideias, “a sobrevivência dos mais aptos”.

5.3.5.2 Refutação

Como pode a vida surgir da matéria inanimada? Como as aves podiam descender dos repteis? Os mamíferos dos quadrúpedes? Os quadrúpedes dos peixes? O homem do macaco? A teoria da evolução como é bem chamada, não passa de “teoria”, é um conto de fadas. É uma farsa e contradiz a ciência e a Bíblia.

Argumento bíblico

As escrituras declaram que Deus criou os céus e a terra e tudo o que nela há. Gn 1.1; Cl 1.16.

As escrituras declaram que Deus criou o homem. Gn 1.27

Deus formou o corpo humano da terra. Gn 2.7.Jó 33.6.

Deus fez a geração humana de um só homem. Gn 1.28. At 17.26. Rm 5.12.

Deus fez todas as coisas conforme a sua espécie. Gn 1.24,25.

A Bíblia declara que tudo permanece como foi criado. 2ª Pe 3.4.

Argumento Morfológico

A ciência que estuda a estrutura do corpo humano. “O homem é muito distinto do animal.”

Argumento Osteologia

A ciência que estuda a estrutura dos ossos. “Há grandes diferenças entre o braço de um macaco e um braço do corpo humano. Nenhum animal de ordem inferior tem a mão com o dedo polegar.”

Argumento dos Fósseis

Todos os animais produzem segundo a sua espécie. A paleontologia não conhece antecedentes do homem. Ate hoje a ciência está procurando e elo perdido. Quem sobreviver verá.

Argumento da Arqueologia

As escavações dos arqueólogos têm provado que as civilizações dos mais antigos tempos conheceram essencialmente as mesmas formas de vida que conhecemos hoje em dia.

Argumento da Capacidade Mental

O homem é criação especial, o único que possui raciocínio, memória, sentimentos, emoções, etc. um passarinho pode cantar um cântico que possui por natureza, mas somente o homem pode compor uma música.

A Lei Científica da Causa e do Efeito

Segundo esta lei, o efeito não pode ser maior que a causa.

5.3.5.3 Diferença entre Evolução e Criacionismo

EVOLUÇÃO	CRIACIONISMO
Naturalistas	Sobrenatural
Autossuficiente – tudo é explicado em termos evolutivos, sem a necessidade de qualquer agente externo ao universo.	Dirigida – a criação é governada pelo criador.
Destituída de propósito – a evolução é um mero produto do acaso.	Dotada de propósito – o criador criou o universo para certo fim.
Constante – o universo encontra-se em plena evolução.	Concluído – Gn 2.1-3
Todas as formas de vida tiveram origem em um único ser protótipo.	Segundo a mesma espécie.

5.3.6 TEOSOFIA

A palavra Teosofia é derivada de duas palavras gregas TEOS (Deus) e SOFIA (sabedoria), e quer dizer sabedoria de Deus.

Ela se apresenta como sendo uma descoberta da sabedoria divina, excluindo a revelação de Deus através da Bíblia, a inspiração, o estudo e até mesmo a revelação pelo Espírito Santo.

A Teosofia crê ser Deus um ser impessoal identificado com a humanidade. Deste modo, ela se mostra como um sistema panteístico e esotérico que acredita possuir a chave do conhecimento divino.

Assim, a Teosofia contemporânea se apresenta como a síntese das religiões, reduzindo-se a uma mescla de espiritismo, ocultismo e misticismo hinduíta.

Ela procura unir a religião, a filosofia e as ciências, somando-as com uma parte de seu misticismo. Orgulham-se deste modo de possuírem as chaves da sabedoria, mais ele se aproxima da divindade.

5.3.6.1 Historia do Movimento Teosófico

Sua origem histórica é conhecida como sendo em 1875, mas suas crenças remontam a séculos, sendo oriundas do Oriente, mais especificamente da Índia e do Tibete.

A Sociedade Teosófica Americana foi fundada em 1875, na cidade de Nova York por Helena Petrovna, nascida na Rússia em 1831. Esta era uma mulher intolerante e tinha um temperamento explosivo. Casou-se aos 16 anos com um general czarista, Blavastsky, que tinha 70 anos. O casamento durou apenas três meses. Ela o abandonou.

Desde cedo, Helena Petrovna se interessava por histórias de demônios, de terror, de fantasmas. Quando sua mãe morreu, Helena foi morar na casa do avô, num antigo castelo onde muitas tragédias haviam acontecido na antiguidade. Sua diversão era ficar cavalgando e caçando mariposas, ou ficar num dos quartos do porão que era cheio de ossos de pessoas que antes haviam sido torturadas. Neste ambiente ela lia livros de temas sobrenaturais.

Pessoas que conheceram pessoalmente Helena Petrovna afirmaram que ela tinha tal poder de comunicação que seus colegas chegavam a entrar em transe quando ela contava suas histórias mirabolantes. E, a medida que crescia, afirmava dons de mediunidade, chegando mesmo a ficar possessa de um demônio chamado João King por um período de dez anos. Conseguiu sair da prisão por fuga, viajando para o Egito, onde veio a conhecer um muçulmano de origem copta, vivendo com ele vários meses. Ele famoso como mágico e ocultista de grande talento. Do Egito, Helena viajou por vários países, durante vários anos. Interessou-se pelas religiões místicas e estudou-as no Tibete, na Índia, na América e em vários outros lugares. Chegando a Nova York, esteve nas sessões espíritas de Douglas Home. Em Paris fez contatos com o próprio Alan Kardec, fazendo também amizade com os mais importantes hipnotizadores.

Helena Petrovna continuou suas viagens, indo ao México e para o Texas, onde se mistura com um bando de alcoólicos aventureiros e violentos. Seu intento era o de observar o mecanismo mental deles, tirando posteriormente às conclusões do que os fazia ficar em tais condições. Viajou posteriormente a Londres, aonde veio a conhecer o sábio hindu Kut Humi Lal Sing (nome místico tibetano). Este fez a predição de que ela fundaria a sociedade teosófica.

Helena Petrovna residiu por algum tempo em Nova York onde fundou a Sociedade Teosófica Americana juntamente com dois homens que criam fortemente na Teosofia. Eram eles: Henry Steele Olcott e William Judge.

A sociedade inicialmente era formada por um grupo de estudos que se aprofundava nos conhecimentos sobre filosofia e religião comparada. Contudo, a ênfase era dada segundo os pensamentos Orientais. Suas pretensões não eram a de ser uma nova religião ou filosofia, mas uma doutrina universal e síntese da sabedoria humana. Para isso, havia três objetivos fundamentais:

- Formação de um núcleo de fraternidade universal da humanidade sem distinção de raça, credo, cor, sexo ou classe.
- Incentivar o estudo da religião, filosofia e ciências.
- Investigar as leis desconhecidas da natureza e os poderes latentes do homem.

Em 1878 a sede da teosofia é transferida para Adyar, na Índia. É em Adyar e Bombaim que são estabelecidas os fundamentos sólidos teosóficos.

Entre 1875 e 1888, Helena Petrovna publica seus dois livros: Isis Sem Véu e Doutrina Secreta. Este último foi publicado na Inglaterra. Ele dizia que havia sido inspirada pelos Mahatmas tibetanos, que forma os seus iluminadores na iniciação. Afirmava que se comunicava com estes Mahatmas apesar de eles já estarem no nirvana. Estes optaram por comunicar-se com pessoas, auxiliando-as na tarefa de também atingirem progresso espiritual.

É iniciada a publicação do periódico “O Teosofista”, em 1879 e em 1887, Helena Petrovna volta para a Inglaterra obtendo sucesso entre os intelectuais. Foi com a formação de uma sessão esotérica, com estudos sobre o ocultismo que os princípios fundamentais da teosofia se propagaram na Inglaterra e na Irlanda.

Em 1887 é organizada a revista “Lúcifer” em Londres.

No dia 8 de maio de 1891 Helena Petrovna morre com 60 anos de idade. Ela morreu gorda e inválida. Annie Besant se tornou a nova líder da Teosofia.

Em 1891 Annie Besant se instala na Índia, em Benares, e funda o Colégio Hindu de Benares. Mais tarde este colégio se transforma em Universidade.

Annie era uma mulher extremamente inteligente e chegou a ter uma extraordinária produção literária entre os anos 1895 a 1907, com mais de sessenta obras publicadas. Ela fazia ainda de 200 a 3000 discurso por ano.

Mas, no início de sua gestão frente a Sociedade Teosófica Annie enfrentou oposição, fazendo a Sociedade perder pelo menos um de seus membros, que tinha, insatisfação pela escolha da sua nova presidente. Os esforços de Annie Besant fez a Sociedade Teosófica voltar a ter vigor e a adquirir novas adesões.

Em 1916 Annie cria a Liga dos Filhos da Índia, sendo sua presidente. Edifica em Adyar um enorme templo. Nesta mesma cidade a biblioteca de Adyar se transforma num dos centros espirituais do mundo, com aproximadamente cinquenta mil volumes e mil manuscritos valiosíssimos, que inclui a mais rica influência na Índia. A influência foi tanta que em 1917 ela foi eleita presidente do Congresso Indiano, atuando de modo decisivo sobre a vitória da Índia na política.

No ano de 1923 Annie afirma que seu filho adotivo chamado de Krishnamurti ou Krishanaji era o Messias mais recente encarnado. Dizia que ele era a reencarnação do Cristo e queria que ele assumisse a direção do movimento, a Ordem da Estrela do Oriente, como verdadeiro instrutor do mundo. Krishnamurti chega mesmo a assumir a direção do movimento, mas em 1928 se rebela e dissolve a Ordem Estrela do Oriente.

Annie Besant morreu em 1933, no dia 20 de setembro. Vale salientar que durante o tempo em que ficou na presidência da Sociedade Teosófica, sempre respeitou os ensinamentos de Helena Petrovna. George Arundale e C. Jinarajadasa assumiram a presidência no lugar de Annie.

5.3.6.2 A Teosofia no Brasil

No Brasil a Teosofia surgiu com duas principais correntes;

A Sociedade Teosófica Brasileira, fundada por Henrique José de Souza. Ele segue a orientação baseada no pensamento de Helena Petrovna. A sede é no Rio de Janeiro.

A Sociedade Teosófica Brasileira de Eubiose é uma sociedade autônoma e independente do movimento internacional. Ela foi fundada em 1924, na Bahia.

O que estas duas ramificações têm em comum é a afirmação de que no Brasil ocorrerá uma nova era, caracterizada pelo aprimoramento integral da personalidade, compondo uma população designada como a “raça dourada”. O Brasil, devido aos seus traços culturais, psicológicos e genéticos de sua população, apresenta condições ideais para realizar a missão de caráter e âmbito universal, ou seja, formar a raça dourada. Segundo a tradição da corrente teosófica, os grupos étnicos formadores da cultura brasileira possuem um elo com a sabedoria e o conhecimento do passado pré-histórico. A miscigenação desses grupos étnicos possibilitará o processo evolutivo e formará a “sétima raça dourada” na América do Sul.

5.3.6.3 Doutrina da Teosofia

5.3.6.3.1 Acerca de Deus – a ideia que a Teosofia tem de Deus é a panteísta, isto é, Deus é tudo e tudo é de Deus. Ele é um ser impessoal. A Trindade por sua vez é apenas de nome, sendo que Deus é força, sabedoria e atividade. A soma de tudo com a matéria é Deus. Assim a

matéria é a quarta pessoa. Os teosofistas não admitem um Deus criador, pois ele não possui a existência independente da emanção divina. Isto quer dizer que há um princípio divino universal de onde procede.

5.3.6.3.2 Acerca de Cristo – este Cristo não é o mesmo que conhecemos segundo a Bíblia. Conforme a Teosofia, o Cristo, que eles creem nasceu na nossa era, aproximadamente 120 anos antes, num outro lugar, tendo aprendido ciências ocultas no Egito. Estas ciências são as revelações recebidas dos mahatmas e dos textos rabínicos. Assim, a Teosofia ensina que o Jesus do Evangelho não é o Cristo, o Filho de Deus, e que os dois são pessoas completamente distintas. O Jesus histórico recebeu a reencarnação do verdadeiro Cristo, tendo se oferecido voluntariamente para isto. Ele teve o privilegio de ter a divindade nele, se manifestando em mais poder. Depois da sua morte o seu corpo espiritual continuou com ele, visitando os seus discípulos por 50 dias ensinando-lhe a ciência oculta.

5.3.6.3.3 Acerca do Homem – para a Teosofia o homem é composto de dois seres: um natural e outro espiritual. Há duas naturezas, divididas em superior e inferior.

A natureza superior se divide em:

Manasmente – este é o intelecto superior, que a função de unir a natureza superior com a inferior.

Budhi – este é a alma espiritual que é o que conduz o espírito puro.

Atma – é o espírito, irradiação com o absoluto.

A natureza inferior se divide em:

Rupa (corpo físico) – este é o que conduz os princípios durante a existência na terra.

Prana – é a vida que se apresenta com princípio necessário para os outros componentes naturais.

Linga Sharina – este é o corpo astral ou o corpo fantasma.

Karma-Rupa – este é o centro dos desejos animais e paixões.

Todas as partes do corpo natural têm relação com um mundo diferente. Os teósofos dividem o mundo em três mundos diferentes:

O Mundo Físico – este inclui a matéria de todas as formas;

O Mundo Astral – neste estão os afetos, emoções e desejos.

O Mundo Mental – ocupa o pensamento. Ele é o mais importante dos três, pois corresponde ao céu, habitado pelo “devas”.

5.3.6.3.4 Acerca das raças e Sub-raças da Humanidade – segundo a Teosofia o homem é um fragmento do divino. O seu destino final é o retorna a Deus de modo permanente, quando este atingir o nirvana. Os homens divinos feitos perfeitos são chamados de mahatmas (mestre, sábios). Eles podem viver sempre no céu, mas podem também habitar nos “montes sagrados” do Tibet. Isso eles fazem para auxiliar na evolução da humanidade. Um mahatma pode vir a se encarnar num teosofista proeminente. Assim, este teosofista a quem houve a encarnação se torna sábio, pois toda a sabedoria oculta do teosofismo vem deste mahatma. Acima destes mahatmas há um chefe chamado de “Supremo Mestre”. Quando este encarna, temos um novo Cristo. Neste caso, de acordo com a Teosofia, todo o homem é um Cristo em potencial. Dizem que a humanidade atualmente se encontra na raça tronco. Cada raça é subdivida em sub-raças. Muitos milênios deram para que uma raça passasse, dando lugar a outra. Assim, a primeira raça foi a Lemúria; a segunda foi a Atlante; a terceira é a Ariana. A humanidade atual é a quinta raça, chamada Teutônica, provenientes todas da raça tronca Ariana. Com isto em vista, Helena Petrovna dá dezoito milhões de anos á história da humanidade. Os teosofistas publi-



cam também um mapa que dizem ter recebido do DEVAS, do mundo há 800.000 anos. Dizem que a raça Atlante habitou um continente do mesmo nome por oitocentos mil anos. Eles ensinam ainda que o continente Lemúrio situava-se na Índia e Austrália. O aprendizado teosófico acerca destes fatos, conforme eles mesmos, é que se procedeu de modo oculto. Acrescentam que há onze mil anos houve uma grande catástrofe que submergiu os referidos continentes para o fundo do mar juntamente com uma população de sessenta e quatro milhões de pessoas. A iniciação de cada raça é conhecida com o surgimento de um Cristo. Deste modo, cada raça tronco Ariana já teve até agora cinco Cristos, ou seja, teve cinco encarnações do “Supremo Mestre” do mundo. Foram seguintes os Cristos:

- Buda, na Índia (1ª sub-raça)
- Hermes, no Egito (2ª sub-raça)
- Zoroastro, na Pérsia (3ª sub-raça)
- Orfeu, na Grécia (4ª sub-raça)
- Jesus, na Palestina (5ª sub-raça).

5.3.6.3.5 Acerca da Reencarnação – a linguagem teosófica para a reencarnação é Carma, que é uma palavra hindu e brâmane para exprimir a Lei da Causa e Efeito. Na lei do Carma se ensina que as ações e intenções atuais do homem são efeito daquelas que o procederam e causa que se seguirão. Com essa crença o homem pode operar sua salvação com precisão exata mediante o aperfeiçoamento crescente de cada vida que viver aqui. Segundo o ensino de Annie Besant, uma morte prematura de uma criança significa que seus pais foram maus para algumas crianças, na encarnação anterior. Afirmam que o homem não fica permanentemente do devachan. Depois da morte ele vota a terra, nascendo como uma criança para dar prosseguimento ao seu carma. Cada existência vivida na terra equivale a um dia na escola do carma. Um elemento muito imperfeito volta logo ao céu, ficando lá apenas uns cem anos. Alguém mais perfeito permanece até dois mil anos.

CAPITULO VI

6. PRINCÍPIOS DE VIDA CRISTÃ

6.1 – DEVOÇÃO

6.1.1 Fundamentos

Entendemos que a essência do Cristianismo é a restauração completa do nosso relacionamento com Deus. As atividades devocionais de nossa vida são, exatamente o exercício pleno dessa comunhão. Se não as praticamos ou se as praticamos de maneira incorreta ou insuficiente, estamos desperdiçando o que há de mais precioso entre todas as coisas que Jesus comprou para nós na cruz do calvário.

6.1.2. A importância de uma vida disciplinada

O apóstolo Paulo comparou a nossa vida com a de um atleta (1ª Co 9.24-27). As pessoas bem sucedidas nas atividades desportivas são muito disciplinadas. Assim também são os artistas, os cientistas, e todas as pessoas que levam a sério aquilo que fazem. Não é possível agradar a Deus levando a vida de qualquer jeito. Se não determinarmos de antemão os horários em que estaremos orando, lendo a Bíblia e exercendo as outras atividades devocionais, nunca iremos exercê-las a contento. Exemplos: Sl 55.17; 119.147; Dn 1.8.

6.1.3. Tempo para a Palavra

Ser obreiro é ocupar uma posição de responsabilidade e privilégio. Em geral, exercemos nossas atividades durante as reuniões da igreja a que servimos, o que nos projeta e nos torna conhecidos. O obreiro é honrado nas reuniões que comparece, geralmente assentando-se em lugar de destaque. Um servo de Deus deve ter muito cuidado para não envaidecer-se e para não querer usurpar a glória que só a Deus é devida.

De um obreiro, um líder, sempre se espera que tenha algo de Deus para transmitir. Seja através de pregação, testemunho ou de um simples conselho. A maneira mais elementar de se receber a Palavra de Deus para transmitir a outros é ler a Bíblia. Jesus disse e está registrado em Mateus 12.34 “Do que há em abundância no coração, disso fala a boca.”

Se o coração do obreiro esta cheio da Palavra de Deus, é dela que sua boca falará. Caso contrário, ele poderá falar de política, ciências humanas, de tudo menos a Palavra de Deus, ninguém pode falar do que não tem.

Para o obreiro, ler a Bíblia diariamente deve ser tão ou mais importante quanto almoçar ou dormir. De preferência ele deve ler a Bíblia todos os dias para fortalecer o habito. Mas não deve ler mecanicamente, simplesmente para cumprir uma obrigação. A gente toma café, almoça e janta todos os dias, mas ou menos no mesmo horário, e nem por isso deixa de sentir prazer na alimentação. Ler a Bíblia é alimentar o nosso ser espiritual.

Todo o cristão, especialmente obreiro, deve ler a Bíblia toda. Primeiro, porque toda a Escritura é proveitosa (2ª Tm 3.16). Segundo, porque umas mensagens bíblicas esclarecem outras. Às vezes lemos alguma coisa agora e não entendemos. Depois, lendo outra passagem, encontramos a explicação para aquilo que necessitávamos.

6.1.4. Oração e Jejum

6.1.4.1 Porque orar?

A oração é tão elementar, tão natural para qualquer cristão que nós costumamos compará-la com a respiração. “**A oração é o respirar da alma**”, dizemos.

Respirar todos nós respiramos, mas há pessoas que respiram mal. Um por falta de orientação, outras por causa de fatores ambientais e outras em consequências de enfermidades. Assim também é com a respiração da alma, com relação a oração. Muitos cristãos oram mal.

Orar é falar com Deus, a pessoa mais importante dentre todas as que nos relacionamos. Não é possível relacionar-se com uma pessoa sem conversar com ela. Quanto mais uma pessoa for importante para nós mais queremos com ela conversar. Vejam os namorados, tudo é pretexto para conversarem, para tratarem de algo importante em relação ao casal. O nosso relacionamento com Deus é, acima de tudo, um relacionamento de amor.

Se orarmos de maneira consciente e sábia, prestamos um serviço a Deus. Orar não é somente apresentar uma “lista de supermercado” ao Senhor, pelo contrário é colaborar com Ele no governo do universo. É por isso que algumas orações são respondidas rapidamente e outras demoram a produzir resultados visíveis. Quando oramos atuamos no mundo sobrenatural, mas não são apenas as nossas forças que atuam nessa esfera. Precisamos orar lutando para que mais cristãos tomem conhecimento da importância da oração e, assim, haja mais gente orando e cada intercessor ore mais e com mais poder.+

6.1.4.2 A Bíblia e a Oração

“Hoje em dia têm aparecido doutrinas” várias e estranhas – Hb 13.9. Há até, quem ensine que nós não precisamos orar. Essa falsa diz que Jesus já orou em nosso lugar, já jejuou, já fez tudo que nós precisávamos fazer. Agora só nos resta desfrutar. Eu creio que a disseminação de tal doutrina faz parte da luta sobrenatural que mencionei no item anterior.

Os demônios, seres inteligentes como são, para não terem que sofrer as consequências das orações do povo de Deus, procuram nos desestimular de ir à guerra. O argumento equivale a este: “você não precisa ir a guerra você já venceu”. Não, ninguém vence sem combater. Jesus fez a parte que lhe competia fazer. Mas Ele não fez tudo (At 1.1). A obra de restauração de todas as coisas continua e agora ela está sendo executada na terra através da Igreja, o Corpo de Cristo. Em Romanos 15.30, o apóstolo Paulo escreveu: “E rogo-vos, irmãos por nosso Senhor Jesus Cristo e pelo amor do Espírito que combatais comigo nas vossas orações por mim a Deus”.

Em Apocalipse 8.3, vemos um anjo pondo incenso com orações “de todos os santos” sobre o altar de ouro que há na presença de Deus. Isso mostra que orar é a prática comum a todos os santos em todas as épocas.

6.1.4.3 Cultivando o hábito de Orar

Se fizermos uma boa avaliação, vamos ver que estamos orando muito pouco. A maioria dos cristãos, mesmo os evangélicos, está mesmo rezando.

Rezar é tentar falar com Deus repetindo palavras decoradas. Em geral, a pessoa não presta atenção no que está falando. Sinceramente, eu creio que Deus se sente agredido por esse tipo de coisa. Quando Jesus fala das “vãs repetições” é a isso que está se referindo (Mt 6.7).

Quando um cristão faz sempre a mesma oração na hora em que se levanta da cama, quando se diz sempre as mesmas palavras à hora das refeições, está rezando.

Espero estar errado, mas creio que noventa e nove por cento dos evangélicos estão gastando seis minutos de seu tempo para rezar, diariamente: um minuto quando acordam, um minuto na hora do café da manhã, um minuto em cada uma das outras duas refeições e mais um minuto quando vão dormir. Para melhorar esta estatística tem mais uns cinco minutos semanais de oração na igreja.

No mínimo, um cristão deve ter um período diário de oração contínua de meia hora. Ao longo da semana, é bom ter algum tempo para uma oração mais longa. É bom reservar um dia inteiro e/ou uma noite inteira para oração, nem que seja a cada mês. Sabe como isso é possível? Se não for agendado. Preciso saber hoje qual será o meu horário de oração amanhã. O ideal é orar todos os dias no mesmo horário. Isso ajuda a reforçar o hábito e nada melhor que começar o dia com um bom período de oração, para isso acorde mais cedo todos os dias e dedique-se a oração.

Para períodos mais prolongados de oração, é bom recorrer a instalações mais apropriadas, geralmente na igreja, onde é possível ficar protegido em um local sem interferências.

6.1.4.4 O que deve haver em nossas Orações

Analisando os ensinamentos bíblicos sobre o assunto e lendo as palavras que homens e mulheres piedosos dirigiam a Deus e que estão contidas na própria Bíblia, aprendemos que qualquer oração que fizemos deve conter um ou mais dos seguintes elementos: adoração, ações de graças, períodos de reflexão, intercessão, petição, gemidos e exercícios de autoridade. Quantos e quais desses elementos estarão presentes numa oração particular depende do grau de maturidade cristã de quem ora, das circunstâncias que esteja vivendo e do ministério que esteja exercendo. Vejamos o que significa cada um desses elementos:

6.1.4.4.1 Adoração

É a forma mais elevada de oração. Somente os anjos e os seres humanos podem adorar a Deus.

Adorar significa dizer a Deus o que Ele é. Os seres inanimados, nem as plantas, nem mesmo os animais irracionais podem dizer isso. Eles refletem a glória, a sabedoria e o poder de Deus, mas de maneira inconsciente. Eles não têm a capacidade de entender quem é Deus, mas nós temos essa capacidade que pode ser desenvolvida, aperfeiçoada. Veja o que nos diz Oseias 6.3 “Conheçamos e prossigamos em conhecer ao senhor”.

Adorar a Deus é, pois, um grande privilégio. Se os cristãos entendessem isto, modificariam e muito a sua maneira de orar. Para adorarmos a Deus não precisamos ser ricos, nem ter saúde nem viver em bonança. A Bíblia diz que, no auge do sofrimento, Jó adorou a Deus (Jó 1.20).

Como aprender a adorar a Deus? Buscando os exemplos de adoração registrados, bem como as revelações que encontramos sobre Deus na Bíblia. O interessante que quando aprendemos a adorar ao Senhor, esquecemo-nos de nós mesmos, mas somos beneficiados por este ato. Não há nada que faça mais bem ao nosso espírito do que adorar a Deus. Adorar é um ato do espírito, além disso, a adoração afeta toda a oração.

6.1.4.4.2 Ações de Graças

Apresentar ações de graças ao Senhor é dizer-lhe “muito obrigado”. Isto também reflete a maturidade cristã de quem ora. Deus não é serviçal de ninguém, Ele é o Senhor, tudo o que faz por nós é o resultado de Sua imensa graça, assim, nada é mais natural de que reconhecermos isto e proclamar.

Quem não aprecia a gratidão? Todos nos seres humanos a apreciamos, Deus também aprecia. A gratidão é bela, a gratidão fica bem em qualquer ambiente, em qualquer pessoa. Mesmo quando a situação estiver ruim e que aparentemente não tenhamos motivos para glorificar, esta na hora de rever os conceitos e fazer uma introspecção, que com certeza acharemos motivos sobejos de agradecer ao Senhor. É comum não nos darmos conta disso.

Sempre prestamos atenção nas coisas ruins, basta verificar os meios jornalísticos que para vender seu produto, utilizam notícias as mais desagradáveis possíveis. Como exemplo uma mensagem dessas em primeira página “homem se levanta de madrugada para socorrer um amigo em dificuldades”, seja sincero e emita seu parecer, esse jornal venderia? Claro que não, quer vender a manchete seria “homem assassina amigo na madrugada”. Veja com esse simples exemplo, como é necessário darmos graças a Deus.

6.1.4.4.3 Períodos de Reflexão

Não é preciso pressa para começar uma oração e nunca é demais ganhar alguns minutos na presença de Deus em silêncio, para despertar a memória e elencar os benefícios que as bênçãos do Senhor têm acrescentado nas nossas vidas. Não existe base bíblica que afirme não se poder ficar em espírito de adoração, que é também em silêncio durante a oração.

O importante é ter em mente que a oração deve ser um diálogo, ao mesmo tempo que queremos falar com Deus, Ele também quer falar conosco. Para que Deus fale conosco, precisamos nos calar, por isso imprescindível intercalar momentos de absoluto silêncio (inclusive mental) com outras atividades da oração.

6.1.4.4.4 Intercessões

Nós oramos porque Deus nos ama e nos ouve, se Ele não nos amasse orar não faria nenhum sentido (Jo 3.16). Nós cremos em Jesus, recebemos sua salvação, passamos a ter comunhão com Deus e agora podemos orar.

Numa oração verdadeira não pode faltar a intercessão, devemos interceder pelos nossos inimigos, familiares, nossos irmãos em Cristo, nossos amigos, vizinhos, colegas de trabalho, de escola, por aqueles que nos perseguem (Mt 5.44), pelas autoridades, enfim, devemos orar por quantas pessoas nos seja possível (1ª Tm 2.1).

6.1.4.4.5 Petição

Temos necessidades pessoais que precisam ser supridas, nada mais natural que as apresentemos ao nosso Pai Celestial. Se nós não as apresentarmos a Ele, vamos apresentar a quem? Mas o melhor de tudo isto é saber que Ele tem prazer em ouvir e em atender às nossas orações.

A Bíblia nos exorta a pedir o que necessitamos a Deus, assim, não se prive de falar com Deus acerca de suas necessidades pessoais, com base nos textos bíblicos: 1º Sm 1.15; Sl 18.6; Mt 7.7-11; Lc 18.1; Fp 4.6; 1ª Ts 5.16; 1ª Pe 5.7.

6.1.4.4.6 Gemidos

Há situações em que o cristão se coloca diante de Deus e não consegue fazer outra coisa senão gemer. Isto pode acontecer como consequência de problemas muito grandes que se esteja sofrendo ou de intercessões muito intensas que se esteja realizando. Esses gemidos chegam diante do Pai Celestial muito rápido e com poder para tocar o coração de Deus (Êx 2.24; Dt 12.5; Sl 38.9; 79.11) .

6.1.4.4.7 Exercício de Autoridade

Josué deu ordens ao sol e à lua (Js 10.12) e eles obedeceram. O relato bíblico deixa claro que aquilo fez parte de uma oração (v 14). As vezes durante a oração de um servo de Deus, subitamente, revestido de uma autoridade que o leva a dar ordens a enfermidade, a elementos do mundo natural e até aos demônios. O cristão jamais poderá dar ordens a Deus.

6.1.4.5 O Jejum

É verdade que o preço da salvação foi pago por Jesus no Calvário, mas o jejum não é para pagar a salvação, assim como não se ora, lê a Bíblia ou entrega os dízimos com essa finalidade. O jejum faz parte das **coisas que acompanham a salvação Hb 6.9**.

Para Jesus, jejuar é algo tão natural que ele nem nos manda jejuar. Ele, simplesmente, diz: “Quando jejuardes ...” (Mt 6.16). Portanto, todo cristão deve familiarizar-se com esta prática.

A abstinência voluntária de alimentos com objetivos espirituais significa deixar o espírito exercer domínio sobre a carne (Rm 8.6-9). Em tal situação, temos mais autoridade espiritual (Mt 17.21) e nossa oração é mais poderosa. Precisamos entender que algumas de nossas batalhas incomodam ao inferno mais que outras (Dn 10.12,13).

6.1.4.6 Impedimentos à eficácia da oração

6.1.4.6.1 Falta de conversão

Nossa ousadia em falar com Deus e ter certeza de ser atendido é consequência de nossa aliança com Ele. O compromisso de Deus é com quem tem compromisso com Ele, pois, tem prazer em atender os seus filhos (Mt 7.11). Há pessoas que ainda não tem comunhão com Deus, mas estão na busca com sinceridade por meio de orações, que quando atendidas contribuem para uma efetiva conversão. Foi o que aconteceu com Cornélio (At 10.1-6).

6.1.4.6.2 Lábios enganosos

Nossos lábios são mananciais e devem fluir bênçãos para os nossos semelhantes, como bons ensinamentos, consolo, incentivo e orações intercessórias. Portanto deve ser evitado fluir desses lábios maldições como mentiras, calúnias, agressões e formulações de maus desejos. (Tg 3.11; Sl 17.1).

6.1.4.6.3 Coração dividido

Se o nosso coração pertence ao Senhor, teremos prazer em fazer a vontade d’Ele, ao mesmo tempo, aborrecemos a toda obra do mal. Não é possível amar a Deus e amar ao pecado, mesmo estando sujeito ao pecado, não se deve ter prazer nele. Quando peca, sente tristeza que leva ao arrependimento e abandona a prática que lhe faz mal (Pv 28.13; Jó 1.4). Enquanto a comunhão do crente com o seu Senhor está interrompida, suas orações ficam prejudicadas (Sl 66.18).

6.1.4.6.4 Coração que se recusa a perdoar

Ao nos ensinar a oração do Pai Nosso, Jesus explicou claro que ela deve ser uma extensão de nossa prática de vida, não terminando no amém. “Perdoa-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores”, são palavras que estão no meio da oração. No entanto, logo após o Amém é justamente sobre elas que Jesus faz um comentário contundente: “Porque, se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celestial vos perdoará a vós; se, porém, não perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso pai vos não perdoará as vossas ofensas” (Mt 6.9-15).

6.1.4.6.5 Falta de Fé

Ter fé, ao orar, não é só crer que Deus pode fazer o que estamos pedindo, é ter convicção que Ele vai fazer. (Mc 11.24). No coração de quem ora não pode haver lugar para dúvida, pois, a dúvida põe tudo a perder (Tg 1.6,7).

6.1.4.6.6 Vãs repetições

Foi Jesus quem chamou a atenção para esse ponto (Mt 6.7). Devemos entender que nem toda a repetição de palavras deve ser considerada como vã, sem refletir no que está sendo

dito. Por exemplo, hoje em dia é muito comum alguém escrever uma oração e outras pessoas repeti-las dezenas de vezes na esperança de alcançar alguma coisa de Deus ou de algum pretenso representante d’Ele. É um absurdo que alguém repita como papagaio, a oração do Pai Nosso. Esta oração nos foi dada como modelo a ser seguido. O curioso é que nosso Mestre a introduziu, justamente, nos advertindo contra as vãs repetições!

6.1.4.6.7 Prepotência no trato com o cônjuge (e outros familiares)

No início da Era Cristã, a mulher era tratada como um ser inferior no seio da sociedade humana. Os maridos se consideravam donos das esposas e, conseqüentemente, não as travam com a devida dignidade. Foi então que o apóstolo Pedro escreveu (1ª Pe 3.7). O que se percebe é que o Senhor não se agrada de nenhum tipo de prepotência, oração do prepotente não alcança o coração de Deus.

6.2 ATITUDES

6.2.1. Humanidade

Reconhecer nossas limitações é extremamente importante, nunca perdendo de vista o fato que somos humanos, buscando constantemente o aperfeiçoamento, reforçando os pontos fracos, com isso evitando riscos desnecessários. Só tem um meio para não exigirmos de nos mesmos aquilo que não é justo, ter autoconhecimento.

Reconhecer nossa humanidade também inclui a aceitação de nossos erros como coisas normais, ainda que indesejáveis. O melhor a fazer quando erramos é admitir o erro (confissão), pedir perdão e procurar não cometer mais a mesma falha (Pv 28.13; 1ª Jo 1.8,9). Ao admitirmos nossa humanidade devemos estar conscientes que lidamos com pessoas de carne e osso, por mais crentes que sejam. Precisamos ser tolerantes e colaboradores no crescimento espiritual de nossos irmãos (Gl 5.22; 1ª Co 13.7).

6.2.2. Simplicidade

O Evangelho, através do qual o Senhor Jesus nos salvou, esse mesmo Evangelho que anunciamos e pelo qual combatemos, é simples (2ª Co 11.3). O Senhor Jesus sempre se portou como uma pessoa simples, a ponto de Judas identificá-lo para os que O queriam prender através de um beijo e não através da roupa que vestia ou outra característica exterior. Suas pregações e seus métodos de trabalho eram muito simples.

Não é porque somos obreiros que temos de ser pessoas sofisticadas e inacessíveis. As pessoas simples são mais aceitas e as coisas simples costumam funcionar melhor.

6.2.3. Submissão

Os princípios de autoridade veem do próprio Deus (Rm 13.1,2). No céu há hierarquia, no mundo há hierarquia e até no inferno ela existe (Ef 6.12). Quem não sabe obedecer, nunca deverá mandar. Rebelião é como um pecado de feitiçaria (1º Sm 15.22,23).

6.3 RELACIONAMENTOS

6.3.1 O obreiro e a família

Escala de prioridades: 1º Deus; 2º Família e, 3º Obra.

Bases bíblicas: 1ª Tm 3.1-5; Tt 1.5-7; obviamente, todas as recomendações bíblicas acerca dos relacionamentos familiares se aplicam com mais razão aos obreiros (Ef 5.22-6.4; Cl 3.18-21; 1ª Pe 3.1-7).

6.3.2. O obreiro e o trabalho

Há obreiros que se dedicam integralmente ao ministério e há os que têm empregos seculares (1ª Tm 5.17,18). Em qualquer circunstância, não se admite a preguiça, nem o relaxamento (2ª Ts 3.6-12). Quer na condição de chefes ou na de subalternos, os cristãos, especialmente os obreiros, devem ver o trabalho secular como algo feito para Deus (Ef 6.5-9; Cl 3.22-25; 1ª Pe 2.18-25).

6.3.3. O obreiro e o lazer

A boa mordomia do tempo prevê uma boa dosagem entre trabalho e descanso. Quem estabeleceu o descanso como obrigação foi o próprio Deus (Gn 2.1-3). Como seres dotados de corpo, mas também de alma, necessitamos de descanso mental, de lazer. A festa das cabanas, entre o povo israelita, tinha o seu aspecto recreativo (Lv 23. 34,42).

Quem não descansa acaba parando para convalescer de doença. Lembremo-nos: os cemitérios estão cheios de gente insubstituível.

6.3.4. O obreiro e o sexo oposto

É absolutamente normal que haja atração entre o sexo oposto, anormal é não haver. Nosso cuidado com as tentações da carne não deve levar ao extremo de reprimir a beleza, o bom gosto e o bom relacionamento entre as pessoas (1ª Tm 5.1-8).

Podemos, perfeitamente, ser cuidadosos sem ser grosseiros e também ser decentes sem apelarmos para o mau gosto nem para a hipocrisia.

CAPITULO VII

7. ÉTICA MINISTERIAL

7.1 INTRODUÇÃO:

Em dias de relativismo sem precedentes em nossa geração, a formulação de uma ética formal, pautada exclusivamente na Palavra de Deus, por assim crermos peremptoriamente ser ela inerrante e inspirada pelo Senhor, se faz necessária para conduzir o seu povo nessa “passagem”, indicando um caminho seguro frente às decisões diárias e polemicas da vida hodierna e diante das questões de conduta moral da sociedade. Não somente isso, mas uma cobrança de posicionamento ativo da igreja frente aos problemas levantados por uma sociedade não cristã que necessita fundamentalmente do pronunciamento daqueles que detêm o conhecimento de Deus para guiá-los, exercendo a sua verdadeira função de corpo de Cristo e sal da terra.

7.1.1 O que é Ética?

Por uma definição básica, trata-se de apontar o caminho seguro, correto para um problema qualquer, uma decisão da vida, seja da vida pessoal ou em sociedade, a fim de preservar o bem estar do indivíduo ou da coletividade. Isso tendo em vista os conceitos morais e culturais de cada grupo de pessoas em sua história. Surge então o debate em torno do assunto para enfim, surgir uma posição geral que se tornará uma regra fundamental para todas as futuras decisões.

7.1.2 Alguns Conceitos.

- *"Ciência que trata das origens, princípios e práticas do que é certo e do que é errado, à luz das Santas Escrituras, em adição à luz da razão da natureza"* (L.S. Keyser).
- *"Um estudo sistemático do modo de viver exemplificado e ensinado por Jesus, aplicado aos múltiplos problemas e decisões da existência humana"* (Georgia Harkness).
- *"Explicação sistemática do exemplo e ensino morais de Jesus aplicados à vida total do indivíduo na sociedade, e realizados com o auxílio do Espírito Santo"* (H.H. Barnette).
- *"A ciência da conduta humana, determinada pela conduta divina"* (Emil Brunner).

7.2 POR QUE "ESTUDAR" ÉTICA CRISTÃ?

Porque todos nós, como cristãos, somos indivíduos dentro de uma sociedade majoritariamente não cristã. Os valores cristãos que seguimos devem encontrar correspondência na sociedade em que vivemos. Como se dá isso é a tarefa da Ética Cristã propor. Na verdade poderíamos dizer que não se "estuda" ética, mas se *concebe* e se *vive* um tipo de ética.

Essa vivência deve ser diária, contudo, não em forma de cobrança legalista, mas consoante aos ensinamentos de Cristo, que nos manda ir além da justiça farisaica, de preceitos estritamente humanos. A Ética cristã, mais que “taxar” o certo e o errado, deve conduzir as pessoas pelo caminho correto tomando-as pelas mãos, ajudando a seguir durante a caminhada. Uma Ética Cristã sem um verdadeiro discipulado, pastoreado, torna-se essencialmente sem sentido em seu conceito histórico-cristão.

7.3 TODOS NÓS ENFRENTAMOS O CERTO E O ERRADO.

Esta passagem reflete uma verdade fundamental da vida e da existência: nós somos e agimos de acordo com aquilo em que acreditamos. Este ponto é fundamental para podermos entender a principal diferença entre a maneira cristã de ver o mundo e outras cosmologias, em particular, no que tange à ética ou à tomada de decisões.

De acordo com a cultura, com as tradições familiares de cada grupo de pessoas, as decisões serão diferentes, daí não haver uma única ética em toda a terra. Esse consenso tornou-se a tarefa principal da ética cristã, que pelo fato de ter uma só regra geral de guiar as nossas vidas neste mundo, a Palavra de Deus, pode decidir de forma única em todos os sentidos e para todos. A igreja esta com a palavra.

7.4 TOMANDO DECISÕES

Todos nós tomamos, diariamente, dezenas de decisões, resolvendo aquilo que tem a ver com nossa vida, com a vida da empresa e a de nossos semelhantes. Ninguém faz isso no vácuo.

Antigamente pensava-se que era possível pronunciar-se sobre um determinado assunto de forma inteiramente objetiva, isto é, isenta de quaisquer pré-concepções. Hoje, sabe-se que, em quase nenhuma área do saber, é possível fazer pesquisa sem sermos influenciados por aquilo em que cremos.

Quando elegemos uma determinada solução em detrimento de outra, o fazemos baseados num padrão, num conjunto de valores e noções de certo ou errado. É isso que chamamos de *ética*: **o conjunto de valores, ou padrões, a partir dos quais uma pessoa entende o que seja certo ou errado e toma decisões.**

A nossa palavra "ética" vem do grego *eqikh*, que significa um hábito, costume ou rito. Com o tempo, passou a designar qualquer conjunto de princípios ideais da conduta humana, as normas a que devem ajustar-se as relações entre os diversos membros de uma sociedade. Ética, então, é o conjunto de valores ou padrão pelo qual uma pessoa entende o que seja certo ou errado e toma decisões.

Cada um de nós tem um sistema de valores interno que consulta (nem sempre, a julgar pela incoerência de nossas decisões...!) no processo de fazer escolhas. Nem sempre estamos conscientes dos valores que compõem esse sistema, mas eles estão lá, influenciando decisivamente nossas opções. Em cima desses valores serão formulados os conceitos necessários para cada decisão.

No caso do Cristianismo, muitas decisões ao longo da história, foram tomadas diante de tradições da igreja, formadas em sua experiência daquele momento. Contudo, hoje devemos sempre rever os conceitos analisando-os em consonância a Bíblia para ter certeza de que estão corretamente embasados teologicamente sendo assim, não perpetuar erros tidos como verdades, com uma postura ética estaremos passando a limpo nosso passado.

Essa é, portanto, uma fácil explicação de como as culturas ao longo de suas histórias, o cristianismo se inclui nessa perspectiva, tomam suas decisões e se submetem ao júri da própria história, mas em determinado momento foi o que acharam ser a postura correta. Devemos ter uma análise crítica, porém com a mente aberta e empática, analisando mediante a fato da história desse povo, submetendo ao julgamento a contextualização dessas decisões às nossas dinâmicas de vida social de hoje. Nesse contexto, cabe lembrar-se das normas e preceitos do Antigo Testamento que surge como um aglomerado de regras para conduzir o povo em condições específicas histórico-sociais. No ponto de vista teológico, eram regras antes do advento de Cristo, portanto, sofreram profundas transformações quando o Senhor surgiu no cenário e reformulou criando uma nova ética em cima dos conceitos e mandamentos que Ele mesmo implantou.

Nosso julgamento deverá ser mediante a correlação, para qualquer que seja a tradição e cultura, o que encontrarmos em conformidade com fundamento traçados no Novo mandamento instituídos pelo nosso Senhor Jesus, deverão ser aceitos como base de novas decisões. Com essa visão devemos olhar tanto as culturas em todo mundo e também analisar as questões difíceis entre o Antigo e o Novo Testamento.

7.5 ÉTICAS HUMANÍSTICAS

Os estudiosos do assunto geralmente agrupam as alternativas éticas de acordo com o seu princípio orientador fundamental. As chamadas *éticas humanísticas* tomam o ser humano como seu princípio orientador, seguindo o axioma de Protágoras, "o homem é a medida de todas as coisas".

7.5.1 O Hedonismo

Hedonismo vem do grego *hedoné*, que significa prazer. Doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral. A teoria socrática do bom e do útil, da prudência, etc, quando entendida pela índole voluptuosa de Aristipo, leva ao hedonismo, onde toda a bem-aventurança humana se resolve no prazer.

Ensina que o certo é aquilo que é agradável. Frequentemente somos motivados em nossas decisões pela busca secreta do prazer. O individualismo e o materialismo modernos são formas atuais de hedonismo. É a tendência a buscar o prazer imediato, individual, como única e possível forma de vida moral, evitando tudo o que possa ser desagradável. O contrário do Hedonismo é a Anedonia, que é a perda da capacidade de sentir prazer, próprio dos estados gravemente depressivos.

7.5.2 O Utilitarismo

Tem como princípio orientador o que for útil para o maior número de pessoas. O nazismo, dizimando milhares de judeus em nome do que era útil, demonstrou que na falta de quem decida mais exatamente o sentido de "útil", tal princípio orientador acaba por justificar os interesses de poderosos inescrupulosos e o egoísmo dos indivíduos.

7.5.3 O Existencialismo

Por sua vez, o existencialismo, defende que o certo e o errado são relativos à perspectiva do indivíduo e que não existem valores morais ou espirituais absolutos. Seu princípio orientador garante que o certo é ter uma experiência, e agir — o errado é vegetar, ficar inerte. O existencialismo é o sistema ético dominante na sociedade moderna, que tende a validar eticamente atitudes tomadas com base na experiência individual.

7.5.4 A Ética Naturalística

Toma como base o processo e as leis da natureza. O certo é o natural — a natureza nos dá o padrão a ser seguido. A natureza, numa primeira observação, ensina que somente os mais aptos sobrevivem e que os fracos, doentes, velhos e debilitados tendem a cair e desaparecer na medida em que a natureza evolui. Logo, tudo o que contribuir para a seleção do mais forte e a sobrevivência do mais apto é certo. Numa sociedade dominada pela teoria evolucionista não foi difícil para esse tipo de ética encontrar lugar. Cresce a aceitação pública do aborto (em caso de fetos deficientes) e da eutanásia (elimina doentes, velhos e inválidos).

Os cristãos entendem que éticas baseadas exclusivamente no homem e na natureza são inadequadas por que:

➤ não fornecem base sólida para justificar a misericórdia, o perdão, o amor e a preservação da vida;

- estão em constante mudança e não têm como oferecer paradigma duradouro e sólido;
- tanto o homem quanto a natureza, como os temos hoje, estão profundamente afetados pelos efeitos da entrada do pecado no mundo.

7.6 A ÉTICA CRISTÃ

A ética cristã, por sua vez, parte de diversos pressupostos associados ao Cristianismo histórico. Tem como fundamento principal a existência de um único Deus, criador dos céus e da Terra. Vê o homem não como fruto de um processo natural evolutivo (o que o eximiria de responsabilidades morais), mas como criação de Deus, ao qual é responsável moralmente.

Entende que o homem pecou, afastando-se de Deus. Como tal, não é moralmente neutro, mas naturalmente inclinado a tomar decisões movidas, acima de tudo, pela cobiça e pelo egoísmo (por natureza, segue uma ética humanística ou naturalística). Acredita, porém, na possibilidade de mudança de orientação mediante mudança da sua natureza.

A vontade de Deus para a humanidade encontra-se na Bíblia. Ela revela os padrões morais de Deus, como encontramos nos 10 mandamentos e no sermão do Monte. Mais que isso, ela nos revela o que Deus fez para que o homem pudesse vir a obedecê-lo. A Ética Cristã, portanto, **é o conjunto de valores morais baseados nas Escrituras Sagradas, pelo qual o homem deve regular sua conduta nesse mundo, diante de Deus, do próximo e de si mesmo.**

Como membros de uma universidade confessional que professa o cristianismo histórico, é importante que entendamos os valores e as crenças que estão por detrás dos processos decisórios e dos alvos da instituição. Como membros de uma universidade confessional, devemos sempre guiar nosso labor acadêmico e administrativo pelos valores do Cristianismo.

7.7 O CRISTÃO E A ÉTICA CONTEMPORÂNEA

O mundo em que vivemos sempre teve uma ética duvidosa, ou no mínimo, baseada em princípios norteados em padrões culturais que muitas das vezes são motivados por interesse particulares, de grupos que visam somente seu bem estar, quase sempre sem dar satisfação a uma consciência superior, em um conceito de eternidade, deixando serem levados pelas paixões humanas, árbitros errantes de seus atos. Na busca do certo e do errado, o homem toma as decisões para solução de seus problemas, buscando ser feliz. A igreja é quem deve ter essa bandeira para hastear, com uma conduta ilibada pautada na Bíblia, num conjunto de princípios divinos, com autoridade suficiente não só para levar o homem a um caminho seguro como a salvação eterna, mas também dando a esse homem a segurança necessária que suas decisões diárias serão as corretas de verdade.

Quando a Palavra de Deus se refere a Enoque a expressão que surge é: ele andou com Deus e o Senhor o levou para si Gn 5.22-24. Andar com Deus fez Enoque ser alguém diferente, com padrões de conduta elevados a ponto de o próprio Deus o tomar para si, o levou desse mundo, em contraste com os outros de sua geração. A expressão para os seus contemporâneos é viveu e morreu, Enoque não, pela sua conduta de vida Deus o tomou para si.

Um adágio popular muito comum fala: “ Diga-me com quem andas e direi quem tu és ” Esse ditado traduz a história desse homem que ao andar com o Senhor adquiriu uma Ética superior, uma conduta que o diferenciou desse mundo corrupto. Seus padrões de vida, suas decisões quanto ao certo e ao errado, tiveram como espelho a conduta de Deus. Não se tornou

um deus, mas as características pessoais do seu criador passaram a ser as suas próprias características que o levaram a uma conduta superior, tão superior por assim dizer, que o arrancaram desse mundo.

Em Salmos 115.8 nos diz: “A eles se tornem semelhantes os que os fazem, assim como todos os que neles confiam.” Ao andar com Deus, nosso amado Enoque, tal como afirma o Salmos, as características, as semelhanças de Deus passaram a coexistir em seu adorador, no seu caráter, passando a definir o padrão de conduta que ele teria de viver, a ponto de ser tomado desse mundo para viver com o Senhor eternamente, sendo arrebatado do convívio dos demais, o diferenciando de todos de sua geração, antes todos morreram, Enoque quebrou essa sequência. Com certeza padrões elevados de santidade, de moral e toda sorte de comportamento ético foram implantados no caráter e na personalidade através desse convívio, dessa relação transformadora. A imagem e a semelhança do Deus vivo, passaram a existir nesse o homem que o levaram ao céu.

Essa forma de ser, semelhante ao nosso Senhor, pertence à Igreja, que anda nesse mundo, fala, prega e diz ser o referencial de Cristo na terra e tem a responsabilidade de traduzir a vontade de Deus, traçar para o homem um caminho seguro que o leve tanto ao seu bem estar social como a vida eterna. Ao sermos o sal da terra devemos além de conservá-la, temperá-la de modo que fique saborosa. Uma comida sem sal é insípida. A igreja que anda com Deus, mas se abstém de seus valores de santidade se contaminando com o secularismo ou fica calada diante dos dilemas éticos de sua geração, sem definir e traçar condutas morais respaldadas na Bíblia, não se posicionando contra todo sofisma que se levanta contra o conhecimento da verdade, deixa os homens à mercê de sua própria sorte, e perde sua função de conservar e o direito de ser ouvida com autoridade nesta terra, restando o cumprimento do versículo de Mt 5.13.

A pergunta, então, é porque a igreja tem se colocado inerte sem ditar as regras nesse século tenebroso, cujos padrões são tão fracos, deixando os homens sem uma direção segura, que tomem decisões sem um verdadeiro referencial divino, legado deixados a nós porta-vozes de Cristo nesta terra. Qual a posição dos cristãos quanto a tantas questões sérias que poderão levar essa geração a morte sem Deus? O que é pior, essa falta de postura, que invade os horizontes das igrejas. Muitas questões, problemas de fato, ficam sem respostas e as novas gerações crescem sem saber o que fazer, ou em alguns casos, são incorporados valores não cristãos a então autêntica cultura cristã, tornando-se, portanto “verdades” a serem seguidas.

Se observarmos a geração de Enoque todos morreram, mas quanto a Enoque andou com Deus e foi arrebatado, não provou da morte peculiar aos de sua geração, foi diferente aos demais. Se quisermos ser a geração do arrebatamento que o Senhor virá buscar, tirar desse mundo é melhor andarmos com Deus e passarmos a viver mais seus padrões elevados de um Deus santo, é melhor nos posicionarmos diante desse mundo de forma a deixar clara a nossa missão de sal da terra e luz do mundo, guiando os homens a uma vida pura e sem pecado, usando a Bíblia como esteio de nossas decisões morais e ditando as regras de conduta para que os que assim procederem possam chegar também ao conhecimento da verdade do nosso Senhor Jesus Cristo.

Conforme afirma o Pastor Elinaldo Renovato de Lima, o mundo atual é um mundo marcado pelo relativismo. O certo e o errado nunca foram tão relativos e banalizados. Na realidade, para a maioria das pessoas, o certo e o errado são meras abstrações, conceitos puramente subjetivos, em que os padrões morais, e os valores sociais estão ao sabor de cada um.

Vivemos num mundo altamente individualista. Sem dúvida alguma, a filosofia do humanismo e do individualismo prevalece no contexto das relações sociais, econômicas, educacionais, e, até, na religião. Num mundo assim, como o cristão pode ver e viver a ética, fundado em valores cristãos? Não nos parece algo fácil de demonstrar. Mas, neste ensaio, desejamos contribuir para a reflexão sobre esse tema, que é ao mesmo tempo interessante e desafiador.

7.8 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Para escrever sobre ética, é necessário que alguns conceitos sejam colocados de início. O principal deles sem dúvida é o da própria ética em si. Que significa ética? A resposta, num ambiente relativista, pode ser: “Depende”. “De que ética estamos falando?” Da ética profissional? Da ética filosófica? Da ética religiosa? Da ética cristã? Mas, para efeito de raciocínio e compreensão, vamos ficar com os conceitos mais comuns da ética em geral, em nosso tempo.

Podemos dizer que “A Ética integra os seis sistemas tradicionais da Filosofia, ao lado da Política, da Lógica, da Gnosiologia, da Estética e da Metafísica. A palavra ética vem do grego, *ethos*, que significa costume, disposição, hábito. No latim, vem de *mos* (moris), com o sentido de vontade, costume, uso, regra”². “De acordo com Champlin e Bentes, ética é “A teoria da natureza do bem e como ele pode ser alcançado”³; Para Claudionor de Andrade, é o “Estudo sistemático dos deveres e obrigações do indivíduo, da sociedade e do governo. Seu objetivo: estabelecer o que é certo e o que é errado”⁴. Esses são conceitos filosóficos do termo. O tema pretende abordar a “ética contemporânea”, que pode significar a visão ética do homem atual, envolvendo os usos, os costumes, as normas estabelecidas, os valores da sociedade.

“Para o cristão, a ética pode ser entendida como um conjunto de regras de conduta, aceitas pelos cristãos, tendo por fundamento a Palavra de Deus. Para os que creem em Jesus Cristo, como Salvador e Senhor de suas vidas, o certo ou o errado devem ter como base a Bíblia Sagrada, considerada como “regra de fé e prática”, conforme bem a definiram Lutero e outros reformadores”⁵.

7.8.1 Que tipo de Ética Contemporânea é essa?

Certamente, não é a ética cristã. “O cristão, como sal da terra e luz do mundo, tem dificuldade em se movimentar num mundo em que os valores morais estão invertidos. Entretanto, tem a vantagem de não adotar como referencial ético ou comportamento da sociedade sem Deus. Enquanto os referenciais do mundo são movediços, instáveis e mutantes, ao sabor do tempo e do lugar, o guia infalível do crente em Jesus é a Palavra de Deus, que é lâmpada para os pés e luz para o caminho (Sl 119.105). Assim, um crente fiel não só deve fazer diferença, mas seu comportamento deve ser referencial para a sociedade. É grande a responsabilidade, perante Deus, a igreja e o mundo. Para o crente em Jesus a Palavra de Deus é lâmpada e luz para o seu viver”⁶.

Quando vemos o Ministério da Saúde informar que, a cada ano, mais de um milhão de adolescentes ficam grávidas, temos de concluir que algo muito sério está destruindo o tecido

² Elinaldo Renovato de LIMA, *Ética cristã*, p. 7.

³ R. N. CHAMPLIN, & J. M. BENTES, *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, p. 554.

⁴ Claudionor de ANDRADE, *Dicionário teológico*, p. 121.

⁵ Elinaldo Renovato de LIMA, *Ética cristã*, p. 8.

⁶ Elinaldo Renovato de LIMA, *Ética cristã*, p. 6, 7.

social. Li, recentemente, que número idêntico de meninas engravida nos Estados Unidos a cada ano. E isso ocorre sem que haja preparo psicológico e físico, até, para esse estado biológico, que exige maturidade, preparo e dedicação, para os cuidados maternos, e paternos, indispensáveis à boa formação dos filhos.

Mas não há nada de especial diante do problema. As razões são bem conhecidas para esse comportamento liberalista e relativista. A educação sexual, ministrada nas escolas, financiada pelo dinheiro dos contribuintes da nação, incentiva a prática precoce do sexo. É uma educação meramente informativa e técnica. Nada tem de formativa, e é totalmente despojada de valores éticos e morais. Só uma coisa é bem ensinada: o uso da “camisinha”. Toda a didática é empregada para mostrar às meninas de doze anos, ou menos, bem como aos pré-adolescentes e adolescentes, no sentido de levá-los a praticar o “sexo seguro”, que nada mais é que uma falácia, que leva a muitas vidas ainda em formação ao caminho da prostituição.

A moralidade moderna é um pântano lodoso, em que as pessoas, principalmente os adolescentes e jovens, afundam-se mais e mais. A mídia também dá sua contribuição negativa para a ética e os bons costumes. Nas novelas, o falso “amor livre” é exaltado. A fornicação, o adultério, a prostituição, e o homossexualismo são divulgados, nas programações, ditas culturas, como se fossem algo perfeitamente normal. É comum, em certos programas televisivos incentivarem os jovens a levarem seus namorados ou namoradas para dormir na casa dos pais, sob o argumento (falacioso) de que é mais seguro do que em outros lugares. É a segurança para a prática do pecado. Naturalmente, para essas pessoas, com essa mentalidade, não existe pecado.

A revista *Veja*, de circulação nacional (15.09.04), p. 73, divulgou artigo sobre uma pesquisa, realizada nos Estados Unidos, constatando que, em apenas três horas por dia, em média, os adolescentes são submetidos a uma programação em que 64% possuem algum tipo de conteúdo sexual; a pesquisa constata que 46% dos estudantes do ensino médio já praticaram relações sexuais, e 1 milhão de adolescentes ficam grávidas a cada ano⁷. Na mesma matéria, é ressaltado que a pesquisa confirma a influência da programação erotizada na formação dos jovens e dos adolescentes. Os dados indicam que os jovens que “assistem com frequência a programas com conteúdo erótico são duas vezes mais propensos à precocidade nas relações sexuais do que aqueles que não veem esse tipo de espetáculo porque os pais não permitem”.

A ética contemporânea tem grande influência do antinomismo. Trata-se de uma abordagem ética, segundo a qual, não existem normas objetivas a serem obedecidas. É a ausência de normas. Tudo depende das pessoas, e das circunstâncias. Jean Paul Sartre, um dos filósofos, defensores dessa ideia, diz que o homem é plenamente livre. Num dos seus textos ele escreve: “Eu sou minha liberdade”... “E não sobrou nada no céu, nenhum certo ou errado, nem alguém para me dar ordens... estou condenado a não ter outra lei senão a minha...” (Geisler, p. 30,31)⁸. Esse tipo de visão encontra abrigo na mente de muita gente, principalmente entre os mais jovens, que anseiam por liberdade, sem refletir muito bem sobre as responsabilidades que nossas ações incorrem. Na rebelião da juventude, na década de 60, os jovens, na França, bradaram: “é proibido proibir”. Na onda do movimento hippie, muitos naufragaram, consumindo e consumidos pelas drogas, adotando um estilo de vida paradoxal, que visava, no en-

⁷ Revista VEJA, p. 73.

⁸ Norman GEISLER, *Ética cristã*, p. 30,31.

tender de seus amantes, irem de encontro à sociedade organizada, passando por cima de suas normas e de seus valores.

7.8.2 Um peixe fora d'água?

Certo comerciante cristão me confidenciou, numa viagem que fazíamos, há alguns anos. “É quase impossível o crente em Jesus agir como deve, face às exigências do governo, quanto aos impostos, e à concorrência desleal de muitos empresários”. Indaguei por que, e ele esclareceu? “Se pagarmos os impostos em dia, conforme manda a lei, temos menos lucro que os empresários desleais, que não pagam impostos e, por isso, podem oferecer um preço menor no mercado, atraindo mais fregueses”.

Esse é apenas um exemplo entre muitos de como o cristão sincero encontra dificuldades para se movimentar num ambiente em que as relações comerciais e sociais são desenvolvidas em muitas áreas na base da desonestidade. A Bíblia manda que paguemos impostos ao governo, não adotando a prática da sonegação fiscal. Diz a palavra: “Portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto...” (Rm 13.7). Jesus, o mestre divino, ensinou que devemos dar a César (ao governo), o que é de César (Mt 22.21). Mas aquele servo de Deus estava, na realidade, sonegando impostos, e procurando justificar sua atitude ante a deslealdade dos concorrentes.

Um determinado irmão, crente em Jesus, é funcionário de uma companhia estatal. Como servo de Deus, procura pautar sua conduta pelos princípios da palavra de Deus, não participando da “roda dos escarnecedores”, nem se detendo no “caminho dos pecadores”. Assim, por não participar dos ambientes que seus colegas frequentam, fora do trabalho, como bares, danceterias, boates, festas mundanas, é considerado “antissocial”, e, por mais de uma vez, já foi prejudicado, inclusive em promoções que a empresa proporciona aos servidores. Por quê? Simplesmente, por não querer ir na “onda” dos incrédulos, que se guiam por princípios humanos contrários à sua fé.

Tenho recebido indagações de alunos cristãos, que são perseguidos, nas escolas de primeiro nível, segundo nível, e na universidade, pelo fato de serem constrangidos a participar de certas atividades escolares. Por exemplo, numa determinada época, nas escolas estaduais e municipais, os professores procuram envolver os alunos, em pesquisas, em reuniões e atividades, sobre a chamada festa do “Halloween”. Essa programação envolve atividades, ditas culturais, folclóricas, e educacionais, que são verdadeiro atentado à fé cristã. É uma festividade, importada da América do Norte, que por sua vez, já a importou de países nórdicos, baseada num enredo que envolve feitiçaria, bruxaria, ocultismo, esoterismo, e muitas outras práticas avessas à palavra de Deus, todas disfarçadas de folclore e cultura.

E os alunos crentes sentem-se constrangidos em participar de tais eventos, pelos seus professores, que os ameaçam de obterem notas baixas nos trabalhos escolares, se deixarem de participar. Para esses “mestres”, festas desse tipo são apenas manifestações culturais, e nada têm de errado. Temos procurado orientar os jovens e adolescentes a não se deixarem intimidar com tais ameaças, e levantarem a voz contra tais atitudes, que nada têm de culturais ou educacionais.

Tenho duas netas, que estudam numa escola de primeiro nível, de grande conceito na Cidade. Elas procuraram sua mãe, preocupadas, pois uma professora as induziu a participar de um “bloco de gays”! Para incutir nas crianças a ideia de que se devem respeitar as “diferenças”, e não ter preconceito, pois, em matéria de orientação sexual, nada é errado. Tudo depende de cada um. Na mesma época, uma professora incentivou os alunos a formarem um grupo

de carnaval, intitulado “Bloco dos cães”. Graças a Deus, minha filha foi à Escola, e falou com a coordenação, afirmando que suas filhas não poderiam ser constrangidas a participar daquela atividade, pois iria de encontro à sua formação cristã. E foi respeitada. Num ambiente social assim, o cristão verdadeiro parece sentir-se como um peixe fora d’água.

7.9 COMO O CRISTÃO PODE POSICIONAR-SE?

Há não muitos anos atrás, e resposta a essa questão seria mais fácil de ser formulada. Hoje, porém, o relativismo tem dominado grande parte das denominações evangélicas. O certo e o errado não são mais vistos como conceitos absolutos. Muita coisa depende da ótica de cada um. Eu estava assistindo uma palestra de certo pregador, numa denominação histórica, quando ele discorria sobre o cristão e a conduta diante dos homens. O mesmo acentuava que havia atitude e comportamentos que contrariam a palavra de Deus, e que o cristão precisava evitar causar escândalo a seu irmão. Naquele momento, uma jovem, daquela igreja, levantou-se e falou: “Eu acho que não deve haver essa preocupação. O que é errado para ele pode não sê-lo para mim”. “O que é errado para mim pode não ser certo para ele”. Tal afirmação é de cunho relativista e subjetivista.

O cristão, na realidade, não pode guiar-se por quase nenhuma das abordagens éticas contemporâneas. O antinomismo não serve como referencial, pois prega a ausência de normas. Nela, o homem se faz seu próprio deus, conforme: Pv. 14.12; Ec 12.13; Pv 4.11,12; 6.23. Depois, é filosofia relativista. Cada um faz o que melhor entende. É o que ocorria com o povo de Israel, quando estava sem líder: Jz 17.6; 21.25. Aliás, em muitas igrejas, já impera o Antinomismo, quando muitos não obedecem a Bíblia, não há respeito a normas, e cada um faz o que acha melhor.

E o servo de Deus não pode ser uma pessoa que vive sem adotar normas de conduta e de comportamento. O generalismo também não serve para o crente em Jesus. “Os generalistas são utilitaristas. Só é certo o que produz melhor resultado (mais felicidade ou prazer do que dor). Uma norma pode ser boa hoje, e não servir amanhã. Depende da sociedade. Se, por exemplo, o adultério é errado, num período, em outro, poderá ser aceito. Dessa forma, pode-se resumir essa abordagem, dizendo que “Há um só fim absoluto (o máximo bem) e todos os meios (regras, normas, etc.) são relativos àquele fim...”. Se, nesta situação, mentir seria mais útil ou vantajoso para a maioria dos homens, então se deve mentir”⁹.

O situacionismo também não deve ser escolhido como referencial cristão. Em resumo, nessa visão, o certo e o errado, dependem da situação, em função do amor às pessoas. Baseiam-se inclusive na Bíblia, que resume toda a lei no amor (Mt 22.34-40; Rm 13.10). Mas o fazem de modo equivocado. Chegam a dizer, por exemplo, que, se uma mentira for contada em amor, é boa e certa. Isso não condiz com a ética cristã, que defende a verdade como valor a ser observado. O absolutismo, outra abordagem ética, prega que existem normas absolutas a serem seguidas, tais como coragem, justiça, verdade, etc. E que não se deve tergiversar em termos do que é absoluto. Em princípio, o absolutismo parece estar em consonância com os princípios bíblicos. Mas é preciso cuidado com os sofismas absolutistas.

Diante da inadequação das abordagens éticas contemporâneas, resta ao cristão procurar guiar-se pelos princípios bíblicos de ética cristã. Conforme tivemos oportunidade de escrever,

⁹ Norman GEISLER, *Ética cristã*, p. 47, apud Elinaldo LIMA, *Ética cristã*, p. 6,7.

no livro “Ética Cristã”, editado pela CPAD, encontramos oito princípios éticos, que orientam o comportamento dos que querem servir a Deus num mundo relativista. São eles:

7.10 OS PRINCÍPIOS BÍBLICOS QUE ORIENTAM A FORMAÇÃO DA ÉTICA CRISTÃ.

7.10.1 O princípio da fé

Paulo, o apóstolo dos gentios, dizia conforme: (Rm 14. 22,23). Nesse texto, vê-se a ênfase na fé ou na convicção do crente diante de Deus, quanto ao que faz ou deixa de fazer. Ele não precisa recorrer a paradigmas humanos ou lógicos para posicionar-se quanto a atos ou palavras. Se tem dúvida, não deve fazer, pois "tudo o que não é de fé é pecado".

7.10.2 O princípio da licitude e da conveniência

Na primeira carta aos Coríntios, vemos Paulo ensinar conforme: (1ª Co 6.12; 1ª Co 10.23). Esse critério orienta o cristão que não faça as coisas apenas por que são lícitas, mas porque são lícitas e convém, à luz do referencial ético que é a Palavra de Deus.

7.10.3 O princípio da licitude e da edificação

Diz a Bíblia: *"todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas edificam"* (1ª Co 10.23b). Com base neste texto, não basta que alguma conduta ou proceder seja lícito, mas é preciso que contribua para a edificação do cristão. É um princípio irmão gêmeo do anterior. A ênfase aqui é na edificação espiritual de quem deve posicionar-se antes de fazer ou não fazer algo.

7.10.4 O princípio da glorificação a Deus

1ª Co 10.31, aí, temos um princípio ético abrangente, que inclui não só o comer ou o beber, mas "qualquer coisa", que demande um posicionamento cristão. No dia a dia, sempre o cristão se depara com situações às vezes triviais, que exigem uma tomada de posição, qualquer atitude ou decisão a tomar, em termos morais, financeiros, negócios, transações, etc., tudo pode passar pelo crivo do princípio da glorificação a Deus, e o crente fiel, na direção do Espírito Santo, saberá responder sem maiores dificuldades. A indagação que o cristão deve fazer, com base nesse princípio, é: "O que desejo fazer ou dizer, contribui para a glorificação a Deus?". Se a resposta for afirmativa, pelo Espírito Santo, a ação ou atitude pode ser executada. Se for negativa, é melhor que seja rejeitada. O que contribui para glória de Deus não fere nenhum princípio bíblico.

7.10.5 O princípio da ação em nome de Jesus

Cl 3.17, a condição do crente para realizar ou deixar de realizar algo decorre da autoridade que lhe foi conferida pelo Nome de Jesus. Assim, quando o cristão se vê na contingência de tomar uma decisão, de ordem espiritual, ou humana, pode muito bem concluir pela ação ou não, se puder realizá-la no nome de Jesus, conforme orienta o apóstolo Paulo aos irmãos colossenses.

7.10.6 O princípio do fazer para o Senhor

Cl 3.23, diante de uma atitude, de uma decisão, devemos indagar: "Estamos agradando a Deus ou aos homens?" Estamos fazendo, de todo o coração, ao Senhor?" A resposta deve ser honesta, consultando, não ao coração, mas à Palavra de Deus.

7.10.7 O princípio do respeito ao irmão mais fraco

1ª Co 8.9-13, desse modo, a questão, segundo o princípio da certeza é: O que pretendo fazer o faço com certeza de fé? E essa certeza é fundamentada na Palavra de Deus? Tem respaldo na Bíblia? Não é apenas fruto de minha consciência falha, ou do meu coração engano-

so? (Jr 17.9). Se a resposta for positiva, com base na Bíblia, pode ser realizado. Se não, deve ser evitado.

7.10.8 O princípio da prestação de contas

Rm 14.10-12, o princípio da prestação de contas nos lembra que, no trato com as pessoas ou com as coisas, não só devemos observar a palavra de Deus, mas adverte-nos quanto à inevitável prestação de contas no futuro, e também aqui, no presente.

7.11 TEXTO COMPLEMENTAR.

7.11.1 Ética, Moral e Direito

José Roberto Goldim

É extremamente importante saber diferenciar a Ética da Moral e do Direito. Estas três áreas de conhecimento se distinguem, porém têm grandes vínculos e até mesmo sobreposições. Tanto a Moral como o Direito baseiam-se em regras que visam estabelecer uma certa previsibilidade para as ações humanas. Ambas, porém, se diferenciam.

A Moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa, como uma forma de garantir o seu bem-viver. A Moral independe das fronteiras geográficas e garante uma identidade entre pessoas que sequer se conhecem, mas utilizam este mesmo referencial moral comum.

O Direito busca estabelecer o regramento de uma sociedade delimitada pelas fronteiras do Estado. As leis têm uma base territorial, elas valem apenas para aquela área geográfica onde uma determinada população ou seus delegados vivem. O Direito Civil, que é referencial utilizado no Brasil, baseia-se na lei escrita. A Common Law, dos países anglo-saxões, baseia-se na jurisprudência. As sentenças dadas para cada caso em particular podem servir de base para a argumentação de novos casos. O Direito Civil é mais estático e a Common Law mais dinâmica.

Alguns autores afirmam que o Direito é um subconjunto da Moral. Esta perspectiva pode gerar a conclusão de que toda a lei é moralmente aceitável. Inúmeras situações demonstram a existência de conflitos entre a Moral e o Direito. A desobediência civil ocorre quando argumentos morais impedem que uma pessoa acate uma determinada lei. Este é um exemplo de que a Moral e o Direito, apesar de referirem-se a uma mesma sociedade, podem ter perspectivas discordantes.

A Ética é o estudo geral do que é bom ou mau. Um dos objetivos da Ética é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela é diferente de ambos - Moral e Direito - pois não estabelece regras. Esta reflexão sobre a ação humana é que a caracteriza.

A definição de moral e ética é muito discutida atualmente. Como você define cada uma delas?

Entre as alternativas de definição e diferenciação entre os dois conceitos, eu tenho empregado estas: moral é o conjunto de deveres derivados da necessidade de respeitar as pessoas, nos seus direitos e na sua dignidade. Logo, a **moral** pertence à dimensão da obrigatoriedade, da restrição de liberdade, e a pergunta que a resume é: “Como devo agir?”. **Ética** é a reflexão sobre a felicidade e sua busca, a procura de viver uma vida significativa, uma “boa vida”. Assim definida, a pergunta que a resume é: “Que vida quero viver?”. É importante atentar para o fato de essa pergunta implicar outra: “Quem eu quero ser?”. Do ponto de vista psicológico, moral e ética, assim definidas, são complementares.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Clifton J. (editor). *Comentário Bíblico Broadman*. (Vols. 1 a 7). Rio de Janeiro (RJ): JUERP, 1986.
- ARCHER JR., Gleason L. & Outros. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo (SP): Vida Nova, 1998.
- ARCHER JR., Gleason L. *Merece Confiança o Antigo Testamento?* São Paulo (SP): Vida Nova, 1986.
- BARRERA, Julio Trebolle. *A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- BERKHOF, Louis. *Princípios de Interpretação Bíblica*. Rio de Janeiro (RJ): JUERP, 1981.
- BRAGA, James. *Como Estudar a Bíblia*. Deerfield (Flórida-EUA): Vida, 1989.
- CABRAL, J., *Religiões Seitas e Heresias, Universal Produções*, Rio de Janeiro, RJ.
- CHAMPLIN, Russell Norman & BENTES, João M. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. 6 Vols. São Paulo (SP): Candeia, 1997.
- COMFORT, Philip Wesley (editor). *A Origem da Bíblia*. Rio de Janeiro (RJ): CPAD, 1998.
- Conselho de Doutrina da CGADB. *Manual de Doutrina Das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): CPAD, 5ª Edição 2003.
- DAVIDSON, Francis (editor). *O Novo Comentário da Bíblia*. 2 Vols. São Paulo (SP): Vida Nova, 1963.
- DOUGLAS, J. D. (org.). *O Novo Dicionário da Bíblia*. 2 Vols. São Paulo (SP): Vida Nova, 1962.
- ENGELHARDT, H. Tristram Jr. *Fundamentos da Bioética*.
- GARDNER, F. C. *Fé Bíblica e ética social*.
- GEISLER, Norman. *Enciclopédia de apologetica: respostas aos críticos da fé cristã*. Vida.
- GEISLER, Norman L. *Ética cristã: alternativas e questões contemporâneas*.
- GEISLER, Norman L. & NIX, William E. *Introdução Bíblica: Como a Bíblia chegou até nós*. São Paulo (SP): Vida, 1997.
- HAGGLND, Bengt, *História da Teologia*, Concórdia Editora LTDA, Porto Alegre, RS, 1989.
- LEITE FILHO, Tácito da Gama, *Seitas de Nosso Tempo (Seitas Orientais)*, Rio de Janeiro, RJ.
- KESSLER, Nemuel; CAMARA, Samuel. *Administração Eclesiástica*, CPAD, Rio de Janeiro, RJ.

MASTON , T. B. **Certo ou errado.**

MEILAENDER, Gilbert. **Bioética. um guia para os cristãos.**

OLIVEIRA, Raimundo F, **Seitas e Heresias, Um Sinal dos Tempos**, CPAD, Rio de Janeiro, RJ.

PENTECOST, J. Dwight. **Manual de Escatologia.** São Paulo (SP): Vida, 1998.

PERLMAN, Myer. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia.** 3.ed. São Paulo: Vida, 2009.

PIERATT, Alan B., **O Evangelho da Prosperidade, Sociedade Religiosa**, Edições Vida Nova, São Paulo, SP.

REALE, Giovane; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do Romantismo até nossos dias.** 3.ed. São Paulo: Paulus. Volume III. 1990.

RODRIGUES, Ricardo Gondim, **O Evangelho da Nova Era**, Abba Press, São Paulo, SP.

ROMERO, Paulo, **Super Crentes**, Editora Mundo Cristão, São Paulo, SP.

RUDNICK, Milton L. **Ética cristã para hoje: uma perspectiva evangélica.**

SCHAEFFER, Francis A. **A morte da razão.** ed. Fiel. São José dos Campos- SP, 2001, 95p.

_____. **O Deus que intervém.** ed. Cultura cristã. São Paulo-SP, 2002, 302p.

_____. **O Deus que se revela.** ed. Cultura cristã. São Paulo-SP, 2002, 143p.

SEWART, Don. **103 perguntas que as pessoas mais fazem sobre Deus.** ed. JUERP. Rio de Janeiro-RJ, 1988, 151p.

SILVA, Paulo W. **Ética cristã.**

SMITH, William. **A vida cristã: introdução à ética.**

SOARES, Ezequias. **Manual de apologética cristã.** CPAD

STEWART, Josh McDowell e Don, **Entendendo as Seitas**, Editora e Distribuidora Candeia.

STOTT, John R. W. **Entenda a Bíblia.** São Paulo (SP): Mundo Cristão, 2005.

TRULL, Joe E, CARTER, James E. **Ética ministerial – sea um buen ministro en um mundo que no es tan bueno.**

ANEXO A - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Título I - Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

ANEXO B - DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
- XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
- XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
- XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
- XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
- XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;



CEADDIF

CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO DISTRITO FEDERAL-
CEADDIF

Fundada em 16 de maio de 1977, filiada à Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil – CGADB
Avenida L-2 Sul, Quadra 611, Bloco “E” – Brasília/DF,

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

ANEXO C - DOS DIREITOS SOCIAIS

Capítulo II - Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família para os seus dependentes;

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de:

a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;

b) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;



VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

ANEXO D - DA NACIONALIDADE

Capítulo III - Da Nacionalidade

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de trinta anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

§ 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II - adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária.

ANEXO E - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Título III - Da Organização do Estado

Capítulo I - Da Organização Político-Administrativa

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou re-integração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.



LOGOMARCA DA CONVENÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO DISTRITO FEDERAL – CEADDIF

